

TERESINA  
UESPI  
UFPI



CORRENTE





**TERESINHA DE JESUS ARAÚJO MAGALHÃES NOGUEIRA**

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NO EXTREMO SUL  
PIAUIENSE (1986 - 2005): HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro.

**TERESINA/PI**

**2006**

TERESINHA DE JESUS ARAÚJO MAGALHÃES NOGUEIRA

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO EXTREMO SUL PIAUIENSE  
(1986 - 2005): HISTÓRIA E MEMÓRIA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 30 de março de 2006.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro (UFPI)

ORIENTADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria da Glória Soares Barbosa Lima (UFPI)

EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Ribamar Tôrres Rodrigues (FAETE)

EXAMINADOR

---

Prof. Dr. Luís Carlos Sales (UFPI)

SUPLENTE

Dedico este trabalho ao meu Deus, Senhor de minha vida, que me sustenta durante todos os momentos.

Ao meu esposo, Flávio Aurélio Nogueira, colaborador e apoiador fiel durante o tempo em que preparava este trabalho.

Aos meus filhos, Flávio Júnior, Rafael e Karine, que me acompanharam com carinho.

Aos meus pais, Péricles Magalhães Ricarti (em eterna memória, sempre presente) e Raimunda Araújo Magalhães, os quais me ensinaram a lutar pelos meus ideais, com compromisso, sinceridade e honestidade.

Aos meus sogros, Onésimo de Seixas Nogueira (em memória) e Edy Guerra Nogueira.

Aos professores do Mestrado em Educação, à minha orientadora Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro, aos Prof. Dr. José Ribamar Tôrres Rodrigues e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória Soares Barbosa Lima, pela grandiosa contribuição.

Aos diletos entrevistados, que generosamente me ajudaram nesta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, que me sustenta com sua instrução sadia, dando-me a certeza de que “Tudo posso naquele que me fortalece!” E por sempre encontrar nEle repouso nas horas mais difíceis.

Ao meu esposo, Flávio Aurélio Nogueira, e aos nossos filhos, Flávio Júnior, Rafael e Karine, que, em vários momentos, me ajudaram nos problemas de computação. A todos, por compreenderem minha ausência como esposa e mãe e pela colaboração constante nos momentos de pesquisa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Ferro, pela confiança e por não só me orientar na pesquisa, mas também por me acompanhar como uma amiga sincera.

Aos meus pais, Péricles Magalhães Ricarti (em eterna memória) e Raimunda Araújo Magalhães, por me conduzirem no privilégio de conhecer e amar a Deus, e ainda aos meus amados (as) irmãos e irmãs.

À professora Edy Guerra Nogueira, pela sua grandiosa colaboração neste trabalho, como historiadora e protagonista desta história.

Aos irmãos e cunhados, em especial a Esdras Augusto Nogueira e Irene Figueiredo de O. Nogueira, pelo apoio e incentivo.

A Francisca das Chagas da Silva Souza, que, como parte da família, muito tem colaborado, possibilitando minha ausência nas atividades do lar.

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória Soares Barbosa Lima, ao Prof. Dr. José Ribamar Tôrres Rodrigues e ao Prof. Dr. Luís Carlos Sales, pela valiosa contribuição.

Aos professores (as) do Mestrado em Educação de quem tive o privilégio de ser aluna e às coordenadoras do Mestrado, professoras Dr<sup>a</sup>. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina e Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Alves do Bomfim.

Aos senhores Francisco Cardoso do Nascimento e Antônio Bartolomeu Veloso, funcionários da UFPI, pela grande colaboração com data-show, filmagem, e ainda ao José Maria, entre outros.

Aos que colaboraram de forma direta e indireta para a realização desta pesquisa, em especial os professores Dr. Agostinho Both e João Rocha Mascarenhas, que, sempre disponíveis, me forneceram toda a documentação necessária.

A todos os entrevistados que, de forma carinhosa e amiga, participaram desta pesquisa.

Aos colegas do Curso de Mestrado pelos momentos maravilhosos que passamos estudando e pesquisando, em um clima de companheirismo, amizade e ajuda mútua. E especialmente às amigas Sandra Lima e Francisca Carla.

[...] entender a [Universidade] como realidade também imaginária significa aceitá-la como produzida no interior de uma relação de investimento de afetos. E da maneira como encaramos, existindo concretamente no presente como resultante desta teia de relações e como virtualidade do ideal, do projeto, investimento do desejo que possui sempre uma temporalidade, que cria um passado como identidade, que cria o futuro como possibilidade e como intenção.

*Lílian do Valle*

## RESUMO

Este estudo é fruto de uma pesquisa histórica sobre a Educação Superior no Piauí, tendo como objeto o processo histórico da Educação Superior na cidade de Corrente-PI, desde 1986 até 2005. Objetiva-se reconstituir a história da Educação Superior no extremo sul do Piauí, particularmente na cidade de Corrente, a partir da percepção da realidade, trabalhando perspectivas e analisando pressupostos, considerando os aspectos econômicos, políticos e sociais desse contexto histórico em que se desenvolve o fenômeno educativo. O problema que instigou este estudo está assim constituído: como ocorreu o processo histórico de Educação Superior na microrregião das chapadas do extremo sul piauiense, precisamente na cidade de Corrente-PI? Justifica-se este estudo dentro de uma nova concepção histórica que permite perceberem-se outros lugares, culturas, outras épocas mais próximas da realidade cotidiana. Trata-se de uma das tendências da historiografia contemporânea, ou seja, da Nova História Cultural. Procurou-se uma metodologia baseada na análise histórica de documentos (atas, manuais, editais, etc.) e na história oral, dialogando com o existente, em busca das idéias e valores, perspectivando compreender como o conhecimento histórico se relaciona, em determinados momentos, com seus objetos. A fundamentação teórica sobre história e memória foi embasada nas idéias de Halbwachs (1990), Burke (1992), Le Goff (1998), Benjamim (1986), Meihy e Lang (2004), Thompson (2002), Pollack (2000), Le Goff; Chartier; Revel (1998), Souza (2004), Certeau (1982-2003), Lopes; Galvão (2001), buscando-se em Chauí (1982-2001), Gentilli e Silva (1996), Brito (1996) e Ferro (1996), entre outros, uma análise da Educação Superior, mais especificamente, no Piauí. A metodologia segue a orientação de Richardson (1999), Trivinõs (1995), Minayo (1986), Fazenda (2000), Bardin (1977). Com o estudo observou-se que a história da Educação Superior nesta região apresenta características próprias, iniciando por uma tentativa de universidade comunitária, passando logo depois por situações de convênio com a Universidade Federal do Piauí e, finalmente, se firmando como campi da Universidade Estadual, desencadeando o processo de interiorização do ensino superior no estado. A Educação Superior em Corrente transformou vidas, possibilitando a construção de uma nova história por parte de seus protagonistas, uma história vista por outros sujeitos antes excluídos do processo. Assim, neste estudo, a história da Educação Superior se constrói por um novo olhar...

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Superior. Interiorização. História. Memória.

## ABSTRACT

This study is the result of a historic research on the Higher Education in the Piauí State, having as object the historic process of the Higher Education in the city of Corrente – PI, from 1986 to 2005, period that represents the expansion of the Higher Education in this micro region [of the state]. The aim is to reconstitute the history of the Higher Education in the Extremo Sul of Piauí State, particularly in the city of Corrente, from the perception of the reality, working on perspectives and analyzing assumed views, considering the political, economic and social aspects of the historical context, in which the educational phenomenon is developed. The problem that instigated this study is thus structured: how did the historical process of Higher Education occurred in the Micro region of the Chapadas do Extremo Sul in the Piauí State, specifically in the city of Corrente – PI? This study is justified within a new historical conception that allows us to notice other places, cultures, other times closer to the daily reality. That is one of the trends of the new Cultural History. A methodology based on the historical analysis of document (acts, manuals, proclamations, etc.) and on oral history was sought, dialoguing with the existing in search of the ideas and values, aiming to understand how the historic knowledge is related in certain moments, to its objects. The theoretical foundation on history and memory was based in the ideas of Halbwachs (1990), Burke (1992), Le Goff (1998), Benjamim (1986), Meihy e Lang (2004), Thompson (2002), Pollack (2000), Le Goff; Chartier; Revel (1998), Souza (2004), Certeau (1982-2003), Lopes; Galvão (2001), buscando em Chauí (1982-2001), Gentili e Silva (1996), Brito (1996) e Ferro (1996), among others, an analysis of the Higher Education and in Piauí State. The methodology follows the orientation of Richardson (1999), Trivinõs (1995), Minayo (1986); Fazenda (2000), Bardin (1977). The history of the Higher Education in this region presents unique characteristics, beginning with an attempt to plant a communitarian university, and then making accords with the Federal University of Piauí and, finally becoming a campus of the State University, starting the process of internalization of the higher education in the State. The Higher Education in Corrente transformed lives, making it possible the construction of a new history, by its actors, a history seen by other subjects formerly excluded of the process. The history of the Higher Education is built through a new look...

KEY-WORDS: Higher Education. Internalization. History. Memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01: Mapa da interiorização .....	81
ILUSTRAÇÃO 02: Prof. Almir Bittencourt, ex-reitor <i>pró tempore</i> da UESPI.....	82
ILUSTRAÇÃO 03: Profª. Sandra Lima de Vasconcelos. Presidente do NUCEP, em 2001.....	89
ILUSTRAÇÃO 04: Prof. Geraldo, ex-aluno da 1ª Turma - UESPI. Coordenador da UESPI em Santa Rita de Cássia.....	102
ILUSTRAÇÃO 05: Mapeamento da localização de campus e núcleos da UESPI. ....	105
ILUSTRAÇÃO 06: Fotos da atual reitora da UESPI, Profª. Valéria Madeira.....	108
ILUSTRAÇÃO 07: Galeria de reitores DADP/ UESPI .....	109
ILUSTRAÇÃO 08: Prof. Jônathas de Barros Nunes, reitor UESPI (1995 – 2001).....	112
ILUSTRAÇÃO 09: Professora Edy Guerra Nogueira, historiadora, professora do Instituto Batista Correntino, professora do Estado.....	128
ILUSTRAÇÃO 10: Irmãos Joaquim Nogueira Paranaguá e Coronel Benjamim José Nogueira.....	133
ILUSTRAÇÃO 11: Fotos do IBC antes da instalação da Faculdade do Cerrado .....	139
ILUSTRAÇÃO 12: Foto do ex-padre José Anchieta de Alcântara Melo, fundador dos Colégios Imaculada Conceição e São José.....	140
ILUSTRAÇÃO 13: Sede do Centro Social Imaculada Conceição .....	145
ILUSTRAÇÃO 14: Colégio São José.....	148
ILUSTRAÇÃO 15: Frente da Escola Vovô Antônio Rocha.....	151
ILUSTRAÇÃO 16: Unidade Escolar Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira - vista da frente do Colégio e uma das salas de aula. ....	154
ILUSTRAÇÃO 17: Escolinha Reino Encantado - desfile /1999.....	155
ILUSTRAÇÃO 18: Colégio Alternativo de Corrente.....	156
ILUSTRAÇÃO 19: Campus de Corrente – UESPI.....	157

ILUSTRAÇÃO 20: Biblioteca (esquerda) e Museu. ....	158
ILUSTRAÇÃO 21: Auditório, alunos do curso de Zootecnia. ....	158
ILUSTRAÇÃO 22: Campus da Universidade de Passo Fundo – UPF. ....	172
ILUSTRAÇÃO 23: Campus da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – estrutura construída com o ideário de uma universidade comunitária. ....	172
ILUSTRAÇÃO 24: Foto do primeiro diretor (UFPI e UESPI): Dr. João Rocha Mascarenhas .....	179
ILUSTRAÇÃO 25: Foto – Profª. Nehandeara Nazira N. Guerra, 2ª diretora da UESPI - Campus de Corrente. ....	182
ILUSTRAÇÃO 26: Prof. Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira, diretor administrativo da UESPI – campus Corrente-PI.....	184
ILUSTRAÇÃO 27: Prof. Carlos Omar Mascarenhas de Araújo, diretor do campus de Corrente - UESPI (janeiro/2005).. ....	188
ILUSTRAÇÃO 28: Prof. Antônio Francisco Soares, professor da UESPI campus Corrente .....	191
ILUSTRAÇÃO 29: Prof.ª Rita Mônica de Andrade Fonseca, mestra - coordenadora pedagógica da UESPI (2005). ....	193
ILUSTRAÇÃO 30: Prof. Edílson Nogueira - professor da UESPI- campus Corrente-PI....	203
ILUSTRAÇÃO 31: Dr. Hélio Paranaguá (ex-diretor do IBC).....	204
ILUSTRAÇÃO 32: Profª. Raimunda Maria da C. Ribeiro - Mestre em Educação. Ex- aluna UFPI - campus Corrente. ....	205
ILUSTRAÇÃO 33: Professor Etelvino, ex-aluno da UESPI-PI, em sua formatura.....	212
ILUSTRAÇÃO 34: formandos da FESPI/UFPIUESPI – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA. TURMA: CORRENTE PEDAGÓGICA.....	216
ILUSTRAÇÃO 35: Formandos 1997.2: PRIMEIRA TURMA DE PEDAGOGIA DA UESPI - CORRENTE. ....	219
ILUSTRAÇÃO 36: Placa da primeira turma da UESPI - campus de Corrente-PI.....	220
ILUSTRAÇÃO 37: área externa (à esquerda); prédio principal (à esquerda) .....	233

ILUSTRAÇÃO 38: prédio II (direita); cantina (à esquerda) .....	233
ILUSTRAÇÃO 39: área em frente à cantina (à esquerda); pátio interno (à esquerda).....	233
ILUSTRAÇÃO 40: sala de aula (à esquerda); corredor (à esquerda).....	233
ILUSTRAÇÃO 41: biblioteca (à esquerda); laboratório de informática o (à esquerda).....	234
ILUSTRAÇÃO 42: FCP - sala multimeios (à esquerda); auditório (direita) .....	234
ILUSTRAÇÃO 43: II Encontro Interdisciplinar de Pesquisa do Extremo Sul do Piauí.....	237

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

### QUADROS

QUADRO 01: Relação dos sujeitos da pesquisa .....	32
QUADRO 02: Trajetória e denominações dos órgãos da FADEP .....	80
QUADRO 03: Representativo do crescimento quantitativo da UESPI - 1995 a 2000 .....	85
QUADRO 04: Expansão da UESPI - período regular e especial (ofertas e vagas).....	87
QUADRO 05: VESTIBULAR 2001. Relação dos cursos de Graduação Plena em Período Regular, Período Especial e Seqüenciais .....	88
QUADRO 06: VESTIBULAR 2002. Relação dos cursos de Graduação Plena em Período Regular, Período Especial e Seqüenciais .....	88
QUADRO 07: Total de alunos matriculados, concludentes e número de docentes concludentes.....	106
QUADRO 08: População por situação de domicílio .....	123
QUADRO 09: Indicadores de longevidade e mortalidade – Corrente-PI .....	123
QUADRO 10: População de jovens entre 1991/2000 – Corrente-PI.....	124
QUADRO 11: Relação população adulta (de 25 anos acima), entre 1991-2000 – Corrente-PI.....	124
QUADRO 12: Relação educação/longevidade e renda – Corrente-PI.....	124
QUADRO 13: Indicadores de renda da cidade de Corrente –PI, 1991/2000 .....	126

### GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População entre 1991-2000 – Corrente-PI.....	122
GRÁFICO 2: Categorias de acordo com a contribuição para o crescimento do Desenvolvimento Humano – Corrente-PI.....	125

## LISTA DE SIGLAS

CDRH - Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Piauí

CETEL – Centro de Teleducação

CESPARAIM - Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim

CESP - Centro de Ensino Superior do Piauí

CPTE - Centro de Pesquisa e Tecnologia Educacionais

CETEL - Centro de Teleducação

FADEP - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí

FCP – Faculdade do Cerrado Piauiense

FESPI - Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí

GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

IES - Instituição de Ensino Superior

IBC – Instituto Batista Correntino

IBI – Instituto Batista Industrial

LDBEN – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB – Movimento de Educação de Base

PNE - Plano Nacional de Educação

SEE - Secretaria Estadual de Educação

UEP - Universidade do Piauí

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes.

USAID - United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - CAMINHOS PERCORRIDOS</b> .....	22
<b>CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: DETERMINANTES SÓCIO-CULTURAIS</b> .....	40
2.1 Das primeiras tentativas de ensino superior no Brasil à implantação da Universidade Federal do Piauí – UFPI: uma visão macro-histórica .....	46
2.2- A educação superior no Piauí, da Faculdade de Direito à Universidade Federal do Piauí: um sonho antigo .....	53
2.3 Tendências das políticas de Educação Superior no Brasil: delineando modelos e perspectivas .....	61
<b>CAPÍTULO III – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL PIAUIENSE: PERSPECTIVAS E REALIDADES</b> .....	75
3.1 Universidade Estadual do Piauí: um olhar por sua origem e expansão .....	76
3.2. A expansão da Educação Superior na Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense: uma visão histórica, sociocultural e política .....	111
<b>CAPÍTULO IV - HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CORRENTE: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> .....	119
4.1 Corrente: uma visão geral em seus diversos aspectos .....	120
4.2 Corrente: história e memória das primeiras instituições .....	126
4.2.1 Do primeiro Jardim da Infância ao Instituto Batista Correntino – IBC: “luz para o nordeste” .....	128
4.2.2 Colégio da Imaculada Conceição e Colégio São José .....	140
4.2.3 Outras instituições de Educação Básica em Corrente .....	149
4.3 A Educação Superior em Corrente .....	157

4.3.1 O ideal de uma Educação Superior em Corrente: perspectiva de uma Universidade Comunitária .....	158
4.3.1.1 A tentativa de uma Universidade Comunitária: integração dos ideais do sul do país com o nordeste piauiense .....	166
4.3.2 A criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI - e os Convênios realizados: início da implantação de uma Universidade em Corrente .....	173
4.4 O campus da UESPI em Corrente: efetivação da Educação Pública Superior .....	179
4.5. A qualidade social da Educação Superior em Corrente: “a História vista de baixo” .....	196
4.5.1 Histórias de vida transformadas pela Educação Superior .....	210
4.6 A expansão da rede privada de Ensino Superior no extremo sul do Piauí: Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP .....	231
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>247</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>271</b>

## INTRODUÇÃO

Procura-se neste trabalho reconstituir a história da educação superior no extremo sul do Piauí, assumindo, conforme a visão de Walter Benjamin (1986), que buscar o histórico supõe distanciar-se da homogeneidade e aproximar-se da percepção do campo das possibilidades, o qual é constituído de “agoras”, que, a rigor, questionam “momentos”, possibilitando trabalhar perspectivas e analisar pressupostos. A esse respeito, Dermeval Saviani (1993) reconhece que a história faz-se a partir do concreto e que, para dar conta dessa problemática, é necessário que se assuma uma postura histórica.

Não se pretende aqui apontar soluções para os problemas da contemporaneidade da educação superior, tampouco projetar o futuro da região pesquisada, pois não é essa a função da história, embora esta parta, necessariamente, de questões presentes, que auxiliam numa melhor compreensão dos fatos, o que pode subsidiar intervenções.

Propõe-se uma reconstituição histórica e, em certos momentos, a construção de novos caminhos. Reconhece-se, desse modo, a impossibilidade de se apresentarem resultados definitivos ou respostas acabadas. Os dados e respostas são provisórios, sujeitos a mudanças de acordo com os novos caminhos traçados, pois, por serem subjetivos, não poderiam deixar de também refletir o ponto de vista da pesquisadora.

Esta pesquisa, portanto, volta seu olhar para o Piauí e tem como objeto de estudo o processo histórico da educação superior na cidade de Corrente-PI, desde 1986 até 2005, período que representa a expansão da educação superior nessa microrregião do extremo sul piauiense.

O Piauí apresenta-se, geograficamente, dividido em 222 municípios, agrupados em quatro mesorregiões e em quinze microrregiões geográficas<sup>1</sup>. Assim, ao se observar a

---

<sup>1</sup> Esses dados poderão ser encontrados nas seguintes fontes: IBGE-PI - Censo Demográfico 2000; Diário oficial da União nº. 198, de 11/10/2002 e Fundação CEPRO- Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí; em Rodrigues (2004).

posição geográfica da região das chapadas do extremo sul piauiense, percebe-se a relevância da realização deste estudo, pois a expansão do ensino superior tornou-se de fundamental importância para a construção da história individual e coletiva dos sujeitos protagonistas desse processo e para toda a região, que se beneficia sócio-cultural e economicamente, principalmente pela distância da região em relação à capital do Estado.

O processo de interiorização da educação superior na microrregião das chapadas do extremo sul iniciou-se por Corrente, em 1992, com a Universidade Federal do Piauí – UFPI, intensificando-se, no período entre 1995 e 2000, com o processo de expansão, denominado Interiorização da educação superior Pública Estadual, efetivado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, a qual, nesse período, ampliou e diversificou a oferta de cursos de Graduação Plena, assim como instituiu o Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica, ações que representaram, dentre outras, significativo aumento quantitativo no número de alunos.

Nesse sentido, foram instigantes alguns questionamentos: por que a educação superior nessa microrregião? Por que a cidade de Corrente? Alguns outros motivos também levaram a pesquisadora a voltar-se para essa temática. Primeiro o fato de considerar-se também protagonista dessa história, por ter residido e estudado em Corrente, após o abandono, por motivos de foro íntimo, de um curso de graduação na Universidade de Brasília – UnB, interrupção que durou 10 anos, sendo que, somente com a instalação da educação superior em Corrente, foi possível retomar os estudos. Segundo, dentre outras razões, pelo desejo de contribuir para a promoção da educação do estado. Terceiro, pela possibilidade de não só contar (escrever) essa história, mas inclusive de contemplar seus protagonistas, partindo-se da consideração de que foi a primeira cidade da região a ter implantada a educação superior, fato que marcou o início do processo de interiorização da UESPI.

O processo investigativo não se limitou apenas ao que pode ser considerado como história da educação, voltando-se para os aspectos econômicos, políticos e sociais desse contexto histórico em que se desenvolve o fenômeno educativo. Assim, o problema que instigou este estudo está assim estruturado: como ocorreu o processo histórico de educação superior na microrregião das chapadas do extremo sul piauiense, mais precisamente na cidade de Corrente-PI?

No intuito de uma reconstrução desse processo, constituíram-se questões norteadoras desta pesquisa, do tipo: como se desenvolveram as primeiras idéias de implantação do ensino superior no Piauí e em Corrente? De que forma aconteceu a expansão da educação superior do centro até o extremo sul do Estado do Piauí? Quais motivos

impulsionaram essa interiorização? Qual a qualidade social da expansão da educação superior em Corrente? Corrente pode ser considerada um pólo cultural do extremo sul Piauiense?

Foram coletados dados por meio de questionário aberto, entrevistas, relatos escritos, história oral de vida e autobiografia, os quais possibilitaram conhecer o processo histórico e os diversos aspectos que emergiram no seu contexto. Buscou-se a percepção desse processo na visão dos sujeitos beneficiados, comparando fatos históricos, memórias e experiências atuais com a análise documental (atas, editais, resoluções, diário oficial e outros).

Parte-se do pressuposto de que, na recuperação histórica do passado, pode-se entender questionamentos colocados no presente, pois se reconhece que o passado tem muitos elementos que integram a constituição da realidade contemporânea. Quanto à educação superior, realizou-se um resgate da origem da educação no Brasil e no Piauí de modo a dar maior consistência à análise do objeto pesquisado.

Tem-se, portanto, uma pesquisa inédita pelo seu objeto. Mas as pesquisas se diferenciam na forma como que cada olhar, focalizado no objeto, vai se modificando de acordo como o pesquisador o percebe. É necessário, portanto, que haja uma intensa inter-relação entre pesquisador e objeto no contexto em que estão inseridos.

Com base no problema citado e procurando responder aos questionamentos propostos, buscou-se uma relação entre as histórias regional e nacional de modo a ampliar o ponto de historicidade que, para Evaldo Vieira (1982), possibilita mostrar os processos contraditórios e as determinações históricas de tempo e espaço. Dessa forma, esta pesquisa apresenta cunho historiográfico dando voz aos autores do processo (professores, alunos e pessoas da comunidade).

Justifica-se esse estudo dentro de uma nova concepção na qual a história permite que se vejam outros lugares, culturas e outras épocas mais próximas da realidade cotidiana de cada um. Acredita-se que este estudo possa contribuir na construção da História da educação superior do Piauí e, mais especificamente, na região investigada.

Admite-se que, ao se fazer a construção do conhecimento histórico, na reconstituição do passado, tal processo proporciona ao sujeito investigador adquirir informações sobre o objeto deste conhecimento, entendendo que esse objeto pode ser analisado sob vários olhares.

Portanto, esta pesquisa realizou-se por meio de uma análise das informações relacionadas à educação superior na região citada, sua origem, expansão e importância para os protagonistas desse processo, procurando-se traçar entre objeto e sujeito uma inter-relação na

construção do conhecimento histórico o qual faz parte de todo processo de conhecimento humano.

Reconhece-se a educação como uma “prática social histórica” e, como tal, seu conceito se constrói historicamente. Logo, investigar algo em construção é penetrar no desconhecido, que, aos poucos, vai se deixando transparecer, interagindo-se com um fenômeno que só se desvendará por meio de um processo que, a rigor, nunca se mostrará por completo, já que sempre haverá algo a ser construído, descoberto, revelado, visto que se apresenta de forma dinâmica, multidimensional.

Nessa perspectiva, procurou-se fazer uma análise sobre os vários aspectos que compõem essa “teia de relações” (ELIAS, 1999), que é a educação superior, um processo histórico-social, dinâmico historicamente condicionado às inter-relações com as diversas instituições da sociedade na qual está inserida.

Seguindo essa visão, na tentativa de reconstituir o processo estudado, partiu-se de alguns objetivos específicos como: conhecer as primeiras tentativas de educação superior no Piauí e em Corrente, relacionando-a com a história do ensino superior no Brasil; descrever a origem e expansão da educação superior nessa região segundo a visão dos principais atores desse processo; obter dados relativos à importância da educação superior para os sujeitos protagonistas dessa história.

Este trabalho está organizado em capítulos que partem inicialmente das considerações teórico-metodológicas da pesquisa, ou seja, da visão epistemológica do pesquisador, da trajetória percorrida no decorrer do estudo, dos instrumentos utilizados, do tipo de investigação realizada, enfim, dos passos seguidos para que, com segurança, fosse possível chegar aos resultados e conclusões deste processo investigativo. Assim, o primeiro capítulo denominou-se “CAMINHOS PERCORRIDOS”.

Na análise deste estudo consideraram-se as idéias de diversos teórico, como Roberto Richardson (1999); Augusto Trivinões (1995); Maria Cecília Minayo (1986); Ivani Fazenda (2000), Laurence Bardin (1977), Marina de Andrade Marconi; Eva Maria Lakatos (2002), conduzindo no desenvolvimento da metodologia a ser seguida.

No que concerne à história e memória, procurou-se embasamento nas teorias de Maurice Halbwachs (1990), que possibilitam perceber que, a partir de uma ordem de idéias e de preocupações particulares, torna-se possível a percepção de seus reflexos nas personalidades de seus membros, em uma relação entre a memória individual e a coletiva; José Carlos Meihy (2002) que conduz a conceituação objetiva da história oral e de como deve ser realizado o processo de pesquisa nessa área; Le Goff (1998) que oferece subsídios para a

história como um elemento essencial na construção da identidade individual e coletiva, por meio da memória, no diálogo com outras ciências sociais, expandindo seus problemas, métodos e objetivos.

Têm-se ainda estudiosos como Peter Burke (1992) mostrando as novas perspectivas representadas por uma mostra significativa das recentes tendências da metodologia e prática historiográfica; Walter Benjamin (1986) buscando pelo histórico distante da homogeneidade e próximo da percepção do campo de possibilidades que é a história, constituída de “agoras”. Jose Carlos Sebe Bom Meihy e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (2004), Paul Thompson (2002), Michel Pollack (2000), Le Goff; Chartier; Revel (1998), Meihy e Lang (2004) desenvolvem meios para compreensão da metodologia de História Oral; Eliana Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001) levam a perceber a inter-relação entre o historiador e suas fontes; Michel de Certeau (1982-2003) possibilitou uma análise tanto sobre a escrita da história quanto sobre o cotidiano como um espaço inventado graças às “artes de fazer”.

Dando continuidade ao estudo, buscou-se uma visão da educação superior no Piauí, relacionando-a à educação nacional. Partiu-se do ideal de um ensino superior, mostrando a teia de relações que constitui todo processo histórico. Este segundo capítulo recebeu o nome de “EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: PRINCIPAIS DETERMINANTES SÓCIO-CULTURAIS”. Essa visão possibilitou reconstituir desde as primeiras tentativas de ensino superior no Brasil à implantação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, por meio da macro história; proporcionou também uma análise das tendências das políticas de educação superior no Brasil e os modelos que se delinearam no decorrer do processo.

Neste momento, a análise histórico-social e política da educação superior fundamentou-se em Dermeval Saviani (1993), Cipriano Luckesi (2001, 2004), Luis Fernandes Dourado e Afrânio Mendes Catani (1999), Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1977-1980, 2004), Luiz Antonio Cunha (1988, 1983, 1980), Maria das Graças Ribeiro (2002), Selma Garrido Pimenta e Graças Camargo Anastasiou (2002), Jorge Nagle (2001), que possibilitaram a compreensão desses aspectos durante todo o processo investigativo, e Guiomar Passos (2003), em uma análise da UFPI, entre outros.

Em um terceiro momento, tem-se a origem da educação superior na microrregião das chapadas do extremo sul do Piauí, dando-se uma maior ênfase à Universidade Estadual do Piauí e sua expansão, que acompanhou a história da educação superior nessa região, representada pela cidade de Corrente. Dessa maneira se constituiu o terceiro capítulo –

“HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MICRORREGIÃO DAS CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE: PERSPECTIVAS E REALIDADES”, o qual aborda a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, sua origem e expansão.

Neste momento, apóia-se em teóricos como Itamar Sousa Brito (1996) e Maria do Amparo Ferro (1996), que contribuíram para uma análise dos diversos aspectos da educação no Piauí.

O processo investigativo, dada sua peculiaridade, fez emergir problemáticas que levaram à reflexão sobre o início do processo de educação em Corrente, remetendo a pesquisadora a investigações sobre as primeiras escolas. Procurou-se obter uma visão geral do processo da educação básica à educação superior, seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

Buscou-se, no quarto capítulo, reconstituir a história da educação superior em Corrente por meio da memória de seus protagonistas, reconhecendo que “[...] a educação existe em toda parte e faz parte dela existir entre opostos” (BRANDÃO, 2004, p. 100). Assim, partiu-se de uma visão dos novos sujeitos da História Cultural. Desta forma foi se reconstituindo a “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CORRENTE: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR”. Tem-se aqui uma visão geral de Corrente em seus diversos aspectos e um olhar intensivo e extensivo sobre as instituições educacionais desta cidade. Nessa seção do estudo, são abordados teóricos que tratam acerca da história dessa região, como Edy Guerra Nogueira (2003), Edilson Nogueira (2002), Cândido Carvalho Guerra (2004), Jesualdo Cavalcanti Barros (2005), Sandra Mara K. Penno (2005), associando-se o diálogo com fontes orais e documentais.

Por meio das experiências pessoais dos sujeitos dessa história, fez-se uma análise da importância (qualidade social) da expansão da educação superior no Piauí, notadamente na microrregião das chapadas do extremo sul piauiense, tendo como pólo a cidade de Corrente. Para tanto, manteve-se um diálogo com teóricos como Marilena Chauí (1982-2001), em uma visão histórico-cultural e política; com a concepção de Roger Chartier (1990), no entendimento da história cultural, indispensável para identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída; Pablo Gentilli; Tomás Tadeu da Silva (1996) e Terezinha Azerêdo Rios (2002), que possibilitaram uma visão da qualidade social da educação. Nesta análise, recorreu-se também a Roberto Damatta (2000), na apresentação crítica da idéia de cidadania e sociedade brasileira, “num universo relacional”.

Ao se tratar das histórias de vida, adotou-se o subtítulo “A qualidade social da educação superior em Corrente: a história vista de baixo”, pois foi possível, a partir das

narrativas, perceberem-se “histórias de vida transformadas pela educação superior”. Assim, realizou-se uma análise da qualidade social da educação em Corrente por meio da história oral de vida de seis sujeitos protagonistas desse processo histórico, adotando-se uma subdivisão com depoimentos que possibilitam reflexões acerca da visão dos sujeitos que constroem essa história, com o subtítulo “A educação superior em Corrente: Construção de uma nova história”. Paralelamente, estendeu-se um olhar sobre a educação superior da Rede Privada em Corrente. Por meio de uma análise geral dos resultados obtidos, procurou-se responder à questão sobre ser Corrente um pólo cultural da microrregião do extremo sul piauiense.

Nas REFLEXÕES FINAIS, fez-se uma síntese dos diversos aspectos históricos da educação superior nessa região, verificando-se que, na cidade de Corrente, possibilitou a construção de novos caminhos, trilhados por novos sujeitos que emergem no decorrer desse processo.

Para a realização deste estudo, percebeu-se a necessidade de se fazer um diálogo entre a teoria e as evidências, implicando, portanto, que os procedimentos não fossem determinados a priori, mas ao longo do processo investigativo. São significativas as contribuições de outros autores, que, embora não citados neste momento, também possibilitaram uma análise dos diversos aspectos que emergiram no decorrer desta pesquisa, ampliando o diálogo entre a pesquisadora e as fontes.

Nessa perspectiva, pretende-se contribuir para a reconstituição do processo histórico da educação superior, e, em sua expansão, acompanhar a história desta educação na cidade de Corrente, possibilitando em vários momentos a construção de uma nova visão dessa história.

O presente estudo poderá também contribuir para uma melhor compreensão da história sócio-educacional do Piauí, subsidiando profissionais da área no planejamento e definição de políticas públicas de expansão do ensino superior, bem como proporciona refletir sobre os desafios que a universidade enfrenta diante de pressões e mudanças que põem em questão, inclusive, a sua identidade histórica.

# CAPÍTULO I

## CAMINHOS PERCORRIDOS

Ao se estabelecer uma cadeia entre o problema e a metodologia a ser aplicada, fez-se uma inter-relação entre ambos, procurando-se, para tanto, visualizá-los a partir de um olhar histórico. Reconhece-se que questionamentos diversos surgiram no decorrer da pesquisa, pois é esse “[...] processo de investigação que fará emergir a problemática educacional concreta” (SAVIANI, 1993, p. 49).

Portanto, partiu-se da compreensão de que “[...] é a educação (ou educações) que põe questões à história” (LOPES, 1989, p. 36) e do entendimento das palavras de Saviani (1993) de que o concreto é histórico. Nesse sentido, buscou-se a inter-relação entre o processo de educação superior e sua história, procurando manter o equilíbrio entre o contar a história da educação e uma abordagem de seus determinantes estruturais econômicos e político-sociais (SAVIANI, 1993).

Assim, por meio de uma investigação que teve por base questionamentos de situações reais sobre o processo histórico da educação superior na região do extremo sul piauiense, precisamente na cidade de Corrente-PI, buscaram-se respostas às indagações propostas, mantendo um diálogo entre o que foi investigado (as evidências) e as teorias que fundamentaram a pesquisa, na perspectiva de uma reconstrução histórica que proporcionasse “[...] ampliar o seu ponto de historicidade, mostrando os processos contraditórios [...] enfim suas determinações históricas de tempo e espaço” (VIEIRA, 1982, p. 12).

É comum ver-se, na atualidade, uma constante preocupação com um fenômeno denominado por Hall (1995, p. 6) de “[...] ‘destruição do passado’ ou, mais precisamente, a destruição de mecanismos sociais que ligam nossas experiências contemporâneas e as

gerações anteriores”. Segundo o autor, essa nova geração cresce “[...] num tipo de presente permanente, sem nenhuma relação orgânica com o passado público de seu tempo”. Assim, torna-se imperativo analisar as fontes históricas para se reconstituir o passado, mas essa análise deve partir de uma problematização do “agora”.

Esse processo de investigação histórica requer do pesquisador uma atitude de intencionalidade, visto que se torna meio temerário acreditar em uma história neutra, a partir do momento que esta faz pressupostos e indaga a realidade. Logo, esta pesquisa não visualiza, na complexidade dos tempos atuais, um processo de casualidade, pois parte de investigações sistemáticas de fontes orais e escritas que visam reconstituir fatos os quais, por sua vez, são dinâmicos e multirreferenciais.

Nas últimas décadas, novos caminhos são almejados com o fim de atender às necessidades e propósitos atribuídos a uma nova visão histórica, que tenta superar a linearidade e homogeneidade dos fatos isolados, por uma História em que a ênfase está no problema, buscando um caráter científico, confirmando-se como uma “ciência em árdua construção” (LOPES, 1989, p. 27).

Assim, é que a História da Educação passa a seguir uma linha de inovações em busca de novos objetos, novas fontes e novos problemas, pondo em questionamento a própria História. Lopes (1989, p. 35), nessa perspectiva, afirma que “[...] hoje, a pesquisa em História da Educação, tanto no Brasil como em outros países, é muito mais imaginativa e inovadora do que era há alguns anos e do que expressam os manuais didáticos da área”. Assim, a partir da década de 1960, na Europa, a História da Educação, sob influência, sobretudo, da Sociologia, Antropologia, Teoria Literária e Lingüística, à semelhança do que já ocorria em outros domínios da História, inicia um processo de renovação de seus objetos, sendo que suas fontes são alargadas e diversificadas.

Partindo-se dessa compreensão, considera-se, nas últimas décadas, a penetração de duas grandes tendências que influenciaram de forma decisiva o campo da História da Educação. Trata-se do Marxismo e da Nova História (LOPES; GALVÃO, 2001). A propósito, Guy Bois (1998, p. 241) faz a seguinte consideração:

Naturalmente essas duas correntes não podem ignorar-se. Alimentadas, ambas, pela mesma rejeição de uma prática histórica antiquada, elas caminham lado a lado, por vezes misturam indistintamente suas águas, mas também rivalizam tanto em ardor como em desconfiança recíproca.

Assim, assiste-se, nos últimos vinte anos, a uma profunda renovação na área científica. A esse respeito, comporta evocar Le Goff, Chartier e Revel (1998, p. 26-27) ao considerarem que

Nesse campo renovado, uma ciência ocupa uma posição original: a História. Há uma história nova, e um de seus pioneiros Henri Berr, já empregava o termo em 1930. A história deve esse lugar original a duas características essenciais: sua renovação integral e o arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas. Muitas ciências modernizaram-se num setor particular de seu domínio [...] a geografia foi uma das primeiras ciências humanas a se renovar. A influencia desses geógrafos sobre os mestres da escola nova, Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernando Braudel [...] Entretanto, a história não se contentou em abrir aqui e ali novos horizontes, novos setores para si. Claro um Pierre Goubert abre para a história nova o campo da demografia histórica, o enfoque desde o nascimento até a morte de todos os indivíduos, de todas as famílias de uma região [...] Natan Wachtel com a “visão dos vencidos”, modelo e obra-prima da história nova, dilata essa história às dimensões sem fronteiras da etno-história. Contudo, a história nova não se contenta com esses avanços. Ela se afirma como história global, total e reivindica a renovação de todo o campo da história (grifo do autor).

A História Nova nasceu, dessa forma, em oposição à História que seguia uma abordagem positivista do século XIX. Portanto, a História Nova ampliou o campo histórico, em uma multiplicidade de documentos escritos de diversos tipos como, documentos orais, entre outros. É o que os autores consideram uma “revolução documental”. Assim, “A História desfruta tanto dessa conquista metodológica como de sua base universitária” (LE GOFF, CHARTIER; REVEL 1998, p. 29). Nesse âmbito, acrescenta-se a seguinte consideração:

A expressão ‘a nova história’ é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. [...] é uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague e do nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* (BURKE, 2003, p. 9).

A História nova tem uma tradição própria, voltada à fundação da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”. Foi quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram, em Estrasburgo, no ano de 1929, “[...] uma revista que retomava, modificado, um velho projeto de Lucien Febvre de uma revista internacional de história econômica que abortara [...]” (LE GOFF, CHARTIER; REVEL, 1998 p. 28-29).

Confirma-se nas afirmações dos autores citados que, no final da primeira guerra mundial, Febvre idealizou uma revista internacional, voltada à história econômica, que seria dirigida pelo historiador belga Henri Pirenne. O projeto sofreu grande dificuldade, razão por

que foi abandonado. Em 1928, Bloch ressuscita os planos de uma revista francesa, cuja primeira edição circula em 15 de janeiro de 1929, alcançando sucesso. Febvre e Bloch tornam-se seus editores.

Os “Annales” nascem em 1929, provocando rompimentos, encontrando-se tanto no econômico como no social, de forma que se identificavam seus fundadores com o ideal social que permitia falar de tudo. Propunha-se investir numa abordagem nova e interdisciplinar da História, como se pode perceber pelo Comitê Editorial da Revista, que incluía um geógrafo - Albert Demangeon; um sociólogo - Maurice Halbwachs; um economista - Charles Rist e um cientista político - André Siegfried, entre historiadores antigos e modernos.

Observa-se que os “Annales” e os historiadores que compunham essa revista procuravam “derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão” (FEBVRE apud LE GOFF, CHARTIER E REVEL, 1998, p. 29) Os fundadores dos “Annales” tinham como base de suas reflexões e análises não apenas o econômico, como também o social, de forma que procuravam um caráter amplo possibilitando diversificar a história.

Portanto, recusa-se uma história que se apresente superficial e simplista, reduzindo, investindo tudo num só fator, como se as coisas fossem estáticas. Percebe-se, então, a dinâmica das relações e o “enfraquecimento de uma análise demasiado eclética, que pode se perder na ‘multiplicidade dos motivos’, que não distingue entre motivo e causa” (LE GOFF; CHARTIER; REVEL, 1998, p. 31- 32). Logo, há também mudanças na noção do que seja um fato histórico, no sentido de que

Não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Como todo homem de ciência, este conforme a expressão de Marc Bloch, deve, ‘diante da imensa e confusa realidade’, fazer a ‘sua opção’ – o que, evidentemente, não significa arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado.

Em uma visão simplista da história, tem-se que o historiador parte dos fatos e da documentação histórica que expressam esses fatos, como se estes pudessem revelar-se de modo espontâneo, por si mesmos. Discordando dessa visão simplista, reconhece-se que os processos são construídos a partir de inter-relações entre sujeitos e objetos, de maneira que o historiador, em sua pesquisa, não parte dos fatos, mas dos vestígios, do material histórico, das diversas fontes, para, a partir deles, reconstituir e construir os fatos históricos. Tais fatos não

se constituem em ponto de partida, sendo, o resultado decorrente de uma seleção de materiais disponíveis, a partir de critérios estabelecidos.

Dessa forma, tornam-se possíveis diferentes construções históricas, a partir de um mesmo material, pois, em cada reconstituição, está presente a subjetividade, inter-relacionada com os saberes dos sujeitos sobre a sociedade. Assim, já não mais se aceita o paradigma tradicional.

Kuhn (1962, p. 218-219) introduz o termo paradigma em sua obra “A estrutura das revoluções científicas”. Segundo o autor, esse termo “[...] de um lado indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada [...]” podendo ser visto também como “[...] aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” Observa-se que o paradigma apresenta caráter exemplar e função normativa. Considera-se que uma crise de paradigma acarreta uma mudança conceitual, ou seja, uma mudança de visão de mundo.

Compartilhando dessa concepção, procura-se, nesta pesquisa, desenvolver um estudo qualitativo sobre o processo histórico da educação superior, numa análise que inter-relaciona teoria e metodologia.

Joel Martins, em seu artigo “A pesquisa qualitativa”, considera que os conceitos sobre os quais as Ciências Humanas, em um plano de pesquisa qualitativa, estão fundamentadas, são produzidos pela descrição. Para o autor,

No que se refere à pesquisa qualitativa, pode-se dizer que os dados são coletados através da descrição feita pelos sujeitos [...] Na pesquisa qualitativa, uma questão metodológica importante é a que se refere ao fato de que não se pode insistir em procedimentos sistemáticos que possam ser previstos, em passos ou sucessões, como uma escada em direção à generalização (MARTINS, 2000, p. 58).

Torna-se importante ressaltar que esta pesquisa, por ser qualitativa, não seguiu uma seqüência rígida de etapas para o seu desenvolvimento, pois as informações recolhidas, ao serem interpretadas, originaram a exigência de novas buscas de dados. As descrições presentes nos diversos depoimentos orais possibilitaram a busca de novas fontes, mostrando ser relevante “[...] o sentido da história, o olhar para trás, ir em busca da apreensão do tempo, com as vivências do presente e poder tomar conhecimento de que o passado se recria pela memória, única forma de retê-lo, de apreendê-lo” (FÉLIX, 1998, p. 33).

Considerou-se relevante, portanto, uma análise que não fosse apenas centrada em documentos oficiais, mas fortalecida por um cruzamento de fontes, para que fosse possível uma reflexão entre memória e história da educação superior e a importância de sua interiorização, empregando-se como fontes não só documentos escritos, mas, também “[...] memórias como documentos localizados na cabeça das pessoas e não nos arquivos públicos [...] experiências vividas interiormente [...]” (PIMENTEL; LEAL, 2003, p. 13).

Na reconstituição dessa história, inicialmente realizou-se breve historiografia sobre a educação no Piauí, relacionando-a à educação no Brasil. Assim, a visão da macro-história possibilitou uma melhor compreensão e reconstituição da micro-história, ou seja, do processo de educação da cidade de Corrente-PI. Nesse sentido, entende-se por micro-história

[...] essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos conhecimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo (LEVI, 199, p. 133-135)

Desta forma, a micro-história consiste em descrever de forma mais realista o comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito desse comportamento, possuindo uma posição específica dentro da chamada Nova História. Analisou-se a historicidade da educação superior no Piauí, seguindo uma tendência de um estudo regional, localizado, circunscrito, partindo-se da cidade de Corrente-PI.

Em busca de elementos direcionais desse processo histórico, procurou-se questionar esse redirecionamento das interpretações do passado e não meramente confirmar suposições, seguindo-se a corrente historiográfica, que, segundo Magalhães (1996, p. 59),

[...] evolui dos Annales, pela Nova História, em busca da construção dos sujeitos, dos sentidos das suas ações, pela relação entre as estruturas, as racionalidades e as ações desses sujeitos históricos; recuperando informações e fontes da informação sobre cotidianos, suas práticas, representações e invenções.

A historiografia possibilita ao pesquisador tentar “[...] vencer o esquecimento, preencher o silêncio, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo [pois] nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente” (REIS, 1998, p. 38), proporcionando um novo olhar na (re) construção dessa história.

Segundo Michel Certeau (2003, p. 97-98), tem-se a historiografia como um trabalho que visa “[...] encontrar um presente que é um término de um percurso, mais ou

menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos)”. Neste estudo, buscou-se a história de uma série de ciclos que compõem o processo histórico de educação superior, reconhecendo-se a dinâmica e as teias de relações que constituem esse processo.

A historiografia tem vários sentidos, como a narração dos acontecimentos históricos, o contar, o falar, o escrever sobre a História; as práticas dos historiadores, ou seja, como eles produzem a História e a metodologia, pois o discurso sobre o discurso do historiador tem regras próprias do seu campo.

Assim, percebida, a História apresenta-se como uma ciência em construção. Como tal, procurou-se nesta pesquisa prosseguir na linha de uma das tendências mais recentes da historiografia, a Nova História Cultural. Encontrou-se nessa tendência uma maneira de identificar a realidade nos diferentes tempos e lugares, na forma como vem sendo construída, dando relevância à percepção de seus protagonistas, ou seja, daqueles que construíram e constroem a História da educação superior na microrregião do extremo sul piauiense, representados pela comunidade de Corrente. Por meio de suas memórias, descritas nas falas dos sujeitos protagonistas desta história, foi possível a reconstituição desse processo, tendo em vista que:

[...] a história tanto pode ser concebida como memória - à memória grega de narrar o que é memorável para imortalizar os mortais - tanto como trabalho - à memória dramática cristã na qual o curso do tempo é resgate da eternidade. E pode, enfim, ser concebida como trabalho memorioso, que põe todos os acontecimentos na ordem do dia espiritual do presente (CHAUÍ, 1982, p 58).

Tem-se, portanto, um trabalho memorioso dos acontecimentos presentes, em busca de como se construiu esse processo de educação superior na microrregião do extremo sul, o qual se iniciou pela cidade de Corrente. Corroboram-se as palavras de Chauí, com a concepção de Chartier (1990, p. 16), de que “[...] história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto (sic) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Desse modo, este estudo foi norteado por alguns eixos balizadores, citados na introdução desta pesquisa, que possibilitaram extrair o universal do particular, tendo o desafio de articular de forma adequada os princípios teórico-metodológicos, explicitando os dados encontrados durante a pesquisa de campo.

Contudo, sabe-se que “[...] é cientificamente estéril ir ao encontro do objeto de pesquisa com uma teoria pronta, forçando os dados a uma mera confirmação desse referencial teórico” (BUFFA, 1996, p. 25). Portanto, durante a investigação surgiram questões ligadas aos aspectos histórico-sociais, políticos e econômicos da cidade de Corrente, a inter-relação entre a educação básica e o processo de implantação da educação superior na cidade; o distanciamento existente entre Corrente e os demais centros, proporcionando uma trajetória de lutas em busca da educação em geral; a importância da educação superior na vida dos diversos sujeitos que constroem essa história, considerada tal educação como um fator de qualidade social.

Na tentativa de responder aos questionamentos, procurou-se seguir essa tendência por meio de seleção realizada pela autora, reconhecendo que não se esgotará o assunto e que também não se conseguirá atender a todos os seus próprios anseios, partindo do entendimento de que: “[...] a história será sempre um conhecimento mutilado, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber” (SILVA, 2001, p. 79). Assim, na medida do possível, procurou-se identificar materiais de cada época, tendo como critério de escolha aqueles que dão sentido à investigação, propiciando responder aos questionamentos sobre o problema.

Partiu-se de uma das tendências da historiografia contemporânea, ou seja, a linha da nova História Cultural, procurou-se uma metodologia que tem como base a análise histórica de documentos (atas de reuniões, editais, certificados, manuais, resoluções, entre outros) e história oral, dialogando com o existente, em busca das idéias e valores, perspectivando compreender como o conhecimento histórico se relaciona, em determinados momentos, com seus determinados objetos.

Consciente de que somente os dados oficiais não são suficientes para uma compreensão do passado e de que a história se constrói a partir de qualquer traço que a sociedade deixou durante a sua trajetória, procuraram-se dados dentre as novas fontes que se destacaram a partir da terceira década do século passado (XX), pois, no decorrer do tempo, os tipos de fontes e a forma de compreendê-las têm sofrido alterações.

Buscou-se, dentre essas fontes, a fala, que vem se constituindo como uma forma também confiável de reconstrução histórica, tomando um lugar de relevância na historiografia contemporânea. Para Lopes e Galvão (2001), essa maneira de fazer história é chamada de História Oral, pois a fonte fala.

Faz-se uso também da História Oral por se considerar que esta se constitui como inevitável documento de registro e análise da fala. Portanto, concebe-se História Oral como

[...] um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva. [...] é uma prática de apreensão de narrativas feita por meio do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato (MEIHY, 2002, p. 13).

Ao se escolher a História Oral como uma das metodologias de apoio à pesquisa, torna-se relevante reconhecer a complexidade que envolve essa forma de estudo, o qual exige sistematização e critérios, passando por uma análise crítica das falas, levando em conta toda a subjetividade que permeia as narrativas. Podem-se perceber essas características nas afirmações de Meihy e Lang (2004, p. 13) em uma breve nota na Revista Brasileira de História Oral – ABHO, ao mostrarem que

Nesta direção, o juízo crítico com compromissos teóricos extrai a vivência da história oral do limite da aventura despreziosa, do mero registro de grupos preocupados apenas com a coleta de elementos mantenedores da questão que os levou ao uso da oralidade.

A exemplo de toda fonte, a fala deve ser analisada criteriosamente, evitando-se que possa tornar-se problemática devido à imprevisibilidade ou pelo fato de que muitas vezes não se tem um controle da situação, sendo necessário ao pesquisador muita disposição e habilidade para que possa empreender seu juízo crítico.

Apesar de alguns cuidados ao se analisar a fala, são várias as vantagens e possibilidades de se trabalhar a História Oral. Para Thompson (2002, p. 25), “A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance”. O autor realça ainda que, ao se fazer a pesquisa oral, pode-se escolher “[...] a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista proporcionará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”. Percebeu-se este fato durante a investigação, de maneira que uma entrevista levava a pesquisadora a novas fontes, novos sujeitos.

Procura-se nesta pesquisa a “história oral de vida”, na tentativa de se entenderem questões que emergiram, no decorrer do processo investigativo, sobre a qualidade social dos alunos egressos das primeiras turmas da UESPI – Campus de Corrente-PI. A “história oral de

vida”, na concepção de Meihy (2002, p. 130) traduz-se como a “[...] narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”. Investigou-se por meio da história oral de vida, conhecida por “história oral subjetiva”, em razão da atenção do pesquisador ser voltada para o valor moral da experiência pessoal (MEIHY, 2002), em busca da importância da educação superior na vida dos protagonistas desse processo.

Portanto, durante os depoimentos, surgiram algumas problemáticas, como a da qualidade social da expansão da educação superior, categoria analisada por meio da história oral de vida de ex-estudantes do Campus de Corrente. A análise dessa categoria foi iluminada pela seguinte concepção de qualidade:

[...] totalizante, abrangente, multidimensional. É social e historicamente determinado porque emerge em uma realidade específica de um contexto concreto. Portanto, uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico (RIOS, 2001, p. 64).

Trabalha-se essa visão de qualidade por meio da história e da memória, pois possibilitam a realização de duas leituras simultâneas da temporalidade: uma que defende o tempo como tempo presente, mas repleto de passado e futuro, e outra a qual demonstra o passado impregnado no tempo. Para melhor percepção dessas duas leituras, utilizou-se a entrevista, que “[...] configura a forma mais usual de obtenção de dados na metodologia da História Oral, dados provenientes do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado” (LANG, 2004, p. 7).

Iniciou-se este estudo pela pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, em busca de se conhecerem as primeiras tentativas de educação superior no Piauí e em Corrente, relacionando-a com a história do ensino superior no Brasil. Ao se iniciar a busca pela origem e expansão da educação estadual, representada pela UESPI, empreendeu-se uma investigação da documentação direta, que “[...] constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorreram [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2002, p. 83). Esses dados foram obtidos por meio da técnica de entrevista (observação direta intensiva).

Portanto, realizou-se uma pesquisa de campo utilizando-se entrevistas semi-estruturadas para coleta de informações, aspecto que promoveu uma interação entre entrevistado e entrevistador, tendo em vista que a mencionada técnica favorece certa flexibilidade, podendo-se obter um clima de confiança e estímulo às respostas, que foram dadas livre e espontaneamente. Na verdade, entende-se por entrevista semi-estruturada

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante [...] começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. [...] essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. [...] são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa [...] (TRIVIÑOS, 1995, p. 146)

Considera-se esse formato de entrevista um encontro interpessoal, de maneira que os protagonistas demonstram também suas subjetividades e, ao mesmo tempo, constitui momento de construção de um novo conhecimento, mas nos limites da representatividade da fala, considerada indispensável à pesquisa.

Apesar de a entrevista representar o instrumento central adotado, houve ocasiões em que se tornou necessária a aplicação de questionários abertos, a exemplo de uma amostra de sete ex-alunos (as) da UFPI e da UESPI, os quais não quiseram ser entrevistados oralmente. Esses questionários foram realizados em julho de 2004 (os alunos preferiram não ser identificados).

Os questionários foram os primeiros instrumentos aplicados, sendo respondidos por alunos da primeira turma que se formou pela UFPI – Universidade Federal do Piauí e por alunos da UESPI – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Corrente. Ressalta-se que os instrumentos para coleta de dados foram submetidos ao pré-teste, objetivando evitar possíveis vieses contidos nas questões, o que também possibilitou a correção de falhas existentes no que diz respeito a sua formulação.

Para uma reconstituição da história da educação, segundo aqueles que realmente construíram esse processo, buscou-se uma população formada por pessoas (reitora e ex-reitores, diretores (as), coordenadores (as), professores (as), alunos (as), pessoas da comunidade) que participaram da implantação da educação superior no Piauí e em Corrente, em uma amostra total de quarenta e três (43) protagonistas, os quais, por meio de suas memórias, contaram essa história. Pode-se confirmar esta amostra no quadro abaixo:

SUJEITOS	NOME DO ENTREVISTADO	TÉCNICAS	ATIVIDADE
01	PROF. DR. LUÍS SOARES A. FILHO	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	AULA INAUGURAL/FADEP
02	PROF. DR. ALMIR BITTENCOURT	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-REITOR FADEP/UESPI
03	PROF. DR. JÔNATHAS B NUNES	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-REITOR DA UESPI
04	PROF. VALÉRIA MADEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	REITORA DA UESPI
05	PROF. DR. CHARLES DA SILVEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-REITOR DA UFPI

06	PROF <sup>a</sup> . EDY G. NOGUEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROFESSORA/ESCRITORA
07	PROF. CÂNDIDO C. GUERRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROFESSOR/ESCRITOR
08	PROF. DR. HÉLIO F. PARANAGUÁ	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROFESSOR/EX-DIRETOR IBC
09	DR. FLÁVIO AURÉLIO NOGUEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	MÉDICO
10	PROF <sup>a</sup> . SANDRA MARA K. PENNO	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-DIRETORA DO IBC
11	PROF <sup>a</sup> . M <sup>a</sup> . CONCEIÇÃO OLIVEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX- PROFESSORA DO COLÉGIO SÃO JOSÉ
12	PROF <sup>a</sup> ELIENE ROCHA CUSTÓDIO	DEPOIMENTO ESCRITO	DIRETORA ESCOLA / ENS.FUND.
13	PROF <sup>a</sup> KEILA ROSANE NOGUEIRA	DEPOIMENTO ESCRITO	DIRETORA ESCOLA/ENS. FUND.
14	PROF <sup>a</sup> . ROSALY DIAS HUBNER	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-DIRETORA DA ESCOLA SEMENTINHA
15	PROF <sup>a</sup> . HILDETE A. NOGUEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	ATUAL DIRETORA SEMENTINHA
16	SR. RAIMUNDO DIAS REIS	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PEDREIRO CAMPUS/UESPI
17	PROF <sup>a</sup> . RITA MÔNICA A. FONSECA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA.	PROF. - COORDENADORA/ UESPI
18	PROF. ANTONIO F. SOARES	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROF. E COORDENADOR/ UESPI
19	PROF. EDILSO NOGUEIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA.	PROF. E COORDENADOR/ UESPI
20	PROF. JOÃO ROCHA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-DIRETOR – UFPI/CORRENTE E UESPI-CAMPUS CORRENTE
21	PROF <sup>a</sup> . NEHANDARA NAZIRA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-DIRETORA–UESPI; ATUAL/COORDENADORA-UESPI
22	PROF. CARLOS ALBERTO	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-DIRETOR/UESPI
23	PROF. CARLOS OMAR	ENT. SEMI-ESTRUTURADA.	DIRETOR/UESPI–CAMPUS CORRENTE
24	PROF. IBANÊS ROCHA BARROS	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROF. E COORDENADOR/ UESPI-CAMPUS CORRENTE
25	PROF. AGOSTINHO BOTH	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	EX-PRÓ-REITOR UPF
26	PROF <sup>a</sup> . MIRIAN FOLHA	ENT. SEMI-ESTRUTURADA	PROF. UESPI-CORRENTE
27	ALUNA A-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNA DA UFPI-CORRENTE
28	ALUNO B-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UESPI – CORRENTE
29	ALUNO C-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UFPI-CORRENTE
30	ALUNA D-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UESPI-CORRENTE
31	ALUNA E-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UESPI-CORRENTE
32	ALUNO F-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UESPI-CORRENTE
33	ALUNA G-	QUESTIONÁRIO ABERTO	EX-ALUNO DA UESPI-CORRENTE
34	PROF. ETELVINO VIANA SOUZA	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNO DA UESPI/LETRAS
35	PROFA. RAIMUNDA C. RIBEIRO	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNA/UFPI/PEDAGOGIA
36	PROFA. IVANILDE AVELINO	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNA/UESPI/PEDAGOGIA
37	PROF. GESY FONSECA DA SILVA FILHO	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNO/UESPI/PEDAGOGIA
38	PROF. GERALDO C. DA SILVA	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNO/UESPI/PEDAGOGIA
39	PROF. JOSÉ ALEIXO ALVES XAVIER	HISTÓRIA DE VIDA	EX-ALUNO/UESPI/PEDAGOGIA
40	PROFA. SANDRA L. VASCONCELOS	ENTREVISTA	PRESID. NUCEPE/COORD. UESPI
41	DEP. JOÃO MADISON NOGUEIRA	ENTREVISTA	DIRETOR GERAL DA FCP

42	PROFA. ANA ALICE SOUZA AGUIAR	ENTREVISTA/DEP. ESCRITO	EX-ALUNA/DIRETO DE ESCOLA
43	PROFA. NOEMI ROCHA BARROS	ENTREVISTA DEP. ESCRITO	DIRETORA ALTERNATIVO

QUADRO 01: Relação dos sujeitos da pesquisa

Fonte: elaborado pela autora, 2006.

A investigação realizada proporcionou aos sujeitos que dela participaram, através da memória e da história, a garantia de um sentido social à vida desses depoentes, os quais passarão a sentir-se, de forma mais concreta, como parte do contexto, como protagonistas desse processo.

Ao serem realizadas entrevistas e “história oral de vida”, utilizou-se gravador, pois este é considerado como um meio mecânico que auxilia a gravação de histórias pessoais ou de histórias em grupos (MEIHY, 2002).

A problematização surge da própria história, por meio do exercício da memória, que, por sua vez, assim como o passado torna-se também objeto da história. O exercício da memória, segundo Cambi (1999, p. 35), é “[...] realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades de futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível”.

Assim, para se reconstituir ou mesmo explicar esse processo, buscou-se a origem da história da educação superior no Brasil e no Piauí, no intuito de obter melhor compreensão desse presente no qual se encontra contextualizado o objeto desta pesquisa, qual seja o processo histórico da educação superior na cidade de Corrente, Piauí, no período de 1986 até 2005.

Nessa perspectiva, fez-se um “olhar para trás”<sup>2</sup>, ao se focalizar a educação em Corrente. Para esse fim, retornou-se ao ano de 1904, período em surgiu o primeiro JARDIM DA INFÂNCIA na cidade, espaço da investigação que posteriormente levou à criação do IBI (Instituto Batista Industrial) e do IBC (Instituto Batista Correntino), que proporcionaram à Corrente a denominação de ‘Capital da Cultura’. Esse olhar foi considerado necessário na visão da pesquisadora, pois o processo de educação superior tem sua origem, segundo os depoentes, na luta pela educação básica como parte do ideal de educação desse povo singular, na conquista pela educação para essa cidade.

Observa-se que esses sentimentos relacionados à educação e cultura fazem parte de um desejo e de esforços dos pioneiros da educação em Corrente. Assim, com esse retorno ao passado, o intuito foi atender aos objetivos propostos, bem como melhor compreender as

<sup>2</sup> Expressão usada por Felix (1998), designando o passado, por meio do qual por meio dele é possível se ver, imaginar e recordar.

inter-relações que constituem o processo histórico da implantação de uma Universidade, inicialmente no Piauí e depois em Corrente, relacionando-o à educação no Brasil.

Percebeu-se, durante a análise dos depoimentos orais sobre a educação básica, que a distância existente entre Corrente e qualquer outro grande centro levou essa comunidade a uma luta aguerrida em busca da educação. Compreendeu-se ser necessário relatar algumas histórias sobre as viagens realizadas por alguns filhos de Corrente na batalha por educação, colocando-se novamente a fala de pessoas da comunidade que passaram por esse processo.

Cada procedimento investigativo confirma de certa forma essa dinâmica da pesquisa qualitativa, que não permite ter algo fixamente programado, fazendo com que se trilhem caminhos desconhecidos, que vão se mostrando aos poucos aos olhos do investigador.

Os depoimentos remeteram a pesquisadora até Passo Fundo, onde se procurou o mentor do ideal de uma Universidade Comunitária em Corrente. Realizou-se uma entrevista por telefone com o, na época, pró-reitor da Universidade de Passo Fundo, Dr. Agostinho Both. Posteriormente, essa entrevista foi realizada também por e-mail.

Nesse momento, foi possível se reconstituir o processo de implantação de uma Universidade Comunitária (início do ideal de educação superior em Corrente), por meio das entrevistas orais realizadas com os diversos sujeitos da comunidade e com o professor Agostinho Both, bem como pela análise de seu livro “Para onde vão nossas casas” (BOTH, 1990). Percebe-se, portanto, que tanto a história oral como as demais metodologias funcionam como “ponte entre teoria e prática” (AMADO; FERREIRA, 2002, p. xvi).

O caminho do conhecimento segue de forma descontínua, no constante vai-e-vem, mostrando que a História como ciência social não examina fatos individuais isolados, mas considera encadeamentos e inter-relações de fontes na reconstituição dos fatos, desvelando-se a teia de relações. Nessa teia, inclui-se também a educação superior da Faculdade do Cerrado Piauiense, sobre cuja história focou-se um olhar, empregando-se para esse fim o cruzamento das fontes orais e documentais.

Na perspectiva da Nova História cultural, foi possível dar vez e voz aos novos sujeitos que efetivamente fizeram e fazem parte da construção desse processo educacional, por meio das metodologias utilizadas por esse novo paradigma, procurando-se dar prioridade à entrevista oral.

Há aqueles que são céticos em relação à História Oral, acreditando que esta só trata do trivial, mas, para desconstruir esse tipo de rejeição, tem-se o “movimento da história oral”, que vem demonstrando a sua relevância, afirmando que “[...] as questões que estão em disputa

são reais e estão igualmente vinculadas às funções da memória e aos propósitos da história, nas sociedades com modos de comunicação diferentes. Há outros testes, além dos rankeanos<sup>3</sup>, a serem aplicados” (PRINS, 1992, p. 163).

Em alguns momentos, a exemplo da reconstituição histórica dos colégios católicos, utilizou-se a autobiografia do Padre Anchieta e entrevistas orais, pois, conforme se ia chegando à contemporaneidade, foi possível enriquecer-se este estudo com depoimentos orais dos protagonistas dessa história.

Realizou-se então o cruzamento de fontes orais, documentais e bibliográficas. Não se deixou de reconhecer que as fontes primárias representam também a base principal de uma pesquisa, assim, sem fugir da pretensão de contribuir com novos conhecimentos a esse campo de estudo, a pesquisa documental procurou ser extensiva às fontes primárias e secundárias. A análise de conteúdo dessas fontes realizou-se de forma que

Na interação dos materiais (documentos oficiais ou não e ainda das respostas de outros instrumentos de pesquisa), no tipo de pesquisa que nos interessa, não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no *conteúdo manifesto* dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o *conteúdo latente* que eles possuem. [...] abre perspectivas, sem excluir a informação estática, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências, etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico. [...] É importante ter presente na análise o contexto não só lingüístico, mas também histórico das expressões, conceitos etc. (TRIVIÑOS, 1995, p 162-163).

Considera-se que a História Oral possibilita ser essa análise mais profunda, demonstrada de forma mais latente, pois o depoimento oral mostra-se inesgotável em si mesmo, apresentando-se não apenas como fonte informativa mas, sobretudo, como um dos instrumentos de pesquisa qualitativa que propicia a compreensão mais ampla e global do significado da vivência humana.

Realizou-se análise de conteúdo considerando que esta, por ser particularmente utilizada para estudos de material do tipo qualitativo (RICHARDSON, 1999). Com ela se “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 1977, p.4). Ao fazer essa análise, realizou-se uma leitura no sentido de se organizarem as idéias e, posteriormente, se analisarem outros elementos incluídos nos dados colhidos. Aliás,

---

<sup>3</sup> Termo usado para descrever o paradigma tradicional – “historia rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold Von Ranke (1795 – 1886). Percebe-se, porém, que, assim como “Marx não era um marxista”, Ranke não era um rankeano” (BURKE, 1992).



Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador (RICHARDSON, 1999, p. 224).

Ao se utilizar como procedimento metodológico a análise documental, destacam-se documentos como os manuais de vestibular, fontes de informações acerca do crescimento quantitativo dos campi, núcleos e cursos, possibilitando perceber-se a expansão da educação superior no Piauí.

As apresentações dos manuais, enquanto materiais informativos tornaram-se relevantes, pois serviram de referências para se perceberem as políticas de expansão dos atuais reitores e suas intenções quanto à gestão da educação superior. Analisaram-se também atas, resoluções, entre outros documentos.

É importante destacar que análise desses documentos tornou possível a compreensão da origem e expansão da educação superior naquela microrregião, representada pela cidade de Corrente, promovendo-se um diálogo com as entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A). Estas apresentam guias de tópicos previamente elaborados sendo utilizadas com os diferentes segmentos que participam do processo de educação superior no Piauí e em Corrente

Ao se fazer a análise de documentos como atas, editais, relatos escritos, certificados, entre outros já citados, que constituíram a base para a observação documental, objetivou-se uma análise das manifestações que registram os fenômenos sociais e as possíveis idéias elaboradas a partir deles. Utilizaram-se também outros elementos que possuem valor documental, como fotografias.

Uma vez realizada a análise dos elementos, procurou-se classificá-los. “A operação de classificação dos elementos seguindo determinados critérios denomina-se categorização” (RICHARDSON, 1999, p. 239). Assim, pode se dizer que houve certa classificação na orientação do pensamento, para a concretização do caminho seguido, ou seja, a pesquisa bibliográfica, e documental se realizou paralelamente à pesquisa de campo.

Portanto surgiram no decorrer do processo de pesquisa alguns fatores como os seguintes:

- A resistência em se aceitar a idéia de uma universidade no Brasil, Piauí e Corrente e a inter-relação da educação superior (historicamente condicionada ao modelo político cultural e econômico) e a sociedade em que está inserida;

- A teia de relações de poder que configuraram as tentativas de implantação da educação superior na sociedade brasileira considerada um “universo relacional”;
- Os aspectos histórico-sociais, políticos e econômicos e suas inter-relações com a educação básica e o processo de implantação de uma educação superior na cidade de Corrente;
- O distanciamento existente entre Corrente e os demais centros, proporcionando uma trajetória de lutas em busca da educação em geral;
- A importância da educação superior na vida dos diversos sujeitos que constroem essa história, aqui categorizada por qualidade social.

A classificação acima foi realizada a partir de análise documental estabelecendo-se um confronto dialógico entre a teoria e os dados recolhidos. Inicialmente elaboraram-se algumas categorias partindo-se do referencial teórico, mas, aos poucos, foram surgindo as demais categorias mencionadas, a partir das evidências observadas, prestigiando-se essas últimas por se considerar que elas respondem de forma mais adequada à problemática concreta da pesquisa. Analisou-se a teoria “à luz dos dados”, partindo-se sucessivamente dessa análise até se conseguir um nível aceitável de confiabilidade, o que possibilitou a construção dos capítulos que constituem este texto.

Utilizou-se a técnica da triangulação, considerada necessária, pois possibilita combinar os diversos procedimentos metodológicos, procurando-se abranger a máxima amplitude na descrição, explicações e compreensão do fato em estudo. Na técnica da triangulação, “É impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro-realidade social” (CHIZZOTTI, 1991, p. 58). Nesse sentido, percebe-se a necessidade de contextualizar as bases teórico-metodológicas que caracterizariam a história da educação superior na região do extremo sul.

Assim, consolidou-se o trabalho de campo a partir das articulações estabelecidas pela pesquisadora, destacando-se a relação entre os aportes teóricos sobre o objeto pesquisado e o campo investigado como fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Realizou-se este estudo com a pretensão de contribuir com a discussão acerca da educação superior, marcada inicialmente pela resistência em se aceitar a idéia de uma universidade no Piauí e na microrregião estudada, decorrente do contexto sociocultural,

político e econômico brasileiro, visto que a educação por ser uma prática social está profundamente comprometida com a realidade do contexto onde se desenvolve, realizando-se por meio das instituições, como por exemplo, as universidades (FÁVERO, 1980). Pretende-se também possibilitar discussões sobre a qualidade social da educação superior no contexto das diversas políticas de educação.

Busca-se, ao reconstituir a história da educação superior na cidade de Corrente, propiciar um novo olhar sobre a educação superior piauiense, por uma visão dos protagonistas dessa história, a partir daquilo que os prende intimamente (do seu cotidiano), possibilitando que essa história seja contada pelos sujeitos que participaram e participam da construção desse processo.

Acreditou-se ser melhor manter um olhar externo, evitando-se uma análise que induzisse à visão dos sujeitos pesquisados. Visto que há certo envolvimento da pesquisadora com o objeto de estudo, pretendeu-se evitar um auto-olhar, levado por paixões ou preconceitos. Sabe-se que este olhar não é neutro, mas cabe ao pesquisador (a) saber dosá-lo para que possa chegar a resultados confiáveis.

Ao adotar esse distanciamento, foi possível uma análise da problemática na visão real dos sujeitos pesquisados, sem se pré-estabelecer resultados, possibilitando que eles surgissem com a problemática concreta desse processo histórico. Há, portanto, nesse sentido, alguns caminhos trilhados, caminhos que continuam, podendo ser seguidos por meio de outras estradas, construídas a partir de outros olhares.

No capítulo seguinte faz-se um olhar sobre a educação superior no Piauí, na tentativa de uma reconstituição histórica de sua trajetória de expansão.

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: DETERMINANTES SÓCIO-CULTURAIS

Neste capítulo, procura-se reconstituir a história da educação superior no Piauí relacionando-a à brasileira, buscando-se entender esse processo desde sua origem à contemporaneidade, na tentativa também de explicar sua complexidade e dinâmica nas inter-relações com a estrutura de poder vigente, procurando captar os fatos como parte de uma realidade.

Para esse fim, buscou-se uma análise do surgimento e das transformações sofridas no decorrer dos tempos, tendo uma compreensão das inter-relações entre as instituições e as estruturas de poder que constituem essa “teia de relações”<sup>4</sup>. Conforme Fávero (1980, p. 22),

A educação como prática social está profundamente comprometida com a realidade do país onde se desenvolve: realiza-se através das instituições, subordinadas ao sistema ideológico que legitima e justifica a sociedade como um todo. [...] Partindo do aspecto histórico social, da formação de nossas primeiras escolas e de nossas primeiras universidades, observamos nessas instituições – desde as primeiras até as atuais – uma dependência estrutural que delimita uma rígida estrutura de classes e dá lugar a uma política cultural, onde o papel que exercem tem sido, em geral, o de reforçar os laços de dependência, através da manutenção das classes dominantes. [...] A relação fundamental com o Estado ou a estrutura de poder é considerada condição histórica das universidades, naturalmente conflitivas.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelo autor Norbert Elias em sua obra **Introdução à Sociologia..**

Tem-se como estrutura de poder o conjunto de condições que possibilitam às classes dominantes exercerem domínio sobre as outras. O termo também indica “[...] a ordenação sócio-política institucionalizada num aparato jurídico-administrativo (governo), tendo como finalidade precípua manter o *status quo*” (FÁVERO, 1980, p. 23-24).

No Brasil, a universidade, desde sua origem, se constitui dentro do processo histórico do capitalismo mundial dependente dos centros hegemônicos. Segundo Fávero (1980), representa a voz dos dominantes do sistema capitalista mundial, percebendo se essa realidade em relação aos Estados Unidos, que nos últimos anos mantém a hegemonia sobre a América Latina.

Na área educacional, tem-se a chamada “cooperação internacional”, que, conforme Vieira (2001), a partir de 1950, proporciona a realização de convênios entre o Brasil e os Estados Unidos por meio da United States Agency for International Development – Usaid, sendo os chamados “Acordos MEC-Usaid” firmados entre 1964 e 1968, num total de 14 acordos.

Desde os anos de 1950, ocorreu o debate sobre propostas para a educação no Brasil, “Movimentos de educação popular” são articulados no início dos anos de 1960. O Governo João Goulart, em 1964, propõe o Plano Nacional de Alfabetização, tendo como inspiração o método de alfabetização de Paulo Freire, plano que fracassou com o governo imposto pelo golpe militar de 1964. O regime militar voltou-se para uma educação que assegurasse e consolidasse a estrutura de capital humano, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico.

Em relação à legislação educacional, foram implementadas leis e decretos-leis, visando a uma política orgânica para a educação nacional que garantisse ao Estado certo controle político e ideológico sobre a educação. Apresentam-se, entre outras, a Lei 4.464 de 9/11/64 – regulamentou a participação estudantil; Lei 4.440 de 27/10/64 – institucionalizou o salário educação; Decreto 53 de 18/11/66 e Decreto 252 de 28/2/67 – reestruturaram as universidades federais e modificam a representação estudantil; Decreto 228 de 28/11/67 – permite que reitores e diretores enquadrem o movimento estudantil na legislação pertinente; Lei 5.540, de 28/11/68 – fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior; Decreto-lei 477 de 02/1962 – proibiu o corpo docente, discente e administrativo das escolas de qualquer manifestação política na universidade; Lei 5.692 de 11/8/71 – fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e segundo graus.

Implica, desse modo, direcionar um olhar sobre o contexto atual, compreendido a partir da crise do capitalismo nos anos de 1970, assim como sobre a intensificação do

processo de mundialização do capital e da adoção de políticas educacionais, principalmente na década de 1990. De acordo com Dourado, Oliveira e Catani (2003), o mercado apresenta-se como portador de sua própria racionalidade econômica, tornando-se um princípio fundador e unificador responsável por auto-regular a sociedade global competitiva. Segundo esses autores, essa conjuntura determina e redefine a educação superior e, de forma especial, a universidade pública em diferentes países e particularmente no Brasil.

Os anos 1990, a exemplo do passado, protagonizam mais uma série de acordos internacionais, redescobrimo a educação como um campo propício de investimentos. Assim, são realizados vários eventos em que são elaboradas declarações de intenção, recomendações e compromissos de países que realizam esses acordos, estando o Brasil entre estes. São esses eventos: Conferência Mundial de Educação para Todos, Jontien, Tailândia, em 1990; Conferência de Nova Delhi, em 1993, entre outros.

Nessa década, desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 1998, foram implementadas políticas e um conjunto de medidas que configuram a existência de uma reestruturação da educação superior no país, a qual inclui um padrão de modernização e de uma nova forma de gerenciar a educação superior, pertencentes ao novo paradigma de produção capitalista na reforma da administração pública do Estado.

Percebe-se também que o governo vem defendendo e empreendendo ações para tornar o ensino superior no Brasil flexível e competitivo, seguindo a lógica do mercado, de maneira que o Estado exerce o controle e avaliação sobre essa forma de ensino. Assim, percebe-se o reflexo dessa política na maneira como vem acontecendo a expansão da educação superior no Piauí.

É perceptível, portanto, que, no Brasil, a educação superior sempre foi dependente de seu engajamento político, desde a idéia de implantação de universidade, revelando-se, no decorrer dos tempos, certa resistência em aceitá-la, sendo que essa idéia primeiramente foi negada aos jesuítas pela Coroa Portuguesa, sendo negada novamente durante o Império e a República Velha, como será percebido no decorrer deste estudo. Somente em 1920, é que se considera ter sido implantada a primeira universidade brasileira – a Universidade do Rio de Janeiro, tendo-se posteriormente a Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1927, sendo que ambas apresentam-se constituídas por aglutinação de unidades preexistentes, forma de implantação consagrada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931.

Nessa percepção, entende-se que nenhuma análise pode ser realizada sem partir da visão de que o projeto de uma universidade tem que ser realizado dentro de uma realidade concreta, sob a orientação de uma política cultural e educacional coerente com o projeto

político do país, acompanhando a dinâmica das inter-relações entre a sociedade e a universidade, sendo necessária uma análise do contexto histórico-social em que esta realidade está inserida.

Esse contexto em termo de ensino superior era marcado por uma política nacional autoritária que, para Cunha (1980, p. 206), foi iniciada já em 1931 por Francisco de Campos primeiro ministro da educação, o qual “[...] elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente por 30 anos. Também os liberais, por conta do elitismo [...], tinham no ensino superior grande parte das suas preocupações”.

Nesse período, travavam-se debates políticos com interesses voltados para questões educacionais. O ideário reformista, que vinha se consubstanciando desde os anos de 1910 e 1920, resultou na Revolução de 1930, adotando o princípio de que a reforma da sociedade tinha como pressuposto a reforma da educação e do ensino. Os governantes, tomando consciência da função da escola em relação à questão social, e, preocupados em realizar uma modernização das elites em busca de conter também a migração do campo para a cidade, adotam como medida a instalação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, atendendo também a antigas reivindicações de educadores e intelectuais do país.

A estrutura de ensino vigente no Brasil, devido a estrutura federalista da Primeira República, apresenta-se até 1930 sem nenhuma organização de um sistema de educação nacional integrado, ou seja, não existia uma política nacional de educação com diretrizes gerais a serem seguidas pelos demais sistemas estaduais. “Os projetos implementados pela União, até aquele momento, limitavam-se, quase que exclusivamente, ao Distrito Federal e, embora apresentados como ‘modelo’, os estados da Federação não eram obrigados a adotá-los” (SHIROMA, 2004, p. 18).

Foi a partir das reformas do Governo Provisório que teve início uma estrutura orgânica, a qual pela primeira vez na história do país uma mudança atingia vários níveis de ensino (secundário, comercial e superior), estendendo-se a todo o território nacional. Tem-se, entre estas, uma reforma na área educacional constituída por uma série de decretos.

Francisco Campos, ao assumir o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (18 de novembro de 1930), declara que “[...] sanear e educar o Brasil constituirá o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros” (CAMPOS, 1940 apud FÁVERO, 1977, p. 33). Com esse pensamento, ele elabora uma reforma conhecida como ‘Reforma Francisco Campos’. Nessa Reforma o Projeto que diz respeito ao ensino superior divide-se em três Decretos assinados em 1931, sendo eles: o de nº. 19.851 (refere-se

a organização das Universidades Brasileiras); o de n.º 19.852 (diz respeito à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do Ensino Superior Brasileiro); o de n.º 19.850 (cria o Conselho Nacional de Educação e define suas funções).

O Ministério teve como gestores Francisco Campos (1930 a 1932), Washington Pires (1932-1934) e Gustavo Capanema (1934- 1945). Francisco Campos, em sua gestão, pelo Decreto n.º. 19.851, de 11/4/1931, dispôs itens regulamentando e organizando o ensino superior no Brasil, adotando o “Regime Universitário” e, com o Decreto n.º. 19.852 da mesma data, organizou a Universidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, no dia 14 de abril, a Faculdade de Direito do Piauí é instalada (BRITO, 1996).

A década de 1930, com seus ares modernizantes, faz com que alguns projetos de implantação de uma universidade tomem corpo. Tem-se, assim, a Universidade de São Paulo - USP, em 1934 e a Universidade do Distrito Federal – UDF, em 1935, na qual se faz presente o espírito liberal-progressista de seu idealizador, Anísio Teixeira. No entanto, a perspectiva de uma unidade autônoma, produtora de saber desinteressado, que procurava desenvolver indivíduos críticos, ideais presente na implantação da UDF, provocou preocupações no governo elitista conservador, representado na época pelo Ministro Gustavo Capanema, fazendo sucumbir o projeto da UDF.

Nesse contexto histórico, o cenário educacional caracteriza-se por reduzidos debates e circulação de idéias, por força da suspensão das liberdades civis e políticas impostas pelo Estado Novo. O então ministro Gustavo Capanema implantou reformas denominadas de Leis Orgânicas do Ensino, que foram colocadas em execução no período de 1945 e 1946. Essas Leis complementam o processo político iniciado com a criação do Ministério em 1930.

Assim, observa-se que há resistência no contexto histórico-social e econômico para a implantação de Universidades no Brasil. A implantação do ensino superior no Piauí não foi diferente, podendo-se afirmar que aconteceu de forma tardia em relação a outros Estados, como refere Brito (1996, p. 84): esse tipo de ensino “[...] mostrava-se cauteloso. [...] O primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado, a Faculdade de Direito do Piauí, nasceu da iniciativa privada, como resultado do esforço de alguns intelectuais”. Conforme o autor, essa implantação ocorreu com o apoio do Interventor Federal Capitão Joaquim de Lemos Cunha, sendo que a Faculdade de Direito do Piauí foi instalada no dia 14 de abril de 1931.

Quanto à implantação do ensino superior no Piauí ser tardia em relação aos outros Estados, pode-se verificar o mesmo em relação ao Brasil, em virtude de que não existia vontade política de Portugal em relação a esse assunto, o que se confirma claramente nas

palavras de Luckesi (2001, p. 34): “Portugal não permitia, apesar dos esforços dos jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil, já que nos demais países da América Latina, de colonização espanhola, o comportamento, foi outro”.

Azevedo (1976, p. 30-31) igualmente confirma a tardia emergência da educação superior no Brasil, o que forçava os jovens a procurarem estudos superiores em Coimbra ou em outra universidade da Europa:

[...] não havia escolas superiores no Brasil, ministravam os jesuítas o preparo fundamental nos seus colégios [...] não cuidou Portugal de montar, sobre seu sistema, uma faculdade superior, para qualquer especialidade (como direito civil, canônico e medicina, que eram disciplinas privativas de Coimbra), nem mesmo conseguiram os jesuítas que o governo português reconhecesse o curso de filosofia e ciências (curso de artes).

Acrescenta ainda o autor:

Quanto aos estudos superiores, sempre pareceu à política da Metrópole conveniente, senão necessário, mantê-los centralizados em sua velha universidade para onde começaram a afluir, desde o início do século XVII, estudantes brasileiros, representantes das classes mais abastardas. Assim sendo, a Universidade de Coimbra passa a ter um papel de grande importância na formação de nossas elites culturais; nela formaram-se quase todos os homens graduados no Brasil nos primeiros séculos de nossa existência, até os primeiros anos do século XIX (AZEVEDO, 1963 apud FÁVERO, 1980, p. 32).

No Brasil, em consequência da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, ou seja, da vinda de D. João VI para a Colônia, passou a existir o chamado Ensino Superior, em resposta às necessidades militares da Colônia, nascendo as aulas régias, os cursos, as academias, observando-se que, durante a era colonial, surgiram, como resultado da união de cursos, algumas faculdades, a exemplo dos cursos de anatomia, cirurgia e medicina, os quais, reunidos, formam a Faculdade de Medicina, na Bahia (1808); e ainda as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, em 1854, como resultado dos cursos jurídicos.

Posteriormente, os cursos civis se separam dos militares, constituindo-se a Escola Militar e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; logo após é inaugurada a Escola de Engenharia em Minas Gerais. “Por volta de 1900 estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior” (REIS FILHO, 1978, apud LUCKESI, 2001, p. 34). Conforme Romanelli (2001, p. 132),

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século, durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, de 1808 a 1821, a primeira organização desse ensino em Universidade, por determinação do Governo Federal, só apareceu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 14.343, de setembro de 1920, durante o Governo Epiácio Pessoa. Não passou, porém, essa primeira criação, da agregação de três escolas superiores existentes no Rio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica.

Contudo, para entender essa realidade precisa-se partir da compreensão de que não é possível explicar nenhum acontecimento social sem, no entanto, reconhecer as relações mantidas por este com os outros fatos do tecido social. Há sempre uma interdependência, numa conexão entre a totalidade dos fatos e não apenas uma justaposição deles, como se o todo fosse apenas o somatório de suas partes. Assim, percebe-se a forma tardia de implantação do ensino superior no Piauí, como consequência da histórica resistência em aceitar a idéia de uma universidade no Brasil.

Procura-se essa compreensão lançando-se um breve olhar sobre o passado para se perceberem as intenções, as idéias e realizações nesse contexto, tornando-se necessário focalizar sobre as primeiras tentativas de implantação desse ensino em nosso país.

## **2.1 Das primeiras tentativas de ensino superior no Brasil à implantação da Universidade Federal do Piauí – UFPI: uma visão macro-histórica**

Em uma visão macro da história da universidade no Brasil, procura-se fazer uma análise sobre o ideal de criação das primeiras instituições de ensino superior brasileiras, a partir de uma abordagem das linhas fundamentais do ensino superior no país. Concorde-se com a opinião de Fávero (1977, p. 11) de que a Universidade “[...] é parte e fruto de um modelo político-cultural. Condicionada pelo contexto em que está inserida, seus objetivos estão necessariamente relacionados com os objetivos da sociedade”.

Sendo assim, percebe-se que as tentativas de criação de universidade no Brasil, estão condicionadas a esse modelo político-cultural e econômico, o qual estava preocupado apenas com a organização de uma economia complementar à da metrópole, cujo ensino desenvolvido, segundo Cunha (1980, p. 19), “[...] só pode ser entendido como parte de um aparelho educacional posto a serviço da exploração da colônia pela metrópole”.

Inicialmente, a criação de universidade no Brasil sofre resistência tanto por parte de Portugal como da política de colonização, pois, como já citado, não havia justificativa desses grupos para a implantação de uma instituição desse gênero na colônia, considerando-se ser melhor enviar sua elite para fazer estudos superiores na Europa.

A primeira tentativa é realizada pelos jesuítas, mas “[...] negou-a a Coroa portuguesa aos jesuítas que ainda no século XVI tentaram estruturá-la na Colônia” (FÁVERO, 1977, p. 18). Conforme a autora, dentro da própria Companhia de Jesus havia opiniões contrárias, impedindo-se assim a concessão de graus acadêmicos pelo Colégio da Bahia.

O ensino jesuítico oferecido no Colégio Central da Bahia e no Rio de Janeiro constituía-se em “[...] um curso intermediário entre os estudos de humanidade e os cursos superiores”. Percebe-se a contradição entre as opiniões, no relatório enviado a Roma pelo Padre Miguel Garcia, o qual se mostrava receoso de que os cursos oferecidos no Colégio da Bahia se tornassem de nível universitário. Em suas palavras adverte: “Com darem-se neste Colégio graus em letras parecem que querem meter rassaibos de Universidade” (LEITE, 1938, p. 38). Assim, a concessão de graus acadêmicos no Brasil prolonga-se até o período monárquico.

Uma segunda tentativa de uma universidade no Brasil pode ser percebida, de acordo com Fávero (1977, p. 20), nos planos da Inconfidência Mineira, os quais aparecem nos documentos da época, que se constituem como parte dos “Autos de Devassa da inconfidência Mineira”, sendo considerada de grande significado “[...] a carta de Domingos de Abreu Vieira (28.05.1789). Entre outras observações, salientava em seu depoimento que, em Vila Rica, ‘aviam de por estudos como em Coimbra [...]’” (BRASIL, 1936 apud FÁVERO, 1977, p. 20).

Assim, as aspirações da Colônia acabam por serem preteridas em favor dos interesses da Metrópole e, mesmo com a vinda da Família Real, tornando-se o Brasil sede da Monarquia (1808), só lhe é concedida a criação de algumas escolas superiores. Essas escolas têm como interesse principal atender à preparação de pessoas para desempenhar os interesses da Corte, como diz Fávero (1977, p. 21): “[...] as primeiras escolas brasileiras nasceram e se estruturaram com um caráter nitidamente prático e imediatista”. Essa é a herança herdada pelo ensino superior, características presentes até hoje. Aquelas escolas superiores tiveram duas características predominantes: um substancial “caráter profissionalizante” e uma organização de um “serviço público”, mantido e preparado pelo governo para atender às necessidades já citadas.

Cria-se dessa forma a Academia Real da Marinha, em 1808; posteriormente, no mesmo ano, o curso de Cirurgia na Bahia, instalado no Hospital Militar e os de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, sendo, um ano depois, criado o curso de Medicina. Nasce em 1810 a Academia Real Militar, que tinha por objetivo a formação dos oficiais e engenheiros civis e militares da Colônia, então sede da Monarquia.

Observa-se também a criação de cursos para a formação de “técnicos”, que atenderiam às demais necessidades da Corte. O que se percebe é que “[...] toda a obra de D. João VI, em matéria de ensino superior, foi não só marcada por um caráter utilitário e imediatista [...] mas, ficou praticamente circunscrita ao Rio de Janeiro e à Bahia, deixando a descoberto a maior parte das províncias” (FÁVERO, 1977, p. 21-22). Percebe-se aí um dos motivos da tardia educação superior nos demais estados e, especificamente, no Piauí.

Conforme a autora supracitada, sem medo de exagerar, chega-se à Independência com “[...] apenas algumas ‘escolas profissionais’” (FÁVERO, 1977, p. 22). Mas as tentativas não param por aí, já que, no período após o considerado independente (a partir de 1822), é feita uma tentativa de criação de pelo menos uma universidade no Império, situada na cidade de São Paulo. A proposta partiu do Deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), por meio de uma indicação à Assembléia Constituinte e Legislativa, no ano de 1823. Tem-se como resposta que “[...] o problema não estava esquecido, mas aguardava apenas um plano de educação pública prometido pelo Deputado José Bonifácio” (MOACYR, 1936 apud FÁVERO, 1977, p. 22).

Observa-se que, em consequência das divergências de interesses, a situação de manipulação e desinteresse em implantar uma universidade perdura por mais algum tempo, passando-se vinte anos para um retorno à discussão desse assunto pelo Senado e pela Câmara (em 1847). Segundo os autores, até 1827, só houve a criação de cursos jurídicos.

Azevedo (1963) esclarece que “[...] o ensino superior permaneceu inteiramente dominado pelo espírito profissional e utilitário. Nenhum esforço real para criação de universidades, nenhuma instituição de cultura e formação geral” (AZEVEDO, 1963 apud FÁVERO, 1977, p. 23, grifo do autor).

Ainda no período imperial, observam-se várias tentativas que não lograram êxito, sendo que a última partiu do próprio Imperador, com a idéia de duas universidades: uma no norte e outra no sul, mas, de acordo com Fávero (1977, p. 26), “sua proposta não encontrou eco”. No final do Império, existiam no país seis estabelecimentos civis de ensino superior e nenhuma universidade. Considera-se que esse quadro seja consequência da falta de vontade

política daqueles que estavam no poder, visto que uma universidade nesse momento não estaria de acordo com os seus interesses. .

No decorrer da história, o século XX inicia-se com novas idéias para implantação de universidade. Em 1903, o Professor Azevedo Sodré recebe a tarefa de realizar um projeto sobre o assunto. Nesse Projeto há uma ênfase na criação de quatro universidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife), que também não se concretiza.

Apenas com a Reforma de Carlos Maximiliano (1915), essa idéia toma uma forma legal, conforme o artigo 6º do Decreto nº 11.530, de 1915, determinando ser tarefa do Governo Federal,

[...] quando achasse oportuno, reunir em universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensando-as de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuidade e edifício para funcionar (DECRETO Nº 11.530, 1915 apud FÁVERO, 1977, p. 27-28).

Assim, em uma análise histórica, pode-se identificar, nas ações individuais ou coletivas, representadas pelos interesses da Igreja, da Metrópole, ou mesmo por interesses internos brasileiros, intenções e premeditações, as quais, para Bourdieu (1989), representam uma visão “teleológica”<sup>5</sup>, concebendo-se uma ação ou uma instituição como sendo produto de uma estratégia consciente, calculada, e não como resultado da lógica do contexto em que se inserem.

Percebe-se que essa resistência à idéia de uma universidade é produto de uma estratégia consciente de interesses alheios aos interesses do Brasil. Pode-se resumir essa trajetória das idéias nas palavras de Teixeira (1976, p. 231), já anteriormente mencionadas:

A história da idéia de universidade no Brasil revela uma singular resistência do país a aceitá-la. Negou-a a Coroa portuguesa aos jesuítas, que ainda no século XVI tentaram trazê-la para a colônia. Com a independência, choravam os projetos, a partir do de José Bonifácio, durante mais de sessenta anos, sem nenhum chegar a concretizar-se. Depois, com a República, a idéia não tem melhor êxito. Afinal, em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro, como uma confederação de escolas. E somente em 1934 e 1935, o Distrito Federal e o Estado de São Paulo lançam as bases de uma Universidade com maior integração.

Assim, na década de trinta, quando são implantadas idéias de uma universidade com uma maior integração, já se percebe um panorama político que demonstra um início de

---

<sup>5</sup> Teleológico – que se caracteriza por sua relação com a finalidade, que deriva seu sentido dos fins que o definem.

um esforço de arrumar e transformar o ensino superior no Brasil. De forma que “[...] o ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de Universidade” (LUCKESI, 2001, p. 34). Nessa visão, são fundadas a Universidade de Minas Gerais, em 1933, e a Universidade de São Paulo, um ano após, esta já expressando uma intenção de superar o simples agrupamento de faculdades.

No entanto, segundo Romanelli (2001, p. 132), anteriormente à considerada como primeira universidade (1920), percebe-se que em “[...] 1912 já havia sido criada a Universidade do Paraná, oficializada pela Lei Estadual n.º 1.284. Dela faziam parte as Faculdades de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio”. Porém, essa instituição só foi reconhecida oficialmente em 1946, pois existia um “Decreto-lei n.º 11.530, de março de 1915, que determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de 100.000 habitantes”, o que não era o caso de Curitiba.

Da colônia à República, percebe-se a intensa resistência à idéia da criação de instituições por parte da elite dominante, no entanto, sob os princípios liberais de descentralização, iniciando a República, surgem duas instituições denominadas de universidades, que corroboram as afirmações anteriores de que, antes de 1920, existiram instituições livres e de duração efêmeras, que são a Universidade de Manaus, em 1909, e a do Paraná, em 1912, já citada, mas, segundo Fávero (1980, p. 36), “Embora tenham elas existido de fato, os autores, em geral, são levados a considerar a universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como a primeira universidade brasileira”.

Confirma-se, nas palavras de Fávero (1980), que a educação como prática social é comprometida com o contexto em que está inserida, realizando-se por meio de instituições subordinadas ao sistema ideológico que de certa forma legitima e justifica este contexto.

Assim, segue-se a conveniência de se considerar a Universidade do Rio de Janeiro como sendo a primeira no país. Observa-se nesse momento a visão de sociedade brasileira como “[...] entidade que se faz e refaz por meio de um sistema complexo de relações sociais, elos que se impõem aos seus membros [...] tudo o que é indispensável ou superficial para que se possa criar e sustentar o evento que se deseja construir” (DAMATTA, 1997, p. 13).

Desta forma convencionou-se ser a Universidade do Rio de Janeiro, historicamente, a primeira instituição universitária criada por um Governo Central. De acordo com Fávero (1977), isso aconteceu como parte das homenagens que deveriam ser prestadas ao Rei da Bélgica, Alberto I, que, em visita ao Brasil, receberia como homenagem a outorga do título de *Doctor honoris causa*, título que só poderia ser concedido por uma instituição universitária. Dessa forma, a Universidade foi instituída em 1920 pelo Decreto nº. 14.343, no

governo do presidente Epitácio Pessoa, sendo referendado pelo, na época, ministro Alfredo Pinto.

Quanto a esse episódio, surgiram algumas críticas como a de que essa universidade “[...] processou-se sem debates ou discussões, tendo sido recebida sem nenhum entusiasmo” (FÁVERO, 1977, p. 29). No entanto, a criação da universidade em nada alterou as escolas superiores existentes, tendo em vista que essa universidade, apesar de recém criada, apresentar uma existência, segundo Fávero (1977), “apenas nominal”. Não havia uma preocupação para o desenvolvimento e o progresso da ciência. De acordo com Nagle (2001, p. 171), essa universidade não passou da “[...] existência de três institutos de ensino superior, de natureza profissional, que foram reunidos com preocupações de ordem exclusivamente administrativas”.

Apesar de a Universidade do Rio de Janeiro ser considerada “modelo” para as demais universidades, passa com a Lei nº. 452, de 5/7/1937, por transformações, recebendo a denominação de “Universidade do Brasil” (FÁVERO, 1977). Posteriormente (em 5/11/1965), por meio a Lei nº. 4831, passa a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A década de 20 apresenta-se sem muitas inquietações, pois se observa que as discussões sobre o regime universitário não surgiram com a instituição da Universidade do Rio de Janeiro, mas pode-se dizer que é a partir desse acontecimento que se inicia um processo de reflexão profunda sobre a universidade no Brasil.

Considera-se que o modelo da Universidade do Rio de Janeiro serviu de referência para análise dos pontos positivos e negativos, orientando reflexões e ações que levassem a uma possível organização universitária no país.

Nessa década (1920), se estrutura de forma significativa um pensamento brasileiro sobre a universidade, o qual é transmitido ao decênio posterior, possibilitando uma maneira mais precisa de se pensar a universidade, não deixando de se apresentarem grandes modificações na análise desse problema. Observa-se, segundo Cunha (1980, p. 189), que anteriormente à primeira instituição de ensino que vingou com o nome de universidade, criada em 1920, foram realizadas “trinta tentativas”.

Apesar de serem criadas mais de vinte escolas de ensino superior até o final da década de vinte, o Brasil ainda vivia momentos críticos, passando por um período de transição da escola superior para a instituição universitária.

Surgem então as primeiras experiências reais, numa tentativa de superar o modelo de universidade existente (Universidade do Rio de Janeiro), concretizada pela criação da Universidade de São Paulo (1934) e, um ano depois, pela Universidade do Distrito Federal,

consideradas por muitos autores como “marcos promissores na história da educação brasileira” (FÁVERO, 1977, p. 38).

Mesmo essas experiências tendo sido, de acordo com Fávero (1977), ‘malogradas’, elas servem em muitos aspectos como exemplos para a criação da Universidade de Brasília, que surge em busca de um modelo integrador de universidade que garantisse a associação do ensino com a pesquisa e uma coordenação de atividades em todas as unidades básicas e profissionais.

Criada por iniciativa de Darcy Ribeiro, foi analisada por Anísio Teixeira (1998) como “estrutura integrada”. Assim, a UnB é considerada como a unidade que mais se aproxima do modelo de universidade, constituindo-se em uma instituição ‘integrada, orgânica e atuante’. Entretanto a ditadura militar desfaz a promissora experiência da UnB, promovendo um espaço para implantação do modelo “[...] neo-humboldtiano da Reforma de 1968” (FÁVERO, 2004).

Nagle (2001, p. 174), em uma análise da universidade em geral, considera que a história tem mostrado que a “[...] evolução se faz no sentido de substituir a universidade profissional pela universidade científica, é imperdoável que, no caso brasileiro, a construção universitária se faça num sentido oposto, a partir de um sistema de escolas isoladas e autônomas”.

O ensino superior no período de 1920 até 1930, segundo Basbaum (1976, p. 195), “[...] estava melhor servido do ponto de vista numérico, Havia Faculdades de Direito em várias capitais, bem como Escolas de Engenharia e de Medicina, que não tinham, como hoje, limite de matrículas”.

Percebe-se que há uma preocupação com a quantidade de cursos e vagas, visto que a realidade social da época não comportava a demanda profissional, como se pode perceber na afirmação do autor: “Na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, nos anos de 1927 a 1930 formaram-se em média 480 médicos por ano, o que evidentemente prejudicava o ensino, pois não havia nem hospitais nem mesmo doentes disponíveis para tantos estudantes” (BASBAUM, 1976, p. 195).

Tais características estão ainda presentes na contemporaneidade, ou seja, um crescimento quantitativo, sem que se estabeleçam critérios, havendo uma preocupação apenas em atender à demanda, sem, contudo se proverem condições físicas e humanas adequadas.

Nesse contexto, dos anos de 1930, têm início as tentativas para implantação de uma universidade no Piauí, pois, conforme Guiomar Passos (2003), a idéia é antiga, sendo que o interesse por uma universidade vem desde a criação da Faculdade de Direito do Piauí

em 1931, com o grupo que iniciou a sua organização. Portanto busca-se no próximo item reconstituir esse processo, que vai da instalação da Faculdade de Direito à implantação da UFPI.

## **2.2 A educação superior no Piauí: da Faculdade de Direito à Universidade Federal do Piauí: um sonho antigo**

A década de 1930 apresenta em seu início a Reforma Francisco Campos e a reorganização do ensino superior no país. Essa Reforma tem como diretrizes para o ensino superior os objetivos da universidade que são, segundo Francisco Campos (1940), citado por Fávero (1977): equipar tecnicamente as elites profissionais do país, proporcionando ambiente adequado às vocações especulativas e desinteressadas, destinadas à formação da cultura nacional para a investigação da ciência pura. Como se percebe, essas reformas dão continuidade ao pensamento elitista e dual que permeia a educação no Brasil.

Inicia-se, assim, um período de transformações na forma de pensar a finalidade da universidade no Brasil, altamente hierarquizada desde sua gênese, apresentando uma forma de pensar rígida e elitista, comunicando-se pouco com a sociedade de que fazia parte.

Essas pretensões são consideradas por alguns estudiosos, a exemplo de Fávero (1977), muito otimistas, em vista da realidade do momento, pois as escolas, além de se apresentarem distantes do que poderia ser considerado “razoável”, eram escassas mesmo para a minoria privilegiada.

Torna-se importante lembrar a concepção de instituição universitária para os grupos dominantes nessa época, que é de uma instituição cuja razão de ser seria a de que “[...] preparasse uma nova elite ilustrada e modernizadora, capaz de garantir a continuidade da estrutura de poder. É nesse contexto que, em 1931, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras” (FÁVERO, 1980, p. 45).

Pode-se então dizer que com o Estatuto começa a se efetivar a idéia de universidade no país, ou seja, surge “[...] o marco estrutural da concepção de universidade em nosso país”. Apesar das críticas à Reforma Francisco Campos, o Estatuto citado constitui-se “[...] no primeiro arcabouço de normas para as instituições universitárias” (FÁVERO, 1980, p. 53).

Observa-se que as Reformas Francisco Campos, em particular a Reforma do Ensino Superior, refletem essas “configurações”<sup>6</sup> existentes, mostrando que a universidade não está alheia ao seu momento histórico-social.

Assim, percebe-se o caráter dúbio de algumas afirmações na Reforma: nela há um reforço à educação humanista e elitista que reflete a época, mas não se pode deixar de reconhecer seus méritos, pois possibilitou a abertura de perspectivas relevantes para o ensino superior como, por exemplo, a organização de associações, abrindo possibilidades de um diálogo entre a universidade e a comunidade, ainda não alcançado de forma efetiva. Mas pode-se dizer que as Reformas possibilitaram, em muitos aspectos, mudanças no ensino superior até hoje presentes.

A União vinha implementando projetos que se limitavam quase que exclusivamente ao Distrito Federal, o que levou a uma tardia instalação da educação superior nas demais regiões do país, principalmente no Piauí, levando também aos diversos movimentos das massas que marcaram a década de 1930.

Nesse momento que corresponde a uma nova fase no país, conhecida como a “Era Vargas”, vivencia-se o começo do processo de industrialização e urbanização. Dessa forma, crescem os setores de serviços, e a população, com mais intensidade procura pela educação, pois começa a não querer mais se submeter ao trabalho braçal. O presidente Getúlio Vargas atento a esses fatos, teve como uma das primeiras medidas do Governo Provisório, que se instalou em 1930, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, já citado no decorrer da pesquisa “[...] tratava-se de adaptar a educação a diretrizes que, notadamente, a partir daí se definiam tanto no campo político como no educacional” (SHIROMA, MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 18).

O momento histórico da década de 1930 pode, desse modo, ser caracterizado, nas palavras de Basbaum (1976, p.p. 139), como um período em que

[...] a população vai impondo aos poucos a sua existência, adquirindo personalidade, transformando-se em povo e fazendo realmente História. [...] Sem dúvida 1930 será a expressão máxima da sua existência [...] Esse período se caracterizará precisamente por esse fato: a manifestação suprema do povo – o movimento das massas - marcando uma época. Mas 1930 não é apenas o fim de um período. É também o começo de um outro em que essa população aparentemente passiva começará a impor, cada vez mais, a sua presença, na vida e na história do Brasil. [...] o simples crescimento da população gera não apenas novas condições de vida social, mas também transformações no modo de produção, maior polarização das classes e, conseqüentemente, efeitos históricos.[...] É a confirmação do princípio dialético da transformação da quantidade em qualidade.

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada por Norbert Elias, significando as inter-relações e suas configurações ideológicas.

A estrutura da universidade no Brasil esteve sob a regulamentação do Decreto 19.851/1931, tornando-se esta a forma preferencial de organizar e administrar o ensino superior no Brasil até o ano de 1968, período em que realmente a universidade em geral sofreu mudanças significativas. Inicialmente, o Estatuto das Universidades Brasileiras sofreu modificações em alguns aspectos, mas manteve-se preservado em sua maioria. Nesse mesmo ano, tem-se o Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da universidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, segundo Monlevade (1997, p. 34-35), em um período de 40 anos (1931- 1971) ocorre uma expansão quantitativa do ensino no Brasil: “A oferta de vagas nas Universidades Públicas Federais e nas estaduais de São Paulo cresceu a ponto de poder acolher muitíssimos alunos oriundos das classes subalternas e de sexo feminino, coisas inimagináveis nas décadas anteriores”. O autor esclarece que

É nesse período de 40 anos (1931 a 1971), balizado pela criação do MEC, que se constrói um Sistema Nacional de Educação Federativo: a União aumentou seus conhecimentos na educação superior, fundando universidades em todos os Estados: os governos estaduais ampliaram explosivamente as vagas nas escolas primárias e nos ginásios: e os municípios com recursos financeiros carimbados, começaram a assumir a educação infantil e a alfabetização de adultos, além de abrir escolas primárias e secundárias onde faltava a presença estadual, ou onde sobravam recursos de impostos, agora gerados pelo crescimento das indústrias e a circulação do comércio. [...] Essa “febre” de cultura tinha uma explicação muito simples: a sociedade urbana e industrial, ao contrário da agrária, exige duplamente a escola.

A educação, por ser esfera da vida social, é determinada historicamente pelas disputas hegemônicas entre os diferentes grupos e classes sociais. Logo, “O homem é um ser-no-mundo. Ele não é primeiro, e depois é no mundo. Ser no mundo já é constituinte do seu ser homem” (RIOS, 2002, p. 30).

Reconhece-se que esse “ser homem” é produto de uma constante construção, que perpassa pelas reflexões do passado e por uma análise do presente, de suas inter-relações, em uma interação entre seres e destes com a natureza, possibilitando a construção de sua história, que lhe propicia, de forma autônoma, transformar seu entorno, ao mesmo tempo em que constrói e transforma sua própria identidade. Pode-se observar nesse momento a transformação que vem se realizando na sociedade, a qual, construindo seu entorno, passa de uma sociedade agrária, que se contentava em realizar o trabalho braçal, para uma sociedade urbana e industrial, que, ao contrário da anterior exige a escolarização.

Para atender a essas exigências sociais, de acordo com Monlevade (1997), a educação apresenta-se aberta também àqueles antes excluídos do processo. Percebe-se

também que, nesse momento histórico, já era reconhecida a necessidade da educação, e nesse caso da educação superior, para a sociedade brasileira Brito (1996, p. 85) afirma:

A formação versátil dos cursos de direito possibilitava aos bacharéis adaptar-se com relativa facilidade às novas condições políticas e sociais de uma sociedade em mudança. Daí o bacharelismo dominante notadamente na área política e cultural e a conseqüente proliferação das faculdades de direito.

Confirma-se, segundo José Antônio Tobias (1986, p. 199-200), o ideal de educação da época e os sentimentos das pessoas quanto ao curso de Direito:

[...] o ideal da educação era o Doutor (Dr.) bacharel em Direito; se o país era pobre, paupérrimo em escolas superiores; se toda mulher tinha sonho: casar com Doutor, se todo homem almejava ser doutor, era natural que a semelhança da lei da oferta e da procura, houvesse multiplicação anormal das Faculdades de Direito, de onde nasceu a proliferação desmesurada dos doutores em Direito.

Mesmo nessa efervescência em prol da educação superior, com um grande aumento na oferta de vagas, e com a existência de ensino superior em outros Estados, o Piauí foi tardio nesse assunto. Por isso, os estudantes piauienses, no intuito de prosseguirem seus estudos, emigravam para outros Estados, em busca de escolas superiores. De acordo com Ferro (1996), havia várias “tendências” de saídas: para Recife, em busca da Faculdade de Direito, ou para o Seminário de Olinda; para Salvador iam aqueles que almejavam o curso na área de saúde (Medicina e Farmácia); para São Luís, havia uma procura pelo Seminário das Mercês, sendo procurado também o Rio de Janeiro para cursos de Medicina e Engenharia na Escola Politécnica. Observa-se que nessa época se privilegia o curso jurídico, conseqüentemente as Faculdades de Direito, valores herdados do período imperial que se projetaram no contexto piauiense. Essa valorização apresenta-se mais evidente na Primeira República.

Em 1930, existiam em todo o país cerca de 350 estabelecimentos de ensino secundário e 200 estabelecimentos de ensino superior. Tem-se nesse período o chamado *bacharelismo*, considerado “[...] no pior sentido, significando a mania generalizada entre os respectivos pais de formar os filhos, dar-lhes de qualquer modo um título de doutor. Um pai que não formasse pelo menos um filho sentia-se envergonhado [...]” (BASBAUM, 1976, p. 196).

É, portanto, nesse contexto, que, no dia primeiro de julho de 1931, a Faculdade de Direito do Piauí inicia suas atividades. Nasce assim o primeiro estabelecimento de ensino

superior no Estado. O Piauí, apesar de apresentar uma economia predominantemente agro-pastoril, adotou o modelo de educação valorizado e proporcionado naquele momento “[...] privilegiando a formação de bacharéis em direito sobre a formação de profissionais no campo da agricultura e da pecuária” (BRITO, 1996, p. 85).

O corpo docente da Faculdade era, segundo Brito (1996), formado pelos professores Antonio José da Costa, Cristino Castelo Branco, Cromwell Barbosa de Carvalho, Daniel Paz, Ernesto José Batista, Francisco Pires de Castro, Giovani Costa Gonçalo de Castro Gonçalves, Mário José Baptista, Pedro Borges da Silva, Raimundo de Brito Melo, Simplicio de Sousa Mendes e Valdemir de Abreu.

Esse grupo de docentes elegeu para a direção da Faculdade Francisco Pires de Castro e como vice-diretor Simplicio de Sousa Mendes enquanto para secretário, Joel de Andrade Sérvio. Entretanto Brito refere que “[...] em face da renúncia do Diretor Francisco Pires de Castro e do Vice-Diretor Simplicio de Souza Mendes, assumem as respectivas funções os professores Daniel Paz e Joaquim Vaz da Costa” (BRITO, 1996, p. 86).

Posteriormente, devido às grandes dificuldades encontradas pelos mantenedores da Faculdade, transferi--se a responsabilidade de manutenção para o Governo estadual, assim, pelo Decreto nº. 1.471 de 16 de agosto de 1932, foi considerada a Faculdade como estabelecimento de ensino superior do Estado, que por sua vez assume seu custeio e manutenção.

Porém, com o advento do Estado Novo, ocorreram alterações no ensino em todo o país, de forma que a Faculdade de Direito do Piauí sofreu diretamente os reflexos dessa política, pois o governo ditatorial, em um de seus primeiros atos, realizou a desoficialização da Faculdade de Direito pelo Dec.nº. 30, de 08/02/38.

Os professores assumiram a responsabilidade e decidiram manter a Faculdade de Direito como estabelecimento particular de ensino superior, com o apoio do Governo estadual da época, que assegurou subvenção à Faculdade e doou um local para seu funcionamento, conforme o Dec.nº. 55 e 56, de 11 de novembro de 1938. Mas seu reconhecimento só é concedido no último ano da ditadura Vargas, pelo Dec. Lei nº. 17.551, de 9 de janeiro de 1945.

Assim, “[...] por muitos anos a Faculdade de Direito do Piauí constitui-se na única alternativa para formação em nível superior da juventude piauiense” (BRITO, 1996, p. 85), quem desejava outra profissão tinha que se deslocar para outros Estados, de maneira que o custo era bastante alto e apenas aqueles que gozavam de um alto poder aquisitivo podiam sair, ficando a grande maioria apenas com a opção jurídica.

Um fator preocupante era que nem sempre o egresso do curso de Direito seguia a carreira jurídica, pois muitos optavam pelo magistério, pelo funcionalismo público ou mesmo pela política. Na verdade, grande parte dos recém-formados ingressava no magistério secundário e normal sem ter preparação pedagógica.

Dessa forma, devido a considerável demanda de professores, um grupo desses profissionais deu início, nos anos de 1950, a uma tentativa de organização de uma Faculdade de Filosofia, que não chegou a funcionar.

Mas, em função de capacitar o corpo docente com uma específica formação pedagógica, persiste a necessidade de uma Faculdade de Filosofia, tendo sido criada, sob a liderança de D. Avelar Brandão Vilela, em 1957, a Faculdade Católica de Filosofia, pela Sociedade Piauiense de Cultura, tendo como primeiro diretor o Prof. Clemente Honório Parentes Fortes. E essa Faculdade foi instituída em 16 de junho de 1958, “[...] pelo Dec. nº. 43.402, de 18/02/58, e passou a funcionar provisoriamente no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no turno da noite” (BRITO, 1996, p. 88). Conforme o autor, seu reconhecimento deu-se seis anos após a autorização, por força do Dec. nº. 54.038, de 23 de julho de 1964.

Após a Faculdade Católica de Filosofia, observou-se a implantação de outras faculdades no Piauí, como a Faculdade de Odontologia, a de Medicina e, por último, a de Administração.

Assim como em todo o Brasil, essas unidades isoladas de ensino superior reúnem-se possibilitando a instituição da Universidade Federal do Piauí, que, sob a forma de Fundação, se torna realidade com a Lei 5.357, de 1968, que lhe assegura recursos para sua manutenção, conforme o projeto da Lei 5.540 de 1968, que vai inspirar seu modelo.

Segundo Guiomar Passos (2003), o interesse da sociedade por uma universidade no Piauí estava latente desde a criação da Faculdade de Direito do Piauí, em 1931, com o grupo que iniciou a sua organização. Assim, a autora afirma, em entrevista realizada com o Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas, que:

O interesse pela Universidade vem de muito mais distante, inicia-se na criação da Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1931, pois aí o Piauí partia para o ensino superior e com isso começou a pensar em universidade. O grupo que começou a organizar a Faculdade de Direito pensava numa universidade, embora, não atuasse muito nesse sentido porque, naquele tempo, não era possível infelizmente, por causa desse isolamento cultural do Piauí; o Piauí sofria de um isolamento, não só geográfico, não só político, mas também cultural (PASSOS, 2003, p. 39).

Passos (2003) refere que a luta pela criação de uma universidade tem seu início em outubro de 1963, pela União Estadual dos Estudantes do Piauí, sendo seu presidente, na

época, o estudante de Odontologia Oston Teixeira Diniz. A criação da Universidade Federal do Piauí aconteceu em 12 de novembro de 1968, por meio da Lei 5.528 assinada pelo então Presidente da República, Artur da Costa e Silva, tornando realidade o sonho da população piauiense.

Seguiam-se as determinações, que tiveram como ponto de partida a legislação de reestruturação do ensino superior, compreendendo-a como o conjunto de atos iniciados em 1965, decorrentes de acordos firmados entre o Governo brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), tendo sua conclusão com a promulgação da Lei nº. 5.540 em 28 de novembro de 1968.

A Universidade Federal do Piauí constitui-se como fundação de direito público, estabelecendo desde o primeiro estatuto uma organização com base em departamentos; integração do ensino e da pesquisa; atividade de extensão; sistema de crédito, entre outras características importantes para seu funcionamento, dentro do modelo voltado para atender ao contexto histórico da época.

Pode-se observar a “teia de relações”<sup>7</sup>, articulada para criação dessa universidade, visto que, nesse período, foi a única universidade federal a ser aprovada, pois, segundo a professora Guiomar de Oliveira Passos (2003), em suas pesquisas sobre a Universidade, não há na listagem das universidades federais (elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, em que constam os atos de criação de todas as unidades) nenhuma outra universidade criada nesse período.

Com a implantação da Universidade Federal do Piauí, confirma-se ser a sociedade brasileira caracterizada como uma “sociedade relacional”, isto é, aquela em que as relações são fundamentais, visto que, no decorrer da história, observa-se que, para a implantação das instituições de ensino superior, segue-se o mesmo processo “[...] no sentido de se ter de abrir um espaço social e político para as manifestações individuais e locais, já que tudo está rigidamente previsto e dominado pelo centralismo político, legal e religioso” (DAMATTA, 2000, p. 76).

Nesse jogo de relações tem-se inicialmente implantada a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, instituição que objetivava criar e manter a Universidade Federal do Piauí – UFPI. Portanto, nos termos da Lei Federal nº. 5.528, de 12.11.1968, assinada pelo Presidente da República, na época, Artur da Costa e Silva, cria-se a Universidade Federal do Piauí - UFPI, sendo, no entanto, oficialmente instalada em 1º de março de 1971, em

---

<sup>7</sup> C.f. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

“memorável solenidade”, no Clube dos Diários, com a presença do Governador João Clímaco d’Almeida, que presidiu a solenidade, e do Senador Petrônio Portela Nunes, que proferiu a aula inaugural.

Assim, originando a UFPI, ocorreu a aglutinação das faculdades e cursos que existiam na época: Direito, Filosofia, Bacharelados em Geografia, História e Letras, Odontologia, Medicina, Administração e Licenciatura em Letras e Matemática.

Podem-se perceber nos objetivos da UFPI, idealizados por seus criadores, nos escritos de Silveira Filho (1965, p. 6-7), uma articulação da universidade com o meio, relacionando-se com “[...] o processo regional de desenvolvimento econômico [...] os investimentos industriais na região [...] as tecnologias suscetíveis de racionalizar e multiplicar o rendimento econômico geral”. Assim, para atender aos anseios desses grupos, a universidade teria o papel de ser:

[...] um centro vivo do pensamento e das aspirações da comunidade, apta a influir beneficentemente na comunidade, inspirando os órgãos legislativos e executivos fornecendo-lhes a sua contribuição científica e cultural, a fim de que os mesmos possam desempenhar com mais autenticidade a sua missão (SILVEIRA FILHO 1965, p. 6-7 apud PASSOS, 2003, p. 143).

Acerca desse fenômeno, Passos (2003, p. 143) faz a seguinte apreciação:

A universidade, no Piauí, viria tornar qualificado o quadro administrativo do senhor, formando a burocracia que o Estado patrimonial necessitava, conferindo um caráter moderno à dominação política tradicional. Vale dizer a universidade possibilitaria, na expressão das vontades daquelas autoridades educacionais, que o patrimonialismo do Estado viesse a se tornar burocrático.

Percebe-se que o sistema de ensino superior, nos anos sessenta, é, em sua estrutura essencial, caracterizado por ser “[...] pós-secundário de tempo parcial, baseado em ‘aulas’ supostamente ‘magistrais’, dadas por professores de tempo parcial e competência discutível, em locais de qualquer ordem, [...]” (TEIXEIRA, 1998, p. 171).

Desse modo, a filosofia desse sistema é a de que o ensino superior procura familiarizar o aluno com um campo profissional, levá-lo a estudar e torná-lo em precárias condições, um profissional. Para Teixeira (1998, p. 171), “[...] estabelecemos a ‘liberdade’ de ensino, tornando o direito de abrir escolas um direito individual e, na esfera pública, a política - realmente incrível! -, de que se expande o ensino pela criação de outra escola e não pelo

crescimento da escola existente”. É com base nessa filosofia, ainda presente na década de noventa, que se desenvolve a expansão do ensino superior no Piauí.

Percebe-se, nos anos de 1960, a busca por um modelo de universidade. Anísio Teixeira (1998) defendia a reforma da universidade para que fosse cumprida a função de universidade de pesquisa com estudos profundos a fim de que se pudesse construir a cultura brasileira. Há uma corrente do movimento estudantil, liderado pela União Nacional de Estudantes – UNE, defendendo a democratização da universidade. No entanto as forças no poder, após o golpe militar de 1964, impossibilitam mudanças radicais nas tendências modernizantes da educação superior.

Dessa forma, a educação superior tornou-se um instrumento a mais a contribuir no projeto de desenvolvimento dos centros hegemônicos do capitalismo internacional, tendo na Lei 5.540/68 uma forma de prover e assegurar o novo modelo de crescimento.

Ainda que não se tenha firmado no Brasil um modelo típico de universidade, pode-se inferir que este surge em cada época com traços marcantes de algum modelo idealizado dentre os predominantes, podendo-se dizer que há uma interposição de modelo na realidade atual da universidade. Procura-se, portanto, no próximo item, um olhar pelas tendências políticas e modelos que conduziram e conduzem a educação superior.

### **2.3 Tendências das políticas de educação superior no Brasil: delineando modelos e perspectivas**

Ao se estudar o processo histórico de educação superior, surge a necessidade de uma análise política, a partir da qual se pode identificar os verdadeiros interesses que estão por trás dessas relações, pois fazer um estudo desse processo é procurar a origem histórica e também fazer um estudo político e sociológico, considerando-se que essas ciências tratam dos problemas da sociedade e que a educação é uma prática social.

Entende-se que uma Política Educacional refere-se às medidas que o Estado, ou seja, o Governo de um Estado toma em relação às diretrizes, aos rumos que se devem traçar para a educação nesse país. Assim, essas medidas se situam na área social, sendo configuradas como uma “política social”. Mas o que vem a ser uma Política Social?

Esse termo gera controvérsias, segundo Dermeval Saviani (1999, p. 1), por apresentar uma redundância, pois, para ele, “Se a política é a ‘arte de administrar o bem comum’, toda política não é necessariamente social?”.

No entanto, tem-se necessidade de que a política se torne social. Para o autor supracitado, a sociedade capitalista, com sua forma econômica centrada na propriedade privada dos bens produzidos coletivamente, faz com que a produção social de riquezas, atenda interesses privado, subordinando-se, portanto, à classe que detém o controle desses meios de produção.

Assim, se a sociedade tem como seu elemento regulador um Estado Capitalista, torna-se natural que sua política econômica tenha como objetivo desenvolver e consolidar a ordem capitalista, favorecendo os interesses privados em detrimento dos interesses coletivos. Para Saviani, isso se chama de “caráter anti-social” da “política econômica” dos Estados Capitalistas, que paradoxalmente, atuam no sentido de desestabilizar “a ordem capitalista”, fazendo-se necessárias “políticas sociais” para contrabalançar essa situação.

Dessa forma, são desenvolvidas “políticas sociais” nas diversas áreas, como saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicação e educação. Tem-se nesta última, de maneira geral, a esperança de inserção do indivíduo na sociedade humana. Mas qual o papel social da educação superior, representada pela universidade?

Stela Gracini (1984, p.21) “[...] situa a educação como um fenômeno histórico preso à produção e à reprodução material da sociedade [...] considerando a Instituição universitária, como aparelho ideológico dominante nas formações sociais capitalistas”. Para Chauí (2001, p. 52), essa visão de uma escola como um lugar de reprodução dessas estruturas foi algo do passado. Segundo a autora, hoje, nem esse papel a universidade está desempenhando, como explicita a seguir;

Se, outrora, a escola foi o lugar privilegiado para reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, e se, na concepção liberal, a escola superior se distinguia das demais por ser um bem cultural das elites dirigentes, hoje, com a reforma do ensino, a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Concebida como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social. Donde a ênfase nos cursos profissionalizantes do ensino médio e nas licenciaturas curtas ou longas, em ciências, estudos sociais, e comunicação-expressão, no caso das universidades.

No entanto, não se pode esquecer que a universidade, assim como a sociedade, é historicamente construída pelo indivíduo, este como parte constituinte dessa sociedade que se

debate em torno de formas diferenciadas de pensar sobre si mesma está também em construção. Assim, o papel da universidade não pode ser percebido unilateralmente, dependente somente da instituição universitária, mas se devem levar em conta os sujeitos que a compõem, ou seja, há uma inter-relação, uma dinâmica que faz com que as coisas não sejam estáticas, lineares, em uma relação de causa e efeito.

Acredita-se que a universidade reage às inter-relações do contexto histórico em que está inserida, dentro de uma multirreferencialidade, dessa forma, a universidade, pode ser um elemento de reprodução ou de transformação. Para Frigotto (2001, p. 37),

A educação escolar básica – ensino fundamental e médio- e superior tem uma função estratégica central [...] Trata-se, primeiramente, de concebê-la como direito subjetivo de todos e o espaço social de organização, produção e apropriação dos conhecimentos mais avançados produzidos pela humanidade.

Busca-se uma análise das tendências que orientam esse “sistema educacional”, pois há uma tendência sobre a política educacional brasileira, que aponta para um discurso considerado “[...] ‘neoliberal da defesa da educação como via de acesso à modernidade’ como elemento aglutinador das principais tendências que tomam corpo no cenário da educação” (OLIVEIRA, 1998, p. 44).

Intensifica-se o processo de mundialização do capital financeiro e com ele a adoção dessas políticas consideradas neoliberais, principalmente na década de 1990. O mercado, como o portador da racionalidade econômica, é dessa forma considerado o “[...] princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade global competitiva [...]” (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p. 17).

Nesse cenário, desenvolveram-se as políticas educacionais, efetuando-se o processo de reforma do sistema educativo no Brasil. Encaminham-se, nesse contexto, as reformas da educação superior e em especial da educação pública. Logo, questiona-se como esse processo pode ser satisfatório aos interesses públicos, visto que ocorre em tais momentos de reestruturação capitalista, resultante da ampliação da esfera privada, contrapondo-se ao alargamento dos direitos sociais.

Devem-se levar em conta essas mudanças conjunturais que, de certa forma, influenciaram as políticas e a gestão da educação superior. Instituições como o Estado vem se esvaziando em suas políticas sociais, manifestando seu poder nas representações de segmentos privilegiados. As leis são determinadas pela economia do mercado, como se pode perceber nas afirmações de Antonio Joaquim Severino (2003, p. 60-61):

[...] a utopia é destruída pelo enviesamento ideológico da legislação como um todo. [...] A legislação educacional passa a ser então estratégia ideológica, prometendo exatamente aquilo que não pode conceder. [...] Assim, no contexto da globalização de todos os setores da vida social, as elites responsáveis pela gestão político-administrativa do país rearticulam suas alianças com parceiros estrangeiros, investindo na inserção do Brasil na ordem mundial desenhada pelo modelo neoliberal.

Faz-se, portanto, uma análise histórica reconhecendo, nas palavras de Paulo Freire (2001, p. 34), que “O indivíduo, de quem o social depende, é o sujeito da história. Sua consciência é a fazedora arbitrária da história”.

A cooperação internacional para a educação brasileira inicia-se a partir dos anos de 1930, durante um período considerado por Fonseca (1998, p. 88) como “[...] um estágio de intensa integração entre associações de educadores, brasileiras e norte-americanas”. É a partir daí que surge o ideal de universalização do ensino básico, no início dos anos 60, influenciando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1961, Lei 4.024, que representou a vitória das forças conservadoras e privatistas, levando também a prejuízos quanto à distribuição dos recursos públicos e à ampliação de oportunidades educacionais (SHIROMA, 2004). Essa Lei resultou de uma gestação iniciada em 1946 e que somente se completou em 1961<sup>8</sup>.

Nesse período, as forças se conjugam, pois a camada média também tinha interesse na industrialização, considerando-a instrumento de ampliação das possibilidades para uma ascensão social. Posteriormente, mais precisamente na fase final desse processo de substituição de importações, no começo da década de 1960, inicia-se um antagonismo entre o modelo econômico que se forma e a ideologia da política vigente, apesar de o Governo na época, Juscelino Kubitschek, ter proporcionado certo equilíbrio, resultante da dialética entre o estímulo à política nacionalista (nacionalismo desenvolvimentista) e o plano econômico, levando a industrialização por meio de uma desnacionalização da economia.

Por volta de 1960, era possível afirmar que se tinha atingido a meta da industrialização. Forças antagonicas se uniam em torno de um mesmo interesse: a industrialização. Percebe-se, entretanto, que, que apesar do interesse comum, os olhares são diferentes, pois enquanto a burguesia e a camada média da sociedade viam na industrialização

---

<sup>8</sup> O Brasil nesse período vivia um modelo econômico configurado após a Revolução de 1930, denominado pelos economistas de “substituição de importações”, com a crise do café. Conseqüência da crise mundial da economia paulista, levou à produção de manufaturas até o momento importadas. A industrialização surge, tornando-se uma bandeira das diferentes forças sociais; a “industrialização” se confunde com o nacionalismo.

um fim em si mesmo, as forças de esquerda e o operariado buscam outras metas, como a nacionalização das empresas.

Foi justamente nesse período de contradições que aconteceu o que Saviani (1988) denomina de ensaio de uma maior abertura na direção das aspirações populares. Surgem iniciativas como é o caso do MEB – Movimento de Educação de Base, Campanhas de alfabetização de adultos e outras iniciativas que se constituíram como sistemas paralelos à organização escolar regular, tornando-se esses movimentos um espaço onde os estudantes universitários canalizavam seus interesses e reivindicações. Após 1964, a própria universidade torna-se o espaço e o objeto de reivindicações de reformas.

Para controlar a situação, o governo providencia a Lei nº. 4.464/65, com o fim de regulamentar a organização, o funcionamento e a gestão dos órgãos de representação estudantil, assim como também as assinaturas dos acordos chamados MEC-USAID<sup>9</sup>. As universidades, espaço de resistência manifesta ao regime, acabam por encaminhar a crise de 1968.

Segundo Saviani (1988, p. 86), o governo usou da mesma estratégia da independência “façamos a reforma antes que outros façam”, apressando-se em desencadear o processo, sendo que, no auge da crise estudantil, baixou o Decreto nº. 62.937, instituindo o “Grupo de Trabalho da Reforma”, confrontando-se ao Grupo Estudantil.

Em julho de 1968, foram desenvolvidos estudos pelo Grupo de Trabalho, criado por decreto do Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, que deu a esse grupo um prazo de trinta dias para pesquisar e elaborar uma proposta de reforma universitária. Segundo o decreto, os estudos objetivavam garantir “[...] ‘eficiência, modernização e flexibilidade administrativa’ da universidade brasileira, tendo em vista a ‘formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país’” (SAVIANI, 1988, p. 81). Esse estudo deu origem ao Projeto, que por sua vez originou a Lei 5.540/68.

Pode-se ter idéia, dentro dessa teia de relações, de para quais interesses estão voltados os resultados desses estudos, que foram consubstanciados no Relatório Geral do GTRU<sup>10</sup>, sendo essas propostas encaminhadas a um grupo de nível ministerial composto pelos ministros Antônio Delfim Neto (Fazenda), João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento), Luiz Antônio da Gama e Silva (Justiça) e Tarso Dutra (Educação).

---

<sup>9</sup> Conjunto de doze acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development, no período de 1964 e janeiro de 1968, que comprometeu a política educacional brasileira às determinações de técnicos norte-americanos.

<sup>10</sup> Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

Como se pode perceber, a Lei nº. 5.540/68 é um produto do regime político do contexto da época, caracterizado pelos reflexos do golpe militar de 1964. Segundo Florestan Fernandes, os interesses do grupo

[...] não encarnam a vontade da Nação, mas dos círculos conservadores que empalmaram o poder, através de um golpe de Estado militar. Por mais respeitáveis ou bem-intencionados que sejam os seus componentes, eles se converteram, individual e coletivamente, em delegados dos detentores do poder e em arautos de uma reforma universitária consentida (FERNANDES, 1975, p. 202).

Com a Lei 5.540/68 e posteriormente o Ato Institucional nº. 5, de 13 de fevereiro de 1969, há a consumação de uma ruptura política no âmbito educacional, sendo o setor estudantil afastado de maneira deliberada do regime.

Vê-se aí uma estrutura de ensino superior preconizada pela reforma, pois a lei instituiu a departamentalização, a matrícula por disciplina, o regime de créditos, entre outros dispositivos administrativos e pedagógicos, com um propósito político mascarado de causar a desorganização dos alunos, espalhando-os por diferentes turmas e, dessa forma, desmobilizando um grupo antes coeso durante todo um curso.

Para Saviani, a Lei cumpriu o seu papel de reformular o ensino superior “[...] definindo-se pela aplicação, nesse campo particular, da estratégia do ‘autoritarismo desmobilizador’ acionada em função da ‘democracia excludente’” (SAVIANI, 1988, p. 98).

Em uma análise realizada pelo autor supracitado, publicada na revista *Princípios, Educação & Universidade*, ele comenta o fato de a reforma de 1968 ter procurado atender a duas demandas contraditórias, que eram as demandas dos estudantes e professores e a demanda do grupo ligado ao regime instalado pelo golpe militar, que buscava um maior vínculo do ensino superior com mecanismos de mercado e com o projeto político de modernização.

O Grupo de Trabalho procurou atender à demanda dos estudantes e professores abolindo a cátedra e proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; elege a instituição universitária como forma preferencial de organização de ensino superior e especifica características que promoviam a autonomia universitária.

Para atender à demanda do grupo formado pela elite política ligada ao regime militar, foram instituídas medidas como o sistema de créditos com matrícula por disciplina, cursos de curta duração, organização fundacional, assim como se procurou racionalizar a estrutura e o funcionamento da universidade.

Quanto à expansão da universidade, na prática essa se deu por uma abertura de forma indiscriminada, conforme autorização do Conselho Federal de Educação, com a expansão de escolas privadas, ou seja, em direção contrária às demandas estudantis e ao próprio texto aprovado, que, segundo o artigo 2º, da lei 5.540/68, estabelece como regra a organização universitária admitindo apenas em caso de exceção estabelecimentos privados isolados. As diretrizes contidas na Lei 5.540/68 referentes ao ensino superior estiveram em vigor até 1996, quando, após várias discussões, foi votada a atual LDBEN – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394/96.

A partir de 1968, foram inúmeras as possibilidades que levaram a se instalar no país uma vasta rede de estabelecimentos privados de ensino superior. Com o estímulo dado pelo governo, por meio de subsídios diretos ou indiretos, como a isenção de impostos, houve também a ausência de fiscalização por parte do MEC, facilitando-se dessa forma a expansão indiscriminada da rede particular e redução da rede pública, originando uma alta concorrência nos vestibulares da rede pública, sendo essa concorrência desleal, pois passam aqueles que estudam em escolas particulares por serem estas melhores do que as públicas, constituindo-se um mecanismo de discriminação social.

No decorrer da história, observam-se manifestações de rua e greves contra o Governo durante o período de 1964 até 1968. Há uma reação do Governo por meio de repressão à comunidade universitária, repressão essa que se iniciou no primeiro dia do golpe ao se incendiar o prédio da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Com a Constituição de 1988, são incorporadas reivindicações relativas ao ensino superior, tais como a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantia de gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurando-se também o ingresso por concurso público e regime jurídico único. Assim, passou-se a reivindicar a expansão das vagas das universidades públicas.

Na Constituição de 1988, Art. 214, toma forma uma idéia que havia surgido há cinquenta anos, ou seja, um Plano Nacional de Educação com força de lei. Essa idéia foi se desenvolvendo à medida em que o quadro sócio-político e econômico foi se transformando, pois a educação de um modo geral começa a impor-se como uma das condições fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

Aos poucos, foi se desenhando um plano para a reconstrução educacional, com um alcance nacional, unitário e de bases científicas. Essas idéias tinham surgido a partir da década de 1930 com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. A repercussão dessas idéias levou à inclusão de um artigo na Constituição de 1934 (Art. 150), declarando ser competência

da União fixar o plano nacional de educação, relativo ao ensino “de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução” (BRASIL – PNE, 2002, p. 13).

A idéia de um Plano Nacional de Educação é incorporada pelas constituições (exceto a Carta de 1937), de maneira que o primeiro Plano surgiu em 1962, na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024/1961. Nesse momento, tem-se “[...] um conjunto de metas quantitativas e qualitativas [...]”. Segundo Constituição de 1988, Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento de em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público” (BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, 1997, p. 11).

Na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.934/96, consta, nos artigos 9 e 87, que é dever da União a elaboração do Plano Nacional de Educação, em colaboração entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa LDB também institui a década da educação.

No final de 1997, ano dedicado à elaboração do PNE, o MEC divulgou o Plano Nacional de Educação, que foi instituído em 1998 pelo Projeto de Lei 4.173/98. No entanto, dois projetos foram apresentados à Câmara dos Deputados: o já citado de nº. 4.173/98, elaborado pelo MEC e apresentado pelo governo federal, e o de nº. 4.155/98, subscrito pelo Deputado Ivan Valente. Após três anos de tramitação legislativa no Congresso Nacional, local em que se constituiu um espaço de amplos debates, onde foram apresentadas emendas e sugestões, o relator da casa, Nelson Marchezan, apresentou um projeto substituto, que passou por duas revisões e emendas, sendo aprovado e encaminhado ao Senado Federal, o qual o aprovou sem alteração. O presidente sancionou então a Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que institui o PNE - Plano Nacional de Educação, essa lei sofreu vetos a nove metas, entre elas as de orçamento e gestão, as quais ainda não foram submetidas à votação do Congresso Nacional.

O PNE, no âmbito do ensino superior, deixa explícita a diferença entre “universidade de pesquisa” e “universidade de ensino”, e conforme Saviani, “[...] prevê a ampliação da oferta de ensino público [...] um aumento de 200% das vagas públicas nos próximos dez anos. Como, no entanto, atingir essa meta se não se prevê nenhum investimento público adicional?” (SAVIANI, 1999, p. 84).

O Plano Nacional de Educação estipula que, até 2011, 30% dos jovens na faixa etária de 17 e 24 anos deverão estar cursando o ensino superior e que também devem ser

ampliadas as vagas nas universidades públicas em 40%, de maneira que possa ser facilitado o acesso, até 2011, de jovens carentes. No entanto, o que se observa é que apenas 9% dos brasileiros nessa faixa etária estão nesse ensino e, que embora o número de matrículas tenha aumentado para 82,9% entre 1998 e 2003, ainda se está distante do estipulado pelo PNE (ALMANAQUE ABRIL, 2005).

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, as IES têm muito a fazer para

[...] colocar o País à altura das exigências e desafios do Século 21, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. [...] a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade num futuro melhor (BRASIL – PNE, 2003, p. 65).

Na citação acima percebe-se uma idéia ingênua de que o plano poderá resolver todos os problemas da educação. Fica transparente a intenção de cooperar com as políticas internacionais, ao se colocar, entre um dos papéis fundamentais da educação superior, o de “promover a qualidade e cooperação internacional”. Outro aspecto que merece atenção é o fato de que, apesar de o plano se propor como um instrumento de viabilidade e esforços integrados entre as três esferas do governo, ele ainda apresenta-se frágil nesse aspecto, pois, de acordo com Saviani (1999), esse propósito

[...] praticamente não saiu do papel, limitando-se a orientar algumas ações na esfera federal. Em verdade, ao que parece, o mencionado plano foi formulado mais em função do objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial.

O sistema de educação superior apresenta-se como um conjunto diversificado de instituições que atendem às diferentes demandas e funções. Mas considera-se que as “universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade” (BRASIL-PNE, p. 54).

Atualmente a LDB 9.394/96 tornou o sistema mais heterogêneo, diversificando-o com uma variedade de tipos de instituições de ensino superior. Essas instituições são as seguintes:

- Universidade – caracteriza-se por autonomia didática, administrativa e financeira, por desenvolver ensino, extensão e pesquisa, contando com um número expressivo de mestre e doutores;
- Centro Universitário – caracteriza-se por atuar em uma ou mais áreas, com autonomia para abrir e fechar cursos e vagas de graduação e ensino de excelência;
- Faculdades integradas – reúnem instituições de diferentes áreas do conhecimento e oferecem ensino, às vezes extensão e pesquisa;
- Institutos ou escolas superiores – atuam em área específica do conhecimento e podem ou não fazer pesquisa, além do ensino, dependendo do Conselho Nacional de Educação para criação de novos cursos.

Há uma tendência de se tentar inserir ainda mais as instituições na lógica do mercado. Logo, sob a orientação do Banco Mundial, o Brasil e praticamente todos os países latino-americanos passam por profundas transformações durante as décadas neoliberais, que no Brasil iniciam-se, segundo alguns estudos, em 1989, com a eleição de Fernando Collor.

As políticas educacionais tendem, em nível nacional, a atender aos projetos políticos e econômicos internacionais, existindo assim uma afinidade entre os discursos dos governantes e os discursos de instituições que representam o capitalismo internacional, ou seja, privilegiam-se interesses distantes da realidade do Brasil, desconsiderando-se o papel dos agentes locais e nacionais. Tais instituições estão representadas pelo Banco Mundial, FMI, entre outras.

Percebe-se que, ao procurar atender às políticas internacionais, a universidade perde seu papel reconhecido historicamente, que é o de ser uma “instituição social multissecular”. Ao se analisar a historicidade da universidade no Brasil, torna-se possível identificar modelos europeus: “[...] o jesuítico, o francês e o alemão, que tiveram sua predominância em diferentes momentos históricos e na universidade se fazem presentes até hoje” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.144).

Lança-se, portanto, um olhar ao passado, concordando com Otero Loiva Félix (1998), para quem, assim como o futuro, o passado também é uma força que impulsiona a história, pois é o passado que, ao levar o pesquisador à origem de seu objeto de pesquisa, impulsiona-o para frente. Esse retorno ao passado, portanto, torna-se inevitável ao

pesquisador, pois fazer história é, segundo Certeau (2003), realizar uma inter-relação com o tempo.

Em uma análise dos modelos que vêm se delineando durante o processo histórico da educação, percebe-se que, no decorrer da prática universitária, esses modelos ainda hoje se encontram presentes na ação discente e docente, de modo bastante similar. Bourdieu corrobora essa visão, afirmando que

[...] o modelo jesuítico encontra-se, pois, na gênese das práticas e modos de ensinar presentes nas universidades, configurando-se como um habitus, isto é, um conjunto de esquemas que permite engendrar uma infinidade de práticas, adaptadas a situações sempre renovadas, sem nunca constituir princípios explícitos (BOURDIEU, 1991 apud PIMENTA; ANASTASIOU 2002, p.147).

No período colonial (1808), foram criadas escolas isoladas, em consequência do pacto colonial entre as nações européias. Nesse momento delineou-se o modelo, segundo Pimenta e Anastasiou (2002), franco-napoleônico, caracterizado por organizações não universitárias, profissionalizantes, com cursos e faculdades que buscavam a formação de

[...] burocratas para o desempenho das funções do Estado [...] trata-se de um modelo de universidade centralizador e fragmentado. Por impossibilitar e dificultar processos divergentes de pensamento, criou uma unidade impositiva que até hoje tem dificuldades em se atualizar (PIMENTA, ANASTASIOU, 2002, p. 149).

Esse modelo francês iniciou-se no Brasil em um período em que se desenvolveram as faculdades isoladas, preocupando-se com a formação de profissionais para atender à elite. O professor aparece como transmissor de conhecimento.

Quanto à influência do modelo alemão ou humboldtiano, criado na Alemanha no Séc. XIX, ela aparece nos seguintes itens: estabelece-se um novo papel ao aluno na direção da construção do conhecimento; o avanço da ciência por meio da pesquisa e das questões nacionais é proposta como solução para renovações tecnológicas. Esse modelo marcou presença na universidade brasileira.

Esses elementos do modelo alemão, que dão destaque à produção do conhecimento e ao processo de pesquisa, são assimilados ao sistema de ensino superior norte-americano e chegam ao Brasil, em âmbito nacional, no texto da Lei 5.540/68, como resultado de um dos acordos MEC/Usaid,

conduzindo às reformas educacionais do período da ditadura militar. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 152).

Nesse momento, separam-se pesquisa e ensino, passando-se para a graduação, a responsabilidade de formar profissionais (reforçando o caráter profissionalizante do modelo napoleônico), ficando a pesquisa sob a responsabilidade da pós-graduação.

Segundo Chauí (1999), a universidade passa por um período chamado de “Universidade Funcional”. Para a autora, esse período corresponde à transformação da concepção da Universidade como “instituição social”, para uma “universidade organizacional”, que vem ocorrendo durante os últimos anos do processo neoliberal.

Talvez em decorrência dos fatores acima citados, a universidade apresenta-se com deficiências em seus currículos e com professores voltados à transmissão dos conteúdos desses currículos, os quais não atendem à realidade social, além de se apresentarem fragmentados e inquestionáveis. Observa-se

Fortes resquícios da metodologia jesuítica e do modelo organizacional francês ainda se encontram instalados e dominantes, muitas vezes impedindo a universidade de cumprir seu papel de possibilitar processo de construção de conhecimento (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 154).

Reconhecendo que a universidade brasileira, de um modo geral, mantém ainda características dos modelos aqui apresentados, faz-se necessário um estudo mais profundo sobre o modelo que caracteriza o processo de expansão da educação superior.

Os critérios de definição de um modelo de universidade tendem a contemplar os que dizem respeito à associação entre ensino, pesquisa e extensão além da integração entre as instituições de ensino – IES e outros elementos também considerados relevantes (regime de trabalho do corpo docente, qualificação docente para pesquisa, estrutura de produção e divulgação científica, pós graduação *stricto sensu*, etc). Considera-se, para efeito de análise, a classificação de Sguissardi (2004), pois para ele, de acordo com a presença maior ou menor dos critérios supracitados, as IES serão classificadas como neonapoleônicas ou neo-humboldtianas.

As universidades consideradas neonapoleônicas apresentam características como ausência de estrutura de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* reconhecida, presença majoritária de docentes em regime de tempo parcial ou horistas e sem qualificação em pós-

graduação com habilidade para pesquisa, isolamento das unidades, dedicação às atividades de ensino de forma quase exclusiva e com estrutura administrativo-acadêmica voltada para a formação de profissionais.

De outro lado, nas neo-humboldtianas, predomina a estrutura de produção científica e de pós-graduação *stricto sensu* consolidada e reconhecida; presença majoritária de docentes em regime de tempo integral, qualificados com pós-graduação com habilitação para pesquisa; unidades integradas em torno de um projeto de ensino e pesquisa; diferentes níveis de associação entre ensino, pesquisa e extensão; estrutura administrativo-acadêmica voltada para a formação de profissionais e formação de pesquisadores na maioria das áreas de conhecimento.

Percebem-se na citação abaixo os interesses da política de ensino em estimular escolas superiores que se dediquem apenas ao ensino, com preocupação de apenas atender à demanda por vagas.

Vê-se assim que a política de ensino superior que está procurando implementar se baseia na dualidade entre “universidade de pesquisa”, constituída por poucos centros de excelência mantidos diretamente ou fortemente subsidiados com recursos públicos, e “universidades de ensino”, constituídas por uma ampla e diversificada gama de instituições públicas, semi-públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, as quais absorveriam a grande maioria do alunado. Nesse contexto, a última meta, a de número 15, “generalização da prática de pesquisa como elemento integrante e modernizador de todo o ensino pós-secundário” (p.41), resulta deslocada, em clara contradição com todo o espírito da proposta. (PNE apud SAVIANI, 1999, p. 85)

Percebe-se que a política de ensino superior não tem proporcionado um modelo único de universidade, mas uma dualidade, envolvendo fundamentalmente dois elementos: a associação ensino, pesquisa e extensão e a tentativa de integração entre o conjunto de unidades, ou seja, entre faculdades, instituições, centros, etc.

Com base nesses parâmetros de classificação, autores como Mancebo e Fávero (Orgs.) (2004) e Sguissardi (2004) consideram que não há um modelo único, homogêneo acompanhando o processo de desenvolvimento e expansão da educação superior no Brasil e sim uma superposição de modelos que se delinearão a partir do contexto histórico-político de cada local e época. No entanto, quantitativamente há uma predominância do modelo neonapoleônico, “que remonta ao império e às escolas profissionais” (SGUISSARDI, 2004, p. 42). Esses dois modelos podem estar presentes ao mesmo tempo, superpondo-se em uma mesma IES. Em uma análise realizada pela autora, a política de educação superior

[...] deu-se, mediante os Decretos 2207/97, 2306/97 e 386001, a mais concessiva interpretação da letra e do espírito do artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por esses decretos, ficaram liberadas da obediência a esse princípio nada menos que 1.024 IES sobre um total de 1.180 IES, em 2000; sendo apenas as universidades a ele obrigadas.[...] um modelo “novo” irá adquirir cada vez mais forma e conteúdo, a partir de meados dos anos 90: um modelo de universidade (educação superior)- “público” e privado – neoprofissional, heterônimo<sup>11</sup> e competitivo. (SGUISSARDI, 2004, p. 43-44)

Pelo Decreto 2306/97, ocorre o reconhecimento das IES privadas com fins lucrativos, sendo este Decreto substituído pelo de número 3860, que dispõe sobre as entidades mantenedoras dessas IES, que assim não têm mais as obrigações previstas no Decreto anterior, não tendo que se submeter às auditorias do poder público. Isso favorece o crescimento do denominado modelo neoprofissional. Em uma análise da educação superior no Piauí, de acordo com a Fundação Centro de Pesquisa (2003), consta que

o Estado conta com duas universidades e um centro tecnológico superior públicos de pesquisa e 24 faculdades particulares (dados de 2002). São ao todo 236 cursos de nível superior oferecidos, sendo que 89,0% ministrados pelas instituições públicas e 11,0%, pelas particulares (dados 2002). [...] A Universidade Federal do Piauí [...] possui *Campi* Universitários nos municípios de Parnaíba e Picos. [...] A Universidade Estadual do Piauí coloca-se em evidência pelo maior número de cursos oferecidos (161 em 2001) e pela maior capilaridade: além da sede, na Capital do Estado, em 2002 estava presente em nada menos do que em 30 municípios piauienses, tendo oferecido 7.031 vagas e matriculado, nesse mesmo ano, cerca de 18.622 alunos. Como destaque, implantou os cursos de Medicina e de Fisioterapia e o sistema de cursos de formação específica ou sequenciais. [...] No âmbito privado [...] o número de oito faculdades existentes em 2001 foi triplicado em um único ano, resultando, em 2002, na existência de 24 estabelecimentos, dos quais cerca de 90% estão situados na capital (BRASIL. FUNDAÇÃO CEPRO, 2003, p. 61-62).

De acordo com os dados da Fundação Centro de Pesquisa, pode se visualizar no Piauí uma expansão do ensino público, por meio de um crescimento em número de campi e cursos bem maior do que o crescimento do ensino privado, diferentemente do que se vem delineando em nível nacional. Esse crescimento foi maior na Universidade Estadual.

Questiona-se: qual modelo de universidade vem se delineando com essa expansão? Direciona-se essa problemática para outros estudos, pois, no próximo capítulo lança-se um olhar sobre a origem e expansão da educação na Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense em busca de suas perspectivas e realidades.

---

<sup>11</sup> O termo significa que a universidade passa a ter sua prática cotidiana regida pela lógica do mercado e do Estado.

## CAPÍTULO III

### HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MICRORREGIÃO DO EXTREMO SUL PIAUIENSE: PERSPECTIVAS E REALIDADES

Não se pode contestar que o caráter colonizador do Piauí, a exemplo do Brasil, concebeu características históricas de desenvolvimento global voltado para a subordinação e dependência externa, que se reflete nas diversas áreas: social, econômica e cultural.

O Brasil apresenta-se com um alto nível de desigualdade entre seus Estados. Segundo o Programa das Nações Unidas (Pnud), a desigualdade no Brasil é altamente expressiva (85 vezes maior) em relação a outros países (ALMANAQUE ABRIL, 2005).

Estudos realizados por Barros, Henriques e Mendonça (1999 apud SILVERA, 2002 p. 16-17) revelam que, “em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivem em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34%, em famílias com renda inferior à linha de pobreza”. Observa-se que na “[...] porção mais miserável do país – o Nordeste – as diferenças espaciais são tênues”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao divulgar dados do Censo em 2000, mostra que o Nordeste reúne os mais baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresenta a mais alta taxa de analfabetos no país: 23,4% (ALMANAQUE ABRIL, 2006).

Diante dos dados, o que se diz da Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense e principalmente de uma cidade localizada nessa região planáltica do extremo sul, distante 874 Km da capital (Teresina)?

Para uma resposta a esses questionamentos, torna-se necessário conhecer a divisão administrativa do estado. Geograficamente, o estado do Piauí está dividido em 222

municípios, agrupados em quatro mesorregiões e em quinze microrregiões geográficas, de acordo com os últimos dados da Fundação CEPRO (BRASIL. PIAUÍ VISÃO GLOBAL, 2003).

A microrregião geográfica das chapadas do extremo sul piauiense é formada pelas cidades de Avelino Lopes, Corrente, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaguá, Riacho Frio e Sebastião Barros (BRASIL. PIAUÍ VISÃO GLOBAL, 2003). Dessas cidades, duas são contempladas com um campus da UESPI: Corrente e Curimatá.

Na tessitura histórica da educação superior no cenário piauiense, desenvolveu-se nessa seção do estudo breve olhar sobre o processo de origem e expansão da educação superior nessa região. Este processo teve seu início em Corrente e a partir daí se expandiu para outros municípios e Curimatá. Portanto, com o objetivo de responder como ocorreu o a expansão da educação até essa região, faz-se uma abordagem sobre a origem e expansão da UESPI.

### **3.1 Universidade Estadual do Piauí: um olhar para sua origem e expansão**

A idéia de criação de uma universidade estadual remonta a desejos antigos, a exemplo do que foi explanado acerca da Universidade Federal do Piauí. No que concerne à UESPI, essa luta iniciou-se, segundo Guiomar (2003, p. 39), com “[...] as lutas de estudantes, professores educadores e intelectuais pela reestruturação do ensino superior e pela ampliação do número de vagas”.

Assim, no dia “10 de janeiro de 1964, o Governo Petrônio Portella aprova, na Assembléia Legislativa, a Lei nº. 2.567, que autorizava a organizar, em Fundação, a Universidade do Piauí, a U.E.P” (PASSOS, 2003, p. 43), porém, a iniciativa do Governo não saiu do papel.

Conforme a autora, os noticiários da época demonstravam que o Governo tinha a intenção de criar uma Universidade Estadual e, posteriormente, federalizá-la. Porém a falta de um consenso quanto à “vontade política” pelo poder hegemônico em âmbito federal mais uma vez fez com que fosse adiada essa idéia. Como mencionado, somente em 12 de novembro de 1968, foi assinada a lei criando a Universidade Federal do Piauí, após sucessivas lutas.

A promulgação da Lei nº. 1.523 de dezembro de 1951, possibilitou a passagem de 75% das universidades estaduais para a União, ou seja, proporcionava-se a federalização das

universidades estaduais. No Piauí, em relação ao ensino público, primeiro foi implantada uma universidade federal.

De fato, diante da dúvida, indaga-se: quando realmente ocorreu a implantação de uma universidade estadual no Piauí? Para uma melhor compreensão desse fato, procurou-se o depoimento do Prof. Luís Soares de Araújo Filho, que no dia 28 de julho de 1986, proferiu a aula inaugural do Centro de Ensino Superior do Piauí da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí, solenidade ocorrida no Centro de Convenções, em Teresina-PI. Tem-se, a seguir, seu depoimento aqui transcrito, conforme entrevista oral (gravada) sobre a implantação dessa antiga idéia:

Quando o governador Hugo Napoleão assumiu o Governo, em 1982, convidou o secretário Atilia Lira para ser seu Secretário de Educação. Esse, por sua vez, nos convidou para coordenar os trabalhos da Assessoria de Planejamento e, logo no entendimento para aquela função, disse o secretário Atilia Lira que era vontade, compromisso político do governador Hugo Napoleão criar uma instituição de ensino superior voltada para atender às necessidades de qualificação dos recursos humanos, às necessidades de pesquisas e às necessidades de radiodifusão, quer dizer, o ensino à distância. E uma das funções que fora atribuída à Assessoria de Planejamento àquela época, era exatamente de viabilizar uma proposta que desenvolvesse estas três funções, que seriam um embrião da futura Universidade Estadual do Piauí (PROF. LUÍS SOARES)

Na fala do Professor Dr. Luis Soares, percebe-se a importância da “vontade política” por parte dos dirigentes, confirmando “[...] que todos esses pontos parecem indicar é que o Brasil constitui uma sociedade com um sistema dotado de múltiplas esferas de ação e de significação social (DAMATTA, 2000, p. 93)”. Assim, se concretiza essa vontade, esse compromisso político, como pode ser percebido nas palavras do depoente:

Logo ao assumirmos a Assessoria de Planejamento, constituímos um grupo de trabalho e passamos a nos reunir, a discutirmos qual seria o modelo, qual seria a proposta viável, exequível, para esta determinação política do governador Hugo Napoleão. E vimos que uma universidade estadual na natureza de autarquia não seria recomendado. O mais recomendado pela flexibilidade, pela autonomia seria a de uma Fundação e buscamos apoio externo junto ao Ministério de Educação. O Ministério de Educação, por sua vez, estava naquela época, naquele ano, com uma prioridade de Primeiro Grau, inclusive de uma proposta de “Escola para todos e estava desenvolvendo o “Projeto Vencer”, que tinha por meta colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. E, discutindo com os técnicos e dirigentes da Secretaria de Primeiro Grau do Ministério da Educação, vimos que não seria viável um apoio direto à constituição de uma instituição de ensino superior, mas indiretamente sim, porque como uma das propostas do Projeto Vencer era também manter os alunos da escola de Primeiro Grau, era preciso qualificar seus professores. Então qualquer instituição que viesse com essa política de qualificação de seus professores seria bem vinda e então o MEC poderia ajudar de forma indireta. E a partir daí, então, com a ajuda de técnicos do Ministério da Educação, identificamos uma consultoria em Recife, que pudesse nos apoiar nos estudos e realização dessa vontade política do Governador Hugo Napoleão e do Secretário Atilia Lira. E foi contratada essa assessoria, essa consultoria. Foi feito todo o diagnóstico da realidade da educação do Estado do Piauí e a partir daí foi elaborada uma proposta que chamamos inicialmente de FADEP – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí. E esta Fundação que seria o grande guarda-chuva, ela abrigaria inicialmente três grandes centros: o

Centro de Ensino Superior de Educação do Piauí, o Centro de Pesquisa e um Centro de Teleducação. Nessa concepção foi então desenvolvida a proposta, sendo que o compromisso primeiro em termos de ensino seria voltado para as necessidades da educação, voltado para qualificar os professores (PROF. LUÍS SOARES).

Diante do depoimento do professor pode-se fazer uma comparação entre os caminhos traçados pela UESPI e pela UFPI, pois a UESPI percorreu uma trajetória inversa da UFPI. A primeira, inicialmente voltada para a formação de quadro docente para a Educação Básica, afastou-se desse objetivo para enfatizar cursos considerados elitizados. Por outro lado, a UFPI, inicialmente a serviço de uma elite estabelecida, foi lentamente se ampliando com cursos técnicos e agropecuários, embora não tenha deixado de consolidar o projeto das elites de ilustração cultural como meio de manter status e o poder. Consolidando essa teia de relações, torna-se importante lembrar que o estudante do ensino superior, na época de implantação da Universidade Federal pertencia à elite local, que se caracterizava por ser

[...] articulista de jornais locais, muitas vezes integrante do ciclo de amizade ou familiar dos professores universitários que, às vezes, eram membros do governo ou integrantes do judiciário, figuras proeminentes da cultura local, ligados por laços de amizade ou fidelidade política ao governo ou ao seu grupo político (PASSOS, 2003, p. 43).

Quanto às políticas educacionais da época, na visão de Damatta (2000, p.93), pouco se sabe desse sistema e pouco se entende de sua lógica, mas percebe-se que, para se penetrar nele, há uma grande necessidade de se ter “[...] capacidade de relacionar e de assim criar uma posição intermediária, posição que assume a perspectiva da relação e que se traduz numa linguagem de conciliação, negociação, gradação”. Essa linguagem constitui-se em atitudes consideradas comuns na sociedade brasileira.

O contexto histórico-social e político (em 1983, tomavam posse os primeiros governadores de Estado eleitos) mostrava que a sociedade e a educação brasileira passavam por inúmeras transformações, em todos os setores. Por meio da fala do professor, percebe-se a intenção de uma universidade em busca de atender a demanda voltada para a formação de docentes para a Educação Básica:

O Estado do Piauí, em Teresina, tinha um grande número de professores não qualificados, sobretudo da quinta à oitava série e do ensino médio, e essa realidade no interior do Estado era muito grande com um grande número de professores autorizados a título precário. Então a prioridade número um seria a de qualificar os professores do próprio sistema estadual de ensino. Uma segunda prioridade se voltaria, depois da política de qualificação, a qualificar os servidores das diferentes Secretarias Estaduais. A segunda prioridade ainda relacionada a esta seria desenvolver pesquisa e as pesquisas se voltariam para dar um suporte à ação docente. Seria

pesquisar para ver as causas das elevadas taxas de repetência, as causas da evasão e construir matérias de ensino, elaborar textos, sobretudo mais adequados à realidade do Piauí. Na época, o Ministério da Educação apoiava a publicação de textos locais, porque os nossos livros vinham todos do Sul e Sudeste e com uma realidade, com uma linguagem que os alunos nossos, sobretudo do interior, da zona rural, nem assimilavam, nem faziam idéia, por exemplo, os textos vinham com estórias com exemplos de uva, de maçã e o que isso representava para os alunos? Era uma linguagem para eles que não tinham um sentido de vida imediato. Então, inclusive, à época, foram constituídos alguns grupos e foram editados alguns livros, textos. [...] A pesquisa teria essa função de dar esse suporte também ao corpo docente. E a ráiofusão, a TV educativa era exatamente para quebrarmos as grandes distâncias, o Piauí tinha muita dificuldade, então uma educação mais de uma perspectiva permanente não somente na questão do ensinar o ABC, ensinar o ler, o escrever, mas um ensino voltado, para a própria vida, mostrar, por exemplo, determinadas épocas do plantio, como o agricultor da uma orientação de como ele poderia melhor aproveitar o milho, melhor plantar o feijão, qual a melhor época do feijão, as épocas adequadas para o plantio. Em síntese, era tudo voltado para esta realidade do Piauí. Então foi com esse propósito que foi considerada a criação da FADEP e com ela veio o embrião da hoje Universidade Estadual do Piauí, o Centro de educação superior. A FADEPI teve sua aula inaugural efetivada no dia 28 de julho de 1986 (PROF. LUÍS SOARES).

Portanto, tem-se inicialmente a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, “criada pelo Decreto Estadual n° 6.096, de 22 de novembro de 1984, entidade mantenedora do Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP e do Centro de Teleducação – CETEL” (MANUAL DO CANDIDATO, 1993, p. 6).

A FADEP era uma entidade vinculada à Secretaria Estadual da Educação, criada pelo poder público estadual, com o fim de apoiar o sistema estadual de ensino na realização de suas atividades. Assim, segundo os DOCUMENTOS BÁSICOS DA FADEP (1992), faziam parte de sua estrutura o Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP, o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Piauí – CDRH e o Centro de Pesquisa e Tecnologia Educacionais – CPTE.

Dessa forma, em 1985, em Teresina, a Televisão e Rádio Educativas iniciaram suas atividades com fins estritamente educativos, fundamentadas no Decreto n°. 91.316, de 11 de janeiro de 1985, sendo que, no ano seguinte (1986), o Governo do Estado tem autorização para explorar por meio da FADEP serviços educativos de radiodifusão.

Com o intuito de produção e/ou veiculação de programas de rádio e televisão com fins educativos, fundamentando-se no Decreto n°. 92.372 de 06 de fevereiro de 1986, o Centro de Teleducação - CETEL tem suas instalações de infra-estrutura inauguradas no mesmo ano. Em 1987, o CETEL foi extinto, e suas funções passaram a ser desenvolvidas pela Fundação Antares até março de 1991.

Portanto, a história da Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem seu início no ano de 1984, com a criação da FADEP, incluindo em sua estrutura um órgão responsável por formar recursos humanos em nível de terceiro grau.

De acordo com os depoimentos e documentos em referência, como o Manual do aluno (1993 até 2000), Documentos Básicos da FADEP (1992), Decretos, entre outros, apresenta-se o quadro de nº.2 (abaixo), no qual se visualiza a trajetória e respectiva denominação de alguns órgãos que constituíam a FADEP, ou seja, a UESPI, antes de oficializar-se como tal:

ANO	SIGLA	NOME
1984	FADEP	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
1984	CESP	Centro de Ensino Superior do Piauí
1984	CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Piauí
1984	CPTE.	Centro de Pesquisa e Tecnologia Educacionais
1986	CETEL	Centro de Teleducação

QUADRO 02: Trajetória e denominações dos órgãos da FADEP

Fonte: Relatório atividades/2004 UESPI..

Passaram-se nove anos entre o marco inicial da UESPI e sua definição como universidade. Sendo que, numa sexta-feira, dia 26 de fevereiro de 1993, foi publicado, no Diário Oficial Seção 1/ 2.359, o Decreto que autorizava o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, instalada no Campus Pirajá em Teresina, sendo também criados os campi de Parnaíba, Floriano, Picos e Corrente.

Assim, a Resolução N°. CSEPE 03/93, de 16 de abril de 1993, aprova o Edital n°. 01/93 do concurso vestibular 93/2 para os Cursos de Engenharia Agrônômica e Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação para Magistério das matérias pedagógicas do 2º Grau, em Corrente e para os Cursos de Licenciatura de 1º Grau nas áreas de Ciências e Letras (RESOLUÇÃO N°. CSEPE 03/93, 1993, p. 9).

Percebe-se que a Universidade Estadual expandiu-se desde o início de um extremo ao outro, atendendo às cidades de Parnaíba, Piripiri, Campo Maior e Teresina (sede), Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Corrente.

Desta forma, foram oferecidas 60 (sessenta) vagas para o Campus de Corrente e 504 (quinhentas e quatro) vagas nas áreas de Ciências e Letras, em regime especial e parcelado, fora da sede, destinadas aos servidores públicos das redes estadual e municipal de ensino, conforme Edital n°. 01/93. Nesse momento já se pode visualizar a “interiorização” em seus municípios-pólos:



ILUSTRAÇÃO 01: Mapa da Interiorização  
 FONTE: Manual do aluno – 1993.

No ano de 1993, governava o Estado o Dr. Antonio de Almendra Freitas Neto, tendo como vice-governador o Dr. Guilherme Cavalcante de Melo, e como secretário de educação Átila Freitas Lira. A FADEP/CESP, posteriormente UESPI, tinha nesse momento como diretor executivo o Prof. Almir Bittencourt da Silva (1990-1994); como diretor de Administração Geral, o Prof. Francisco Amorim de Carvalho; como diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Prof. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho; e como diretor do Centro de Teleducação, o Prof. Francisco de Assis Barreto.

No mesmo ano (1993), aconteceu o primeiro vestibular da UESPI em Corrente, dando-se a partir daí a arrancada para a interiorização dessa universidade. Tem-se a visão de quem na época participou e contribuiu para a construção dessa história, como o Professor Almir Bittencourt da Silva (foto), então reitor da UESPI e responsável pela implantação do Campus da UESPI na cidade de Corrente. Coloca-se aqui sua fala (entrevista oral gravada), transcrita na íntegra para que o leitor possa fazer sua análise, independente do olhar do pesquisador:



ILUSTRAÇÃO 02: Prof. Almir Bittencourt ex-reitor *pro tempore* UESPI  
Fonte: [www.uespi.br/index.php?](http://www.uespi.br/index.php?)

Comecei a atuar na educação de forma casual, porque, embora já tendo participado como membro do Conselho Curador da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, não tinha uma atuação direta na área de educação, porque minha formação é de economista. Eu tinha mais ligação com a Secretaria de Planejamento do Estado, fui secretário de Planejamento da Prefeitura de Teresina, mas, quando o Freitas Neto ganhou a eleição em 1990, e o Átila foi designado para ser o Secretário de educação, ele me convidou para ser o Diretor Executivo da FADEP e também chefiar a Televisão Educativa, e o Átila me convidou e me colocou um desafio que era de transformar a FADEP, que era uma instituição que tinha certa limitação em seus objetivos com a finalidade de tentar qualificar os professores do Ensino Médio e do Primeiro Grau de um modo geral, mas a atuação dela se restringia a Teresina, não tinha uma atuação mais direta no interior do Estado. Então nós pensamos numa universidade estadual que tivesse um papel importante de transformação do ensino, dotando o interior do estado de professores qualificados principalmente em Matemática, Física, Química, Português, que eram as grandes deficiências, identificadas no diagnóstico que fizemos inicialmente, de disciplinas no interior do Estado. Havia municípios grandes como Parnaíba, por exemplo, em que essa deficiência era manifesta e nós resolvemos então elaborar um projeto de universidade que tentasse reproduzir no interior do Estado o que estivesse mais próximo possível da comunidade, as condições necessárias para melhorar, transformar essa educação, qualificando, formando professores nessas áreas. Para poder expandir o ensino médio nós tínhamos dificuldades. O Primeiro Grau estava limitado ao Primeiro Grau Menor, por conta dessa deficiência, então havia escola de segundo grau no interior, mas não tinha professores e nós precisávamos de professores. A educação é um elemento importante de transformação e desenvolvimento econômico de um país; mas para que isso efetivamente se concretize há necessidade de se identificar qual é o uso que se dá efetivamente à educação (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

Assim, inicialmente, o Prof. Almir Bittencourt descreve sua trajetória na educação, até ser chamado para ser o diretor executivo da FADEP e posteriormente coloca os motivos que levaram à criação de uma Universidade, o seu papel na transformação da educação básica por meio da qualificação dos professores em nível de 3º grau. Em seguida, ele fala sobre as limitações existentes em relação a professores qualificados em áreas específicas para trabalhar na capital e no interior.

Essa limitação era muito forte. Os custos, para trazer professores do interior para Teresina eram elevadíssimos e, se nós montássemos uma estrutura definitiva em pólos de desenvolvimento em microrregiões do Estado, que pudessem permanentemente estar atuando ali próximo da comunidade, resolveria dois problemas: a questão da redução de nossos custos de transporte e de hospedagem, que eram extremamente elevados e, além disso, a própria comunidade, poderia, ao se formar, continuar trabalhando no próprio local por não ter aquela aspiração de, uma vez vindo a Teresina não querer mais retornar ao município do interior. Essa foi a idéia central e nós resolvemos estabelecer alguns objetivos básicos que eram o de fortalecer por exemplo o ensino em Parnaíba, nas grandes cidades, em Floriano em Picos, Corrente no extremo sul e em Campo Maior, essa foi a nossa meta inicial. Em Campo Maior, já tinha um núcleo com uma unidade física mais ou menos estruturada, já vinha como centro de treinamento e nós utilizamos esse centro de treinamento que foi repassado à UESPI, alias já tinha sido repassado à FADEP bem antes de nós assumirmos e nós pretendíamos estalar ali um núcleo da Universidade (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

Observa-se que o Campus de Corrente (objeto desse estudo) já estava em funcionamento desde 1992, por meio de um convênio FUFPI/FESPI, o qual será tratado posteriormente. O depoente, em sua fala, descreve os principais problemas e trata do convênio realizado para o funcionamento do Campus em Corrente:

O problema mais complicado era o de Corrente, por conta da distância e também já havia algum tipo de ação de uma entidade privada para instalar uma universidade. Inclusive já tinha uma estrutura física, laboratórios, livros, e uma estrutura física relativamente boa bem localizada. Então a comunidade também manifestava interesse de aproveitamento dessas instalações e nós então celebramos um convênio que foi um convênio histórico e que eu considero como o pontapé inicial do processo de interiorização da educação superior, que foi esse convênio celebrado lá com a universidade de Corrente, a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Estadual. Como a Universidade de Corrente já tinha um projeto para instalar um curso de Agronomia lá por conta da especificidade e do desenvolvimento da região que tinha uma demanda muito grande por técnicos agrícolas em face da expansão dos Cerrados, nós resolvemos tocar esse projeto com a Universidade Federal. Nós não tínhamos ainda na Universidade Estadual um curso de Agronomia, mas a universidade Federal tinha e nós fizemos esse convênio para uma convergência de esforços a fim de viabilizar esse projeto (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

Neste momento coloca-se a importância da existência do Campus de Corrente, demonstrando que nessa cidade deu-se início à interiorização da FADEP, posteriormente UESPI. Dessa forma, a UESPI não se expandiu até Corrente, pelo contrário, a expansão da UESPI partiu de Corrente para as demais regiões, por meio de cursos de licenciatura, que, na realidade, limitavam as expectativas profissionais e sociais, embora momentaneamente fossem assinalados como promessa de realização.

Dando continuidade à fala do Professor Dr. Almir Bittencourt, confirma-se a expansão a partir de Corrente e também se demonstram as intenções iniciais da interiorização:

Realmente foi uma coisa que eu considero de um esforço monstruoso, de uma determinação muito grande do governador de então, para que se levasse adiante esse projeto, com o financiamento do Estado. A Universidade Federal colaborou de forma decisiva, enfim, nós conseguimos e, a partir

daí, nós resolvemos do projeto da experiência de Corrente, implantar em Floriano, Picos e Parnaíba. E aí já construindo estruturas físicas para isso. Mas, veja bem, o Projeto era no sentido de dar prioridade à educação, não era de reproduzir uma universidade nos moldes da Universidade Federal, seja fazendo uma competição de cursos e também de uma expansão desordenada, porque nós não tínhamos condições. Dada a estrutura de custos e de orçamentos do Estado nós não tínhamos condições de expandir de forma desordenada porque o ensino era gratuito, público. Nós não podíamos cobrar, nós estávamos limitados ao orçamento (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

Não há dúvidas sobre a importância da memória, priorizando-se aqui a reconstrução da história da educação representada pela instituição universitária (UESPI) em sua expansão, vista pelo depoente como algo preocupante naquele momento. Surge, portanto, a questão da qualidade do ensino.

Verificávamos também que, se houvesse uma expansão desordenada, nós estaríamos perdendo um pouco do nosso objetivo, que era de transformar também a qualidade do ensino, não simplesmente formar professor por formar. E distribuir diplomas, de forma que esse era o nosso grande objetivo inicial. Nós conseguimos de certa forma, fizemos nos quatro anos muitas atividades de qualificação de professores, tanto em Teresina como no interior do Estado, mandamos muitos professores não só da universidade Estadual, mas da Universidade Federal e de outras Universidades para o interior, é... Nós desenvolvemos programas no interior do Estado e foram quatro anos de intensos trabalhos nesse sentido. E, além disso, a Universidade aqui em Teresina ela também ampliou seus laboratórios, que praticamente não havia laboratórios quando nós assumimos, a biblioteca: nós fizemos um novo espaço de biblioteca, expandimos a área física, construímos área física, mas a nossa intenção era de constituir uma universidade de qualidade, de estabelecer um quadro permanente de professores e o projeto foi desenvolvido com esse sentido, tanto é que nós conseguimos a aprovação do Ministério da Educação na época [...] que baixou um decreto reconhecendo a importância da universidade estadual para o Piauí. É esse Decreto que eu considero como efetivamente o reconhecimento do Governo Federal da existência da Universidade Estadual, porque até então falava-se na Universidade Estadual mas não havia um reconhecimento nem do Conselho Federal de Educação nem do próprio Ministério da Educação e, com o Decreto do Ministro, depois de nós nos submetermos ao Conselho Federal de Educação, ele autorizou o funcionamento da Universidade Estadual, que aconteceu praticamente já no final do Governo em 1994, e nós fomos então como Pró-reitor, *pro tempore*, encarregado de implementar a Universidade, o que foi efetivamente concretizado. Foi um projeto que teve limitações por conta dos recursos. O Estado do Piauí atravessava um momento de grandes dificuldades financeiras, mas eu acredito que nós fizemos um movimento realmente importante no Estado em favor da Educação. Posteriormente, quando a gente saiu, a história mostra que aconteceu um crescimento absurdo da Universidade (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

Na fala do Prof. Dr. Almir Bittencourt, torna-se possível “[...] ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas; seu principal trabalho não é registrar, mas avaliar [...] (FÁVERO, 1980, p. 8), assim, é possível avaliar a visão do depoente em relação à expansão da Universidade Estadual, percebendo-se sua reprovação quanto à forma como ela vem ocorrendo, segundo ele, de maneira desordenada. Reconhece-se a intenção de uma educação superior, conforme as palavras do professor, com o fim de qualificar os professores do Ensino Médio e do Primeiro Grau de um modo geral, em todo o estado do Piauí.

Assim, os gestores na época pensavam em uma Universidade Estadual cujo papel fosse transformar o ensino por meio da formação de professores nas áreas de Matemática, Física, Química e Português, que, segundo o depoente, eram as áreas mais carentes de professores (confirmam-se os objetivos expostos no depoimento do Prof. Luís Soares). Esse ideal estava presente na política educacional da época

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) evidenciam que, na década de 90, a política educacional quanto ao ensino superior favoreceu a expansão da oferta pública, mas também tornou possível a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior, levando a rede particular a atender 66,7% dos alunos. Desse modo, podem ser identificadas algumas intenções das políticas configuradas nas leis que justificam a implantação da Universidade Estadual e seus objetivos:

O primeiro era de assegurar a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínima à inserção de amplos setores das classes trabalhadoras [...] O segundo, o de criar as condições para a formação de uma mão-de-obra qualificada para os escalões mais altos da administração pública [...] (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 36).

Nesse mesmo contexto, posteriormente à gestão do Professor Almir Bittencourt, diante de novas eleições, toma posse no governo do Estado o Dr. Francisco de Assis Moraes Sousa – Mão Santa, que tem como vice-governador o Sr. Antonio Osmar de Araújo, passando a ser Reitor da UESPI, o Prof. Dr. Jônathas de Barros Nunes, tendo como vice-reitor a Prof<sup>ª</sup>. Maria Cristina de Moraes Sousa Oliveira. A Secretaria de Estado da Educação passou a ser administrada pelo Prof. Luís Ubiracy de Carvalho.

Esse período é considerado como o primeiro momento de crescimento da UESPI, que se expandiu por todo o estado. Pode-se perceber esse crescimento quantitativo no quadro nº. 3, representando o período de 1995 a 2000, elaborado pela autora a partir de informações de coordenadores da Instituição:

<b>QUADRO DE EXPANSÃO RETRATANDO O CRESCIMENTO QUANTITATIVO DA UESPI NO PERÍODO DE 1995 A 2000</b>		
	<b>1995</b>	<b>2000</b>
<b>Alunos</b>	2.500	21.000
<b>Cursos de Graduação Plena</b>	15	24

<b>Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica</b>	00	24
<b>Turmas de Pós-graduação</b>	00	28
<b>Inscritos no Vestibular</b>	Sem registro	41.000
<b>Professores com Pós-graduação</b>	04 mestres	19 doutores 44 doutorandos 92 mestres 60 mestrandos
<b>Bolsistas</b>	Sem registro	242
<b>Projetos de Pesquisa (CNPq)</b>	00	06 cadastrados 35 de Iniciação Científica
<b>Trabalhos Publicados em Anais</b>	10	136
<b>Campi e Núcleos Universitários</b>	04	31
<b>Prefeituras Conveniadas</b>	00	220

QUADRO 03: Representativo do crescimento quantitativo da UESPI 1995 a 2000.

Fonte: coordenação UESPI.

De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 93-94), “na década de 1990, a demanda por vagas no ensino superior continuava sendo fator de pressão sobre o governo federal”. Assim, o governo Fernando Henrique Cardoso tem suas aspirações atendidas, pois “A LDBEN e a copiosa legislação complementar não decepcionaram as expectativas reformistas do governo”.

As universidades podem ampliar sua organização interna, criando cursos, fixando currículos, assinando contratos e convênios, proporcionando autonomia para execução de planos de investimentos, administração de rendimentos, recebimentos de subvenções, enfim...

Faculta às universidades, públicas inclusive, implementar cursos pagos, vender serviços, firmar convênios com setores privados, além de outras providências lucrativas. Paralelamente à concessão de tão extensa autonomia, no entanto, o Estado mantém o controle dessas organizações por meio de credenciamento de cursos, diretrizes curriculares e avaliação permanente dos cursos de graduação e pós-graduação (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 95).

Diante da flexibilidade e autonomia garantidas pela Lei, a Universidade Estadual do Piauí, durante a gestão do Prof. Dr. Jônathas de Barros Nunes, reitor da UESPI de 1995 a

2001, com seu empenho e visão expansionista, leva a educação superior para os diversos recantos do estado, como se pode visualizar no quadro de nº. 4:

ANO	NÚMERO DE CAMPI/NÚCLEO		OFERTA VAGA		GESTOR
	REGULAR	ESPECIAL	REGULAR	ESPECIAL	
1993	01-TERESINA		480	-	PROF. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA
1993.2	01-CORRENTE	06	60	504	PROF. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA
1993.3	03	10	120	740	PROF. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA
1994	02		720		PROF. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA
1995	05		840		PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
1996	05		920		PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
1997	08		1.120		PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
1998	08	20	1.436	2.674	PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
1999	08	24	2.030	3.772	PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
2000	08	24	2.430	3.600	PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES
2001	19	30	3420	3355	PROF. JÔNATHAS DE BARROS NUNES

QUADRO 04: Expansão da UESPI - período regular e especial (ofertas e vagas)

Fonte: Manual do Candidato 1993-2001.

No quadro, torna-se visível a expansão, ou seja, a interiorização da UESPI em grande crescimento, pois se tem, no ano de 1999, na gestão do Dr. Jônathas de Barros Nunes, segundo o Edital nº. 02/98, 2.030 (duas mil e trinta) vagas oferecidas pela UESPI, em período regular, nos campi de Teresina, Campo Maior, Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato; sendo 3.772 (três mil setecentos e setenta e duas) vagas oferecidas em período especial nos 22 campi dos municípios-pólo, entre eles, Corrente e Curimatá. Nesse momento, segundo o edital citado, são oferecidas 40 vagas para o curso de Medicina e 40 para o curso de Fisioterapia, ambos no campus de Teresina.

Torna-se possível visualizar o crescimento planejado em número de campi/núcleo e vagas, nos respectivos quadros, de acordo com os Manuais de Vestibular 2001/2002, assim como o crescimento ocorrido no ano de 2002 em número de cursos e a expansão para os estados do Maranhão e Bahia. Para melhor visualização, seguem os quadros desse período:

	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO PLENA EM PERÍODO REGULAR</b>	<b>CURSOS SUPERIORES SEQUENCIAIS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO PLENA EM REGIME ESPECIAL</b>
<b>MODALIDADES DE CURSO</b>	24	24	11
<b>VAGAS</b>	3.380	3.690	5.366
<b>CAMPI/NÚCLEOS</b>	19	28	31
<b>CONVÊNIOS</b>	02 Secretarias Estaduais	01 Órgão Público Federal	219 Prefeituras Municipais do Piauí 02 Prefeituras da Bahia 01 Prefeitura de Pernambuco 06 Prefeituras do Maranhão 01 Secretaria Estadual 02 Sindicatos outros
<b>TURNOS</b>	Diurno, Noturno e Pré-matutino	Diurno, Noturno, Noturnão e Pré-matutino	Diurno e Noturno (no período de férias)

QUADRO 05: VESTIBULAR 2001. Relação cursos de Graduação Plena em Período Regular, Período Especial e Seqüenciais

Fonte: Manual Vestibular 2002

	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO PLENA EM PERÍODO REGULAR</b>	<b>CURSOS SUPERIORES SEQUENCIAIS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO PLENA EM REGIME ESPECIAL</b>
<b>MODALIDADES DE CURSO</b>	26	21	11
<b>VAGAS</b>	4.300	3.308	7.343
<b>CAMPI/NÚCLEOS</b>	21	20	40 no Piauí 07 no Maranhão 03 na Bahia
<b>CONVÊNIOS</b>	01 Secretaria Estadual	01 Órgão Público Federal	222 Prefeituras Municipais do Piauí 07 Prefeituras do Maranhão 03 Prefeituras da Bahia outros
<b>TURNOS</b>	Diurno, Noturno e Pré-matutino	Diurno, Noturno, Noturnão e Pré-matutino	Diurno e Noturno (no período de férias)

QUADRO 06: VESTIBULAR 2002. Relação cursos de Graduação Plena em Período Regular, Período Especial e Seqüenciais.

Fonte: Manual Vestibular 2002

Segundo dados coletados nos editais vestibulares da Universidade Estadual do Piauí nos anos de 2001 e 2002, percebe-se que a expansão do ensino superior ultrapassou as fronteiras do estado do Piauí. Nesses anos, a UESPI firmou convênios com prefeituras dos estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Sobre essa expansão, a presidente do Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos (NUCEPE), que coordenou o vestibular de 2001, professora Sandra Lima de Vasconcelos, explica:



ILUSTRAÇÃO 03: Prof<sup>a</sup>. Sandra Lima de Vasconcelos presidente do NUCEP em 2001.  
Fonte: acervo da depoente.

Os convênios entre a UESPI e algumas prefeituras municipais de estados circunvizinhos do Piauí causaram polêmica e foram extremamente criticados pelas representações políticas, devo dizer, representações partidárias de nosso estado. Na verdade, havia um total desconhecimento acerca da operacionalização desses convênios. Lembro que li algumas críticas em jornais de Teresina sobre o quanto era inaceitável que o Piauí investisse os escassos recursos financeiros piauienses em outros estados. Críticas como essas eram totalmente descabidas! Os cursos oferecidos pela UESPI em parceria com as prefeituras, à semelhança das prefeituras piauienses, funcionavam com recursos dessas prefeituras, eram auto-sustentados! Na verdade, a UESPI entrava com a expansão de seus serviços acadêmicos, contribuindo para a democratização do ensino superior e dando oportunidade aos “brasileiros”, indistintamente, de ter acesso à universidade. O interesse desses outros Estados pela educação superior oferecida pela UESPI, a meu ver, demonstra que essas prefeituras reconheceram a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição (PROF<sup>a</sup>. SANDRA LIMA DE VASCONCELOS).

De modo geral, nesse período, o processo de interiorização da UESPI recebia críticas contundentes. A principal delas dizia respeito ao seu crescimento acelerado, sem uma preocupação com a manutenção da qualidade de seus serviços, crescendo apenas quantitativamente. Esse crescimento quantitativo é claramente comprovado através dos dados estatísticos.

De um ano para o outro (2001/2002), o número de vagas oferecidas pela UESPI passou de 12.436 para 14.951, aumentando cerca de 9,1%. Além disso, aumentaram o número de modalidades de cursos oferecidos (de 24 para 26) e de campi/núcleos de funcionamento da instituição (de 19 para 21).

Outra novidade que expandiu as condições de acesso à Universidade foi a criação de turnos extras aos convencionais (diurno e noturno). Foram criados os turnos pré-matutino (funcionando de 5 h às 8 h) e noturno (de 21h 30 às 24 h). Dessa forma, pessoas com uma

intensa jornada de trabalho que desejassem uma formação superior ganhavam a oportunidade de se qualificar através dos cursos oferecidos nesses horários, apesar de esses cursos não corresponderem aos de graduação.

Procurou-se analisar os Manuais de Vestibular dos Candidatos para compreensão das expectativas e intenções dos gestores da UESPI. O Manual Vestibular 2000 tem o slogan: “UESPI: ao seu alcance onde quer que você esteja”, demonstrando a expansão da instituição para os diversos recantos do Estado. Na apresentação do Manual, estão as considerações do professor Dr. Jônathas Nunes, tornando-se possível também se perceber um considerável aumento no número de cursos, surgindo os cursos sequenciais de formação específica, como uma inovação.

No texto de “Apresentação do Manual 2000” (ANEXO A), está nítido o ‘espetacular crescimento’ da UESPI, em apenas cinco anos. Há uma preocupação em destacar que “o crescimento horizontal é simultâneo ao vertical. Qualidade e quantidade”. Torna-se também perceptível o orgulho do Reitor pelo trabalho realizado percebido na frase “o mais elevado índice de crescimento no Brasil”. No entanto, há controvérsias quanto à questão da qualidade /quantidade.

Observa-se o contexto em que ocorre a interiorização da UESPI em uma análise dos anos de 1990, que “[...] ficaram marcados, para os países da América Latina como aqueles em que se aprofundou o processo da sua inserção no mercado globalizado e pela aplicação de políticas neoliberais” (PERONI, 2003, p. 11). Nesse contexto, a expansão prossegue, como se verifica no Manual do Candidato “Vestibular 2001” (ANEXO A), com o Slogan “UESPI... uma avenida para o futuro”. Nesse Manual, através da mensagem de apresentação, o reitor reafirma os propósitos expansionistas dessa IES, como se constata no anexo.

Utilizando-se das palavras do ex-reitor da UESPI, o “estonteante” crescimento dessa IES continua com o mesmo slogan “UESPI – Uma avenida para o futuro”. Percebe-se na apresentação, em anexo, assim como no poema do “Manual do Vestibular UESPI - Processo Seletivo 2002” (ANEXO B), esse “estonteante” crescimento, tanto horizontal como vertical. Pode-se ler nas linhas e nas entrelinhas das mensagens ilustrativas de cada manual, o sentimento de orgulho por um trabalho realizado, na certeza de se estar fazendo o melhor.

O reitor faz a apresentação com o título de “Universidade Caminhante”, entendendo-se que há uma intenção de mostrar que a UESPI está em busca de novos espaços para se instalar enquanto instituição, implantando campi e cursos: “Assim é a UESPI, a

Universidade caminhante, essa metamorfose ambulante” (MANUAL VESTIBULAR UESPI, 2002).

Tem-se a confirmação da convicção do reitor de estar pelo caminho certo e que a caminhada continua na frase: “A consciência me diz ter acertado e errado na vida, mas sempre por ação. Nunca por omissão. Os desafios não foram suficientemente pesados para impedir a caminhada”. Utilizando-se de Confúcio, ele diz “Um quadro vale por dez mil palavras” e, por último, expressa o crescimento quantitativo, mostrando que a “UESPI com seus trinta mil alunos e essas quatorze mil seiscentos e setenta e uma vagas para o vestibular 2002, transformou-se na estrada do futuro, que, como sabem, não é feita com asfalto, e sim com Educação” (PROF. JÔNATHAS NUNES, VESTIBULAR UESPI, 2002).

Cabe ressaltar que, durante esse crescimento, não há investimentos por parte do Governo em instalações, acervos, ampliação de vagas para docentes por meio de concursos públicos, enfim uma infra-estrutura adequada.

Os documentos escritos comprovam de certa forma os fatos, que demonstram a expansão crescente da UESPI, mas os “relatos orais representam paisagens onde se esboçam algumas das questões, afetos e produções que estão mobilizando certa existência” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 47).

Assim, pode-se visualizar melhor “o jeito de caminhar” da UESPI nesse período, por meio do depoimento oral do Prof. Jônathas Nunes, em entrevista na qual conta a construção dessa história, possibilitando a compreensão das intenções e os motivos que impulsionaram a expansão dessa Universidade:

Quando a gente assumiu a UESPI, em 1995, o Projeto Educacional do Estado visualizava um Núcleo Superior no sul do estado, em Corrente, e um outro em Floriano e em Picos. Mas havia por trás disso uma idéia mais forte. Aqueles que concederam à Universidade Estadual um Núcleo que foi Centro de Ensino Superior, criado ainda na década de 80, eles tinham a visão de uma Instituição de Ensino Superior provavelmente não universitária e destinada exclusivamente à formação de professores, à qualificação de professores para o magistério. É claro que com o tempo essa idéia seria fatalmente revista, porque a gente vive no mundo onde o processo educativo está intrinsecamente conectado com o processo de desenvolvimento e o processo de desenvolvimento supõe a existência, a formação de funcionamento das chamadas cadeias produtivas da sociedade. Essas cadeias produtivas, umas são meramente de natureza técnica, outras nem tanto, é claro então que uma instituição de ensino superior que se propõe em ser uma mola propulsora do desenvolvimento da sociedade, ela teria que diversificar suas linhas de atuação e não somente a parte estritamente didático-metodológica do processo educativo (PROF. DR. JONATHAS BARROS NUNES).

Confirma-se, em Isaura Belloni e Obino Neto (2000, p. 198), como um dos papéis estratégico das IES públicas o de oferecer cursos e qualificar profissional “[...] em todas as

áreas de conhecimento, principalmente as de maior custo, duração e complexidade, e nas regiões de menor nível de desenvolvimento social e econômico”. Assim, a função de qualificação impõe-se inicialmente no papel da FADEP. Entretanto, parece visível que a proposta que o depoente tem para a universidade vai além da qualificação profissional, como se pode observar em suas afirmações:

Algumas pessoas, até por interesse próprio, queriam que a então FADEP, que era uma Instituição de Ensino Superior, mas não universitária, ficasse adstrita às disciplinas pedagógicas, ministrar cursos de licenciatura e preencheria totalmente o seu papel. Com o passar do tempo foi-se verificando que algumas respostas tinham que ser dadas. Por quê? Porque a Universidade Federal do Piauí que é a matriz, vamos dizer assim, do ensino superior no Piauí, então a Universidade Federal no início da década de 80, portanto há 25 anos, ela foi muito arrojada, ela procurou... sentiu a necessidade de se interiorizar, porque o Piauí não é só Teresina. Então ela se ramificou para Parnaíba, Floriano e Picos. Esse processo de interiorização dela não teve continuidade, não só não teve como ela refluíu, ela deixou essa linha de avanço da educação no Estado a sua própria sorte, isso levou quase uma década, daí porque a UESPI sentiu a necessidade de ocupar os espaços vazios, que a Federal do Piauí tentou ocupar e depois abandonou. O que há hoje de concreto é que a Universidade Federal do Piauí literalmente havia deixado o interior do Piauí. Esses espaços, a partir de 95, principalmente, foram de forma muito consistente, sendo galgados. Foram galgadas uma após outra, todas essas linhas de interiorização. Foi assim que a UESPI, sobre esse argumento principalmente, de aparente abandono pela Universidade Federal, que estava ainda no que estava há vinte anos, praticamente, Floriano, Picos e Parnaíba e ainda de forma tímida porque em Floriano nem um curso Superior e em Picos tinha um curso superior que era o de Letras. Então havia, vamos dizer assim, uma reclamação generalizada da sociedade. Foi assim que a UESPI então partiu para esse processo rigoroso de interiorização e de crescimento horizontal e vertical (PROF. DR. JÔNATHAS BARROS NUNES).

Dessa fala emergem diferentes ideais de instituições, de maneira que o reitor distingue bem a função da FADEPI como instituição de ensino superior e a função da UESPI como instituição universitária. Vislumbra-se, pois uma instituição universitária, que, de certa forma, propunha-se a ocupar os espaços deixados pela UFPI. Assim é que, demonstrando ênfase e entusiasmo, o Prof. Jônathas prossegue seu depoimento, expondo sua forma de perceber a expansão e como foi idealizado tal crescimento:

Muita gente imagina que a interiorização da UESPI foi feita só de forma horizontal. É uma desinformação. Foi exatamente nessa época que a UESPI celebrou vários convênios de pós-graduação. Convênios de pós-graduação com Cuba. Lembro-me que uma cerimônia, talvez única no Brasil ainda no ano de 2001, houve uma solenidade no Karnak na qual estava o embaixador de Cuba, para entregar os diplomas de Mestrado a 52 estudantes piauienses, isso é que se chama Educação. Cinquenta e dois diplomas de mestre foram recebidos no primeiro semestre de 2001. Então, foram celebrados vários outros convênios, de crescimento vertical da instituição, cursos de Mestrado com a Universidade Federal da Paraíba, com a Universidade Federal do Ceará, com a Universidade de Coimbra. O convênio que nós fizemos com a Universidade de Coimbra, que inclusive é um fato marcante, a Universidade de Coimbra é uma das universidades mais importantes do mundo, uma das mais antigas, criada no século XIII. Pois bem, o reitor da Universidade de Coimbra veio ao Piauí, assinou o convênio lá na reitoria, na presença do Governador Mão Santa, entendeu, então, o que a gente pode dizer é que pelo menos aparentemente esse crescimento vertical não teve continuidade.

Muita gente diz equivocadamente que a UESPI cresceu horizontalmente e esquece essa outra face. A UESPI, em 2001, já estava com 28 professores com doutorado, trinta e poucos professores com mestrado. Então, quando a gente fala em qualidade, a gente se refere a indicadores exatamente na parte de pós-graduação, principalmente na parte de qualificação docente. Agora, é claro que o crescimento horizontal, que a interiorização foi uma obra tão estonteante, que se sobressaía com relação a esses outros dados do crescimento vertical. Foi tão estonteante o crescimento horizontal que a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, autorizou a entrada da UESPI no Maranhão e foi assim que foram criados 18 núcleos universitários no Maranhão, núcleos estes que hoje estão sendo extintos. Seis núcleos universitários na Bahia, na verdade a UESP, ela estava num processo de consolidação tão forte que hoje, se não tivesse havido o terremoto de 2001 para 2002, ela estaria no Pará, ela estaria em Tocantins (PROF. DR. JÔNATHAS BARROS NUNES).

As medidas do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) incluem um novo padrão de modernização e gerenciamento para o campo universitário, que se inclui no que se chama de “novo paradigma de produção capitalista” e na reforma da administração pública do Estado: “[...] o governo vem advogando e empreendendo ações que tornam o ensino superior brasileiro cada vez mais variado, flexível e competitivo segundo a lógica do mercado” (CATANI; OLIVEIRA, 2000, p. 63-64). É visível, pois, que o contexto histórico-político em que ocorre a gestão do Prof. Jônathas Nunes faculta, propicia a promoção, autonomia e diversificação das ações universitárias. De acordo com o depoente, houve um crescimento também vertical da instituição, proporcionando qualidade de ensino aos egressos dos cursos. Ele mostra em seu depoimento como se efetivou a expansão para fora do estado.

Bom, agora isto quanto ao crescimento vertical. Quanto à interiorização da UESPI no que toca a qualidade, deve ser aqui dito, que esses 2000, 3000 professores que estavam à frente desse processo, que iam para o interior, levam e levam de professores de Teresina, todos eles iam satisfeitos. Inclusive, posso dizer todos, mas principalmente nas áreas de Ciências Físicas, Biológicas e Química, esses professores, muitos levavam matérias de laboratório cientes de que, na localidade pra onde iam, não havia laboratório. Esses professores ministravam um ensino de qualidade, mas em grande parte por um esforço deles, eles sabiam das naturais dificuldades, das deficiências. Tanto que com o ensino ministrado no interior, muitos desses alunos depois se submeteram a realização de concursos em Brasília, em Tocantins, no Maranhão, na Bahia, porque o Piauí avançou. Muitos aprovados, muitos mesmos.

Então essa linha de atuação, essas verdadeiras jornadas de educação que a UESPI empreendia no interior, não só do Piauí, mas do Maranhão e da Bahia fez com que a UESPI, fosse um nome que passou rapidamente a ser conhecido no país. Era comum se ver naquele tempo a chegada à UESPI de equipes de professores de outros estados para conhecer o “fenômeno” UESPI. Eu me lembro que recebi equipes de professores da Bahia, do Maranhão, do Pará do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas.

A UESPI hoje, quem consultar os dados da UNESCO, a UESPI está lá em nono lugar. O Piauí com fama de tantos dados negativos, tantos aspectos negativos, no entanto, lá na UNESCO, quem for consultar os dados da UNESCO verá que o Piauí se destacou nisso. Agora é claro que a gente sente a descontinuidade. Por quê? Porque nos últimos convênios que a gente assinou já em 2001, foi um convênio com um grupo de Universidades do Mediterrâneo. No Mediterrâneo existe um grupo de 42 universidades, nós assinamos esse convênio em uma solenidade bonita [...] Íamos construir um Porto Botânico, aparentemente isso acabou. Essas idéias não tiveram continuidade, porque em 2001 para 2002, a gente sentiu que a UESPI, tendo atingido todos os rincões do Piauí e entrado pela Bahia e pelo Maranhão, a gente sentiu que ela estava partindo rigorosamente para um crescimento vertical por força desses convênios que tinham sido assinados. A verdade é que, para os anos seguintes de 2002, para 2005, 2006, a previsão era de levam e levam de professores da

UESPI se deslocarem para a Europa, levas e levas de professores (da Europa) se deslocarem para o Piauí. Nos íamos fazer convênio com Angola, não chegamos a assinar, mas chegamos a entrar em contato. Nós íamos estender, abrir uma espécie de núcleo da UESPI na África. Isso tudo morreu! (PROF. JÔNATHAS NUNES).

Diante do exposto percebe-se que os projetos para a UESP extrapolariam ainda mais o previsto. A fala do ex-reitor demonstra que suas intenções tinham dimensões gigantescas, deixando aflorar seu desapontamento por não ver esses projetos encaminhados ou realizados. Há emoção na fala do depoente quando expõe que não houve continuidade de suas ações. No entanto, observam-se nos outros depoimentos, controvérsias quanto a esses ideais.

De um modo geral, não há continuidade de uma gestão para outra, pois, a cada mudança de governo, mudam-se também os projetos, não havendo uma continuidade no que havia sido planejado. Portanto ocorrem momentos de continuidade e de descontinuidade nos projetos em andamento, seja pela monumentalidade que encerram (quase todos), seja pela interrupção do mandato reitoral do Prof. Dr. Jônathas Barros Nunes, em face da mudança de Governo, ao tomar posse o Governador Hugo Napoleão, período em que a UESPI teve como reitora *pro tempore* a Professora Maria do Socorro Cavalcanti.

Nessa gestão, faz-se uma análise das mudanças que sofreu a instituição, pela apresentação do Manual da UESPI – Vestibular 2003 (ANEXO C). Segundo a reitora, a Universidade Estadual do Piauí tem passado por grandes mudanças em seu modelo administrativo, no ano de 2002, por meio de informatização do controle acadêmico, buscando melhor qualidade no seu ensino. Demonstra ainda que quer continuar com o crescimento qualitativo quando afirma que uma “característica, entretanto continua intacta: o compromisso em oferecer cada vez mais oportunidades aos jovens piauienses, particularmente aqueles do interior do Piauí, de fazer um curso universitário” (VESTIBULAR, 2002, p.5).

O Edital nº. 01/2002 mostra a oferta de vagas dos Cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial para o ano de 2003, quando a UESPI ofereceu 9.203 vagas. Assim, tem-se também o Edital nº. 02/2002, com validade para matrícula somente do ano de 2003, a oferta de 4.650 vagas para os Cursos de Graduação e 1.971 vagas para os Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica, totalizando 6.621 vagas, percebidas na apresentação dos Manuais em anexo (ANEXO C), que registra o texto da Professora Socorro Cavalcanti.

Um primeiro aspecto que pode ser observado nas afirmações da Prof<sup>a</sup>. Socorro Cavalcanti é a relevância dada aos cursos seqüências, considerados por ela como uma

modalidade moderna e ágil. Percebe-se nas entrelinhas de apresentação, sua visão expansionista e o interesse em continuar a interiorização.

Na passagem da UESPI de 2001 a 2003, alguns cursos não foram mais oferecidos como se pode perceber quanto ao curso de História e Geografia. Formaram em 2001 e 20002, em Anísio de Abreu, turmas de História e Geografia, mas o curso não é mais oferecido. Da mesma forma, em Barras, formaram turmas de Geografia, mas não mais são ofertadas vagas. A cidade de Bom Jesus teve, em 2001 e 2002, formaturas de turmas do Curso de História, que também não teve mais oferta de vagas.

Em Canto do Buriti, no mesmo período de 2001 e 2002, formaram turmas de História e Geografia, passando pelo mesmo processo. Em Corrente, o curso de História chegou a formar turma nesse mesmo período, mas não foi mais oferecido, sendo que o Curso de Enfermagem mal foi implantado e teve de ser removido para outro campus, pois foi considerado inadequado para a localidade, visto que o campus não dispunha de condições para atender ao Curso. De acordo com a atual reitora, houve pedidos dos próprios alunos nesse sentido. Esse curso foi implantado na gestão da Professora Socorro Cavalcanti.

Dando continuidade à reconstituição da expansão da UESPI, observam-se momentos de implantação de novos cursos e, ao mesmo tempo, suspensão de outros. Importa salientar que se procurou mostrar as ofertas de vagas e cursos para que o leitor possa fazer sua avaliação crítica, tendo também como base a visão dos gestores sujeitos protagonistas na condução desse processo.

Dessa forma, após novas eleições, que proporcionaram mudanças no Governo, assumiu como governador do Estado o senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, que nomeou como reitora *pro tempore* a Professora Maria Oneide Fialho Rocha, tendo como vice-reitora *pro tempore* a professora Valéria Madeira Martins Ribeiro. Portanto colocam-se aqui algumas considerações referentes à apresentação elaborada pela Magnífica Reitora para o Manual Vestibular 2004 (ANEXO D).

No texto elaborado pela reitora, apresentam-se os dados que revelam o crescimento quantitativo da UESPI. Quanto ao número de alunos, observa-se um crescimento de 2.500 alunos, no ano de 1995, para 43. 653 alunos, contando com os alunos da Bahia e do Maranhão. De acordo com o Edital nº. 01/2003 para o vestibular 2004, foram ofertadas aos Cursos de Graduação em regime regular 3.300 vagas. Para os Cursos de Licenciatura em Regime Especial foram oferecidas 2.795 vagas.

Posteriormente, com a saída da Professora Oneide Fialho Rocha, assume a reitoria a vice-reitora Valeria Madeira Martins Ribeiro. Nesse novo contexto, depreende-se, nas

entrelinhas da apresentação do Manual Vestibular UESPI 2005 (ANEXO D), com o slogan “Há 18 anos nosso compromisso é com você”, uma visão diferente, um recuo na expansão,

A Universidade Estadual do Piauí, considerada uma expressiva referência em educação tem, segundo o Relatório de Ações / Atividades 2004, o objetivo de “[...] contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Piauí através da realização de ensino, pesquisa e extensão” (RELATÓRIO DE AÇÕES/ATIVIDADES, 2004, p. 6).

A concepção da gestão sobre o processo de expansão, a partir do ano de 1996, pode ser percebida no Relatório 2004, citado abaixo:

[...] a UESPI passa a sofrer com os reveses de uma concepção de política de ensino superior onde o sentido de democratização se confunde com massificação. A qualidade é atropelada pela quantidade caracterizada por um processo de interiorização sem planejamento” (APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO, 2004, p. 4).

Há nesse momento uma manifestação da desaprovação da gestão desse período. Coloca-se também no Relatório a inviabilidade da UESPI no que diz respeito ao tamanho: “uma instituição com uma estrutura gigantesca, de atuação interestadual, em um Estado que possui uma das menores arrecadações do país”. Esse é o olhar da atual administração. Toda essa preocupação e a intenção de retrain esse crescimento estão expressas nas palavras da professora Valéria Madeira Martins Ribeiro, atual reitora. Inicialmente ela fala de sua vivência enquanto profissional e como se tornou reitora, podendo-se analisar sua fala por meio da transcrição abaixo:

Eu iniciei os meus trabalhos aqui na universidade em 93. Entrei através de concurso público para professor efetivo, inclusive foi um dos primeiros concursos para professor efetivo da Instituição. Teve 1993 e 1994 e depois não tivemos mais concurso para professor efetivo nem servidor e, de lá pra cá, trabalhei tanto em sala de aula como professora e trabalhei também no sindicato dos professores da UESPI. Então a minha luta foi sempre pela questão de discutir a universidade que queríamos. Uma luta pela transparência e uma participação maior da comunidade na universidade, nas decisões, encaminhamento e discussões sobre a universidade. E o que eu senti que havia por parte dos gestores, primeiro eram gestores externos à universidade, eram pessoas que não faziam parte da universidade, eram indicados pelos Governos, e que eram pessoas que não eram da Instituição, então essa era uma discordância do próprio movimento que eu fazia parte nessa universidade. E aí, em 2003, fui convidada a trabalhar aqui como vice-reitora, na administração superior e aí eu fui vendo um pouco sobre essa questão da universidade, principalmente sobre esta questão da expansão, como ela se deu. Porque até então as coisas ocorriam muito internamente de forma muito fechada, sem discussão, o que sabíamos no máximo era no momento do Edital do Vestibular, e sabíamos sobre essas ofertas. Mas não sabíamos bem porque ou que critérios se dava essa expansão da universidade e como ocorria exatamente (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

Observa-se na fala da professora-reitora Valéria que ela faz parte do quadro de professores desde 1993, de maneira que sua crítica é no sentido de que a gestão vem, no decorrer do tempo, sendo realizada por pessoas que não faziam parte do quadro da UESPI, fato que ela considera como aspecto negativo, colocando assim a necessidade de uma administração feita por pessoas que conheçam a UESPI, fazendo até parte de seu quadro de profissionais. Posteriormente, em outra parte do depoimento, a reitora trata da expansão da UESPI, evidenciando sua visão e compreensão:

E aí essa expansão, ela se deu principalmente a partir da gestão do professor Jônathas, até então ela estava centrada mais nos núcleos que foram fundadores pode-se assim dizer, nos campi que era Corrente, que era Parnaíba, Picos, Floriano e Teresina. Aí, no período do professor Jônathas, isso já expandiu em núcleos e campus que, quando eu cheguei aqui, eu perguntava o que era campus e o que era núcleo e cada setor me dava uma lista diferenciada. Eu fui procurar estudar o que se definia de campus e núcleo. E aí foi feito um mapa para a gente trabalhar falando a mesma linguagem em comum. O campus é que ele tinha um caráter mais definitivo até porque ele tinha um diretor, uma estrutura administrativa maior. E o núcleo tem um caráter temporário, era onde atendia, a composição era de um maior número de alunos do período especial e havia um coordenador do núcleo, não havia um diretor. Era uma estrutura menor administrativa. Então esse foi o critério para se definir, porque por decreto não se explica bem o porquê do campus ou não, porque tem Campus que pelo decreto não bate com a estrutura administrativa diversa. Então nós resolvemos encaminhar dessa forma para que todos aqui na UESPI falássemos a mesma linguagem, foi uma forma de nos organizar. Mas isso está previsto em nosso Estatuto pra gente organizar uma discussão, temos 180 dias para formar grupos e fazer uma discussão sobre essa expansão da UESPI. Ano passado, começamos a discutir por região, chamamos a Secretaria de Planejamento, eles fizeram um estudo de 11 regiões, dividiram o Piauí em 11 regiões, nós pegamos esse grupo que fez esse trabalho para trabalhar com a gente, para eles nos dar os dados socioeconômico e culturais daquela região, pra gente trabalhar como estava a educação superior, especificamente a UESPI naquela região. Então fizemos vários encontros por região e um aqui em Teresina, com representantes e delegados de cada região dessa para colocar a sua realidade, o que foi discutido lá nesse encontro regional. Foi muito produtivo, tivemos representação de professores, alunos, diretores e coordenadores, de núcleos e convidamos representantes do Judiciário, do Legislativo. Infelizmente não tivemos essa participação expressiva, mas foram convidados para se fazerem presentes e pronunciarem-se sobre a UESPI naquele lugar, naquela região. Porque a gente quer discutir a UESPI, enquanto critérios, a expansão enquanto critérios, porque no Brasil não existe nenhuma universidade estadual que se expandiu de tal forma. Não existe nenhum Estado que mantenha uma Universidade na estrutura que a UESPI tem (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

Nesse segundo depoimento, como, a rigor, nas demais falas, emerge a compreensão de que o crescimento vertiginoso da UESPI ocorreu na época do Professor Jônathas Nunes, mesmo que, nas entrelinhas, se revele certa cautela quando a professora fala da expansão, demonstrando sua reprovação. No entanto, ela procura esclarecer que não é contra a expansão, mas demonstra desaprovação em alguns contextos. Distingue ainda a diferença entre núcleo e campi, mostrando que a UESPI em termos de expansão, representa uma exceção, tornando-se a única universidade estadual, com tal crescimento, como referenda nesse depoimento:

A expansão não se deu só em quantidade núcleos e campi, mas em quantidade de cursos e esses cursos foram criados que faziam até uma concorrência por região, por exemplo, o mesmo curso com menos de cem metros, num outro núcleo se ofertava o mesmo curso. Chegava um ponto que o coordenador dizia o seguinte: “não oferte mais o vestibular porque não tem mais demanda, todo mundo nessa cidade já está formado nesse curso” (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

Nesse ponto, há uma crítica da reitora em relação à criação e à suspensão de cursos praticada pela UESPI, inclusive na sua própria gestão. Assim, percebe-se que não foram nas gestões anteriores e ainda não estão bem definidos, na atual gestão os critérios de implantação de cursos. Urge um planejamento que respeite as necessidades e anseios de cada região, a fim de se evitar oferecer cursos que historicamente são voltados para atender a manutenção do *status quo*, sem, no entanto, atender às expectativas da comunidade.

A Universidade não pode estar criando uma estrutura de cursos e estar tirando. Porque você, pra criar um curso, tem que criar uma estrutura de professores, a própria legislação exige, de efetivos, um número X de Doutores e Mestres, uma infra-estrutura, tem que ter laboratórios, se é um curso que exige, tem que se criar uma biblioteca, com bibliotecário que tome conta, que faça funcionar essa bibliotecária e a gente vê que não havia essas estruturas nos núcleos e a maioria dos campi estava faltando, ou, se tinha, não funcionava porque não tem uma pessoa que tome conta do laboratório, não tem um laboratorista, tanto é que a gente está fazendo concurso para servidor. Onde tem laboratório, nós já estamos ofertando; a mesma coisa com as bibliotecas, estamos abrindo vaga para bibliotecários pra gente fazer com que a biblioteca realmente funcione como deve realmente funcionar. Não adianta a gente comprar livros colocar livros e amanhã não ter livros, essa coisa a gente tem que ir estruturando e estamos fazendo, tanto em termos de pessoal; estamos fazendo concurso agora, esse foi um critério para definir as vagas para o concurso de servidor, que nós só tínhamos 58 servidores efetivos os outros são tudo contratados ou cedidos, então há uma grande rotatividade, você não consegue ter uma continuidade de trabalho e a outra caracterização é que se deu uma expansão centralizada, que isso quer dizer, é uma expansão que se deu, mas os núcleos e os campi não têm autonomia nenhuma. Todos os processos têm que passar por aqui, tanto o setor acadêmico como o setor jurídico, como o setor financeiro porque não tem servidor que possa responder por essas ações, então isso também a gente já está começando, abrimos vaga em alguns setores, pra tentar dar responsabilidades, descentralizar algumas ações, principalmente acadêmicas, de controle de históricos de alunos [...]

Então, o que eu acho, é o seguinte, o que eu faço da leitura hoje dessa expansão. Não é que eu seja contra a expansão, quero deixar bem claro. Quando eu vou para uma colação de grau, quando vejo as pessoas bem pobres que não teria oportunidades de pagar, para seus filhos estudarem fora até mesmo aqui em Teresina, para que seus filhos viessem aqui para estudar e até a questão da concorrência, mesmo no vestibular, é muito difícil seria ainda mais difícil, eu vejo isso como positivo, mas eu não posso deixar de ver que paralelo a isso se criou muitas fissuras, que eu chamo ... são brechas.... problemas... muito grandes que agora a Universidade tem que dar conta. Tem os alunos... eles estão aí no sistema, não estão cursando todos, mas estão no sistema (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

A reitora faz uma caracterização dessa expansão, de acordo com o seu olhar, afirmando que há uma grande preocupação não pela interiorização em si, mas pela expansão em número de cursos, pois, segundo ela, esses cursos fazem uma concorrência desnecessária e o aumento no número de cursos exige um alto custo, principalmente para que se tenha

qualidade, exigindo-se investimentos no pessoal e na estrutura da Universidade. No entanto o que se percebe na prática é que esses cursos continuam sendo implantados sem critérios pré-estabelecidos.

Outro aspecto enfatizado pela depoente é que a expansão apresenta um grande caráter de centralização: os campi, não têm uma necessária autonomia. Há também o problema de pessoal, pois falta mão de obra qualificada tanto na área de professores como de técnicos para os diversos cursos, como é o caso de Corrente, que tem um laboratório de primeira qualidade, mas não há pessoal qualificado para trabalhar nele.

A Prof<sup>ª</sup>. Valéria Madeira diz que a UESPI está iniciando uma nova fase, que é a de contratação de pessoal e de informatização, como se pode perceber no depoimento seguinte:

Na época da professora Socorro Cavalcante, ela começou a informatizar. Porque já pensou esse processo de expansão sem informatização. Então, não se tinha dados, todos os dados dos alunos estavam em processos, engavetados, não se tinha uma realidade do número de alunos, onde eles estavam, de onde eles vinham e aí nesse processo que foi iniciado pela Prof<sup>ª</sup>. Socorro Cavalcante nós demos continuidade. Hoje posso dizer que o período regular está 95% regularizado com uma margem de erro menor, estamos agora passando para o especial, para fazer as correções necessárias, mas não havia esse controle acadêmico por falta de informatização, também. Nós já informatizamos, a Internet, já implantamos em 10 campi e estamos trabalhando para expandir mais pra gente ter um acesso mais direto, uma resposta mais rápida e não que eles mandem um diário para ainda ser digitado aqui. E a gente tem que dar qualidade, eles querem qualidade, com razão, nós temos que promover essa qualidade. Então assim, nós já estamos aumentando, triplicando com esse concurso agora, estamos fazendo esse ano para professores efetivos, retomamos em 2003, fizemos em 2004, estamos fazendo em 2005, estamos triplicando o número de professores efetivos, muitos doutores e mestres estão chegando, inclusive de outros estados para trabalhar aqui, a gente tem que dar condições para esses professores se instalarem, para começar trabalhar o problema da extensão e pesquisa porque até então é uma coisa muito vaga, que está engatinhando. Estamos aos poucos aumentando o número de bolsas de iniciação científica, pra que o aluno trabalhe. Nossos currículos estão sendo reformulados pra já termos monografias, para ir preparando logo o aluno na graduação para a pesquisa. Isso vai criando a cultura no aluno e no professor, a gente tem que criar essa estrutura, pra isso a gente precisa de laboratório, pra isso a gente precisa de financiamentos e a gente só consegue financiamento se tiver bons laboratórios. Nós estamos investindo, como em Corrente, lá tem um laboratório de solos, mas tudo fechado, encaixotado, nós fizemos um contrato com a EMBRAPA e desse contrato eu solicitei que a EMBRAPA fosse lá e fizesse uma análise da realidade de como está esse laboratório de solo. Que eu recebi em resposta: o relatório apontou que é um dos melhores laboratórios em termo de equipamento do Nordeste, que precisava pouquíssima coisa pra funcionar, mais era a revisão de uma máquina que estava parada há muitos anos e material para iniciar um trabalho de análise de solo. Nós não conseguimos entre nossos professores especialistas para dar conta desse laboratório. Até hoje nós não conseguimos retomar. Então nós agora, no concurso, colocamos pra servidor administrativo efetivo vaga para um laboratorista nível superior, um laboratorista na área de solo, para ele ficar responsável por esse laboratório de funcionar e atender à demanda que existe naquela região, que eu acho que a grande vocação é a parte de ciências agrárias. A gente tem que melhorar, a gente tem esse laboratório e não pode ficar com ele fechado, é um crime. Nós estamos esperando esse resultado para colocar pra funcionar. Ele funcionou algum tempo, logo no início, quando a Universidade tomou conta do espaço de Corrente e depois ele deixou e funcionar. Mas, assim mesmo, não atendia até porque a região não tinha o desenvolvimento, a demanda que tem hoje, era mais para dar aula para os alunos. Hoje não, além das aulas para os alunos é também para prestar um serviço para comunidade que precisa e faz em laboratórios de outros estados. Hoje nós já temos doutores, temos mestres lá em Corrente, temos uma grande dificuldade no curso de Direito, estamos abrindo vagas para ver se melhora. Nós não ofertamos vagas só pela grande dificuldade

de professores. Recebi um abaixo-assinado onde a metade dos alunos colocavam que queriam vir para Teresina, cursar em Teresina, pela falta de professores e de infra-estrutura (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA)

Observa-se na fala da depoente que há uma preocupação com a melhoria das bibliotecas e das demais estruturas físicas da UESPI em seus diversos campi. Há o propósito em melhorar seus acervos, capacitar os profissionais, enfim, reforçar aspectos referentes à qualidade, como o incremento dos acervos das bibliotecas, equipamentos de laboratórios e outros.

Nós hoje estamos comprando livros também, em torno de 380 mil de livros e vamos mandar para os campi e núcleos, que é mais um projeto de atualização e dando condições porque estamos fazendo concurso para bibliotecários, para tomarem de conta das bibliotecas e fazerem que isso funcione de fato. Estamos com 19 projetos que serão financiados por emendas parlamentares esse ano, já estamos com promessas de alguns deputados financiarem algumas emendas. Hoje a gente já percebe que a UESPI tem uma cultura que não é mais “eu quero isso”, “eu quero aquilo”, ele já faz uma proposta, os campi estão mandando as suas propostas, do que querem. Eles fazem um projeto e a gente vai atrás de financiadores e temos conseguido através de projetos. O fato é que têm 19 emendas já para serem financiadas. Estamos aguardando os recursos, a chegar a qualquer momento, já estão fazendo licitação. Quando chegar, vamos gastar como foi no ano passado na FACIME. O que nós vamos inaugurar agora? Vamos inaugurar agora o laboratório e a atualização da biblioteca da FACIME. Então, hoje o que eu digo é o seguinte, claro que eu acho que o aluno pode superar e muito, de qualquer forma você não sai da mesma forma que entrou na Universidade, mas a gente não pode dizer que isso tem garantido um grande desenvolvimento para o nosso Estado e um desenvolvimento humano maior no sentido de que o homem realmente possa ter uma perspectiva de continuidade. É um levantamento que é interessante: quantos dos nossos alunos realmente estão conseguindo dar continuidade, se destacando profissionalmente e trazendo contribuição efetiva para a região que ele mora, para o desenvolvimento daquela região? Ele permanece lá? Os alunos que vão fazer vestibular naquela região são de Teresina ou são de lá? Quanto por cento é de lá? [...] (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

Há em comum entre os gestores uma vontade de manter a interiorização. Aloísio Pimenta (1991, p. 111) corrobora esse pensamento considerando que “[...] uma das funções importantes da Universidade Estadual é interiorizar suas funções. É preciso interiorizar a Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, não adianta desenvolvermos apenas uma universidade de alto nível nas capitais [...]”. Assim, reconhece-se a interiorização como necessária, torna-se urgente que ela esteja voltada para atender às necessidades da região, mas sem perder sua função de associar ensino, pesquisa e extensão com cursos de interesse regional. A reitora expressa vontade de conhecer as necessidades e a realidade de cada região, para a implantação de cursos:

Nós queremos discutir agora, avançar para discutir não é montar qualquer curso, mas que curso colocaremos, que seria como uma referência para aquela região? E aí está muito ligado com o desenvolvimento econômico e social, até para garantir as vagas das pessoas daquele lugar é mais fácil porque uma pessoa daqui não vai sair para cursar, por exemplo, fazer um curso na área de

agrária quando ele vê que aqui não tem tanto campo. Mas que Corrente teria um campo maior, você já dá um espaço maior para a sociedade de Corrente, para que eles realmente tenham mais vagas. [...] É fazer esses estudos para que se possam montar cursos [...] para que possa atender a região. Parnaíba está fazendo específico para área de lá [...] É isso que nós queremos despertar, pra fazer uma regionalização da UESPI uma expansão mais trabalhada com dados, um levantamento de números de alunos por nível médio, qual a população daquela região e daquela população quantas pessoas realmente têm escolaridade em nível médio, poderão ser nossos futuros alunos e fazer um estudo junto com as outras instituições. [...] Qual a vocação da sua região. Quais os cursos que atenderá à vocação. Há falta de memória da universidade. Estamos tentando resgatar essa memória [...]

Enfermagem tinha em nove lugares, nós colocamos agora em quatro para poder dar uma melhor estrutura porque nós não tínhamos nem um quadro docente em Corrente quem ministrava aula em Corrente eram os professores do Maranhão, que trabalhavam de dia no Maranhão e a noite iam dar aula. Estamos trazendo hoje 247 alunos de enfermagem de Picos, Floriano e de Parnaíba para fazerem prática aqui, porque esses lugares não têm, por exemplo, eles têm que fazer a prática de UTI e esses hospitais não têm UTI. E outra, hospitais de doenças contagiosas, hospitais infantil [...] a gente tem que encontrar um espaço para que eles venham. É uma grande responsabilidade trazer esse pessoal todo para cá. Então é assim, a gente abre um curso, mas a gente tem que ver, também o quadro de docentes que a gente tem, o concurso que tivemos nunca preencheu todas as vagas. [...] Não podemos estar ofertando indiscriminadamente [...] Tem uma reforma aí, uma proposta, uma reforma de ensino superior, para a educação superior e me preocupa, há exigência de tantos mestrados, número x de doutorados, tem que ter no quadro tantos doutores, tantos mestres, isso nos preocupa, quando a gente não consegue preencher no concurso e quando consegue é só com especialista. [...] no mínimo a exigência é para que tenha uma pós-graduação, então a gente abre primeiro para mestre e doutores e depois a gente abre para especialista. E isso nós vamos ter que futuramente qualificar esse professor, dar condições para que ele faça seu mestrado e doutorado (PROF<sup>a</sup>. VALÉRIA MADEIRA).

Diante do exposto, o leitor pode fazer sua análise. São inúmeros os problemas, destacando-se a grande preocupação com a qualidade. Para Enguita (1995, p. 95-96), essa palavra, por sua polissemia, promove uma mobilização de vários fatores como “[...] os professores que querem melhores salários e mais recursos [...] os estudantes que reclamam maior liberdade e mais conexão com mais interesse”. Assim, observa-se uma visão no sentido de reconhecer que está na hora de se investir nos fatores que promovem a qualidade.

Segundo os atuais gestores, o grande desafio inicial é garantir o funcionamento de uma universidade composta por 18 campi, 48 núcleos (25 no estado, 17 no Maranhão e 6 na Bahia). Observa-se, no manual do Vestibular 2005, que a UESPI decidiu não mais ofertar vagas para os estados da Bahia e do Maranhão.

No entanto, pelo olhar daqueles que estão inseridos de forma mais direta no processo, houve um grande descontentamento quanto ao fechamento desses campi, podendo ser percebida a importância deles para a região, na fala de um dos coordenadores da UESPI na cidade de Santa Rita de Cássia - Bahia, Prof. Geraldo C. da Silva:



ILUSTRAÇÃO 04: Prof. Geraldo ex-aluno da 1ª turma UESPI.  
 Coordenador da UESPI em Santa Rita de Cássia.  
 Fonte: arquivo da autora, 2005.

A respeito da expansão da Universidade Estadual do Piauí, não só nós piauienses, como os maranhenses e os baianos são agraciados com essa Universidade [...] está havendo uma qualificação do professorado e, lá nessa região no Oeste Baiano, existe a dificuldade da própria UNEB não chegar na região de Santa Rita, a questão da expansão não é fácil, a própria questão burocrática, e a Prefeitura de Santa Rita de Cássia tem um convênio com a Universidade Estadual do Piauí feito na época do Dr. Jônathas. E essas pessoas realmente estão satisfeitas por ter a oportunidade de fazer na própria cidade um nível superior, porque são muitas as pessoas que não tinham condições de ir para Barreiras ou ir para Salvador, além disso, existe uma preocupação do poder municipal com a qualificação desses profissionais. [...] É importantíssima essa expansão, só quem sabe é quem conhece, quem está lá nesse meio, e eu estou realmente, vejo a satisfação do povo de Santa Rita, não só de Santa Rita mais da região do entorno, e existe a questão da qualidade, mas a qualidade está surgindo, a qualidade começa pela própria região, vêm professores de Teresina vêm professores de fora, realmente nós contratamos e essa [...] muitos são os pais de família que têm de trabalhar, estudam e trabalham ao mesmo tempo, lá chegando em Barreiras que é a cidade mais próxima em torno e 120 mil habitantes tem que ter despesas com a questão de aluguel, com o próprio, estudo sua família, seu trabalho, coloca em cheque a vida desse professor [...] o problema maior é a questão do professorado. Como é que você é professor, vai formar futuros professores se não tem uma formação mínima? Então nós estamos lá com esses cursos de licenciatura qualificando esses profissionais que estão satisfeitos e procuram inclusive a continuidade desse processo nos cursos de Pós-graduação (PROF. GERALDO C. DA SILVA).

Conforme a fala do depoente há uma grande preocupação com a extinção de cursos da UESPI em outros Estados, questão que se tornou polêmica entre gestores e pessoas em geral, no que diz respeito à UESPI ter se expandido até a Bahia e o Maranhão, sem, contudo, ter resolvidos seus problemas internos, no seu próprio Estado.

Percebe-se que a discussão sobre o fim desses convênios requer uma atenção e um estudo criterioso. O que se pode constatar é que de alguma forma a UESPI, mudou a história da Região das Chapadas do extremo Sul do Piauí e está também mudando a história da Região de Santa Rita de Cássia.

Entretanto, alguns gestores atuais alegam que se torna difícil viabilizar uma estrutura de ensino superior do tamanho da UESPI, em condições de manter a qualidade, ou seja, com espaço físico, laboratórios, bibliotecas, quadro docente qualificado que de forma efetiva garanta essa qualidade, pois, segundo o Relatório 2004, o reconhecimento dos cursos ofertados exige um custo financeiro muito alto, que vai além dos limites orçamentários do Estado.

No ano de 2004, de acordo com o Relatório, foram realizadas ações voltadas para uma política de participação e transparência, sendo elas os Seminários de Regionalização, citados no depoimento da reitora, cujo objetivo foi discutir a reestruturação da UESPI; elaboração do Plano Diretor; elaboração do Estatuto da UESPI, aprovado no II Fórum da Estatuante; Com esta aprovação ficou permitida a realização de eleições para Reitor, sendo que, nesse Fórum ficou garantido o reconhecimento de 11 cursos além da intensificação da Política de Pesquisa e Extensão.

A missão da UESPI, segundo o Relatório de Ações /Atividades (2004, p. 63), é “formar um cidadão crítico, ético e que tenha uma visão reflexiva e humanista da sociedade a que ele pertence”. Para tanto, relacionam-se as diretrizes da Política Institucional conforme transcritos do referido relatório:

- Promover a universalização do saber nas suas diferentes formas de manifestação.
- Produzir e disseminar o conhecimento nas áreas das ciências, das letras, das artes e técnico-profissionais.
- Assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária.
- Garantir ampliação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.
- Implantar mecanismos que assegurem um planejamento organizacional comprometido com a qualidade e que priorize uma gestão participativa.
- Estimular e fomentar as atividades de pesquisa nos campos social, científico e tecnológico que contribuam para o desenvolvimento local e regional.

Ainda de acordo com o Relatório de Ações / Atividades 2004, a universidade constitui-se como instituição sócio-educacional, cujos serviços prestados para a comunidade

fortalecem seu importante papel social “pois serve de suporte para a elaboração e criação de conhecimentos, que têm como fim a formação integral do homem e a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária”.

Assim, a universidade, no caso a UESPI, deve apresentar-se como um espaço propulsor do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo e viabilizando a realização de pesquisa e a investigação científica nas diversas áreas do saber. A universidade se propõe também a formar profissional, qualificando-o de forma a atuar no mercado de trabalho “[...] com capacidade para atender à demanda por serviços e mão-de-obra com excepcional nível de qualificação e capacidade para exercer quaisquer atividades na estrutura produtivo-econômica, social e cultural” (RELATORIO AÇOES / ATIVIDADES 2004, p. 63-64). Sendo uma Instituição de Ensino Superior, a UESPI apresenta como principais finalidades: “promover o ensino, a pesquisa e a extensão integrados na formação técnico-profissional e na produção científica, tecnológica, filosófica e artística; participar na elaboração da Política de Desenvolvimento do Estado do Piauí, realizando estudos de sua realidade”. Está a UESPI alcançando esses propósitos?

Para a UESPI cumprir o seu papel (ser um agente formador de cidadãos críticos, éticos e conscientes de suas potencialidades intelectuais, morais e espirituais), torna-se necessário que disponha de recursos diversos (técnicos, operacionais e financeiros), ou seja, que apresente docentes qualificados em seus quadros de pessoal, infra-estrutura de instalações, laboratórios, projetos pedagógicos específicos, bibliotecas e equipamentos adequados às necessidades acadêmicas e administrativas, assim, será assegurada a eficiência e a eficácia desse processo, possibilitando a formação de cidadãos críticos, éticos e conscientes.

O primeiro passo foi ousado, já que a UESPI se expandiu graças à coragem e à visão expansionista de gestores que possibilitaram esse crescimento. Mas, será que a maneira como esse processo vem ocorrendo, em todas as administrações, está sendo satisfatória?

Tem-se, nesse momento que se discutir o papel esperado da universidade ao se considerarem as pressões e mudanças que marcam o contexto atual, de forma que a universidade tem que voltar o olhar para seu entorno, para que, a partir daí, possa melhor compreender e assimilar os fenômenos, produzindo respostas, reflexões sobre as mudanças sociais, de maneira que seus egressos estejam preparados para a complexidade da vida, em busca de uma educação no sentido do ser, “da humanização” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).



Ao se investigar a UESPI, como um fenômeno educativo, percebem-se as inúmeras necessidades, que envolvem uma educação superior de qualidade. Sua sede localiza-se na capital do Estado, cidade de Teresina, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí. Sucedânea da FADEP, como já citado, foi instituída pela Lei Estadual nº. 3.967/84, dando início às atividades de ensino superior em 29/07/86, cuja aula inaugural foi proferida no dia 28 de julho de 1986, por meio do CESP Centro de ensino superior do Piauí, contando com os seguintes cursos de graduação plena: Licenciatura em Pedagogia – Magistério, Letras - Português/Inglês, Matemática, Biologia e Bacharelado em Administração (este último destinado à sociedade em geral), destacando-se que esses cinco cursos iniciais priorizavam a qualificação de professores da rede pública de ensino.

Pelo exposto em relação aos cursos oferecidos, constata-se o crescimento da UESPI, comparando-se os diversos Manuais e o “Relatório Ações / Atividades 2004” (2004, p. 24). De acordo com dados da Coordenadoria de Planejamento – CPLAN, a UESPI apresenta-se com 11 cursos reconhecidos, com 17 Dossiês para reconhecimento de cursos, já encaminhados ao Conselho Estadual de Educação; apresenta 14 convênios e 158 contratos; 41 Projetos de Reestruturação elaborados e 16 Projetos contemplados com Emenda Parlamentar. Segundo o NUCEPE, em 2004, foram ofertados um total de 27 cursos, 2.800 vagas na capital e interior, tendo um total de 34.612 inscritos no Vestibular 2004.

A estrutura física da UESPI compõe-se de um total de 11 bibliotecas, com 40.395 títulos e 75.842 exemplares, sendo o total de periódicos 3.752 títulos e 14.269 exemplares. Conforme dados da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação – PREG, em 2004, a UESPI contava com 14.101 alunos matriculados e com 638 alunos concludentes de graduação.

A Pró-Reitoria dos Cursos Superiores Seqüenciais – PRESER apresenta, conforme a coordenação do Período Especial, um total de 09 cursos ofertados em convênio com prefeituras, com 22.323 alunos matriculados e 5.412 alunos concludentes.

A Coordenação do Seqüencial apresenta dados de um total de 24 cursos ofertados e de 1.781 alunos matriculados e 665 alunos concludentes, assim, tem-se, conforme o Relatório Ações / Atividades 2004 (2004, p. 22):

RELAÇÃO DE ALUNOS UESPI / 2004
Total de alunos matriculados na UESPI em 2004: 38.205 alunos
Total de alunos concludentes da UESPI em 2004: 8.739 alunos

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PRAD</li> </ul> Servidores: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Docentes efetivos: 371</li> <li>• Docentes provisórios: 1.074</li> <li>• Docentes por titulação:</li> </ul>		
VÍNCULO	TITULAÇÃO	QUANTIDADE
EFETIVOS	DOUTOR	14
	ESPECIALISTA	171
	GRADUADO	18
	MESTRE	168
PROVISÓRIOS	DOUTOR	05
	ESPECIALISTA	538
	GRADUADO	463
	MESTRE	68
TOTAL		1.445

QUADRO 07: Total de alunos matriculados, concludentes e relação de números de docentes concludentes.

Fonte: Relatório/ 2004

A administração Superior, como já foi citada, constitui-se, a partir de 2003, pelo seguinte quadro de pessoal:

- Reitora (*pro tempore*) - Prof<sup>a</sup>. Valéria Madeira Martins Ribeiro; Pró-Reitora de Administração e Finanças - Prof<sup>a</sup>. Joselita Isabel de Jesus; Pró-Reitora de Ensino de Graduação - Prof<sup>a</sup> Maria Célia Leal da Silva; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação - Prof. Carlos Alberto Pereira da Silva; Pró-Reitora de Extensão, Assuntos estudantis e Comunitários - Prof<sup>a</sup>. Norma Suely Campos Ramos; Pró-Reitor dos Cursos Superiores Seqüenciais - Prof. Pedro Bispo de Miranda Filho; Coordenadora de Planejamento - Prof<sup>a</sup>. Antônia Alves Pereira Silva.

A UESPI tem os seguintes órgãos de assessoramento e seus respectivos representantes:

- Procuradoria Jurídica – PROJUR - Dr. Antônio Gonçalves Honório;
- Assessoria de Comunicação – ASCOM – Antonio José Pessoa de Alencar;
- Auditoria Interna – AUDI – Lúcia Viana de Moraes e Silva; Prefeitura Universitária – José Eduardo Vasconcelos de Carvalho; Biblioteca Central – Prof.<sup>a</sup> Rita de Cássia Pereira S. Carvalho;
- Núcleo de Concurso e Promoção de Eventos – NUCEPE, Francisco Felipe; Comissão Permanente de Licitação – CPL – Cezimar Gomes da Silva.

Em uma última análise dos Manuais de Vestibular, tem-se, de acordo com o Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos (NUCEPE), as condições de habilitação às

vagas para os Cursos de Graduação em Regime Regular, oferecidos para o ano de 2006. Segundo o Manual Vestibular 2006 (2005, p. 7), “4.535 (Quatro mil quinhentas e trinta e cinco) vagas, ofertadas para os Cursos de Graduação em Regime Regular”, de acordo com o Manual Vestibular 2006, em sua Apresentação (ANEXO E).

Percebe-se que, com todo o discurso acerca de quantidade e qualidade, a UESPI continua seu crescimento quantitativo. Acredita-se que esse crescimento seja inerente ao próprio contexto em que a universidade está inserida. Assim, torna-se relevante uma análise das contradições presentes na realidade das políticas educacionais que se refletem na universidade como instituição social que, como tal, procura atender a essas realidades.

É preciso se diferenciar qual o verdadeiro papel da universidade no que diz respeito ao seu compromisso, verificando-se se esse compromisso está voltado para o social ou para o capitalismo. Atualmente, a UESPI apresentou um avanço efetivo no processo de democratização, por meio de eleições para reitor, cumprindo o Art. 56 da LDB 9394/96, Capítulo IV da educação superior:

Art. 56- As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio democrático da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional (BRANDÃO, 2005, p. 126).

Assim, ocorreu a primeira eleição para reitor na UESPI, sendo a professora Valéria Madeira (foto) eleita para o cargo, com 3.656 votos. Foi a primeira eleição para reitor daquela instituição. Ela é, portanto, a primeira reitora eleita na história da UESPI, o que não se pode deixar de considerar memorável e necessário, mesmo que um tanto tardio.



ILUSTRAÇÃO 06: Foto da atual Reitora da UESPI - Profª. Valéria Madeira.

Fonte: Jornal DIÁRIO do Povo do Piauí,  
12.11.2005.

Entende-se a forma tardia como as instituições públicas de educação superior obedecem ao princípio da gestão democrática, pela própria contradição intrínseca no Art. 56 da LDB, pois, por um lado, em seu *caput*, tem-se o “princípio da gestão democrática” e da “composição de órgãos colegiados deliberativos”, órgãos que têm por função garantir aquele princípio, incluindo também a participação da “comunidade institucional” e das comunidades locais e regionais. No entanto, em seu parágrafo único concede à categoria dos docentes, em qualquer caso, o percentual de setenta por cento dos assentos (70%) em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratam da elaboração e modificações estatutárias, regimentais e da escolha do presidente (BRANDÃO, 2005).

Além dessa contradição interna, o referido artigo explicita diferentes concepções de gestão democrática das instituições públicas de gestão superior, as quais demonstram muito pouca democracia. Seguem as fotos de todos dos gestores que contribuíram para a educação superior no Estado, construindo essa história:



**Valmir Miranda**



**Maria Adamir Leal de  
Sousa**



**Padre Getúlio de Alencar**



**Iveline de Melo Prado**



**Almir Bittencourt**



**Jônathas de Barros Nunes**



**Maria do Perpétuo Socorro  
Cavalcanti Barros**



**Maria Oneide Fialho  
Rocha**



**Valéria Madeira Martins  
Ribeiro**

ILUSTRAÇÃO 07: Galeria de Reitores FADEP/UESPI.

Fonte: [www.uespi.br.index.php?](http://www.uespi.br.index.php?) ; foto prof. Dr. Jônathas Nunes – arquivo profª. Sandra Lima.

Assim, tem-se respectivamente o Dr. Valmir Miranda, que foi o primeiro dirigente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Estado do Piauí – FADEP, que deu origem a Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Profª. Maria Adamir Leal de Sousa, Diretora Executiva da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP no período de 26 de dezembro de 1985 a 20 de março de 1987. Padre Getúlio de Alencar, Diretor Executivo da FADEP – Teresina-PI de 1987/1988. Co-fundador e primeiro reitor da Universidade Federal do Piauí – 1989/1990; Prof. Iveline de Melo Prado Reitora da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no período de 1990 a 1991; Dr. Almir Bittencourt , Diretor Executivo da UESPI (1992-1994); Dr. Jônathas de Barros Nunes, reitor da UESPI no período de 1995 a 2001 (acrescentou-se esta foto , pois não consta na galeria da internet); Professora Maria do perpétuo socorro - em dezembro de 2001 assumiu o cargo de reitora *pro*

*tempore* da Universidade Estadual do Piauí, que exerceu até 31 de dezembro de 2002; Prof.<sup>a</sup> Oneide, reitora *pro tempore* da Universidade Estadual do Piauí – UESPI no período de 01-01-2003 a 20-01-2004; Prof.<sup>a</sup> Valéria Madeira Martins Ribeiro, exerceu o cargo de reitora *pró-tempore* de 2003 a 2005. Atualmente foi eleita reitora da UESPI para o período de 2006 a 2009.

### **3.2 A expansão da educação superior na microrregião das chapadas do extremo sul Piauiense: uma visão histórico-sociocultural e política**

Reconhece-se aqui a educação superior como prática histórico-sociocultural. Essa perspectiva faz com que as políticas de expansão dessa educação também devam ser consideradas como um processo histórico e social, condicionado às “teias” de inter-relações inerentes à sociedade onde emergiram.

Para a compreensão do processo de interiorização, acreditou-se ser relevante ressaltar questões como a finalidade das instituições educativas, entre elas da universidade. Nesse contexto o discurso que domina é o de que as instituições educativas têm por função preparar para o mundo do trabalho, desenvolvendo competências necessárias ao mundo competitivo.

De acordo com Frigotto (2001, p. 35), esses novos tempos têm como consequência e ao mesmo momento um reforço ao chamado “[...] tempo da globalização, da modernidade competitiva, da reestruturação produtiva e da reengenharia do qual estamos defasados e a que devemos nos ajustar”.

Portanto, diante desse contexto de imposição, busca-se não somente uma reconstituição da história, mas também uma reflexão sobre a função social das políticas de expansão da educação superior no estado do Piauí, na Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, mais especificamente na cidade de Corrente, que, de acordo com os depoimentos dos primeiros gestores, constituiu-se no local em que a interiorização teve seu “pontapé inicial” (expressão usada pelo Prof. Dr. Almir Bittencourt), ou seja, a interiorização,

de certa forma, partiu de Corrente. Mas, para essa análise do presente, é necessário um retorno ao passado.

Observa-se que, nos últimos anos, a história da educação superior no Piauí sofreu mudanças extraordinárias com a expansão e interiorização de sua Universidade Estadual. Esse processo de expansão, em Corrente, teve seu início com a Universidade Federal do Piauí - UFPI, tendo se intensificado, segundo consenso dos depoentes e das fontes observadas, na gestão do Prof. Jônathas Nunes, de 1995 a 2001.

Esse processo vem sendo denominado de interiorização do Ensino Superior público estadual, representado pela UESPI, que apresenta nesse momento um aumento quantitativo quanto ao número de alunos e número de cursos de Graduação Plena, na criação de Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica, entre outros. Como se pode observar no decorrer deste estudo, segundo o próprio Prof. Jônathas B. Nunes, ocorreu um aumento tanto na vertente horizontal como na vertical.

Percebe-se na fala dos depoentes, principalmente no depoimento do ex-reitor Prof. Almir Bittencourt, que a expansão da Universidade Estadual tem em Corrente “o pontapé inicial”, podendo ser comparada, segundo uma depoente (Prof. Edy Nogueira), a uma árvore do saber, espalhando seus galhos no extremo sul do Piauí, fato que se pode confirmar na fala do primeiro gestor da UESPI, já citada anteriormente:

[...] foi um **convênio histórico** e que eu considero como **o pontapé inicial do processo de interiorização da educação superior que foi esse convênio celebrado lá com a universidade de Corrente**, a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Estadual. Como a Universidade de Corrente já tinha um projeto para instalar um curso de Agronomia lá por conta da especificidade e do desenvolvimento da região que tinha uma demanda muito grande por técnicos agrícolas em face da expansão dos Cerrados, nós resolvemos tocar esse projeto com a Universidade Federal [...] Realmente foi uma coisa que eu considero de um esforço monstruoso [...] enfim, nós conseguimos e a partir daí, nós resolvemos **do Projeto da experiência de Corrente, implantar em Floriano, Picos e Parnaíba** (PROF. ALMIR BETTENCOURT, grifo nosso).

Corrente dá início a esse processo de interiorização da UESPI, mas era algo que preocupava, segundo os gestores, primeiro pelas distâncias, como pode ser observado nos depoimentos e, segundo, pelos reais motivos mencionados ao longo do estudo. Tem-se a fala do Prof. Jônathas (foto):



ILUSTRAÇÃO 08: Prof. Dr. Jônathas de Barros Nunes.  
Reitor UESPI (1995-2001).

Fonte: acervo da Prof<sup>a</sup>. Sandra Lima, 2005

Ao assumir a UESPI em janeiro de 1995, ela já dispunha de um campus avançado em Corrente, que, aliás, foi uma excelente iniciativa realizada no Governo Freitas Neto. A forma como foi instituído esse campus avançado é que me parecia inicialmente embaralhada, porque oficialmente havia um campus da Universidade Federal do Piauí funcionando dentro de instalações que haviam sido construídas por uma fundação privada, a Fundação do Ensino Superior do Sul do Piauí. Ao que soube à época, a Universidade Federal do Piauí, por razões que só ela pode explicar, ela tentou refluir desse comedimento de desenvolver o ensino superior no sul do Estado. Ela não criou novos vestibulares em Corrente, aparentemente o campus de Corrente se extinguiria com a formação da primeira turma, então vamos dizer assim, seria a primeira e também a última, a idéia era essa. À época o então governador Freitas Neto assinou um convênio entre o Estado, a Universidade Federal do Piauí e essa Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí. Por esse convênio, o Estado praticamente assumia todas as suas obrigações com relação à continuidade do ensino superior no sul do Piauí, em Corrente. É claro que havia problemas de natureza administrativa no encaminhamento disso, porque as instalações haviam sido construídas pela Fundação do Ensino Superior do Sul do Piauí, uma Fundação privada. Na verdade, trocando em miúdos, o Poder Público estava funcionando dentro de uma fundação privada. Não houve aluguel, as instalações foram cedidas gratuitamente para a UESPI. A Uespi encampou todas as obrigações que até então eram cometidas à Universidade Federal do Piauí, porque, se não tivesse feito, o campus ia se extinguir. Os problemas administrativos continuaram à época, porque havia dificuldade de ordem administrativa no encaminhamento dos problemas institucionais de um campus universitário (PROF. JÔNATHAS NUNES).

Conforme esses depoimentos, anteriormente à presença da UESPI em Corrente, já havia naquela cidade uma estrutura universitária, fato este que será explicado mais adiante quando se tratará da educação nessa cidade. Observa-se, porém, que não existia um satisfatório relacionamento com a Fundação do Ensino Superior do Sul do Piauí, apesar de que, conforme o depoimento do Prof. Jônathas, “não houve aluguel, as instalações foram cedidas gratuitamente para a UESPI”. Dando continuidade a fala do ex-reitor da UESPI, “a Uespi encampou todas as obrigações que até então eram cometidas à Universidade Federal do

Piauí, porque, se não tivesse feito, o campus ia se extinguir”. Ele ressalta as dificuldades em relação ao fato de que

[...] o campus da UESPI tinha um diretor, havia duplicidade no funcionamento na parte administrativa institucional porque a Fundação também tinha um diretor, então, é claro, que funcionando tudo no mesmo prédio, embora houvesse um convênio, nunca funcionou 100%. Essa é a verdade. Às vezes até problemas mesmo pequenos como a chave de um laboratório que está com o diretor da Fundação e não com o diretor do campus, eram esses problemas que sempre acarretavam algum atropelo no funcionamento do campus. A solução permanente para esse tipo de problema seria um campus próprio, ou a aquisição por parte do Estado das instalações, ou a construção de um novo campus. O encaminhamento desse tipo de assunto nunca chegou a bom termo. Ao que se sabe, o campus lá foi construído com recursos do Ministério da Educação, embora seja uma instituição privada. E também com recursos me parece que oriundos das prefeituras, portanto, na verdade, tudo recursos públicos! Então havia um questionamento sobre como fazer uma operação desta, tendo em vista o Estado comprar, pagar, adquirir um prédio que afinal tinha sido construído com dinheiro público. Eu não sei como se encontra essa situação hoje, mas o que eu gostaria de dizer é o seguinte, de qualquer forma a Fundação de Ensino Superior lá do Sul do Piauí e a presença da UFPI também foi relevante, foi marcante para permitir a continuidade do funcionamento de uma universidade no Extremo Sul do Estado (PROF. DR..JÔNATHAS BARROS NUNES).

Observa-se que são muitos os fatores que interferem no bom funcionamento da educação superior em Corrente, sendo eles políticos, históricos e sociais. Percebe-se, na fala do Professor, o que Rios (2002, p. 26) considera como “[...] um componente *político*, no que diz respeito ao poder que permeia as relações na educação”.

Esses aspectos estão sempre presentes nas inter-relações, de forma que o prédio no qual a UESPI foi implantada em 1993 até hoje pertence à Fundação do Ensino Superior do Sul do Piauí, instituição de fundamental importância para a implantação da educação superior em Corrente, no ano de 1992, em convênio com a Universidade Federal do Piauí, assunto que será tratado mais adiante. Segue em anexo (ANEXO F), a nota que foi publicada no Jornal “O Dia”, em 5 de abril de 1988, para melhor esclarecer tal questão.

Então, em Corrente nesse primeiro momento em que a UESPI chegou, já existia toda uma estrutura formada, inclusive a Universidade Federal do Piauí já havia realizado o primeiro vestibular como será tratado no próximo capítulo deste estudo, com uma primeira turma em andamento. Dessa forma, tornou-se possível a arrancada para a expansão a partir de Corrente. Como a UFPI não deu continuidade foi realizado um segundo convênio com a UESPI, em 1993.

Pode-se perceber esse processo em um trecho do relato escrito que o Prof. João Rocha fez sobre o processo de implantação de uma universidade em Corrente:

O prédio foi erguido, os laboratórios foram equipados, a biblioteca montada, os professores qualificados, tudo pronto; quando solicitamos autorização para funcionamento dos cursos, fomos impedidos por força de Decreto Presidencial. Começando com a 2ª fase da FESPI: 1º convênio com a UFPI – 1991; 2º convênio com a UESPI – quando da criação do Campus de Corrente em 1993 (PROF. JOÃO ROCHA).

Tornou-se mais fácil para a UESPI começar de Corrente, pela existência dessa estrutura, o que facilitou sua extensão para outras regiões do sul do estado. Como se pode perceber no depoimento anterior do Prof. Almir Bittencourt e na fala do ex-reitor Prof. Jônathas Nunes aqui transcrita, demonstrando que Corrente possibilitou a expansão para outras regiões, chegando a Curimatá e até Gilbués (pertencente à Microrregião Geográfica do Alto Médio Gurguéia). O depoente expõe os motivos que o levou a essa expansão:

Quando o Campus da UESPI em Corrente foi se consolidando, sentiu-se a necessidade de estender o campus de Corrente para outras regiões do extremo sul do Piauí. O processo educativo, ele é extremamente dinâmico, aliás, deve ser. Na medida em que ele não seja dinâmico ele se retrai. Ele se retraindo, retrocede e prejudica a outras conquistas que se consegue através da educação. Por exemplo, ali próximo a Corrente existe aquela região que tem problemas de conservação ambiental, aquela região de Gilbués. A idéia de estender um braço de Corrente para Gilbués e estender de forma permanente era e é principalmente criar ali um núcleo permanente de pessoas interessadas em estudar, ali é um campo de pesquisa sobre as dificuldades de conservação do meio ambiente. Ali, na região do Gilbués, é claro que o problema não é só ali. Essa foi a idéia principal, primeira, em estender um núcleo para Gilbués, criar um núcleo forte e permanente. Portanto na medida que se tente acabar com esse núcleo de Gilbués, isso é um retrocesso.

Por outro lado àquela região de Curimatá, envolvendo Curimatá, Parnaguá, Júlio Borges, Avelino Lopes e Morro Cabeça do Tempo, aquela região é a região, em termos estritamente educacional a mais esquecida do Estado, a mais esquecida! Até por razões geográficas. Até por razões geográficas! Senti isso, nas inúmeras vezes em que andei por lá, há uma tendência muito forte do pessoal se ligar mais com a Bahia. Se aquele Extremo Oeste da Bahia tivesse se desenvolvido um pouco mais no tempo, aquela região estaria hoje toda dependente da Bahia. A gente sentiu que haveria uma conveniência, a cadeia produtiva daquela microrregião de Curimatá, a Lagoa de Parnaguá, aquelas criações de gado, principalmente caprino e ovino da região de Curimatá, aquilo ali ditava a conveniência de se criar também ali um núcleo permanente da UESPI como um fator de complementação de desenvolvimento da região. A idéia foi tão generosa e a receptividade foi tão grande, que nós recebemos visita de prefeitos do lado da Bahia querendo também se consorciar com a instalação do Núcleo de Curimatá. Eu me lembro bem da prefeita de Mansidão, mais pra cima Campo Alegre de Luz, até de Pilão Arcado nós chegamos a receber proposta. Então, no fundo o que estava havendo? Era uma expansão do Campus de Corrente. Mas isso só ocorreu por causa do Campus de Corrente. Jamais nós chegaríamos a fazer o que fizemos em Gilbués e em Curimatá sem primeiro termos consolidado o Campus de Corrente. Como consolida-lo? Tornando-o quase praticamente uma universidade. O curso em que inicialmente era somente um curso de Agronomia e um curso de Pedagogia, previsto para ser simplesmente duas turmas: uma de Agronomia e uma de Pedagogia, quer dizer, nem vestibular era mais previsto para ser feito nesses dois cursos. Não só esses cursos foram consolidados no sentido de ter vestibular, ou todo o ano, ou ano sim, outro não, mas foram criados outros cursos. No campus de Corrente, já foram criados quase todos os cursos na área de Licenciatura [...] (PROF. DR. JÔNATHAS NUNES).

Foi por meio das idéias expansionistas do reitor da UESPI, Prof. Dr. Jônathas Nunes, que o Campus Permanente da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, no município

de Curimatá, foi criado pelo Decreto nº. 10353, de 28 de julho de 2000, após autorização do Governo do Estado do Piauí (governador “Mão Santa”), no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XIII do art. 102 da Constituição Estadual e nos termos dos Arts. 62 e 63 da Lei nº. 9.394/1996.

Segundo o Decreto nº. 10.353, para a criação do Campus da UESPI em Curimatá, considerou-se a necessidade de formação superior de docentes para atuarem na Educação Básica, sendo oferecida em Instituto Superior de Educação; o objetivo primordial da Educação para o desenvolvimento da cidadania; a importância geopolítica da microrregião de Curimatá para o desenvolvimento do Estado do Piauí.

Assim, Curimatá, a partir da vontade política dos governantes da época e da visão de suas potencialidades, passa a ser beneficiada com a expansão da UESPI, pois, conforme Reitor Prof. Dr. Jônathas Nunes, sentiu-se, “diante da cadeia produtiva daquela microrregião de Curimatá, [...] a conveniência de se criar também ali um núcleo permanente da UESPI como um fator de complementação de desenvolvimento da região”. Conforme o reitor, a idéia foi aceita com grande receptividade, inclusive pelas prefeituras de cidades vizinhas de Estados limítrofes, como a Bahia.

Pode-se perceber a distância de Curimatá, justificada pela preocupação do Prof. Dr. Jônathas Nunes, então reitor da UESPI, como um fator que levou aquela região a ser, durante muito tempo, esquecida pelos governantes do Estado do Piauí: “aquela região é a região, em termos estritamente educacional a mais esquecida do Estado, a mais esquecida! Até por razões geográficas”.

Confirmam-se essas observações quando se verifica a distância de Curimatá até a capital, que em linha reta, é de 569 km, de acordo com a FUNDAÇÃO CEPRO – Perfil dos Municípios (1992, p. 145). A área total é de 4.185 km<sup>2</sup>, 1,67% em relação à área do Estado. Limita-se ao norte com “Redenção do Gurguéia e Bom Jesus; Sul- Bahia; Leste - Avelino Lopes; Oeste – Parnaguá”. É uma região de grandes riquezas naturais:

As riquezas naturais de grande destaque são argila, pedra calcária e pedra-ume. As riquezas vegetais são representadas pelos carnaubais, maniçobais e matas para extração de madeira e lenha. [...] A economia é baseada na agropecuária, destacando-se os produtos agrícolas, feijão, mandioca, milho e arroz. Na pecuária destacam-se os bovinos, suínos ovinos e caprinos. A extração de cera de carnaúba, fábrica de farinha e polvilho também são atividades desenvolvidas na área (SALMITO, 1987, p. 112)

Entre as riquezas naturais, de acordo com a Fundação CEPRO, no “Piauí Visão Global” (2003, p. 99), encontram-se, na região de Corrente, Parnaguá, Cristalândia e Curimatá mineral como rutilo, cujo emprego principal é em formar ligas metálicas.

A origem do município de Curimatá “[...] data de 1717, quando o Sr. Damásio Mourão adquiriu uma faixa de terras na região de Parnaguá denominada de Geti.” (BRASIL-FUNDAÇÃO CEPRO, PERFIL DOS MUNICÍPIOS, 1992, p. 145). Essa faixa é hoje a cidade de Curimatá. Seu nome vem fato de o Município ser banhado por um riacho com esse nome (Riacho Curimatá), no qual há uma grande abundância de peixes denominados curimatá. A Lei Estadual N°. 895, de 29 de outubro de 1953, criou o município e o instalou em 1º de junho do ano seguinte, desmembrando-o de Parnaguá.

Segundo a história contada por Salmito (1987), Fundação CEPRO (1992), no ano de 1741, por iniciativa do capitão-mor Manoel Marques Padilha do Amaral, levantou-se ali uma capela homenageando Nossa Senhora do Bom Sucesso. Como a maioria dos povoados, Curimatá também se formou aos poucos, em torno da capela. Mas, de acordo com a história, em 1922, o povoado de Curimatá foi abalado pelos conflitos entre fazendeiros e posseiros, sendo praticamente destruído, o que provocou um atraso sócio-econômico por quase nove anos.

Posteriormente, Curimatá retoma seu crescimento, com o início de atividades comerciais dos produtos da região. Outro fator de desenvolvimento foi a implantação do Instituto Educacional Julião Guerra, por iniciativa do Prof. Samuel Dourado Guerra. Percebe-se a riqueza dessa região e a importância de um ensino superior, como, se observa no depoimento do médico Flávio Nogueira, filho de Corrente, que trabalhou 18 anos atendendo naquela região:

O campus de Curimatá torna-se necessário apesar da existência de um mesmo campus em Corrente, pois a cidade de Curimatá fica localizada numa região de transição entre os cerrados e o semi-árido a 120 KM de estrada carroçável da cidade de Corrente, gastando-se uma base de quatro horas de viagem. As cidades mais próximas a Curimatá são Avelino Lopes, Parnaguá, Júlio Borges e Morro Cabeça no Tempo, cidades estas que se tornam distantes de Corrente e vem sendo esquecidas tanto na área econômica, educacional e de saúde.

O que se percebe é que a cidade de Curimatá em si não está tão distante do campus de Corrente, mas fica difícil atender do campus de Corrente às outras cidades como Morro Cabeça no Tempo, cujo acesso é bem mais complicado. Logo, em uma visão de ensino democrático, torna-se necessário manter o campus de Curimatá, dando condições para que

esse possa atender com qualidade à região, levando em conta também o poder aquisitivo daquelas pessoas para manter seus estudos em outra cidade.

O campus de Curimatá teve início com seu primeiro vestibular, em 2001, ofertando-se 40 vagas para o Curso Normal Superior. Em 2002 e 2003, foram ofertadas 40 vagas para Normal Superior no 1º semestre e 40 vagas para o Curso de Agronomia. No Manual Vestibular UESPI 2004 e no manual Vestibular UESPI 2005, não foram ofertadas vagas para o campus de Curimatá no Período Regular. Observa-se, porém, que, desde o Vestibular 2000, Edital 1/99, são ofertadas vagas para o Período Especial em Curimatá, em um total de 120 vagas para os cursos de Licenciatura, sendo 40 vagas para o Curso de Licenciatura Plena Letras/Português, 40 vagas para Educação Física e 40 vagas para Licenciatura Plena em Ciências e Informática.

Percebe-se que as idéias expansionistas do Prof. Jônathas Nunes não pararam. Segundo ele, “[...] ali próximo a Corrente existe aquela região que tem problemas de conservação ambiental, aquela região de Gilbués”. Assim ele concretizou a idéia de “estender um braço de Corrente para Gilbués e estender de forma permanente”, criando o núcleo nessa cidade.

Reconhecendo o potencial da região, conforme se pode observar no Edital Nº. 02/2000 para o Vestibular 2001, esse núcleo teve seu início com a oferta de 40 vagas para Licenciatura Plena Letras/Português, 40 vagas para o Normal Superior e 40 para o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, este último, segundo o depoente, no intuito de atender o ideal de “criar ali um núcleo permanente de pessoas interessadas em estudar. Ali é um campo de pesquisa sobre as dificuldades de conservação do meio ambiente”.

Gilbués, conforme a divisão administrativa compõe a Microrregião Geográfica do Alto Médio Gurguéia, que, apesar de não se constituir como objeto desta pesquisa, insere-se como uma problemática que surgiu no decorrer desta investigação. Assim, lança-se um ligeiro olhar sobre Gilbués, localizada em uma distância (em linha reta) da capital de 593 km (PERFIL DOS MUNICÍPIOS, 1992, p. 203).

A cidade teve sua origem por meio de Zeferino Vieira, descendente de cearenses, que, aproximadamente em 1850, chegou à região, fixando uma fazenda de gado, a qual prosperou e, com a doação de terras para uma paróquia, em um processo histórico natural, em torno desta capela foi formando-se um povoado denominado Santo Antônio de Gilbués. Segundo pesquisas, há também uma versão de que o Sr. Antônio Nogueira Paranaguá, após chegar das lutas nos Campos Paraguaiois, doou terras para a construção da capela. Posteriormente, por força do Decreto-Lei Estadual nº. 581, de 09 de julho de 1910, ainda

como Vila, recebeu a denominação de “Gilbués”. Elevou-se à categoria de cidade pelo Decreto – Lei Estadual nº. 52, de 29 de março de 1938.

Indiscutivelmente, faz-se relevante uma análise histórica da expansão da educação superior, pois o Extremo Sul, na luta pela educação, constrói sua história, silenciada no esquecimento dos governantes, mas representada pela constante busca do saber, da instrução, fazendo-se ouvir pelo eco de suas ações. Esses sentimentos de busca e de esquecimento dessa região estão representados nos versos do escritor Cândido Carvalho Guerra (2004, p. 21-28), em seu Poema “O Sul do Piauí” (ANEXO G). No próximo capítulo, desenha-se o cenário histórico da educação em Corrente, cidade que deu origem à educação superior nessa microrregião.

## CAPÍTULO IV

### HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CORRENTE: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo apresenta-se uma reconstituição histórica da educação superior na cidade de Corrente até os dias atuais, numa perspectiva de que “[...] é preciso conceder direito de cidadania à história dos humildes, ao lado da história dos poderosos” (LE GOFF; CHARTIER; REVEL, 1998, p. 130), assim mantém-se uma idéia multidimensional da realidade social, resgatando-se a voz dos diversos sujeitos ao esboçarem sua própria história, seu modo de articular os acontecimentos, partindo-se da valorização da dimensão de seus olhares, articulando-os aos demais acontecimentos que constituem aquele processo.

Dessa forma, adota-se uma visão macro da história da educação em Corrente, no intuito de compreender as intenções, anseios e singularidades de um povo, que, mesmo morando em um lugar longínquo, transformou-o em “terra do saber, do amor e da cultura”, palavras expressas em depoimentos e na letra do hino da cidade de Corrente, como se pode constatar na primeira e na última estrofe:

No sul, no extremo sul do Piauí  
Brilhando como astro reluzente  
Eu sou o ninho santo da cultura  
Eu sou o município de Corrente  
Sou formado por elos do saber  
[...]  
Sou a terra do amor e da cultura  
De nobres ideais e aspirações  
Deleitam-me os ecos sonoros  
Do mugido do touro em vibrações

Percebem-se também, na letra do hino, as tendências econômicas oriundas do processo de povoamento do sul do Piauí, feito a partir da criação de bovinos, além dos hábitos culturais da cidade, que, desde seu início, demonstram a busca de seu povo pela educação, na construção e conservação de sua cultura.

Inicialmente, procurou-se, neste capítulo, caracterizar a cidade de Corrente em seus aspectos físicos, econômicos e culturais, o que será constatado nos depoimentos, assim como nas inter-relações entre a educação superior hoje e as lutas por uma educação desde os tempos mais remotos, visível anseio dos primeiros filhos da região. Buscou-se na história, a origem das primeiras instituições de educação nessa cidade até o surgir de uma idéia de implantação da Educação Superior em Corrente, visualizando-se esse processo até os dias atuais.

Apresentam-se, pois, algumas narrativas orais para uma breve reconstituição da educação em Corrente, desde as primeiras escolas de ensino básico à instituição superior, partindo-se do ideal de uma universidade comunitária até a atual UESPI e a Faculdade do Cerrado Piauiense - FCP. Coloca-se também a discussão sobre o papel da expansão da educação superior: sua qualidade social.

#### **4.1 Corrente: uma visão geral de seus diversos aspectos**

Ao analisar a historiografia sobre a origem de Corrente, percebem-se contradições entre os autores, assim, para uma análise do leitor, expõem-se aqui as versões, de acordo com cada obra: Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO, em suas publicações: Perfil dos Municípios (1977, 1978, 1992, 2002); Rodrigues (2004); Edy Nogueira (1963); Edílson Nogueira (2002) e Barros (2005).

Corrente tem o nome do principal rio da cidade, “Rio Corrente”, e, de acordo com Edílson Nogueira (2002, p.14), teve como pioneiro

Caetano Carvalho da Cunha, fundador de Corrente, comprou a sesmaria pelo valor de duas arrobas de ouro [...] No ano de 1754, por determinação do Rei de Portugal D.José I, o município de Corrente teve suas terras divididas e demarcadas pelo engenheiro da Corte Portuguesa José da Silva Balmar, contando do primeiro para o segundo marco um total de 6.300 (seis mil e trezentas) braças. [...] Em 07 de agosto de 1860, por determinação da Lei Provincial nº 500, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, termo de Parnaguá. Em decorrência da Lei Provincial do Piauí nº 782, de 10 de dezembro de 1872, a paróquia foi elevada à categoria de Vila

[...] Mas, só em 08 de dezembro de 1873, dia dos festejos da padroeira de Corrente, Nossa Senhora da Conceição, é que foi devidamente instalada a municipalidade pelo Dr. José Mariano Lustosa do Amaral, juiz de Direito da Comarca de Parnaguá [...].

Tem-se também na publicação Perfil dos Municípios as mesmas informações:

Em 1754, foram divididos terrenos por ordem das Cortes Portuguesas. Através de requerimento, Caetano Carvalho da Cunha adquiriu a fazenda Corrente de Cima, atual município de Corrente. [...] O crescimento da pecuária permitiu o desenvolvimento [...] com o desenvolvimento da Fazenda, criou-se a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, já no povoado de Corrente, em 1860. O povoado foi elevado à categoria de vila em 1872, começando a funcionar sua municipalidade (BRASIL – FUNDAÇÃO CEPRO, 1992, p. 133).

Jesualdo Cavalcante Barros, em seu livro “Memória dos confins”, coloca que...

O pioneiro da sua fundação teria sido Caetano Carvalho da Cunha, que adquirira, através de requerimento o sítio Corrente de Cima, com 6.300 braças do primeiro ao segundo marco, nele estabelecendo sua fazenda de criação de gado vacum, que era então a atividade econômica predominante (BARROS, 2005, p. 123).

Contudo o autor esclarece que essa versão não foi comprovada durante sua pesquisa, pois,

[...] que pese essa versão ter sido repetida em todos os compêndios posteriores, não encontramos, até o momento qualquer documento que a lastreasse [...] O que consta, a respeito da data Corrente de Cima, é sua concessão a João Fernandes, em 1727, e a Manoel Lopes de Carvalho, confirmada em 1747.

No entanto, de acordo com Correntino Paranaguá (1980, p. 48), inicialmente a cidade de Corrente foi apenas uma fazenda, “um ponto inicial de ocupação da terra. Comprou-a, no século XIX, o português Manoel José da Paz. A posse era de légua e meia de terra. Mais tarde outro possuidor – José Damasceno Nogueira – concedeu a área necessária à sede da Vila”. Observa-se que, nessa época, ela fazia parte da Comarca de Parnaguá. Segundo o autor, os primeiros moradores eram em maioria temporários, constituídos por fazendeiros, cuja vida estava mais voltada para as fazendas do que à vila.

As afirmações de Correntino coincidem com as informações da professora e pesquisadora Edy Nogueira em seus escritos sobre o Piauí, resultados de uma pesquisa realizada em 1963:

O cidadão Manuel José Paz, natural de Portugal, comprou a fazenda Corrente, onde

se acha situada a cidade, por 8.600 cruzados. A escritura de compra declara que a fazenda constava de uma légua e meia de sesmaria (5 léguas em quadro), 1300 cabeças de gado vacum, 30 cavalos e 11 escravos de fábrica. Em frente ao sobrado de Manuel Paz, existia sua capela particular, restaurada pelos seus descendentes, até que em 1.890 ficou concluída a igreja matriz, mandada construir pela Ex<sup>a</sup>. Sra. D. Inácia Nogueira, Baronesa (do Barão) de Paraím (NOGUEIRA, 1963, p. 6).

Diante das posições contrárias em relação ao fundador de Corrente e pelo fato de não existir uma documentação que comprove essas versões, torna-se necessária uma pesquisa mais profunda em relação à história de Corrente, que também não foi realizada durante esta pesquisa, pois não é esse o seu objetivo. Buscou-se então apenas uma breve visão sobre os diversos aspectos da história de Corrente.

Quanto ao aspecto geográfico, a cidade está distante 874 km da Capital - Teresina e faz parte da Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, localizada na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, de acordo com a divisão administrativa do Piauí. Segundo o último censo (IBGE, 2000), Corrente apresenta-se com uma população residente de 23.226 habitantes, distribuída em uma área de 3.051,16 km<sup>2</sup>, com uma densidade de 7,6 hab/km<sup>2</sup>. Pode-se perceber que Corrente é uma cidade distante de qualquer outra capital, fator que, segundo depoimentos, teve influências positivas, levando seu povo a lutar pela educação, pois o distanciamento de Corrente provocou um esquecimento por parte dos governantes.

Outro aspecto importante relaciona-se à população de Corrente. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano Perfil do Município (2000, p.1), percebe-se que, no período 1991 a 2000, a cidade apresentou uma taxa média de crescimento anual de 1,82%, passando de 19.858 habitantes em 1991, para 23.226, em 2000. No gráfico 01 pode-se visualizar melhor o quadro populacional desse período.

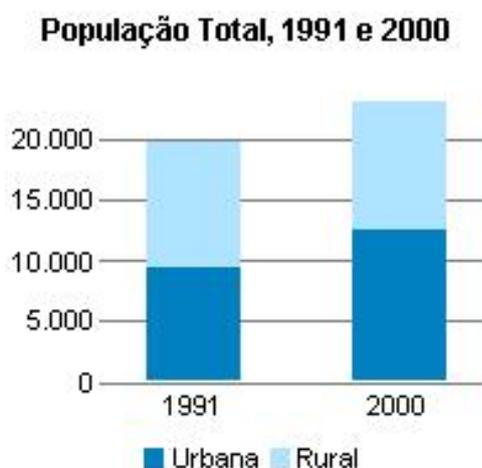


GRÁFICO 01: População entre 1991-2000 – Corrente-PI  
Fonte Perfil do Município, 2000.

A taxa de urbanização cresceu 12,12 %, passando de 48,20%, em 1991 para 54,04%, em 2000. Nesse mesmo ano, a população do município representava 0,82% da população do Estado e 0,01% da população do País.

Apresenta-se no quadro 08 a população por situação de domicílio, no período de 1991 a 2000, em relação à população total, urbana, rural e a taxa de urbanização, observando-se um significativo crescimento:

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1991 E 2000		
	<i>1991</i>	<i>2000</i>
População Total	<b>19.858</b>	<b>23.226</b>
Urbana	<b>9.572</b>	<b>12.552</b>
Rural	<b>10.286</b>	<b>10.674</b>
Taxa de Urbanização	48,20%	54,04%

QUADRO 08: População por situação de domicílio

Fonte: Perfil do Município – Perfil do Município de Corrente, 2000.

Nesse período de 1991 a 2000, percebe-se um considerável aumento da população urbana, observando-se também uma diminuição na taxa de mortalidade infantil, conforme Atlas de Desenvolvimento Humano Perfil do Município (2000, p. 2). Pode-se visualizar essa situação no quadro de indicadores de longevidade e mortalidade na cidade de Corrente.

INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 1991-2000		
	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	50,1	34,6
Esperança de vida ao nascer (anos)	63,6	67,4
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,0	2,8

QUADRO 09: Indicadores de longevidade e mortalidade – Corrente-PI

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - Perfil do Município de Corrente, 2000.

Quanto à educação pode-se perceber um significativo crescimento em relação ao nível de educação da população jovem nesse período de 1990-2000 e em nível educacional da população adulta. Esses fatos podem ser observados nos dados coletados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Perfil dos Municípios (2000, p. 5).

NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM, 1991 E 2000								
FAIXA ETÁRIA ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO		% COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO		% COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO		% FREQUENTANDO A ESCOLA	
	1991	2000	1991	2000	1991 -	2000	1991 -	2000
7 a 14	50,7	25,5	-	-	-	-	72,0	91,5
10 a 14	37,5	13,9	87,8	72,2	-	-	76,1	92,5
15 a 17	22,8	8,9	48,1	35,2	91,4	87,4	66,4	79,6
18 a 24	19,3	7,6	41,5	30,2	73,8	73,6	-	-

QUADRO 10: População de jovens entre 1991/2000 – Corrente-PI.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Perfil do Município de Corrente, 2000.

Assim, observa-se no quadro acima uma considerável diminuição da taxa de analfabetismo em todas as idades, sendo que a faixa de maior decréscimo foi a de 10 a 14 anos. Na fala de alguns depoentes, associa-se a melhoria nesses índices à implantação da educação superior na cidade. (1992). Tem-se também uma maior frequência nas faixas etárias de 7 a 14 e de 10 a 14. Abaixo, podem-se observar índices correspondentes ao nível educacional da população adulta e a média por anos de estudo:

NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS), 1991 E 2000		
	1991	2000
TAXA DE ANALFABETISMO	43,5	26,4
% COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO	60,6	47,6
% COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO	84,1	80,3
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	3,1	4,3

QUADRO 11: Relação população adulta (de 25 anos acima), entre 1991-2000 – Corrente-PI.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano. Perfil do Município de Corrente, 2000.

Outros dados importantes, referem-se ao desenvolvimento humano da população de Corrente em relação a longevidade e renda, como pode ser percebido no quadro exposto abaixo, que tem como fonte de pesquisa também o Atlas de Desenvolvimento Humano – Perfil do Município de Corrente (2000, p. 5):

DESENVOLVIMENTO HUMANO		
	1991	2000
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,598	0,679
EDUCAÇÃO	0,645	0,762
LONGEVIDADE	0,643	0,706
RENDA	0,506	0,570

QUADRO 12: Relação educação/longevidade e renda – Corrente-PI

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano. Perfil do Município de Corrente, 2000.

A evolução nos anos de 1991 a 2000, segundo os dados gerais sobre o IDH- M, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Corrente cresceu 13,55%, passando de 0,598, em 1991, para 0,679, em 2000. O fator que mais contribuiu para esse crescimento foi, em primeiro lugar, a educação, com 48,0%; seguida pela renda, com 26,2%; depois pela longevidade, com 25,8%.

Nesse período, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja,  $1 - \text{IDH}$ , foi reduzido em 20,1%, ou seja, se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 20,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), considerado o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 8,2 anos para alcançar Teresina -PI, representando o município com o melhor IDH-M do Estado (0,766).

Em 2000, tem-se um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Corrente no patamar de 0,679. Conforme dados do Censo-2000, essa classificação coloca o município de Corrente entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, ou seja, entre as que têm um IDH entre 0,5 e 0,8.

Ao se analisar a situação em relação aos outros municípios do Brasil, Corrente apresenta uma situação intermediária, pois ocupa a 3308ª posição, sendo que 3307 municípios (60,1%) estão em situação melhor e 2199 municípios (39,9%) estão em igual ou pior situação.

Em relação aos outros municípios do Estado, apresenta Corrente uma situação boa: ocupa a 8ª posição, sendo que 7 municípios (3,2%) estão em situação melhor e 213 municípios (96,8%) estão em situação pior ou igual. (BRASIL-ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO- PERFIL DO MUNICÍPIO DE CORRENTE, 2000, p. 5). Para melhor visualização do exposto, segue um gráfico representando a contribuição de categorias como educação, renda e longevidade.

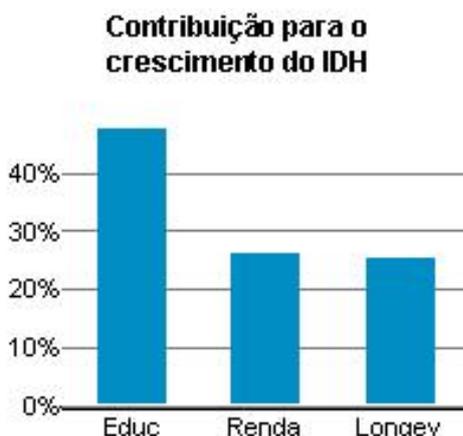


GRÁFICO 02: Categorias de acordo com a contribuição para o crescimento do Desenvolvimento Humano – Corrente-PI.  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/2000.

Observa-se que a educação teve a maior contribuição, com quase 50% (48,0%). Acredita-se que essa contribuição tem na Educação Superior um dos principais fatores, visto que influencia direta e indiretamente na qualidade de vida do povo correntino, além de promover a qualificação dos professores da educação básica.

A renda per capita média do município de Corrente cresceu 46,83%, passando de R\$ 80,84, em 1991, para R\$ 118,70, em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 18,42%, passando de 76,6%, em 1991, para 62,5%, em 2000, dados que se podem visualizar no quadro 13:

INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE, 1991 E 2000		
	1991	2000
RENDA PER CAPITA MÉDIA (R\$ DE 2000)	80,8	118,7
PROPORÇÃO DE POBRES (%)	76,6	62,5

QUADRO 13: Indicadores de renda da cidade de Corrente –PI, 1991/2000.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/2000.

Esse é o Perfil do Município de Corrente, mais de 130 anos depois de sua origem. Percebendo-se todos esses aspectos demonstrados, procura-se nesta pesquisa um olhar histórico sobre a educação superior nesse município situado em uma região distante de todas as capitais nordestinas. Para melhor compreensão do processo segue-se o caminho conduzido pelas análises dos depoimentos, nos quais se percebe que o ideal de educação superior é algo que nasceu juntamente com a luta pela educação infantil, ou seja, desde o primeiro Jardim da Infância, já se pensava em ensino superior. Em virtude disso, buscou-se a conhecer a origem da Educação Básica, para melhor compreender o ideal de Educação Superior.

#### 4.2 Corrente: história e memória das primeiras instituições

Neste item aborda-se o relacionamento entre a história e a memória que, conforme Arendt (1972), possibilita o alargamento do “círculo dos herdeiros”, legando “posses do passado para o futuro”. Por meio das memórias de vários sujeitos protagonistas do processo investigado, buscou-se reconstituir as histórias das primeiras instituições educacionais de Corrente. Comunga-se nesse momento com os pensamentos de Najmanovich (2001, p. 131):

O desafio que enfrentamos é o de não permanecer “enredados” na rede, de uma maneira que restrinja ainda mais a autonomia e a subjetividade, conduzindo a uma globalização homogeneizadora, e sim que sejamos capazes de aproveitar a potencialidade dinâmica e interativa para multiplicar os níveis de liberdade de todos os atores sociais.

Procurou-se não partir só dos documentos escritos, mas, sobretudo privilegiar, a visão dos professores, ex-alunos, pessoas da comunidade que conhecem e guardam em suas memórias as lembranças de histórias, pois, “[...] memória deixou de ser palco de experiências, raramente modelares, mas sempre exemplares, capazes de trazer a sabedoria ao presente e fornecer reflexões para orientar o futuro” (SOUZA, 2004, p. 45).

Observa-se hoje um sentimento de participação, de sentir-se sujeito agente de sua própria história, de maneira que se projeta um tempo novo, em que a história se manifesta em um cenário coletivo, como parte de um compromisso com o social, com a vida, em todas as suas manifestações, apresentando-se “como um desafio em que a carga do presente é explicada nas versões dos eixos anteriormente transmitidos oralmente” (MEIHY, 2002, p. 9).

Ao se falar da história da educação básica em Corrente, torna-se importante ressaltar que essa cidade vem no decorrer da história sendo considerada como a “Capital da Cultura”, denominação esta, segundo os depoentes, devido à grande migração de estudantes para a cidade nas décadas de 20 a 70, oriunda do fato de que pessoas de todo o Brasil procuravam o Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino, em busca da educação e do saber.

Corrente tem uma história singular de luta pela educação, em função disso, no próximo item tem-se, o que se chamou de “sementes do saber”, ou seja, busca-se um breve olhar sobre as principais instituições educacionais de Corrente. Partiu-se das primeiras instituições (um breve histórico), fazendo-se um apanhado de todas as que contribuíram e contribuem com esse processo educacional.

Coloca-se aqui o uso da História Oral “[...] como mais um instrumento, como outro qualquer, nos critérios de participação social. [...] um recurso aberto, tanto para os excluídos como para as elites” (MEIHY, 2002, p. 98). Portanto, nas próximas páginas procura-se um breve histórico sobre primeiras “sementes do saber”.

#### 4.2.1 Do primeiro Jardim da Infância ao Instituto Batista Correntino – IBC: “luz para o nordeste”

ALERTA  
 Lança a tua semente  
 E fica a vigiá-la  
 Uma árvore nascerá  
 Diante dos teus olhos fechados  
*Edy Guerra Nogueira*

As gerações passadas lançaram as sementes. Conforme Brito (2004), Penno (2005) e o relato oral da Professora e historiadora Edy Nogueira (autora da poesia supracitada), constata-se que, em 1904, foi implantado o primeiro jardim da infância piauiense, na Vila de Corrente, sendo considerada como a primeira Escola Evangélica no Estado.

Tem-se aí a primeira “sementinha do saber”, que germinou e recebeu diferentes nomeações, como Colégio Correntino Piauiense, Colégio Benjamim Nogueira, Instituto Batista Industrial e hoje Instituto Batista Correntino. A importância desse fato se constata na fala da Prof<sup>a</sup>. Edy ...



ILUSTRAÇÃO 09: Professora Edy Guerra Nogueira. Historiadora, professora do Instituto Batista Correntino, professora do Estado. Protagonista desta história. Fonte: autora, 2005.

pequena semente do saber lançada em Corrente se multiplicou com frutos e mais frutos preciosos para toda a sua comunidade. Deus tem feito florescer através do trabalho dedicado e contínuo de cada educador que se empenha na obra de educar flores que se tornaram frutos. Muitos frutos têm sido colhidos. Esta é a nossa oportunidade. No entanto, logo passaremos e outros virão e é preciso prepará-los para que o trabalho não sofra solução de continuidade (PROF. EDY NOGUEIRA).

Busca-se nesse momento reconstituir a história das primeiras “sementinhas do Saber”, denominação utilizada pela depoente supracitada durante as entrevistas quando se

tratou das primeiras instituições de ensino de Corrente. Utilizou-se esse termo por identificar-se com a idéia da pesquisadora. Na transcrição da fala da Professora Edy Guerra Nogueira, protagonista dessa história tem-se a confirmação das palavras de Arendt (1972), pois a professora volta-se para o que se pode chamar de “um auto-olhar da comunidade”, quando ela se reporta ao ano de 1904, dia dez de Janeiro:

Neste dia, foi instalado o Colégio Correntino Piauiense, sob a direção de Ms. Juliet Barlow, que recebia crianças até 04 (quatro) anos de idade para o Jardim de infância. Logo depois, foi inaugurada a Biblioteca Correntina, sendo proferidos na ocasião muitos discursos.

Em 1913, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá pediu ao Secretário Executivo da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos que fundassem um colégio no sul do Piauí. A comissão enviada pela Missão Batista do norte do Brasil, sondando as possibilidades do trabalho nesta região, ficou convencida de que deveria ser estabelecido um centro missionário, (escola industrial – agrícola) para ajudar na evangelização desta vasta região. Aprovado então o pedido pela junta de Richmond, três casais de missionários chegaram até Corrente: Dr. Adolph John Terry e esposa, D. Lulu Terry; Dr. Arnold Hays e esposa, D. Helen Hays, Dr. J. L. Downing e esposa, D. Isabel Downing.

Assim foi que, no dia 20 de maio de 1920, o Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino, foi registrado oficialmente, surgindo então um “oásis” no deserto da ignorância, prestando serviço na área da educação, que só Deus pode avaliar os benefícios prestados à nossa região, não só na área de ensino como na área de evangelismo.

Era tanta a confiança que se depositava no ensino dessa instituição, que vinham pessoas de todas as regiões para estudar em sistema de internato. Lembro-me (disse a professora) de que, ao ir a Teresina fazer uma cirurgia, encontrei-me com um ex-aluno (natural de Timon –MA), que havia estudado em Corrente. (PROFESSORA EDY G. NOGUEIRA).

Como se pode observar no depoimento, desde 1920, período em que foi implantado oficialmente o IBI, até a década de 70, muitos jovens de todo Brasil procuraram o Instituto em busca do “saber”, da cultura, fazendo com que surgisse a denominação de “Corrente - Capital da Cultura”.

Diante de um processo de educação e considerando-a como um fenômeno histórico e social, surge a necessidade de refletir sobre a cultura, podendo-se ter uma definição abrangente: “[...] que educação é transmissão de cultura”, podendo ser definida também como “mundo transformado pelos homens” (RIOS, 2002, p. 30).

Entende-se a cultura como o fruto da necessidade. “A invenção da necessidade se dá justamente porque o homem é um ser de desejos” (ALVES, 1981, p. 19). Esse desejo do povo correntino por uma educação melhor possibilitou a participação na criação cultural, estabelecendo normas para suas ações, partilhando valores e crenças (RIOS, 2002).

Coloca-se aqui a visão de Rios (2002, p. 33) acerca do conceito de cultura voltado para o saber, mas um saber na visão do trabalho, “o labor que faz os homens saberem. É o trabalho que faz os homens serem”, um saber destituído do significado de erudição, conhecimento refinado. Tem-se o trabalho como “a essência do homem”.

No entanto, para Certeau (1995, p. 141), a cultura tem um significado mais profundo:

Com certeza, se é verdade que qualquer atividade humana *possa* ser cultura, ela não o é necessariamente ou não é ainda forçosamente reconhecida como tal. Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza.

Corrente, na categoria de “Capital da Cultura”, é o resultado, segundo os depoimentos, de que um povo que lutou pela transformação de sua educação, em uma luta significativa, podendo-se observar o trabalho de dois irmãos gêmeos, entre outros que construíram os elementos essenciais para que Corrente pudesse ser um referencial que trazia pessoas de todo o Brasil, em busca do saber que não era só o saber erudito, mas a transformação de uma sociedade que buscava também a sabedoria divina.

Percebe-se, nos depoimentos, que, desde cedo, a comunidade de Corrente apresentou-se de forma singular na busca de uma educação em todos os níveis, como se pode observar nas afirmativas abaixo:

Corrente é uma cidade, que, desde os primeiros dias de sua fundação prioriza a educação. Quem conhece um pouco da história de Corrente percebe que o seu povo combate o analfabetismo por uma visão de prosperidade (PROFA. EDY GUERRA NOGUEIRA);

[...] sentindo a vocação da região e o desejo do seu povo pela implantação do Ensino Superior em Corrente [...] com o decorrer do tempo toda população se mobilizou para a criação da nossa universidade (PROF. JOÃO ROCHA);

E Corrente merece esse título de “Cidade da Cultura” porque realmente em termos de educação o povo aqui é interessado, está sempre buscando e não perde, nos concursos eles estão se destacando em concursos aí fora [...] (PROF. SOARES);

A Cidade de Corrente foi chamada de “Capital da Cultura” justamente por causa do desenvolvimento, da desenvoltura do pessoal dessa região. Graças aqueles abolicionistas que trabalharam no começo da nossa educação aqui, criando o Instituto Batista Correntino. Como sejam, os irmãos Nogueira, o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá e Coronel Benjamim, [...] foram os que trabalharam nas campanhas abolicionistas e criaram e trouxeram para cá essa sementinha da educação e plantou aqui no sul do Piauí. Por isso, aqui é considerado uma capital da cultura [...] aqui já veio gente de vários outros estados e do próprio Estado. Lá perto de Teresina, vieram estudar aqui... não só naquele tempo da fundação do Instituto, mas, já na década de 50, conheci muita gente de Floriano, de Barras, Barreiras... estudando aqui em Corrente, que foi muito desenvolvido, foi muito desenvolvido e continua. A nossa cidade é considerada capital da cultura, são criativos! (PROF. ETELVINO VIANA).

Ao perguntar sobre como surgiu a idéia de uma universidade em Corrente, a fala dos depoentes nos remete à origem da educação, às primeiras instituições de ensino nessa cidade, como pode se perceber no depoimento do Dr. Jesualdo Cavalcante Barros, em entrevista ora. O Dr. Jesualdo, na época da implantação dessa universidade, era deputado

federal e usou de sua influência política para que se tornasse possível essa concretização.

Segundo o depoente

a criação da universidade em Corrente decorre da própria formação, é a consequência da própria formação cultural daquele município. Em muitos aspectos guarda uma diferença muito grande dos demais municípios do Estado. Veja, em 1854, foi criada a primeira escola pública no município, a partir daí, a rigor, a comunidade, ou digamos a comunidade católica, praticamente assumiu o ensino. Com a criação da Igreja Batista em 1904, então houve um incremento muito grande do ensino, justamente pela emulação que se verificou entre as duas confissões religiosas, cada qual querendo fazer mais e melhor nessa área, na área do ensino. Então o Instituto Batista instalou o seu curso em 22, um curso primário naquele tempo. Em 47, já criava o seu ginásio e que era um Ginásio que atendia toda aquela vasta região, não só do Piauí mas também da Bahia, do Maranhão, do Goiás. Com a chegada do Padre Anchieta, os católicos tomam impulso e resolvem colocar o estabelecimento nessa nova fase, que foi o colégio Imaculada Conceição em 1950. Em 53, já era criado o Ginásio São José e, a partir daí, nós verificamos que o Instituto ganhou seu curso Pedagógico e os católicos ganharam a Escola técnica e comércio, finalizando com o Instituto criando o seu curso de Técnicas Agrícola (DR. JESUALDO CAVALCANTE BARROS).

O depoente diz que, desde o início, há uma determinação do povo de Corrente em busca da educação em todos os níveis culminando na luta que levou à implantação da universidade na comunidade. Percebem-se aqui os embates entre católicos e evangélicos (Batistas), abordados pelo depoente de forma positiva, pois, segundo ele, essa disputa impulsionou a educação em Corrente. Assim a educação religiosa, em sua disputa pela catequese, leva ao crescimento cultural da comunidade, visto que, segundo o Dr. Jersualdo, o Estado esteve sempre ausente, como se percebe em suas afirmações:

O que se verifica é que o Estado durante todo esse período ele esteve ausente. Por quê? Porque ele só assumiu realmente com uma forma mais estruturada de ensino em Corrente a partir da criação do Complexo Escolar em 1975. Aí sim é que o Estado passou a oferecer matrícula em nível de Ginásio vê que 36 anos depois de funcionamento do Ginásio Batista, não é isso? E o segundo grau que o Instituto instalou em 62, se não me falha a memória, só foi instalado pelo Estado em 1988, com o colégio Dr. Dionísio Nogueira. Vê-se então que o ensino, basicamente, em Corrente, foi custeado, foi mantido pelas confissões religiosas. Então o terceiro grau no caso aí nasceu desse espírito de que não adiantava esperar pelo Estado. A própria comunidade tomou a peito, tomou o encargo, e resolveu se estruturar. Tivemos a felicidade daquele tempo eu ser deputado federal, e como deputado federal veio a influência que normalmente tem um deputado, para conseguir recurso (DR.. JESUALDO CAVALCANTE).

Inicialmente o depoente faz sua abordagem do ensino básico e finaliza referindo-se à implantação de uma educação superior. Enfatiza também a resistência do Estado em investir na educação, de forma que é por meio de lutas da comunidade e, no caso de Corrente, aproveitando se das boas relações entre os políticos locais e federais, que tornou-se possível a liberação de verbas para implantação de uma universidade em Corrente.

Esse retorno às primeiras instituições educacionais em Corrente está presente na fala das pessoas, percebendo-se que o desejo pela educação superior tem sua origem em tempos mais remotos, conforme também a fala do Dr. Hélio Paranaguá, durante uma entrevista oral:

Olha, o sonho é antigo. Eu me lembro do meu pai falar que o meu avô já falava em três coisas fundamentais pra Corrente no processo de desenvolvimento. Seria uma escola que pudesse abrigar todas as crianças; um hospital que pudesse atender aos doentes, na parte de saúde e uma universidade pra começar a formar técnicos pra acelerarem e agilizarem o desenvolvimento da região. Então o sonho é antigo, quer dizer, eu não era nascido, a turma aqui já sonhava quando isso aqui era uma vila, um vilarejo. E a coisa evoluiu de tal forma que, com a ascensão do Instituto, e eu como diretor do Instituto, já sonhava também nessa possibilidade, mas pelo fato da gente encarar uma universidade com qualidade de ensino, eu achei que não estava no tempo, que a comunidade não tinha a condição de absorver...

As sementes dessa idéia foram semeadas desde o início com a implantação do primeiro jardim da infância, posteriormente IBI, hoje IBC, instituição evangélica (batista) e posteriormente de outras instituições como o Colégio da Imaculada Conceição (instituição católica), o qual, segundo o Dr. Jesualdo Cavalcanti Barros, em sua fala, no depoimento já citado, e em seu livro atualmente publicado, teve implantação anterior à instituição batista, ou seja, em 1887:

[...] em 16 de janeiro era inaugurado sob a direção do padre Eliseu César Cavalcante e de Augusto de Freitas Cavalcante, seu sobrinho, o primeiro estabelecimento de ensino confessional de Corrente, denominado Colégio da Imaculada Conceição, em solenidade bastante concorrida. A notícia da inauguração foi publicada no jornal *A imprensa* de 26 de março de 1887 (BARROS, 2005, 141, grifo do autor)

Também a professora Socorro R. Cavalcante Barros (2003), pesquisadora, esposa do Dr. Jesualdo Cavalcante Barros, reconhece o Colégio Imaculada Conceição, inaugurado em 16 de janeiro de 1887 como a primeira escola confessional.

No entanto, por não se ter maiores informações e considerando as controvérsias existentes entre os depoentes, considera-se que oficialmente o Colégio Imaculada Conceição foi fundado por Padre Anchieta, conforme será visto no próximo item, no ano de 1949 (versão que é de consenso na comunidade). Considera-se aqui essa data por não se encontrarem comprovantes de que tenha sido diferente (exceto o depoimento do Dr. Jesualdo e o que assegura em seu livro “Memórias dos confins” - anexo XXI, p. 149-). As pessoas que depuseram sobre esse fato, não reproduzem o que diz o Dr. Jesualdo, não se encontrando também comprovantes oficiais que corroborem suas afirmações.

Dessa forma, em 1904, ocorre a instalação do Primeiro Jardim de Infância, fato comprovado também em depoimentos, não se conseguiu encontrar uma maior validade da existência anterior do Colégio Imaculada Conceição.

Posteriormente, outras sementes frutificaram, contribuindo para a promoção da Educação Básica para a Educação Superior, demonstrada nas palavras da Prof<sup>a</sup>. Edy Nogueira: “As gerações passadas inspiraram as gerações de hoje a prosseguirem no mesmo ideal”.

Essa luta da comunidade pela escolarização em todos os níveis iniciou-se muito cedo nessa região, segundo a professora Edy Nogueira (2003), com o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá e o Coronel Benjamim José Nogueira, foram quem trouxeram o primeiro educandário para a região. A autora, em depoimentos orais, confirma não conhecer a implantação de uma instituição confessional anterior à da Instituição Batista.

Em seu livro “Maravilhosa e abençoada história”, ela mostra que dois irmãos gêmeos (foto abaixo) que nasceram no dia 11 de janeiro no ano de 1855, retornaram do Seminário das Mercês no Maranhão, no qual estudaram durante alguns anos para se ordenarem padre.



ILUSTRAÇÃO 10: Irmãos Joaquim Nogueira Paranaguá e Coronel Benjamim José Nogueira.  
Fonte: Edy Nogueira, 2003.

Os irmãos desistindo de serem padres, voltaram para Corrente, mas seu pai havia falecido. Assim, o Dr. Joaquim Nogueira resolveu seguir para Teresina-PI e, logo depois, para Salvador, local em que se formou em Medicina. Posteriormente, segundo a Prof<sup>a</sup>. Edy

Nogueira (2003, p.67), como vice-governador do Piauí, “o governou de 04 de junho de 1890 a 23 de agosto de 1890. Foi deputado federal e senador pelo Rio de Janeiro”. O coronel Benjamin ficou em Corrente-PI, cuidando de sua família, e, “[...] desejando o melhor para o seu povo, iniciou sua luta para conseguir escola e facilitar as instruções dos correntinos” (NOGUEIRA, 2003, p. 19).

Pode-se dizer que esses grandes homens iniciaram a luta pela educação da cidade, segundo Nogueira (2003, p. 59), em:

[...] 1891 após a promulgação da primeira Constituição republicana em nosso País, o deputado federal Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá adquiriu cinco (5) bíblias, algumas porções dos Evangelhos e folhetos que foram remetidos para Corrente PI; as cinco bíblias foram distribuídas aos Coronéis Benjamin José Nogueira, Numa Pompílio Lustosa Nogueira, Francisco Carvalho Araújo, Francisco Alcanfor e o Prof. Herculano Marques da Silva Costa. Os folhetos e porções dos Evangelhos serviram para distribuição entre alunos das escolas existentes, dada a carência de material didático.

Foi com dificuldades que os irmãos assumiram a responsabilidade de criar uma escola para o desenvolvimento da educação na cidade de Corrente, sendo que, no dia 10 de janeiro de 1904, foi realizada a inauguração do primeiro Templo Batista na cidade de Corrente-PI, ao mesmo tempo em que ocorreu a fundação do Colégio Correntino Piauiense e inauguração da primeira biblioteca. Conforme Nogueira (2003, p. 40), os irmãos:

[...] sentiram de perto que educar o seu povo, os seus conterrâneos seria o melhor investimento que poderiam fazer. Assim, o Cel. Benjamim José Nogueira, que aqui ficara, iniciou a luta para conseguir escola e facilitar a educação do seu povo, sem distinção de raça ou classe social.

No dia 10 de janeiro de 1904, logo após a fundação da Igreja Batista em Corrente, foi instalado o Colégio Correntino Piauiense, sob a direção de Miss Juliet Barlow. Tem-se aí o primeiro Jardim de Infância do Piauí, que, para a época foi equipado com excelente material pedagógico.

Após alguns anos, conforme Edy Nogueira (2003, p. 28) no dia 20 de maio de 1920, o Instituto Batista Industrial foi oficialmente registrado, surgindo um "oásis no deserto". Observa-se que o IBI foi motivo de Corrente ser considerada a “capital da cultura”, como já se citou anteriormente:

[...] o IBI promoveu uma arrancada na educação no sul do Piauí, tendo sua fama atingindo várias outras cidades do Estado, tais como Parnaguá, Curimatá, Avelino Lopes, Gilbués, Barreiras do Piauí, Monte Alegre, Santa Filomena, até chegar a Teresina. Na Bahia, sua reputação chegou a Formosa, Santa Rita, Barreiras, Barra do Rio Grande, Lapa, Ibotirama; etc. No Maranhão, estendeu-se a Balsas e Alto Parnaíba, entre outras. [...] Sentimos a benéfica influência do IBI ao ver que muitos dos que passaram por seus bancos projetaram-se nas mais diversas áreas vocacionais e profissionais (EDY NOGUEIRA, 2004, p. 29).

Percebem-se todos os sentimentos na letra do hino do Instituto Batista Industrial, que, segundo a professora Edy Nogueira, é de autoria da professora Arlinda Carmem Viegas (em saudososa memória). A partir desse momento a educação tem sua sementinha plantada, difundindo-se, como diz o hino, para toda a região:

*Eis das jóias a mais luzente o nosso IBI.  
Qual astro resplandecente ao sul do Piauí  
Irradia a sua luz neste vasto sertão  
Difundindo a instrução.*

O Instituto Batista Industrial tem seu Ginásio criado no ano de 1947, sob a direção do médico Dr. Misael Dourado Guerra. Em 1962, foi criada a Escola Normal, cuja primeira diretora foi a professora Sônia Moraes Paranaguá. Porém, ainda na década de sessenta, o IBI passa a ser dirigido pelo Dr. Hélio Fonseca Nogueira Paranaguá, que se tornou o primeiro brasileiro, filho de Corrente a assumir a instituição, tendo como vice-diretor e tesoureiro o Dr. Jimmie Dale Carter que, segundo a Prof. Edy Nogueira, juntamente com sua esposa D. Sue, viveram em Corrente aproximadamente trinta anos. Em 1970, o Instituto Batista Industrial teve seu nome modificado para Instituto Batista Correntino. Em 1978, foi fundado o Curso de Técnicas Agrícolas, por iniciativa do Dr. Hélio e do Dr. Carter.

Como se percebe, a instituição por muitos anos, foi administrada por casais norte americanos, passando na década de sessenta, para a gestão de um brasileiro e de um casal representante da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção do Sul dos Estados Unidos.

Em março de 1993, todo seu patrimônio é repassado para a Junta de Missões Nacionais, assumindo a direção o Sr. Edson Pereira Moreira, que permaneceu na função até julho de 1994. Segundo a Professora Edy Nogueira (2003, p. 32), após a gestão do Sr. Edson, cuja administração foi insatisfatória,

A "Jóia Luzente" passa às mãos do Pr. Antônio Martins e de sua esposa Clarissa Macedo Martins. Também a atuação do casal não foi satisfatória.

[...] De 1995 a 2000, assume a direção do patrimônio o Dr. Valter Henrique Penno, ficando sua esposa Sandra como diretora pedagógica do IBC. A parte da pecuária foi melhorada pelos esforços do Dr. Valter. Na direção do IBC, Sandra Penno encontrou algumas resistências, mas revelou-se uma competente educadora. Entretanto, diante das dificuldades por que passava, a Junta de Missões Nacionais resolve fechar o nosso querido IBC, "astro resplandecente ao sul do Piauí", que custara aos nossos antepassados preço muito alto para obtê-lo. [...] O que fazer? A comunidade evangélica de Corrente e de todo o Piauí protesta e se une orando, chorando e clamando diante de Deus e Ele ouviu nosso clamor e nos deu a vitória, pois a Tocha não se apagará; ela continua acesa e a história do IBC não será só o passado e o presente, mas também o futuro. Hoje, o IBC é administrado por um Conselho da Igreja Centenária, composto por 8 (oito) membros, tendo como Presidente o Dr. Elvídio de Seixas Nogueira; como Diretor do Patrimônio, Manoel de Araújo Nogueira; e como Diretora Pedagógica, a Professora Mirian Folha de Araújo Oliveira. Assim, firme, continue, IBC, sendo bênção para o nosso sertão e brilhante luz em todo o grande Brasil, pois o nosso Mestre jamais deixará a Tocha se apagar.

Percebe-se na história que o Instituto Batista vem passando por grandes problemas de ordem administrativa. No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, no período que o IBC foi administrado pelo casal Penno, a Educação Infantil foi revitalizada pela diretora pedagógica, a Prof<sup>a</sup>. Sandra M. K. Penno. Nesse período, a professora deu a denominação de “sementinha” a essa etapa da educação, “em homenagem aos missionários pioneiros que trouxeram ao Piauí a semente da educação” (PENNO, 2005, p. 205).

Posteriormente, segundo a ata da Igreja Batista, em sessão ordinária realizada na manhã de 23 de fevereiro de 1997, a instituição novamente passa por outro momento difícil. Como se percebe no decorrer da história, a educação infantil não é colocada como prioridade há uma proposta das Missões, que, pelo visto, também compartilha dessa concepção para fechar a pré-escola.

Tendo a junta de Missões Nacionais reconhecido o momento de dificuldade financeira pelo qual passa o Instituto Batista Correntino e buscando alcance de sua reorganização tomou algumas resoluções. Entre elas a suspensão do curso de pré-escolar (sic) (jardim I e II) de nome sementinha. Após análise sob diversos ângulos, a comissão traz a Igreja a sua conclusão. 1º Que a Igreja assuma as duas classes (Jardim I e II) 2º Que sejam utilizadas as instalações do prédio de Ed. Religiosa para funcionamento das mesmas[...] Que fosse incluído (sic) a classe do maternal, visto que o nosso prédio de Ed. Religiosa conta com espaço físico.[...] (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA IGREJA BATISTA, 1997, p. 9)

Diante da suspensão da pré-escola, a Igreja Batista se manifestou e tomou para si essa responsabilidade. Assim, a “Sementinha”, proveniente do primeiro Jardim de Infância

(primeira sementinha não só de Corrente, mas do Piauí), está até hoje em funcionamento. Continua sendo um ramo do IBC, mas com instalações no prédio de educação religiosa. Iniciou suas atividades com a professora Rosaly Dias Hubner na direção e, em 2000, passou para a gestão da professora Hildete, que permanece até hoje. Colocam-se depoimentos orais de suas diretoras para uma melhor constituição dessa história. Ao se perguntar por que a Escola Sementinha separou-se do espaço do IBC, estando hoje sob gestão da Igreja, foi afirmado:

Na verdade são vários motivos. O primeiro: a Junta de Missões Nacionais tomou a decisão de que não ia mais ter a escola infantil lá no IBC, e nós sentimos muito porque os pais gostavam da escola e queriam que a gente continuasse e a gente foi analisar como é que a igreja poderia continuar com esse trabalho. Aí nós fizemos uma pesquisa e percebemos também que, por as crianças serem pequenas, a distância estava sendo um problema, por isso também percebemos que era um dos motivos de poucos alunos e por causa da distância e também a questão de Missões não querer mais continuar, nós trouxemos o assunto para a Igreja e numa sessão da Igreja foi decidido que a Igreja assumiria e que traria para o prédio de educação religiosa da igreja, já que o prédio comportava várias salas que poderiam então abrigar essas crianças. Quando nós trouxemos pra cá, nós tínhamos pouquíssimos alunos, mas, graças a Deus, nós fizemos uma boa campanha e logo as salas de Jardim I, II e III foram acrescidas de vários alunos, tivemos um número muito bom. E outro pensamento que nós tivemos também foi a questão da criação do maternal. [...] Deus mesmo diz que tudo tem o seu tempo, eu achei que em 2000 era o meu tempo de entregar. Entreguei, a Hildete assumiu... [...] as pessoas que nós convidamos para trabalhar, as professoras. Nós conversamos e falamos que no início teria que ser um trabalho quase voluntário. O pagamento, o salário seria uma coisa assim, realmente uma oferta de gratidão, mas o sucesso foi tão grande que nós em pouco tempo conseguimos regularizar o salário de todas elas, conforme as professoras do IBC recebiam, professoras de ensino fundamental menor. E, graças, até aqui, Deus tem abençoado e essa escola tem sido um sucesso (PROFESSORA ROSALY DIAS HUBNER).

Confirmam a fala da Professora Rosaly o depoimento da Prof<sup>a</sup>. Hildete Araújo Nogueira, atual diretora da “Sementinha”:

A educação infantil ela tem seu início com Juliet Barlow, uma americana trazida pra Corrente, que veio assim munida de muito material metodológico bastante avançado para aquela época, que era um material que as crianças sensoravam, contavam, bastante material concreto. E aqui ela veio com o propósito de atender essas crianças que estavam na faixa, acredito eu, de 5 e 6 anos de idade, buscando principalmente o processo de alfabetização. E já tinha aqui em Corrente turmas de pessoas que já estavam se preocupando com o processo educativo aqui em Corrente e achavam por bem também atender a crianças. Juliet Barlow chegou, depois, quando ela já estava no IBC, quando já era naquela época Instituto Batista Industrial, quando ela chegou aqui. Foi tomando corpo, cada vez mais, a educação infantil, até que podia atender crianças bem menores, já no jardim e dando seqüência o que hoje nós chamamos de ensino fundamental menor.

A professora inicialmente fala sobre a origem da educação infantil, a partir da memória de lembranças isoladas e factuais que podem ser guardadas por anos e segundo

Passos (2003, p. 102), “[...] se manifestar de diferentes formas, acrescidas de dados novos [...]”. Assim, a depoente relata também suas experiências, o que aconteceu e o que foi construído do momento lembrado até hoje:

Quando eu estava, vou falar um pouco da minha experiência no maternal, no 2º ano de magistério, então fui convidada para assumir uma turma de maternal, possivelmente a 2ª turminha de maternal. Uma turma grande de 27 alunos onde lá eu tive auxiliar e essa foi a 1ª turma de maternal de Corrente que visava atender as crianças menorzinhas. [...] e surgiu o maternal nessa época por D. Sonia, que já tinha uma visão maior e uma vivência maior nessa área na cidade de Fortaleza, então ela achou por bem implantar o maternal aqui no Instituto. A partir daí ficou algum tempo e depois foi suspensa a turma de maternal. O maternal em si só volta a funcionar ligado ao Instituto quando então a Sementinha, pré-escola com codinome “Sementinha”, passa pra Igreja, então é reaberta a turma de maternal, atendendo crianças de 2 anos e 3 anos de idade [...] (PROFª. HILDETE A. NOGUEIRA).

Assim se percebe que lembranças “[...] do que se viveu faz o sujeito agir de forma determinada [...] A memória é reorganizadora de ações e espaços e se realiza a partir da afetividade” (PASSOS, 2003, p. 103).

Acrescenta-se o fato de que as lembranças são mais nítidas sobre algo que marca, seja algo positivo ou negativo para a pessoa. Percebe-se essa relação afetiva da professora Hildete com a “Sementinha” em seu depoimento:

Eu vou voltar pra falar do nome Sementinha. Foi quando a Escola Sementinha já adotada, assumida pela Missões Nacionais, então ocorre que algumas pessoas são enviadas para cá para dirigir o Instituto. Dentre essas pessoas chegou aqui a professora Sandra Penno e ela, de uma visão muito ampla em termos de educação e o coração em Educação Infantil. Então o foco dela inicialmente foi investir em Educação Infantil e veio com várias idéias, vários sonhos e querendo colocar isso em prática. Conseguiu colocar alguns, dentre eles, foi criar um espaço unicamente para a Educação Infantil, que até então ela acontecia no mesmo prédio de 1ª a 4ª série. Foi quando mudou de prédio e ficou um ambiente somente para Educação Infantil, com local mais amplo para brincadeiras, com caracóis no chão, com amarelinhas. Criou um ambiente mais lúdico [...] A Junta de Missões Nacionais que não poderia mais continuar com a pré-escola, e foi levada a situação pra Igreja e a Igreja então decidiu em sessão assumir a pré-escola, nesse momento ela já tinha o nome de Sementinha e com a mudança do prédio foi criado esse nome fantasia, criado pela professora Sandra.  
[...] em 2000 fui convidada pra assumir a direção da escola [...] esse ano (2005) nós estamos com as reservas praticamente cheias, foi o primeiro ano que nós vamos ter duas turmas de jardim II pelo fluxo de alunos. Tem turmas que nós não podemos receber mais nenhum aluno pelo limite que nós temos, no máximo de 25 alunos por sala. No ano passado, nós ficamos, por exemplo, com uma sala de jardim I com 27 alunos. (PROFª. HILDETE ARAUJO NOGUEIRA).

A educação infantil do IBC continua, hoje com o nome de “Sementinha”, com suas atividades no prédio de Educação Religiosa da Igreja Batista. Pelas entrevistas, percebe-

se que há uma tendência de se dissociar o Maternal e Pré-escola “Sementinha” do IBC, embora, fique claro que constituem uma mesma instituição. Atualmente, o Instituto Batista Correntino está sob a direção pedagógica e administrativa da Prof<sup>ª</sup>. Dirce Miquetichuc Nogueira, eleita para o cargo em novembro de 2004. A instituição continua firme diante de todos os obstáculos. Seguem abaixo fotos do IBC:



. ILUSTRAÇÃO 11: fotos do IBC antes da reforma realizada pela Faculdade do Cerrado; entrada do sítio (1<sup>a</sup> esquerda), o chamado de “salão nobre” (direita); Abaixo: prédio onde funcionava o Ensino Infantil e Fundamental (esquerda); corredores (direita).  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2004.

Mas essas não foram as únicas sementes que frutificaram outras brotaram, disseminaram o saber e contribuíram de forma singular para a educação dos Correntinos. Assim, apresentam-se, nas próximas subseções, essas outras sementes do saber, entre as quais algumas brotaram cresceram e permanecem até hoje, enquanto outras deram a sua contribuição por um determinado período.

#### 4.2.2 Colégio da Imaculada Conceição e Colégio São José

Coloca-se o olhar sobre as “sementes da esperança” expressão utilizada pelo fundador dos Colégios: Imaculada Conceição e São José, Padre José Anchieta de Alcântara Melo (foto do Prof. Alcântara):

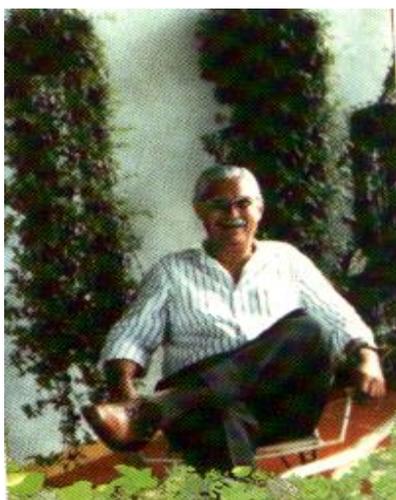


ILUSTRAÇÃO 12: Foto do ex- padre - José Anchieta de Alcântara Melo, fundador dos Colégios Imaculada Conceição e São José.

Fonte: Alcântara – Autobiografia – Rastros de uma vida.

Observa-se que havia uma grande preocupação da Igreja Católica com o que o padre Anchieta chama de “aspecto sócio-religioso” da cidade de Corrente. Segundo o padre, em sua autobiografia, publicada em comemoração aos cinquenta anos dos colégios, “[...] os protestantes faziam crescer, a olhos vistos, o contingente de seus seguidores. E em consequência os católicos, desinformados e desassistidos, iam debandando um a um de sua fê” (ANCHIETA, [2003?], p. 57). Percebe-se uma função do ensino religioso jesuítico ainda bem presente nesse momento: a catequese. Assim, a implantação inicial da educação em Corrente, realizada pelos batistas, está, segundo o padre Anchieta, também inter-relacionada com o difundir da religião, ou seja, com a catequese.

Percebe-se que, inicialmente, tem-se o ideal de um filho de Corrente de trazer a educação para sua cidade, posteriormente esse ideal caminhou junto com a evangelização. No

caso dos colégios católicos, estes surgiram a partir de uma preocupação da Igreja Católica com o seu rebanho. Segundo Alcântara ([2003?], p. 57)

a missão protestante dispunha de um pequeno monomotor para seu trabalho religioso; de um educandário quase gratuito em regime de internato e externato, onde inobstante a liberdade religiosa constitucional e a reação de algumas famílias católicas, a doutrina protestante era matéria principal e de caráter obrigatório. Eles contavam, ainda, com um ambulatório médico, assistido permanentemente por um exímio profissional, Dr. Misael Dourado Guerra [...] Eram estas grandes e valiosas armas da catequese protestante, naquela região. Por sinal, muito eficientes e perseverantes [...].

Com a missão de juntar o seu rebanho, o padre Anchieta colocou-se a caminho de

Corrente:

[...] pus-me a caminho de Corrente, no dia 28 de outubro de 1949. Dirigindo um jeep no encaço de um caminho carregado com toda aquela bagagem, saí do Rio, passando por Belo Horizonte em direção ao porto fluvial de São Romão, no estado de Minas Gerais [...] tive que parar e aguardar, calmamente, a passagem de algum navio [...] para cidade de Barra do Rio grande, no estado da Bahia. Minha espera, naquele porto, foi de cinco dias cheios de lazer com caçadas e pescarias na companhia de três Frades Carmelitas [...] passou o navio Juraci Magalhães em direção àquela cidade donde tudo foi embarcado no navio Jansen Melo com destino a Itajuí-Ba, cidade limítrofe com Corrente, no sul do Piauí, última etapa de todo percurso fluvial. Agora só me faltava percorrer 90 quilômetros, a cavalo, de Itajuí a Corrente. [...] Envergando uma batina preta de casimira, eu, inexperiente e sem qualquer equipamento pessoal de montaria dei início àquela primeira e inesquecível viagem a cavalo, na alta madrugada de 18 de novembro de 1949 (ALCÂNTARA, [2003?], p. 65-66).

Está presente na autobiografia do Padre José de Anchieta Alcântara Melo, a dificuldade de acesso a Corrente, que, por sua vez, dificultava ao povo correntino o alcance da instrução em todos os níveis, inclusive superior. No entanto esse povo não abandona essa luta em romper as distâncias. Os depoimentos demonstram a vontade e as dificuldades do povo correntino em busca de seus ideais, em busca do saber, da escolarização.

[...] era uma aventura! Chegando a passar de 15 a 20 dias de viagem, no qual se saía a cavalo, pegava um “vapor”, enfrentava-se o Rio Grande e posteriormente São Francisco, chegava até Juazeiro e lá se pegava um barco a remo para Petrolina (Pernambuco), daí se passava para uma “marinete”, um carro que comportava de 15 a 20 pessoas, rumo a Recife (PROFESSORA EDY, JULHO).

Quando eu viajei para Santo Antônio de Jesus, em fevereiro de 1959, eu fui de jeep daqui de Corrente para Barra do Rio Grande – Bahia. Chegando em Barra, passei uma semana, depois de uma semana consegui pegar um vapor o “ Siqueira Campos”, viajei pelas águas do Rio São Francisco nesse vapor, foram três dias com três noites. Chegamos em Juazeiro da Bahia, passei mais dois dias, peguei um trem e fui nesse trem de Juazeiro até Salvador. Em Salvador eu peguei um barco pequeno pela Baía de Todos os Santos e fiz de Salvador até Nazaré, que é uma

cidade próxima, e de Nazaré eu fui novamente de trem até Santo Antônio de Jesus, parece que foi de uns oito a dez dias de viagem naquela época. Isso a viagem de ida. [...] E de volta, em dezembro, a viagem foi mais engraçada. [...] de Barra para Santa Rita viajei num caminhão, de Santa Rita pra Corrente, viajei sete dias montada num jumento. Para Corrente, foram sete dias de viagem (PROF<sup>a</sup>. CONCEIÇÃO AVELINO).

Concordando-se com Certeau (2003, p. 31), não se deve esquecer o ‘mundo memória’, pois é um mundo amado profundamente: os depoentes apresentam guardados, na “memória olfativa”, certos odores, a “memória dos lugares”, enfim dos gestos, podendo-se perceber que essas memórias são relatadas como “memórias dos prazeres”, que se revela na satisfação com que as lembranças são relatadas pelos depoentes, como, por exemplo, na fala do Dr. Hélio Paranaguá:

É uma história que pra mim é muito interessante, porque a gente falando hoje é motivo até de brincadeira, acham que é piada! Eu completei 16 anos e saí daqui com o curso primário pra ir para o Rio de Janeiro, isso foi em 46, pra prestar o exame de admissão no Rio, que era nesse tempo feito no país inteiro. No mesmo dia fazia-se o exame de admissão; só que eu saí com um intervalo de 20 dias pra chegar no Rio de Janeiro e nós chegamos com vinte e três dias, e o admissão já tinha acontecido, então eu perdi mais um ano de ensino. Só não perdi porque eu me matriculei no admissão, no 5º ano de admissão... e cursei ... E nessa época, nesse período eu fiz minha adaptação ao Rio de Janeiro... Só que, quando eu terminei o admissão, que fiz o exame no fim do ano, sendo aprovado para cursar o ginásial, eu achei que já estava com as canelas de 16/17 anos e já com a altura que eu tenho hoje; no meio de menino irresponsável, menino de 11 anos, 12 anos que brincava à toa e eu já era maduro, tinha trabalhado 2 anos como administrador de fazenda, então não me adaptei mais àquele ambiente de menino e resolvi fazer o artigo 91 e, depois que fiz o artigo 91, fiz o 2º grau e entrei na universidade.

Agora naquele tempo, que foi difícil pra mim, pois gastar vinte e três dias para chegar no Rio de Janeiro era difícil para todo mundo, era uma dificuldade tremenda e só quem tinha condições econômicas, o suporte muito grande da família é que podia sair. Hoje não, hoje todo mundo sai dependendo do esforço pessoal, uma vontade, uma determinação, sai pra qualquer parte e pode cursar o curso superior.

Assim, o depoente narra detalhes de como foram aqueles 23 dias de viagem até o Rio de Janeiro. Observa-se com esses depoimentos a confirmação de que o povo de Corrente, ou melhor, dessa Microrregião, mantinha uma maior ligação com outras cidades fora do Estado, comunicando-se muito pouco com a capital, de forma que muitos nem a conheciam.

Bom, nós saímos daqui até Santa Rita, a cavalo; de lá de Santa Rita na Bahia, fomos até Pontal onde o Rio Preto se encontra com o Rio Grande, deságua no Rio Grande e lá nós pegamos e ficamos dois dias esperando o vapor que vinha de Barreiras. E com um tiro dado pelo telefonista, lá do posto telefônico, o vapor encostou e nós entramos no vapor e fomos até Barra. Lá em Barra nós esperamos é... um vapor que vinha de Juazeiro e Petrolina e nós pegamos depois de uns dois dias, três dias de espera, nós pegamos esse vapor e fomos até Pirapora. Em Pirapora, pegamos um trem a Belo Horizonte, depois outro trem até o Rio de Janeiro, certo? Então foi assim um percurso que eu gostaria até de repetir pra sentir as emoções daquele momento, mas eu acho que vai ficar só na memória (DR. HÉLIO FONSECA PARANAGUÁ).

Seguem outros depoimentos corroborando as informações sobre as dificuldades enfrentadas naquela época, decorrentes da posição geográfica da cidade de Corrente. Acredita-se que toda a garra e o interesse por educação estão ligados a essas dificuldades de comunicação que o povo tem enfrentado em busca de seus ideais. Observa-se que Corrente tem um grande número de pessoas que alcançaram sucesso. Abaixo seguem outras entrevistas que confirmam o difícil acesso até a cidade.

[...] a saga, a luta para se fazer um curso superior... Naquela época a cidade mais próxima era Teresina (mais ou menos 900 km), sendo Brasília um pouco mais perto (mais ou menos 850 Km). Terminei o Ginásio em 1964, no IBI, hoje IBC. No mesmo ano, em dezembro, empreendi viagem para Brasília com o objetivo de fazer na época o curso Científico, gastando nesta primeira viagem 16 dias, em um caminhão “pau-de-arara”, a um custo de cinquenta mil cruzeiros, sendo que o boi mais caro vendido para tal empreendimento fora no valor de 33 mil cruzeiros. Nas estradas não existiam restaurantes, assim, carregava-se carne seca, farinha, enfim, alimentação básica, que era preparada em paradas realizadas às margens dos rios, era uma festa! Em Formosa, tinha o Rio Preto e outros. A lotação do caminhão era uma loucura, pois levava em média umas cinquenta pessoas. Todos iam juntos, homens e mulheres, juntamente com sua mala ao lado [...] (DR. FLÁVIO AURÉLIO NOGUEIRA).

Observa-se que alguns depoimentos se referem a épocas anteriores à chegada do padre Anchieta a Corrente, e que a situação de dificuldades de acesso perdurou por muito tempo. Atualmente passa-se, em um ônibus com ar condicionado, uma média de 12 horas de viagem no percurso Corrente - Teresina.

Retomando a história, segundo o padre, em 1949, Corrente já era uma cidadezinha de cinco mil habitantes, cuja população apresentava-se dividida

ora pelo ódio de facções políticas, ora por sentimentos adversos de religiosidade. Por isso, defrontavam-se, acirradamente dois de seus mais importantes troncos familiares – os Cavalcanti e os Nogueira. Naquele difícil convívio, o espírito religioso se confundia, muitas vezes, com os sentimentos das correntes políticas. Católicas, ali, em regra quase geral, era Cavalcanti e Udenista. Protestante, Nogueira e Pessedista (ALCÂNTARA, [2003?], p. 70)

Dessa forma três meses após a sua chegada o padre Anchieta deu início ao seu plano de catequese por meio da educação, fundando, na época, o chamado Colégio da Imaculada Conceição:

Três meses depois de minha posse, dei início ao meu plano de educação, fundando o Colégio da Imaculada Conceição. Este igualmente à semente da esperança, nasceu alicerçado na força da boa vontade de um mutirão em que tomaram parte ativa Dr. Fausto Lustosa Filho, Juiz de Direito da comarca; Antonio Regis Furtado, coletor federal; Cândido Carvalho Guerra, funcionário do IBGE; Orlei Cavalcanti Pacheco, funcionário dos Correios e Telégrafos; Cleomar Cavalcanti Barros e

Ildete Cavalcanti Barros, alunas do Instituto Batista Industrial de Corrente; Odete Cavalcante Barros, auxiliar de enfermagem e, finalmente, Albetiza Cavalcanti Pacheco, professora recém-formada na Escola Normal de Porto Nacional, no estado de Goiás. Todo esse corpo docente nada ou quase nada ganhava. Os alunos nada ou quase nada pagavam. As carteiras eram tábuas soltas sobre pilhas de tijolos. Tudo naquele coleginho nascente era simplicidade e pobreza. Seu destino como semente fértil lançada ao campo da educação seria só de vitória. E o foi, sem dúvida. Pois ainda hoje mais de cinquenta anos depois, persiste a produzir, como antes, frutos sazonados e abundantes sob a constante vigilância das Irmãs Mercedárias do Brasil, nascidas do coração generoso de Dom Inocêncio Lopez Santamaría, ex-Bispo Prelado de Bom Jesus do Gurguéia, no Sul do estado do Piauí (ALCÂNTARA, [2003?], p. 76-77).

Conforme se pode perceber no depoimento acima, como a primeira sementinha plantada (sementinha evangélica), a sementinha católica também frutificou e difundiu a educação, apesar de que o objetivo era, antes de qualquer coisa, a ideologia católica ao lado da educação. Ficam claros os objetivos, do padre voltado para as áreas “religiosa, educacional e social, em Corrente [...]” (ALCÂNTARA, [2003?], p. 77).

O padre Anchieta de Alcântara ([2003?], p. 78), destaca também o bom relacionamento que ele mantinha com os missionários batistas:

Por ser ainda carente dos apetrechos próprios de montaria, solicitei ao pastor protestante Elton Johnson uma carona no teco-teco da missão até Parnaguá. Não deu outra. E, em poucos dias, nós democraticamente, estávamos aterrissando, naquela cidade, bem à margem da lagoa.

A comunidade, no entanto, não tinha esse mesmo espírito “democrata”, posição representada na transcrição abaixo, tornando-se possível perceber as relações entre batistas e católicos, anteriores à chegada do padre Anchieta:

Minha chegada àquela cidade com o pastor causou espanto a católicos e protestantes, posto que, anteriormente, suas relações sócio-religiosas eram semelhantes às de cão e gato, estranhando-se a mais não poder. Agora, ambos entendiam-se muito amistosamente. Pregavam, livremente, suas convicções estavam certos de que religião se propõe, não se impõe. [...] A Igreja Matriz, ali, se achava em ruínas. E a fê católica também (ALCÂNTARA, [2003?], p. 78).

Ademais, ficam claros os ideais de educação nesse momento, e, segundo Rios (2002), na sociedade capitalista, a escola enquanto instituição tem sido o espaço de inserção dos sujeitos nos valores e crenças da sociedade dominante. Assim, “A área de educação, como

vêm mostrando alguns trabalhos realizados nos últimos anos, está profundamente impregnada de um ethos<sup>12</sup> religioso” (LOPEZ; GALVÃO, 2001, p. 28).

Corrente também possui seu *ethos*, jeito de ser, que lhe confere um caráter. Como organização social, o povo de Corrente “trabalha e consome, aprende e cria , reivindica e consente, participa e recebe: a universalidade se desdobra e particulariza em ethos econômico, ethos político, ethos social propriamente dito” (VAZ, 1988, p.22). Assim Corrente constrói sua história.

No dia 15 de dezembro de 1950, o Colégio Imaculada Conceição fez seu primeiro aniversário de fundação. Segundo o Pe. Anchieta “[...] tudo me levava a crer que aquela abençoada semente havia caído em terra boa e que renunciava a esperança de um futuro altamente promissor para Corrente. [...]”. No, entanto segundo o padre, “algo de importante, porém, ainda me faltava: as irmãs Mercedárias do Brasil à testa da direção do colégio da Imaculada Conceição” (ALCÂNTARA, [2003?], p.81-82)

Os desejos do padre foram atendidos, Madre Lúcia, “[...] aceita a fundação de uma casa de Missão, em Corrente, sul do Piauí. A finalidade dessa obra era dirigir uma Escola Primária-Paroquial e auxiliar o jovem vigário[...]” (IRMÃS MERCEDÁRIAS DO BRASIL, 1987, p.49). Assim, já no seu segundo aniversário, o Colégio Imaculada Conceição já estava sob a direção das religiosas, que procuravam “instruir, educando social e religiosamente, [pois este] sempre foi seu objetivo primordial” (ALCÂNTARA, [2003?], p.81-82). Com o tempo esses educandários foram se consolidando e, no dia 10 de junho de 1962, em Corrente, foi lançada a pedra fundamental do Centro Social “Imaculada Conceição” (foto abaixo):



ILUSTRAÇÃO 13: Sede do Centro Social Imaculada Conceição  
Fonte: acervo da autora, 2005.

<sup>12</sup> a origem etmológica da palavra ethos (grego), significa costume, jeito de ser. Segundo Rios o costume remete à criação cultural., pois não há costume na natureza. O ethos, segundo Vaz é a casa do homem, esse espaço enquanto espaço humano, esse espaço não é dado ao homem , mas por ele construído, reconstruído

Esse centro foi de iniciativa do Instituto Religioso Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil. Segundo a ata da reunião, esta tinha por objetivo a aquisição de verbas para a fundação do Centro (foto anterior).

Mas, voltando o olhar para o período anterior à construção do Centro, padre Anchieta não estava satisfeito, pois, ao terminarem o curso primário, os alunos (as) do Colégio Imaculada Conceição, principalmente os católicos, “[...] ao se transferirem no término do seu curso primário para o ginásio Batista, deixavam-se induzir pelo proselitismo protestante” (ALCÂNTARA, [2003?], 83). Fica bem explícita a preocupação e contrariedade do padre, demonstrados em sua autobiografia; “Daí, ter-me convencido da premente necessidade da criação de um ginásio católico, em Corrente” (ALCÂNTARA, [2003?], p. 83-84).

Motivado por esses ideais, padre Anchieta dirigiu-se para o Ministério de Educação e Cultura, no Rio de Janeiro (pois qualquer estabelecimento de ensino secundário, naquela época, tinha que ter a aprovação do Ministério). E assim confirmam-se, mais uma vez, a força das “boas relações”, determinando, segundo Damatta (2000, p. 80), um mundo social brasileiro, que reconhece, humaniza e personaliza as situações formais. “Pertence a nossa consciência social a distinção do tratamento por meio da regra geral (e dos seus respectivos papéis sociais)”. Essas relações podem ser confirmadas nas memórias do Padre:

[...] dei o passo inicial. Fui ao Ministério da Educação e Cultura, no Rio, em busca de solução para meu problema. Inicialmente, solicitei a ajuda de Da. Inês Carvalho, Secretária do Diretor do Departamento Nacional do Ensino Secundário. “Hoje, Pe José, nem sequer posso atendê-lo. Volte amanhã às 10 horas”. E voltei mais do que contente. Quando retornei, Da. Inês já tinha engendrado um plano de ação. Providenciou uma cópia fiel do processo de criação do Ginásio da cidade de Floriano, no centro de Piauí, para ser apresentado ao Inspetor Federal, como se fosse o processo do Ginásio São José de Corrente-Pi. Claro que tudo isso já tinha sido apalavrado e autorizado pelo Dr. Gildásio Amado, Diretor do Departamento Nacional do Ensino Secundário. O inspetor deveria ir a Corrente para inspecionar pro forma, as presumidas instalações do Ginásio São José e preparar o competente relatório, que deveria ser encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura. [...] Tudo isso, inobstante a farsa de inspeção, estava por acontecer sob a condição de eu construir o prédio daquele estabelecimento de ensino e entregá-lo devidamente equipado no prazo de dois anos. Conforme as exigências legais da Portaria Ministerial nº 501. Dez dias depois da volta do inspetor ao Rio, já estava publicada no Diário Oficial da União a aprovação do Ginásio São José ad titulum precarium com autorização de funcionamento condicional por dois anos. Tudo isso se confirmou. Em dois anos, precisamente, meu compromisso estava realizado, a contento. E nós todos, muito embora cúmplices nesta ação, nos demos por contentes e tranqüilos (ALCÂNTARA, [2003?], p. 83-85).

Confirma-se também a implantação do Ginásio São José, funcionando, em março de 1953, a 1ª. série, com alunos da primeira turma, por meio de um relato de uma ex-aluna e professora do Colégio:

O Ginásio São José foi construído com ajuda da mão-de-obra também de seus alunos e, como tem o nome do santo cujo onomástico é 19 de março, o Padre Anchieta escolheu este dia para considerar a data de fundação. Portanto este ano, no dia 19 de março, ele completou 50 anos de fundação e trabalho junto a cidade de Corrente. Foi o seu jubileu de ouro, comemorado, também agora no dia 13 de Setembro pelos seus atuais alunos e professores (PROFª. CONCEIÇÃO AVELINO).

Observa-se também nos escritos da professora a relação dos primeiros docentes do Ginásio: Pe. José de Anchieta Melo, diretor; Profª. Ildete Cavalcante Barros, secretária; Irmã Maria da Purificação; Irmã Marta; Prof. Roberto; Onorina Rios de Melo; Olga Angélica; Maria José; Cleide C. Lemos. Como professores substitutos, há o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá e D. Éster Guerra. Segundo a professora Conceição,

Os objetivos de sua fundação foram os mesmos: a educação dos jovens e catequese na doutrina cristã católica, pois ele via seus alunos ao terminar o Primário saírem para as escolas de credo diferente; para ele isso era motivo de tristeza. Então buscou esta solução, o que ajudou muito a cidade de Corrente: mais um Ginásio, o que as cidades vizinhas não desfrutavam.[...]

Hoje este Ginásio tem suas instalações ampliadas, sala de computadores, uma excelente quadra de esportes, novas salas de aula, novos pavimentos, graças aos esforços de seus diretores: Padre José Luiz, Padre Cristóbal e Padre Roque, não se esquecendo de dizer que outros também têm seus nomes na lista dos reformadores, como Padre Fernando, Padre Pedro, Padre Carlos, que renovou as aulas de música com a criação de um coral de jovens e crianças. [...]

Fazendo parte do COLÉGIO SÃO JOSÉ, foram criados Cursos de Contabilidade. E padre Roque criou o curso profissionalizante de Magistério (curso modulado), em 2002. Possui o Colégio São José cursos de 2º grau de três séries e que funciona desde 1997 pela manhã. (RELATO ESCRITO - PROFª. CONCEIÇÃO).

Percebe-se nos depoimentos que a memória da escola possibilita ao pesquisador o reconhecimento e a reconstituição da história, com suas subjetividades e inter-relações. Confirmam-se as palavras de Le Goff (2003), de que a história é duração, de forma que o passado é ao mesmo tempo “passado e presente”. Esse fato é demonstrado também no relato oral da Profª. Maria Conceição Avelino Oliveira, que conta sua vivência no Colégio São José. Por meio da memória, ela conta a história, informando sobre fatos passados e ainda bem presentes em suas lembranças, como a estrutura física da instituição, o currículo escolar, metodologias utilizadas, material didático, numa visão que envolve sentimentos,

subjetividades, enfim percebem-se as singularidades presentes nas expressões, na ênfase ao falar, no olhar...

A sala era com carteiras formadas por bancos compridos, uns mais altos para escrever, e outros baixos para sentar. O material era um lápis, caneta ou pena, tinteiro e caderno. A escola era mantida por subvenções vindas do Rio de Janeiro (associação de patronesse e irmãs religiosas que ajudavam com materiais)[...].

Naquela época, as atividades eram desenvolvidas durante quatro anos, 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série, assim nós chamávamos. As disciplinas eram Português, Matemática, História do Brasil e Geral, Geografia do Brasil e Geral, Línguas: Francês, Latim, Inglês. Estudávamos também Moral e Cívica, Educação Física, Economia Doméstica, Canto Orfeônico etc.[...]

O material didático que eles usavam, lembro-me bem que era o quadro negro e o giz; alguns mapas no momento das aulas de Histórias e Geografia; para desenho nós tínhamos um caderno branco, folha grande lisa, também o compasso, os lápis de cores, etc. Não tinha muito material não, como hoje, não, eram aulas muito bem dadas, professores que falavam português corretamente, que exigia que falássemos certo também, que lêssemos certo e nós naquela época falávamos corretamente o português o latim, pois eram aulas muito bem ministradas e nós não tínhamos o que fazer e mergulhávamos nos livros ...Os passeios eram poucos e nossa obrigação era estudar.

Ao se reconstituírem memórias, possibilitam-se novas significações e a percepção das diversas categorias que constituem as inter-relações. Passa-se, portanto, por um processo de reinvenção, de forma que se percebe, no depoimento da professora Conceição, um mergulhar na memória do cotidiano da época, evocando cores, luzes, enfim as singularidades do momento. Diante das lembranças da professora Conceição, percebem-se hábitos culturais de Corrente, os valores estabelecidos naquela época. Segue a foto da sede do Colégio São José (hoje).



ILUSTRAÇÃO 14: Colégio São José  
Fonte: Arquivo da autora, 2005.

Tem-se, portanto, nas memórias da professora a reconstituição da história dessa instituição. Perceber a história significa participar da influência do presente, de forma que não se busca apenas uma influência do passado, “[...] mas, além disso, uma seleção do que é considerado importante. A memória constrói, reconstrói, reelabora e ressignifica o passado” (FERRO, 2000, p. 22), tornando-se possível uma melhor compreensão do processo.

Assim, busca-se no próximo item, por meio da memória, reconstituir novas histórias sobre outras sementinhas que contribuíram para a educação de Corrente.

#### 4.2.3 Outras instituições de Educação Básica em Corrente

Reconhece-se a educação como um processo, desta forma procura-se reconstruir a história das instituições que deram as bases da formação inicial do educando, fornecendo-lhes subsídios na construção do processo educativo, que resulta no objeto de estudo aqui pesquisado: a educação superior.

Segundo Lopes e Galvão (2001, p. 44-45), “o próprio objeto que se estuda certamente vai mostrar que só é possível compreendê-lo quando posto em relação com outros objetos, aspectos, fenômenos [...]”, assim, procura-se compreender o processo de educação superior sem perder de vista a educação como um sistema contínuo, que vai da educação básica até a superior.

Defini-se como sistema o “[...] conjunto de elementos, materiais ou não, que dependem reciprocamente uns dos outros, de maneira a formar um todo organizado” (LALANDE, apud SAVIANI, 2000, p. 8-9). Para Saviani (2000), a própria noção de educação básica e superior determina uma continuidade, demonstrando que ambas fazem parte de uma mesma unidade. Com o fim de apreendê-la, lança-se um breve olhar sobre as primeiras sementes da rede pública de educação, responsáveis pela socialização efetiva do saber e dos recursos para apreendê-lo e transformá-lo, pois é essa a finalidade da educação que se deseja. No entanto o que se observa é que as escolas não têm cumprido a finalidade da educação desejada (RIOS, 2002). Entretanto não se procura aqui uma análise da educação, nem da finalidade da escola; propõe-se apenas um levantamento das instituições, no intuito de um breve histórico das mesmas. Assim, segundo Edilson Nogueira (2002), a sementinha do ensino público foi plantada com a edificação do Grupo Marquês de Paranaguá, no ano de 1929, que tinha como diretora e primeira professora do ensino público estadual piauiense a Prof. Maria Luiza Nogueira, chamada por todos de Biia.

Para reconstituir a história das primeiras escolas públicas de Corrente, foram de grande valia as memórias da historiadora e professora Edy Guerra Nogueira:

A 1ª. Unidade Escolar estadual de Corrente, Unidade Escolar Marquês de Paranaguá. A primeira Prof. Estadual, Maria Luiza Araújo Nogueira. Atualmente na sede temos as seguintes Unidades Escolares Estaduais – Cel. Justino Cavalcante Barros; Unidade Mario Lobato; Unidade João Cavalcante; Unidade Manuel da cunha; Unidade Dr. Dionísio Nogueira.

A primeira Unidade Escolar Municipal de Corrente, Unidade Escolar Mário Nogueira, construída na gestão de Dr. Josué José Nogueira, com recursos federais do MEC, conseguidos por Dr. Onésimo Nogueira Filho.

Unidades Municipais na sede: Unidade Firmino Marques Maciel: Judith Cavalcante, Orley Cavalcante, Marinho Lemos, Luiz Avelino.

No interior – região do Araticum- espaçosa Unidade Escolar na gestão do Dr. Filemon Nogueira, com apoio do Pólo Nordeste. Escolas Municipais: Pau de Terra, Sta. Marta, Araçá, Riacho Grande, Vereda, Boqueirão, Fazenda de Cima, Beira o Rio Corrente, Paraim, Vereda da Porta, Batalha, Caxingó, Riacho Escuro, Varzinha, Pastores, Limeira, Cipó.

Observam-se também outras sementinhas como as que deram origem ao “EDUCANDÁRIO LUSTOSA SOBRINHO”, escola fundada em 1959, sob a direção de Cândido Carvalho Guerra e Idália Lustosa Cavalcante Guerra, funcionando em nível de primário até a 4ª série até 1998. Por meio da memória do ex-diretor, escritor e educador, Sr. Cândido Carvalho Guerra, torna-se possível conhecer os motivos e os sentimentos que levaram à implantação dessa escola:

Eu, sondando essas escolas públicas por aqui, eu notei o seguinte: já depois que havia a Escola Normal do Instituto, muita gente se formava e depois de formada é que viria a nomeação, só que essa nomeação vinha, geralmente os governadores eram do mesmo partido, vinham, mas os professores não tinham interesse de ensinar os meninos, e eu fiquei com muita pena lembrando de mim. Via os meninos sentados no chão, os professores chegavam, matriculavam e iam dá palestra pra lá, não tinham muito interesse em ensinar, achei que deveria ter uma escola intermediária que ensinasse filhos de pobres, disse: “eu vou criar uma escola, vou criar uma escola pra esses meninos pra hora que eu tiver tempo”. Eu só trabalhava um turno, para eu dar de graça essa escola a eles. Aí nesse tempo era Deputado o Dr. Lustosa Sobrinho. Eu falei com ele, ele disse “olhe crie a escola que eu vou criar a subvenção ordinária pra você”. Eu chamei os pais, porque naquele começo eu não tinha nada para essa escola, eu não tinha dinheiro, eu não tinha... só tinha a minha vontade mesmo.

Mas tinha muita pena desses meninos que queriam aprender e não aprendiam. Mas aí eu convoquei os pais aqui em casa e disse a eles que eu ia começar aquela escola e queria a cooperação deles, que eles me dessem, que me ajudassem pelo menos enquanto eu fizesse o prédio, com o que eles ganhassem em um dia de serviço eles me dessem por mês, enquanto eu fazia a escola. Aí escrevi o estatutos dessa escola, mandei para o MEC, eu criei a escola com o nome de Educandário Lustosa Sobrinho, em 1959. Como eu não tinha prédio para ensinar e pedi ao diretor do Marquês de Paranaguá, que eu não me lembro nem quem era, sei que me cederam, na parte da tarde, ele me cedeu, eu não lembro nem o nome, onde é hoje o Banco do Brasil.

Dessa forma percebe-se que o Educandário Lustosa Sobrinho nasceu do desejo de um educador, que somente aos 16 anos conseguiu estudar e, de acordo com suas palavras, não

mais deixou de ler e estudar, já escreveu vários livros, continuando dessa forma dando sua contribuição para a educação não só de Corrente, mas de todo o Estado.

Segundo o entrevistado, a letra do hino do Colégio São José foi por ele escrita, assim como outros hinos. O Prof. Cândido Guerra relata que todos os documentos do Educandário foram extraviados, queimados, fato que lhe traz muita tristeza, pois a memória de sua escola ficou comprometida, não restando nenhum documento em arquivo.

Nesse processo, percebe-se que novas instituições surgem, pois outros (as) educadores também se sensibilizaram e semearam novas sementes, dando origem à ESCOLA VOVÔ ANTÔNIO ROCHA: sementinha evangélica contribuindo na formação de cidadãos críticos e agentes de mudanças. A seguir a foto da atual sede da escola.



ILUSTRAÇÃO 15: Frente da Escola Vovô Antônio Rocha  
Fonte: Arquivo autora – Em Junho 2005.

Mais uma sementinha da educação básica, tem sua história reconstituída por meio da memória. A Prof<sup>ª</sup>. Keila Rosane Rocha Nogueira, atual diretora e filha da fundadora da escola “Vovô Antônio Rocha”, Professora Elyene Nogueira Rocha Custódio. As duas, contam esta história:

Tudo começou assim: A professora Eliene Nogueira Rocha Custódio, com vasta experiência em educação, sendo uma das pioneiras no ensino do Magistério na cidade de Corrente, com o incentivo e apoio de um grupo de mães desta comunidade fundou a escola “Vovô Antônio Rocha”. Isto se deu em 10 de março de 1984, com 43 alunos com idade escolar entre 3 e 6 anos. Em 1987 iniciou a primeira turma de 1ª série e em 1988 já tinha 93 alunos matriculados do maternal à 2ª série. Em 1990 concluiu a 1ª turma do maternal à 2ª série. Em 1990, concluiu a 1ª turma de 4ª série. A escola se firma na cidade com os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola tem o nome de Antônio Rocha, em homenagem ao pai de sua fundadora. A atividade escolar teve início na casa, no centro da cidade, onde morava a professora Elyene, seu esposo senhor Jesy Custódio de Souza, e seus filhos

Eduardo Antônio Nogueira Rocha Custódio e Keila Rosane Rocha Nogueira. Aos poucos a casa foi dando lugar ao prédio escolar. Em 2000, com a bênção de Deus e o apoio de pais, familiares e amigos, a casa foi totalmente derrubada para dar lugar a um prédio moderno, com salas arejadas e espaçosas. Pedagogicamente a escola também cresce, dando início, em 2002, ao Ensino Fundamental II de forma gradativa, com a 5ª série. Hoje a escola oferece os cursos de Educação infantil e Ensino Fundamental – 1ª a 8ª série com 244 alunos. Em dezembro de 2005, se formará a 1ª turma da 8ª série da escola. Professores qualificados e comprometidos, funcionários pais e alunos formam a grande família Antônio Rocha. A professora Elyene hoje, com 66 anos, conta com seus filhos Eduardo e Keila, professores, matemático e psicopedagoga, respectivamente, na administração da escola, com projetos de continuar crescendo, se modernizando, mas mantendo a filosofia inicial da mesma. *“Oferecer educação integral baseada nos princípios de moral e pedagogia cristã, fomentando valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos e agentes de mudanças em sua comunidade”.* (Projeto Político Pedagógico da escola - PPE).

No decorrer dos 21 anos de existência, muitos são os ex-alunos e professores que por aqui passaram. Com certeza levaram consigo e deixaram também as marcas do amor vivenciado nas diversas atividades educacionais aqui, na Escola Antônio Rocha. (KEILA ROSANE E ELYENE NOGUEIRA).

O relato supracitado possibilita ao leitor conhecer a história da Escola Vovô Antônio Rocha, contada por seus fundadores. Não se procura nesse momento penetrar no dia-a-dia da escola, nem em seus métodos de ensino ou nas relações existentes. Busca-se, somente, conhecer essa história e reconhecer a relevância de todas essas instituições na construção de um processo histórico. A escola mantém-se como mais uma opção de ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e médio), funcionando a educação infantil desde sua instalação e contando hoje com o ensino fundamental, como se pode constatar na entrevista transcrita.

As sementes continuam sendo plantadas, agora semeadas por outro grupo de “filhos da terra”, pessoas que desde o início sofreram as agruras do processo de educação em Corrente, tendo que sair de casa e enfrentar estradas difíceis, caminhos tortuosos em busca de saber. Este grupo composto de médicos, professores, odontólogo, bioquímicos, enfermeiras, técnicos, entre outras pessoas que já haviam trilhado o caminho da educação básica, média e superior, conhecedores das dificuldades que passaram, se mobilizaram e lutaram pelo ensino de Segundo Grau em Corrente (hoje Ensino Médio).

Aproveitando a vontade política do Governador Alberto Silva, um grupo de profissionais favoreceu-se da teia de relações necessárias, tendo como seu representante o Padre Getúlio, que, a pedido desse grupo, composto por Dr. Flávio Aurélio Nogueira (médico), que tomou a frente desse empreendimento, juntamente com Dr. Jenison Nogueira (odontólogo), Elyene Nogueira Rocha Custódio (professora), Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira (veterinário e professor), Stélio Julião Jadine Guerra (professor de Matemática),

Edy Guerra Nogueira (professora de História e Português), Noemi Frasão Nogueira (enfermeira e professora), Helder Aires de Sousa (bioquímico), Prof. Raimundo Turíbio Galvão Neto (em memória); Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira (estudante de enfermagem), Edilene Marques Lustosa do Amaral Nogueira, entre outros que lhes deram apoio no trabalho realizado.

Assim se conseguiu que fosse (im)plantada mais essa semente, que proporcionou aos filhos de Corrente, principalmente aos empobrecidos, no decorrer da história, a oportunidade de galgarem o ensino público de Segundo Grau (atual Ensino Médio). Aqueles professores, por mais de ano, prestaram serviços gratuitamente para a comunidade.

Foi desta maneira que se implantou o COLÉGIO DR. DIONÍSIO NOGUEIRA: continuidade da germinação dessas sementinhas que possibilitaram à comunidade mais carente realizar sonho da Educação Superior.

Buscou-se também nos apontamentos da Professora Elyene Nogueira Rocha Custódio (na época diretora da instituição) a história da primeira instituição de ensino médio, na época “Ensino de 2º Grau”. Transcreveu-se o rascunho da professora para a realização de uma palestra em uma solenidade do colégio:

Dia trinta (30) de abril de 1988, na cidade de Corrente (PI), concretizava-se um sonho alimentado por muitos de seus filhos, principalmente de educadores que sentiam de perto a ansiedade de muitos jovens, cuja renda familiar não lhes concedia o direito de cursarem o 2º grau em escolas particulares.

Foi plenamente gratificante presenciarmos, na Casa da Cultura, a fundação do 2º Grau da Rede Estadual de Educação do Estado do Piauí; Claro que foi um desafio e muitos obstáculos tiveram que ser contornados para realização do sonho cuja única finalidade é servir ajudando a construir uma sociedade melhor.

Não podemos deixar de agradecer a Deus pela vitória e a muitas pessoas generosas que contribuíram para que as pedras da trajetória fossem contornadas e os problemas fossem vencidos.

Aqui citaremos Padre Getúlio Alencar, respeitado educador que, atendendo ao apelo insistente do médico Dr, Flávio Aurélio Nogueira, lutou e pessoalmente veio nos entregar o grande presente: o Segundo Grau da Rede Estadual de Educação do Estado do Piauí, sediado em Corrente, na 15ª Regional de Educação . E os heróicos professores e funcionários que se empenharam na luta, a principio sem qualquer remuneração, com a finalidade única de servir. A eles a gratidão sincera de todos os que se têm beneficiado dos ricos ensinamentos deste curso. Foram eles:

Diretora: Profª. Elyene Nogueira Rocha Custódio

Secretária: Edilene Marques Lustosa do Amaral Nogueira

Professores: Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira

Stélio Julião Jadine Guerra

Edy Guerra Nogueira

Noemi Frasão Nogueira

Helder Aires de Sousa

Flávio Aurélio Nogueira

Teresinha de Jesus A. Magalhães Nogueira

Jênisson Rodrigues Nogueira  
 Mirian de Oliveira Folha  
 Raimundo Santana  
 Liana Nogueira Chaves Mascarenhas  
 E outros.

Na solenidade de fundação ficou registrada em ata que o 2º Grau da Rede Estadual de Educação do Piauí em Corrente, recebesse o nome de Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira, homenageando assim um médico, ilustre filho desta terra.

E agora que devemos fazer e enfrentar?  
 Iniciamos o nosso trabalho com amor, coragem e muita vontade de servir aos jovens que, sedentos pelo saber, chegavam às nossas salas de aula. Entretanto não imaginávamos que ao meio de tanta solidariedade e alegria de muitos, aparecessem as picadas de espinhos com as críticas destrutivas, descrendo na legalidade do curso. Assim, para tirar “dúvidas”, veio de Teresina um técnico da Secretaria de Educação e juntamente com a diretora elaboraram o regimento, e no dia 04 de abril de 1988 foi remetido à secretaria que o aprovou.

Ganhamos aos poucos a credibilidade da sociedade e na primeira turma de formandos tivemos a grande felicidade de ver dois dos nossos alunos aprovados no vestibular: Odílio Cândido França Guedes, hoje ocupando cargo de destaque em Linhares (ES) e um filho de Gilbués, honrando o nosso curso em Brasília (DF).

E o processo foi se desenvolvendo e mais ex-alunos conseguindo aprovação e com os cursos da UESPI em nossa cidade, em 1998, sete dos alunos conseguiram aprovação no vestibular. Só podemos hoje dizer:  
*“Até aqui nos ajudou o Senhor”* (PROFª. ELYENE NOGUEIRA ROCHA CUSTÓDIO).

A UNIDADE ESCOLAR DR. DIONÍSIO NOGUEIRA hoje funciona em sede própria (conforme foto) inaugurada em 2005, pelo atual governador Wellington Dias e seu Secretário de Estado Prof. Dr. Antonio José Medeiros (sonho de lutas antigas que se concretizou).



ILUSTRAÇÃO 16: Unidade Escolar Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira. -Vista da Frente do Colégio e uma das Salas de Aula.  
 Fonte: Arquivo da autora, 2005.

Percebem-se, portanto, situações que antecederam a implantação da educação superior e que são fundamentais na dinâmica de construção desse processo. Dentre essas

situações, tem-se a implantação do ensino público em Corrente, neste caso do Ensino Médio, observando-se que os professores da rede pública são os mesmos da rede privada e também, em maioria, são professores do campus da UESPI em Corrente.

Outra sementinha, plantada foi o “REINO ENCANTADO”, sob a direção da Prof<sup>a</sup>. Ana Alice de Aguiar, ministrando a educação infantil e o ensino fundamental de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série. Essa semente pertencia à rede de ensino privada, iniciando em 1989, semeou a educação até o ano de 2004. Localizava-se a Rua do Estudante s/n, no centro da cidade de Corrente – PI tinha por diretora Ana Alice Souza Aguiar e por secretária Maria da Conceição Sirqueira de Souza.

A professora Ana Alice, formada em Pedagogia pela primeira turma da UESPI em Corrente, realizou sua Pós-graduação em Docência do Ensino Superior também em Corrente, pela Universidade Estadual. Permaneceu na direção da escola no período de 1993 até 2004. Conforme a professora “a escola foi fundada em 1989 por João Batista Souza Aguiar, em 1993 ele passou para mim, Ana Alice de Souza Aguiar, que deu continuidade até 2004. Em 2005, foram paralisadas as atividades”.



ILUSTRAÇÃO 17: Escolinha Reino Encantado; Desfile /1999  
Fonte: Arquivo da Professora Ana Alice, 2005.

As duas fotos representam os momentos que mantêm vivas as lembranças da Escolinha Reino Encantado: podendo-se perceber o uniforme das alunas entrando na escola e o tradicional “desfile do dia 7 de Setembro”, que era realizado pela escola.

A escola possuía “sede própria com uma estrutura composta por 7 salas de aula, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 cantina, 03 banheiros, uma área para lazer com devida segurança e brinquedos adequados para os alunos”.

Neste momento se pretendeu lançar apenas um breve olhar sobre a existência dessa sementinha que, apesar de ter encerrado suas atividades prestou um relevante trabalho à sociedade de Corrente.

Continua-se a reconstituição da história das sementinhas do saber, colocando-se outra instituição que veio dar continuidade à ação da rede privada, o COLÉGIO ALTERNATIVO DE CORRENTE (foto – atual sede). Essa semente foi plantada pelas professoras Noeme Rocha Barros, Cleonice Moreira Lino e Raimunda Maria Ribeiro da Cunha, e se iniciou com o curso de Segundo Grau.



ILUSTRAÇÃO 18: Colégio Alternativo de Corrente.  
Fonte: Arquivo particular da autora, 2005.

Segundo a atual diretora do Colégio “a escola foi fundada por Noeme Rocha Barros, Cleonice Moreira e Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, no dia 10/10/1996. Começou a funcionar efetivamente em fevereiro de 1997. Noeme (diretora geral), Cleonice e Raimunda” (DIRETORA PEDAGÓGICA).

A professora Noeme expõe que o Colégio surgiu do ideal das educadoras supracitadas, cuja contribuição para a cidade tem sido “através da Pedagogia de projetos com promoção de eventos que ultrapassam a conscientização, efetivando ações significativas para a solução dos problemas da comunidade correntina”.

Assim, de acordo com informações da secretária do Colégio, Lenice Helena Rocha Barros, ele teve seu início, com o Curso de Formação de Professores na modalidade Normal em Nível Médio, posteriormente o “Científico”, tendo hoje quatro turmas de Ensino Médio, sendo 2 (duas) de terceiro ano (uma última turma de Normal). O Colégio, desde o início funciona com o Ensino Fundamental (8 turmas) e Médio. A partir do meio do ano de 2004,

iniciaram as turmas de Pré-Vestibular. Atualmente o Colégio mantém como Diretora Geral a Profª. Noeme e a Profª. Cleonice como diretora pedagógica.

Pelo exposto, pode-se perceber que Corrente tem sua educação básica bem servida de escolas públicas e privadas, sendo todas sementes que contribuíram e contribuem para a efetivação do sonho da educação superior, tema do próximo subitem.

### 4.3 A Educação Superior em Corrente

Foram muitos os obstáculos enfrentados para que os sonhos de implantação de uma educação superior se tornassem realidade. Como se percebe na reconstituição dessa história, muitos lutaram para que os ideais se transformassem em realizações.

Inicialmente, caminhou-se para um Centro de Ensino Superior do Vale do Paraím (CESPARAIM), mantido pela Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (FESPI), em um ideal de uma universidade comunitária, que não teve prosseguimento, mas que representou o passo fundamental para que se continuasse a caminhada, de forma que, no primeiro momento, teve-se a presença da Universidade Federal do Piauí – UFPI, a qual, mesmo por um certo período, possibilitou convênios com a Universidade Estadual e promoveu o primeiro vestibular de Corrente. Posteriormente assume a Universidade Estadual do Piauí – UESPI-campus de Corrente, hoje presente no sul do Piauí.

O que se percebe é que um sonho antigo de uma universidade se concretizou. Um esforço político? Não! O resultado de lutas dos filhos de Corrente. Colocam-se as fotos do campus construído pelo Governo Federal para uma universidade em Corrente: hoje UESPI.



ILUSTRAÇÃO 19: Campus de Corrente – UESPI – direita: entrada do prédio; Esquerda: quadra de esporte.

Fonte: Arquivo particular da autora, 2005.

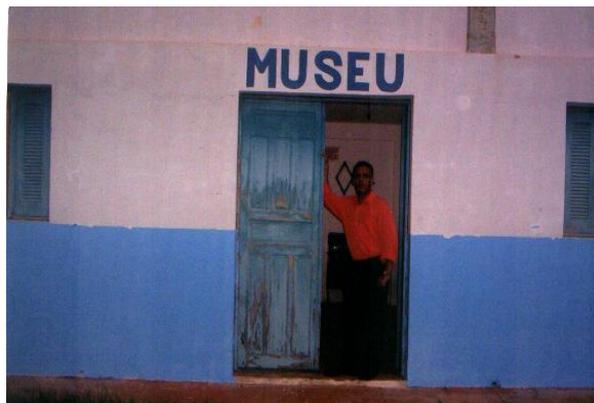


ILUSTRAÇÃO 20: Esquerda – Biblioteca (mesmo acervo desde a fundação); Museu (Prof. Edílson - historiador e advogado – organizador do Museu).

Fonte: Arquivo particular da autora, 2005.



ILUSTRAÇÃO 21: Auditório, alunos do curso de Zootecnia.

Fonte: Arquivo particular da autora, 2005.

A universidade em Corrente é o fruto de um ideal antigo que foi se construindo, da educação básica até uma universidade pública, deixando de ser um sonho e tornando-se realidade. Mas, como tudo isso aconteceu? Expõe-se em seguida como esse projeto foi idealizado.

#### 4.3.1 O ideal de Educação Superior em Corrente: perspectiva de uma universidade comunitária

Como já citado há muito se pensa em uma universidade para a cidade de Corrente. A educação superior, portanto, acontece imbuída por um desejo da comunidade, nas inter-relações entre a comunidade e seus representantes políticos, confirmando-se assim as palavras de Roberto Damatta (2000, p. 83):

[...] prestígio social é algo que se localiza na teia de relações – e nas relações – tanto quanto nos indivíduos, uma pessoa pode efetivamente colocar à disposição de outras suas redes de relações pessoais, fazendo com que todas as instituições sociais possam subitamente se tornar eficientes.

Nos depoimentos transcritos, destaca-se a força dessas relações, do prestígio e da vontade de filhos de Corrente para a implantação de uma universidade.

Inicialmente têm-se as memórias do professor da Universidade Federal, residente em Corrente e ex-diretor da UESPI - campus Corrente, Dr. João Rocha Mascarenhas. Ele descreve como surgiu a idéia de uma universidade na cidade de Corrente.

O professor Camilo foi reitor da FUFPI, muito identificado com essa região. Inicialmente pela presença do Projeto Piauí quando aqui esteve que, naquela oportunidade, era um órgão da Universidade Federal. Posteriormente, mais especificamente em 1990, o professor Camilo nomeou uma comissão e essa comissão constituída pelo Prof. Fabiano Cristo Rios Nogueira, o Prof. Edimar Rodrigues Júnior e o Prof. João Rocha Mascarenhas (que lhes fala), para que na oportunidade elaborasse uma proposta de um Colégio Agrícola aqui em Corrente pela Universidade Federal, nos moldes do Colégio Agrícola de Teresina, de Floriano e de Bom Jesus hoje. No ano seguinte, mais precisamente em meados de 1991, o Prof. Camilo nomeia nova comissão constituída por três nomes, eu não me recordo precisamente quem foram os professores naquela época, mas asseguro que eram professores do Colégio Agrícola e do CCA, e nós, novamente pra que fizéssemos uma avaliação não apenas em Corrente, mas em toda a região, de uma proposta para criação de uma Escola de Veterinária na região. Isto porque é do conhecimento de todos vocês da população e do Estado, que o sul do estado é uma região conhecida pela sua vocação, ou pela sua intimidade com a pecuária. Basicamente a proposta do professor Camilo, ela foi transmitida para o Prof. Charles e posteriormente continuamos o trabalho do Prof. Camilo já depois que deixou a reitoria [...] e o Prof. Charles que ficou em Teresina que veio a ser inicialmente vice-reitor e posteriormente reitor da Universidade, deu continuação a sua vontade e desenvolveu o trabalho que o pai gostaria de desenvolver na Região (DR. JOÃO ROCHA MASCARENHAS).

As palavras do professor João Rocha se confirmam no depoimento do ex-reitor da Universidade Federal do Piauí, Prof. Dr. Charles Carvalho Camilo da Silveira:

No reitorado do Professor José Camilo da Silveira Filho, houve uma ação no sentido da interiorização da Universidade. Foram criados os Campi de Picos, de Floriano e havia a intenção de criar em Bom Jesus e em Corrente. Em Bom Jesus, foi criado o Colégio Agrícola de Bom Jesus e, em Corrente, diante das dificuldades de ordem orçamentária e financeira, não foi possível a concretização desse sonho de instalação de um espaço próprio da Universidade para desenvolver as suas atividades daí a ação dos políticos da região no sentido de possibilitar com a Fundação Comunitária, com a ação do Ministério da Educação, com a ação da Universidade uma junção de esforços para se iniciar a administração de cursos de terceiro grau naquela região. Eu apenas observo o seguinte, que a grande dificuldade que nós tivemos durante todos esses anos e que permanece é a falta de definição de uma política de interiorização das Universidades públicas brasileiras (DR. JOÃO ROCHA MASCARENHAS)

Essas idéias inicialmente não se concretizam, sendo inúmeros os motivos, principalmente a distância de Corrente, mas, diante dessa primeira proposta não ter se

efetivado tem-se a continuidade desse processo na fala do Prof. João Rocha Mascarenhas, que, desde o início, participou do processo de implantação de uma universidade:

Posteriormente, no segundo semestre de 1987, na corrida à procura de terras em grande quantidade e custo extremamente barato, eis que chega a Corrente um grupo de gaúchos com esta finalidade, entre eles o vice-reitor da UPF, professor Agostinho Both. Nos dias que estive em Corrente, contatou com pessoas ligadas à educação (IBC e São José), com agropecuaristas e várias outras pessoas da comunidade. Sentindo a vocação da região e o desejo do povo pela implantação do ensino superior em Corrente, nos procura informado de que éramos professor da Universidade Federal do Piauí. Deste primeiro contato, recomendamos que ao retornar ao Rio Grande do Sul, mantivesse contato com o Dep. Jesualdo Cavalcante (PROF. JOÃO R. MASCARENHAS).

Nesse primeiro momento percebe-se que essa idéia apesar de ser antiga entre os correntinos, foi impulsionada por um visitante gaúcho da cidade de Passo Fundo. Segundo o depoente, ele foi encaminhado para os políticos da região, como se pode comprovar na transcrição abaixo:

O deputado se interessou pela idéia e imediatamente o fez chegar ao ministro da Educação, senador Hugo Napoleão. O ministro convoca seu secretário, Prof. Camilo da Silveira, discutem a questão e decidem levar o projeto a termo. Nomeia uma comissão constituída por técnicos e professores da comunidade de Corrente e determina que fizessem uma viagem a Passo Fundo para verificar se o modelo educacional que aquela instituição praticava era o que se desejava para Corrente. Com o decorrer do tempo toda a população se mobilizou para a criação da nossa universidade. As igrejas (Batista e Católica), os colégios (IBC e São José), agricultores, pecuaristas, comerciantes, prefeituras, escritórios, enfim houve uma mobilização geral. No dia 26 de fevereiro de 1988, na Casa da Cultura, reunimos todas as pessoas e instituições representadas, quando passamos para a população o relatório da viagem a Passo Fundo e discutimos o aspecto jurídico da instituição a ser criada. Reconheço que foi o momento mais emocionante de minha vida, quando via Prefeitos, Pastores, Padres, Pecuaristas e pessoas mais humildes possíveis, fazendo as suas doações. Reconheço que foi o primeiro e grande momento PRÓ-FESPI. Corrente, naquela época, como hoje, congregava através da educação e do comércio todas as outras cidades circunvizinhas da região, principalmente pela presença dos colégios IBC e São José, tradicionais na região e no estado.[...] Preocupados com a seriedade e a extensão do projeto, uma das nossas primeiras providências foi a capacitação do futuro corpo docente da instituição. Para tanto, a UPF foi contratada para nos assessorar, oferecendo o curso de Pós-graduação *Latu sensu* fora da sede, em Metodologia do Ensino Superior. Os nossos alunos e futuros professores da época são hoje os professores da UESPI em Corrente, nos seus mais variados cursos ou áreas (PROF. JOÃO ROCHAMASCARENHAS).

Têm-se aí as primeiras informações acerca da história da Educação Superior em Corrente, o desenrolar dos primeiros sonhos. Nesse sentido, como diz Lopes e Galvão (2001, p. 83), “a sensibilidade do pesquisador é convocada, tanto quanto seu rigor, para analisar o que tem em mãos [...]”, logo, esse contato com o Prof. João Rocha possibilitou o acesso a documentos como a ata de reunião na Casa da Cultura, realizada pelo Dr. João Rocha, conforme citado; a ata da implantação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí e demais documentos que corroboram o afirmado no relato supracitado..

Considera-se aqui a visão de Halbwachs (1990, p.60), de que “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”. Assim, busca-se na memória de outros protagonistas dessa história a confirmação dos depoimentos anteriores e a procura de novos fatos, de elementos que possam vir a surgir na confrontação dessas memórias, pois estas, ao se tornarem experiência vivida, apresentam-se estreitamente limitadas pelo tempo e pelo espaço.

Valorizando-se a memória, buscou-se o Prof. Ibanês Rocha Barros, professor da UESPI e mestre em Educação, na área de Política e Administração Educacional, pela Universidade Católica em Brasília. A história é contada de acordo as lembranças do cotidiano vivenciado pelo depoente naquela época:

Eu participei da criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESP, na época que se pretendia instalar em Corrente uma universidade comunitária, nos moldes da Universidade de Passo Fundo – UPS. Surgiu com um encontro do Agostinho Both, a Salete, e vários outros professores da região de Passo Fundo que vieram conhecer Corrente e tiveram a oportunidade de externar o pensamento. A universidade comunitária é uma universidade que é do povo, é o povo que colabora para a manutenção, bem como as prefeituras locais e, essa idéia já deu frutos em várias partes do país, principalmente hoje na região de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, onde existem várias universidades comunitárias, mantidas realmente pela comunidade, pelo pessoal. Eu fiz parte da primeira comitiva, numa seleção de professores para fazer a Pós – Graduação em nível de especialização lato sensu. As aulas foram dadas em Corrente e complementadas em Passo Fundo, foi uma experiência muito boa, porque conhecemos a realidade. Hoje a Universidade de Passo Fundo é referência e é ponto de apoio de todas as prefeituras na área de Educação (PROF. IBANÊS R. BARROS).

Os relatos vão se confirmando, como se pode perceber nas palavras do Prof. Ibanês, supracitadas, também as lembranças do Dr. Jesualdo Cavalcante Barros (na época o deputado federal que intermediou a implantação junto ao Governo Federal) e, em seguida, a entrevista da Professora Mirian Folha, que fez a Pós-graduação na Universidade de Passo Fundo.

[...] com a chegada dos produtores do sul do país, nós fizemos contato com o vice-reitor da Universidade de Passo Fundo - Rio Grande do Sul, que era também uma universidade de cunho comunitário e nós escolhemos como modelo esta Universidade de Passo Fundo. Logo, esse vice-reitor que era o Prof. Agostinho Both, se interessou em nos assessorar, tivemos também a felicidade do Ministro da Educação ser um piauiense o senador Hugo Napoleão, então nós propusemos ao Ministério da Educação, fizemos um proposta no sentido de que o Ministério assumisse os encargos financeiros, quanto a estruturação de uma Fundação Comunitária, no caso a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí, conhecida como FESPI. O Ministério abraçou a idéia, logo celebrou o convênio, logo a Universidade de Passo Fundo foi contratada para prestar esse assessoramento e a partir daí até três anos depois nós já estávamos com tudo estruturado, isto é, o prédio construído com uma área de três mil metros e devidamente mobiliado e também todo o corpo docente, o futuro corpo docente já qualificado com o curso de Especialização em Ensino Superior, Metodologia do Ensino Superior. Avançamos muito, o azar que nós tivemos foi justamente a preocupação do governo de evitar a proliferação de escolas no interior, então o Itamar Franco... houve uma suspeição das concessões de novas autorizações e nós ficamos com tudo pronto: bibliotecas estruturadas, laboratórios instalados, sem condições de obter autorização para

realizarmos o primeiro vestibular. Daí surgiu a idéia de que tendo a antiga FADEPI, isso nós começamos em 1988, nosso primeiro vestibular tinha que ser realizado em 91, não deu para realizar justamente porque não saiu a autorização. Em 92 conseguimos, sensibilizar o governo do Estado para um convênio em que a Universidade Federal, assumiria ou daria o nome para realização do vestibular para Agronomia e a UESPI que ainda não era nem UESPI daria o nome para o vestibular de pedagogia (DR.JESUALDO CAVALCANTI BARROS).

Observa-se, na visão do Dr. Jesualdo, que houve a intenção de que a UESPI participasse inicialmente do primeiro vestibular, mas o fato é que ele foi realizado com dois cursos: Agronomia e Pedagogia, ambos pela Universidade Federal do Piauí, que inclusive forneceu os diplomas para essas turmas. Observa-se a presente influência das relações do então deputado federal com os demais que estão no poder.

Confirma-se na fala do Dr. Jesualdo o que já tinha sido dito pelo professor João Rocha, de que houve um impedimento legal que impossibilitou a criação da universidade comunitária. Veja-se também a história contada de acordo com a memória da professora Mirian Folha, uma das que participaram da viagem para qualificação dos futuros professores da universidade comunitária:

Bom, a idéia de uma universidade comunitária em Corrente surgiu na cabeça do professor Agostinho Both. Na época ele era vice-reitor da Universidade de Passo fundo –Rio Grande do Sul, e ele, tendo um sobrinho que pleiteava comprar uma fazenda em Corrente, fez uma viagem de Passo Fundo à Corrente e no caminho ele percebeu que Corrente era uma cidade muito longínqua e, ao chegar aqui, ele deparou com uma cidade pequena e um nível de instrução das pessoas muito elevado e, ele começou a pesquisar e soube da existência do Instituto Batista Correntino e do Colégio São José, duas escolas de educação básica que foram fundadas em Corrente há muito tempo e que todas as duas tinham uma história muito promissora, de resultados muito positivos. Então ele imaginou o seguinte, em uma cidade que já tinha uma educação básica tão consolidada já cabia uma educação de nível superior. E ele começou a entrevistar as pessoas na rua, aleatoriamente e, na cabeça dele, começou a surgir a idéia de se criar em Corrente uma universidade nos mesmos moldes de Passo Fundo, que é universidade comunitária, sustentada por prefeituras da microrregião de Passo Fundo. E ele então achou que aqui em Corrente uma universidade comunitária teria também o mesmo sucesso que uma universidade em Passo fundo. Fez várias reuniões, etc.; mas, na época esbarrou-se num decreto presidencial que impedia abrir cursos em cidades pequenas. Então a idéia da Universidade Comunitária foi indo até várias pessoas fazendo doações, terras, etc.; mas, quando se esbarrou num decreto que não podia abrir cursos em cidades pequenas, não tinha como surgir uma Universidade em Corrente, então a partir daí, já que a estrutura estava montada, na época Hugo Napoleão era ministro da Educação e Jesualdo era deputado, então eles carregaram muitos recursos para Corrente, os dois piauienses, Jesualdo correntino [...] (PROF<sup>a</sup>. MIRIAN FOLHA).

Pode-se perceber a confirmação da história nos depoimentos. Nesse caso a professora Mirian expressa exatamente o que já se tinha ouvido do professor João Rocha e do próprio Agostinho Both, quanto ao fato de ele sempre frisar que “se o Colégio Batista e o colégio Católico deram certo, a universidade comunitária pode dar certo também”. Percebe-se no Professor Agostinho Both o início de uma luta, acreditando no potencial do povo de

Corrente, baseando-se em experiências anteriores com a educação básica realizada pelo IBC e pelo Colégio São José. A prof<sup>a</sup>. Mirian Folha continua o depoimento, falando sobre os convênios realizados:

[...] carregaram recursos e construíram o prédio. Construído! E agora? Fazer o que? A opção foi fazer um convênio com a Federal, a Universidade Federal do Piauí, e Convênio este que durou só até a conclusão da primeira turma de Agronomia e a primeira de Pedagogia. Depois disso, a Federal não quis mais assumir, achou que seria um risco muito grande assumir cursos tão longe de Teresina, eles ficaram com medo da qualidade do curso, não sei o que eles gostariam que fosse. Então a solução foi Freitas Neto, quando era governador, instalar um campus da UESPI aqui em Corrente. Então de comunitária passou pra Federal do Piauí, de Federal do Piauí passou para UESPI e agora temos a UESPI (PROF<sup>a</sup>. MIRIAN FOLHA).

Observa-se que, quanto ao período de duração do convênio, este foi só de um ano, mas a UFPI ficou responsável por emitir os diplomas dessas duas primeiras turmas. Portanto, inicialmente teve-se a idéia de uma universidade comunitária aos moldes de Passo Fundo, que chegou até a qualificar professores para ministrarem aulas nessa futura universidade, como já foi citado na fala dos depoentes, sendo confirmado na fala da Prof<sup>a</sup>. Mirian, uma das professoras qualificadas pela Faculdade de Passo Fundo. Ela dá detalhes sobre esse momento:

A nossa ida a Passo Fundo [...] tudo isso valeu a pena como conhecimento, mas não como plano para implantar a universidade comunitária. Fizemos uma especialização em Metodologia do Ensino superior foi a Universidade que ministrou, os professores vieram em três etapas, a última etapa nós ficamos quinze dias lá na Universidade concluindo nosso curso... teve a cerimônia, etc. [...] Foi um ônibus da Real Expresso lotado, então 44 professores. Eles abriram para todo mundo em Corrente que tivesse o nível superior e tivesse interesse infelizmente muitos fizeram, mas não estão atuando em nível superior (PROF<sup>a</sup>. MIRIAN FOLHA).

O Prof. Ibanês confirma essas afirmações mostrando que o professor Agostinho Both e outras pessoas da comunidade participaram dessa história:

A minha participação como professor da UESPI, porque com a tentativa de implantar a universidade comunitária, nós conseguimos bons frutos porque o Ministério da Educação se sensibilizou com o problema e liberou verbas para a construção das estruturas físicas e dos laboratórios, temos hoje essa estrutura aqui agradeça ao na época Ministro Hugo Napoleão e aos políticos da região, principalmente a Jesualdo Cavalcante, que empenhou toda a bancada piauiense no sentido de conseguir, e foram liberados recursos e foram construídas as estruturas físicas da universidade. Com a não aprovação da universidade comunitária, do projeto de universidade Comunitária, a Universidade Federal do Piauí assumiu um convênio com a Universidade Estadual a UESPI, a manutenção dos cursos de Agronomia e Pedagogia, então tinha o apoio pedagógico da Universidade Federal e o apoio financeiro de professores da UESPI e com isso ela manteve e formou algumas turmas na área de Pedagogia e Agronomia. Logo em seguida a Universidade Federal do Piauí, por razões que nós até desconhecemos, retirou-se do Campus e da manutenção dos cursos, foi quando então a Universidade Estadual assumiu plenamente os cursos aqui em Corrente, isso nos idos de 1993, mais ou menos, se não me falha a memória (PROF. IBANÊS ROCHA BARROS).

Percebem-se, no relato do Prof. Ibanês, os diversos aspectos que constituíram a história da Educação Superior em Corrente-PI. Observa-se no aspecto das relações político-sociais o que Roberto Damatta (2000, p. 14) coloca como a capacidade que o povo brasileiro tem de se “[...] relacionar (ou pretender ligar com força, sugestividade e inigualável desejo) o alto com o baixo; o céu com a terra; o fraco com o poderoso; o humano com o divino, e o passado com o presente...”. Essas palavras do autor se confirmam nas afirmações dos depoentes, podendo-se perceber nas influências políticas dos filhos de Corrente, na época deputados e políticos que conseguiram ligar “o fraco com o poderoso”, possibilitando a construção da estrutura onde funcionaria a Universidade Comunitária, hoje sede da UESPI.

Procura-se reconstituir essa história também na visão do Professor Agostinho Both, que, por meio de um e-mail, narra a história (ANEXO H):

Aqui vão, em breves palavras, um pequeno relato de um grande esforço de integração entre a Universidade de Passo Fundo e a FESPI, do qual surgiu a experiência do ensino Superior do Sul do Piauí. É verdade as palavras não respeitam, nem contém, as preocupações, a atenção, as tensões, todos os movimentos, todos trabalhos, os sonhos postos nas terras de Corrente para que os jovens daquela região pudessem tornarem-se seres humanos excelentes e, por sua vez, pudessem tornar melhores as esperanças e as realidades da sua gente. Não são contados os profundos sentimentos de solidariedade, pois as lembranças nem sempre são fiéis a tudo e a todos. De uma coisa, porém, garanto: o que foi feito, foi feito com desprendimento de lucros ou qualquer outro bem material. A vida humana e sua grandeza podem ser medidas em pequena proporção por aquilo que foi feito, reunindo-se o respeito de Passo Fundo e de educadores verdadeiros de Corrente pelos jovens do Sul do Piauí.

Carinhosamente  
Agostinho Both.

O Prof. Agostinho Both mostra os motivos que o levaram até Corrente e posteriormente escreve sobre o ideal de uma universidade comunitária nesta cidade, tendo-o feito em e-mail com maiores detalhes (ANEXO H).

Percebem-se, nas informações dadas pelo professor Agostinho Both, as intenções de uma universidade comunitária, e mais detalhes sobre a sua implantação podem ser encontrado em seu livro. Em entrevista por telefone, ele fala sobre esse livro “Para onde vão nossas casas”, publicado em Passo Fundo em 1990, e encaminha a pesquisadora a procurar na obra a história de sua ida até Corrente, lugar em que ele identificou o desejo pelo conhecimento, pelo saber, explícito nas “gentes de Corrente”.

No livro, ele relata sua viagem e outros aspectos da história, mostrando os aspectos comuns entre o sul do país e o sul do estado do Piauí: “na terra agreste, seja do sul ou do norte, a força do homem emana do pé que se firma” (BOTH, 1990, 3).

Também Rodrigues faz essa associação entre aspectos semelhantes do sul do país e do Piauí. Segundo Rodrigues (1996, p. IX), o Piauí e o Rio Grande do Sul têm em comum serem “[...] frutos da penetração bandeirante e da expansão da pecuária, ambas realizadas no final do século XVII.” Assim, pode-se entender essa intensa migração de pessoas do Sul, principalmente do Rio Grande do Sul, para o do Piauí.

Nessa teia de relações, foi possível se concretizar o sonho de uma universidade. De acordo com o Dr. Jesualdo Cavalcanti, o Estado tem uma dívida com Corrente:

O Estado hoje detém o terceiro grau em Corrente, sem gastar um tostão. Quando foi estruturado a Universidade do Piauí, o Presidente da República assinou um Ato, um Decreto reconhecendo a existência de dois campi, Corrente e Parnaíba. Para construir o campus de Parnaíba, o Governo do Estado adquiriu o terreno, contratou a construção e gastou um mundo de dinheiro. Em Corrente, o campus avançado foi instalado lá sem o Estado gastar um tostão sequer, porque encontrou todo mobiliado inclusive com uma biblioteca com os títulos específicos para os cursos iniciais, que foram selecionados, de Agronomia e Pedagogia. E assim tem sido. Vê que a região mais pobre nossa, ou mais distante, mais difícil, carente de tudo, é justamente aquela que assume o encargo de praticamente manter o ensino superior. Vê que é uma dívida muito grande que o Estado tem para com a nossa região (DR. JESUALDO CAVALCANTI).

O que se percebe é que se tem uma universidade construída com verbas federais, conseguidas na época graças ao fato de que “aqui o quadro é dos amigos e correligionários que, uma vez no poder, terão tudo! E a lógica é das lealdades relacionais [...]”, confirmando-se mais uma vez as palavras de Damatta (1997, p. 87-88): “[...] a estratégia social e política mais visível no Brasil é a de buscar a relação”. Corrente teve o privilégio de ter um filho da cidade e um filho do estado compondo essa teia, se inter-relacionando de maneira positiva, o que possibilitou a implantação da universidade.

Graças a essa “[...] capacidade de relacionar numa corrente comum não só pessoas, partidos e grupos, mas também tradições sociais e políticas diferentes” (DAMATTA, 2000, p. 77-78), é que se tornou possível a realização do sonho de uma universidade em Corrente.

Destaca-se, no próximo item, alguns detalhes dessa história, reconstruindo-a a partir da visão do Prof. Agostinho Both, em seu livro “Para onde vão nossas casas”, no qual se encontra toda a subjetividade, os sentimentos de um gaúcho que se identifica com os ideais nordestinos de benefício público do que ele chama de “meu pedaço do sertão”. Assim, ele lança suas idéias, pois, como ele mesmo diz, “as idéias têm luz própria” (BOTH, 1990).

#### 4.3.1.1 A tentativa de uma universidade comunitária: integração dos ideais do sul do país com o nordeste piauiense

O professor Agostinho Both, em seu livro “Para onde vão nossas casas”, segundo Celi Costi Ribeiro, narra “a história do homem imigrante que sonha, chora, luta, sofre, enfrenta o desconhecido e acredita, acima de tudo que é capaz de vencer. [...] Na terra agreste, seja do sul ou do norte [...]”. Nesse livro, o Prof. Agostinho Both, utilizando-se de nomes fictícios, narra entre outras histórias, a sua trajetória por Corrente, descreve com exatidão a viagem, seus contatos com o povo da região. Em entrevista por telefone ele orientou que se poderia saber um pouco da história do ideal de uma universidade comunitária por meio do personagem criado por ele como o nome de Pippo Elias, “o universitário que parte em busca de outros pedaços de chão”.

Assim, de acordo com Tânia Mriz K. Rösing, autora da apresentação do livro supracitado, “o universo ficcional criado por Agostinho Both revela marcas contundentes de suas vivências [...]”. Em sua narrativa, torna-se possível confirmar as falas de outros protagonistas que contaram essa história:

Cheguei em definitivo em Corrente no final de abril de 1986.[...] Fui ter, antes de vir, na Universidade de Passo Fundo, para avaliar em análise, as terras que comprei [...] Além dessa particular intenção, fui ter junto à alta direção, para assuntar o interesse daquela instituição em assessorar a implantação de um modelo similar de ensino superior, no sul do Piauí. Assuntei e obtive a humana compreensão.(BOTH, 1990, p. 267).

Conforme depoimentos da comunidade e do próprio professor Agostinho, tanto em sua fala por telefone como na história por ele narrada, percebe-se que sua intenção inicial era, comprar terras nessa região. Percebe-se também que, posteriormente, envolve-se com a idéia de uma universidade, obtendo “compreensão”, o que pode ser entendido como consentimento, ou seja, a direção da Universidade de Passo Fundo mostrou-se favorável à idéia de assessorar a implantação de um modelo de universidade em Corrente. Mas como surgiu essa idéia?

Conforme Both (1990, p.265), depois da posse da sua terra, de volta da fazenda para a cidade de Corrente, já na subida de Santa Marta (zona rural de Corrente),

Divisei Corrente e me aprazia interrogar: “já não vi lugar assim? Não se apresenta semelhante a uma Jerusalém? [...] Ajuizei considerações: Quem poderá demovê-la de sua paciência? Deverá a minha cidade ter propósito próprio. Não poderá ficar desvanecida na sua forma causal de ser”: se tem a metade da pobreza feita, sem completa instrução, outra metade não tem vez para continuar estudo superior, a maioria de parco recurso na saúde: não será oportuno um complemento cultural?

Aperfeiçoei opiniões: “Se a cultura desmazela a natureza, proíbe a virtude, então se pode alterar, se houver vontade, o entendimento por parte de quem se produziu nesse modo de ser”. Avaliei em seguida: “É tudo possível e sem ofensa. Não está o Instituto, não está aí a Escola Particular São José? Ah, pois... é deles uma iniciativa vigorosa. Com a mão deles foi espancado o mal escuro da mísera visão”. Já havia decisão: “não se tira nem se invade quando se concede a liberdade. E o que ela é, senão o abandono dos limites? Onde está a morte aos 60, que esteja aos 80, onde a noite é o breu, se faça a luz, onde a dor sem esperança, que ela seja diminuída, onde se perde o caju, que seja feito o suco, onde a débil percepção, tenha uma luz na informação, onde o nada um pouco de tudo e do melhor”. Nasceu da opinião o ardor de uma idéia: Uma Universidade no sertão. Se Passo Fundo fez na extrema dificuldade a sua, com superior finalidade, por que não o fará Corrente?

Confirma-se o ideal de uma universidade comunitária partindo de alguém que se identificou com o povo de Corrente, fazendo-se parte dela, quando afirma: “Deverá a minha cidade ter propósito próprio”. O ideal de um descendente de imigrante alemão da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, que, por sua vez, comungou também com o ideal do povo de Corrente, como se pode perceber na continuação da narrativa do Prof. Agostinho Both (1990, p. 266), faz com que seja plantada mais uma semente da educação em Corrente:

Roncava o meu raciocínio barulhento. Não era de luxo, mas me conduzia. Enquanto isso, um pensamento sonhava com uma Universidade: “o interior terá vez, A Fundação é um bela obra; É a pura cidadania competente. Não se instala na indolente vantagem estatal, criação capitalista disfarçando privilégio”. Fui ter com Solano Severo, o Comandante do Instituto que tinha um pátio que imitava os pátios de Universidades americanas, mas com jeito latino.[...] No dia seguinte encontrei José, o amigo de outra vez e eu estava animado com o meu próprio dizer. Falou-me o rapaz: - este é um sonho antigo. Seus olhos brilhavam de felicidade. Potente, se redefinia para ele uma nova sorte. Falou claro e em bom tom: -Estou trabalhando no Projeto Piauí. [...] O rapaz vibrou com a idéia de uma instituição de proporção regional, com autonomia em casa, sem escape nas distâncias. –Eu assumo teu pensar, vamos na frente.

E assim foi se construindo essa história, podendo-se identificar o personagem com nome fictício de Solano Severo como o diretor do Instituto Batista Correntino, Dr.Hélio Paranaguá e como José, o Sr. João Rocha, que é funcionário da Universidade Federal à disposição do Projeto Piauí. É interessante ressaltar o deslumbre expresso pelo autor ao descrever o Instituto Batista Correntino:

E a casa era igual a uma jesuítica missão. Havia um átrio de colunas sisudas e fortes, como que dizendo: ‘Ei você, menino, ponha tento na virtude, é ela que sustenta! Em tudo se punha um ar de Deus. Era o Instituto Batista austero, garantido de melhor pensar para o sertão (BOTH, 1990, p 266).

Crescia o ideal de uma universidade que, aos poucos, foi se espalhando e tomando conta da cabeça do povo correntino, o qual não falava em outra coisa. Nesse ímpeto de uma instituição superior em Corrente, o autor conversa com o padre, que diz que: “Uma Idea de una universidade, es buena, pero impracticable por el costumbre”. Continua o padre: “Em América do Sul, la universidad es para la elites”. Porém o autor deixa expressa sua percepção sobre a universidade que queria para Corrente:

Afirmei-lhe, categórico, que esta não era a minha percepção, uma vez que tanto os padres como os batistas haviam conseguido erguer suas instituições com a contribuição da comunidade. [...] É justamente aí a diferença. **Esta instituição, pelo sustento que possui vindo da região, deverá devolver os benefícios em favor dela. O ensino, a extensão e uma experimentação de oportunidades em busca da preservação da cultura deverão ter o perfil regional.** Se uma universidade do estado deveria conceder excelência de progresso ao estado, uma instituição universitária regional deve responder, com inteligência, aos reclamos agudos do lugar de sua inserção (BOTH, 1990, p. 271, grifo nosso).

Os sentimentos daquela época em relação à educação (UNIVERSIDADE É PARA ELITE), estão presentes até hoje, resultados da resistência em relação à interiorização. Mas a idéia era de uma universidade que se voltasse para os interesses da região. Segundo o autor, ele “encaminhou” seus interesses para Teresina: Queria “a bênção do Estado” para constituição do que nascia: “[...] Fui procurar o Secretário de Educação do Estado, que me encaminhou a um padre, tido como confiável educador”. Percebem-se nas entrelinhas a decepção do autor: “a ele expus a maneira no sul. Olhou-me com pleno saber desprezando minha ingenuidade e categoricamente falou: São coisas que dão certo no Rio Grande do Sul. O povo daqui não tem o mesmo costume”.

Como o autor destaca, “não havia aprendido tudo sobre os inconvenientes usos políticos [...]” (BOTH, 1990, p. 273). Foi como se tivessem jogado água gelada em um caldeirão de ideais que ferviam na mente do gaúcho. Ele ainda não tinha entendido as relações e interesses dos grupos políticos da região.

Continuando essa história, o Professor, representado na figura de Pippo, encontra-se com um político natural de Corrente, segundo ele “primogênito das políticas virtudes”, quando voltava de Teresina. Era um deputado federal, ao qual “falaram-lhe sobre os primeiros contatos para se fazer um sábio nordeste, iniciado numa fundação onde se faria um saber apropriado”. A resposta do deputado foi: - “É possível! Chama alguém da Universidade. [...] - Vou marcar audiência com o Ministro da Educação” (BOTH, 1990, p. 274).

O Prof. Agostinho Both (1990, p. 274-275) em sua narração demonstra todos os passos para a realização do sonho da universidade comunitária:

Agradou-me o Deputado Federal. Estava no usufruto de suas funções, não podia esperar para outra hora. Estava como ministro um seu conterrâneo. Telefonei para Passo Fundo e expliquei que desse jeito andava o movimento e que, porque gente do sul se derramava no nordeste, não se poderia perder a rica vez de emprestar os costumes culturais, já que havia disposição para recebê-los. Seria uma humanidade, uma prestação de serviço de um novo tempo, para a região empobrecida. Argumentei: - Olha Passo Fundo ergueu um modelo de instituição com muita dificuldade que poderá servir às gentes daqui assim como serviu as de lá. Houve sensibilidade. Não fiquei na mão. Se avolumavam as positivas condições.

Segundo o autor, estava alguém da Universidade de Passo fundo de viagem para Brasília, pois havia sido combinado um encontro entre o representante da UPF, o ministro e o deputado federal. Assim, “em pouco tempo, veio o resultado positivo. O ministro [Hugo Napoleão] apoiaria esta livre iniciativa com resultado final exclusivo ao benefício público do meu pedaço do sertão [...] As idéias têm luz própria”. Segundo o autor com a vinda do representante da UPF, a idéia se multiplicou, provocando discussões gerais.

Conforme o Prof. Agostinho Both (1990, 274), “foram escolhidas as áreas para implantação do saber”. João Rocha, a quem ele chamou ficticiamente de José, junto com outros companheiros foram “[...] ver no local, o que era uma tal de instituição voltada para o benefício de uma região, onde dono era, na escrita de cartório, a comunidade representada pela Promotoria Pública do Estado [...]”. Continuaram-se as discussões e os preparativos para a consolidação dessa idéia, como se pode perceber na narrativa do professor:

De conversa em conversa, foi-se imitando e, mais que tudo, aperfeiçoando um modelo consorciado, quase um mutirão, onde o poder público nada mais fosse que um vigia de uma obra de cidadã capacidade. Para provar que a idéia não estava para brinquito, vieram: aquela que seria a Coordenadora da preparação dos Recursos humanos e mais duas pessoas responsáveis pelos projetos dos cursos que seriam implantados, a saber: Agronomia e Pedagogia das Séries Iniciais. As Prefeituras teriam, nos dois cursos, especialistas, um corpo técnico que daria consubstanciado progresso popular. Assim era o sonho [...]. Fizeram a seleção dos participantes, enquanto se preparava já no sul, o encaminhar da autorização do curso de especialização.

Observa-se na narrativa de Both, bem como nos depoimentos, que a UPF qualificou professores para exercerem a função na nova Universidade Comunitária. Dessa forma, como diz o professor, “é só levantar uma causa que se eleve acima de partidos e igrejas, que as gentes põem de lado suas vestiduras e armaduras”. Com essas palavras, o que

se quis dizer é que a comunidade entendeu que aquela luta não era de um grupo político, mas do povo da região, de maneira que não foram medidos esforços por parte desse povo para a consolidação dessa idéia. Foi então providenciada uma reunião comunitária para a formação de uma Fundação:

No dia da fundação, houve o maior discurso pronunciado sem titubeio. [...] ‘A vantagem de nossa ação é exuberante, é econômica, é apropriada, demonstra a elevação de um povo lá onde mora o abandono. [...] É uma obra difícil. No pouco apoio estatal e no muito esforço das gentes, se supre o que definha’. [...] Quem construiu o São José e o Instituto Batista constrói uma fundação.

O convencimento foi, palmo a palmo, até o momento das esperadas doações: nada ficou de poupança, ninguém deu um pouquinho só. Deram até da substancial herança. Foi a generosidade. Naquele momento, levantou-se um moreno, rapaz esperto, pobre, que pronunciou: - Nada posso dar porque nada tenho, dou minha esperança.

Desta forma deu-se continuidade à reunião, de maneira que as doações foram sendo feitas. O diretor do Instituto Batista de acordo com Both (1990, p. 276), “já havia conseguido da Missão Batista a generosa oferta de 20 hectares de umas terras quase dentro da cidade”. A reunião continuou com o Sr. João Rocha nomeado como presidente provisório, que segundo o autor, “[...] falou, tomou ânimo mais do que o já possuído e foi recebendo as ofertas da bondade, enquanto dizia à secretária: - Escreva aí! [...] confesso que se apagados foram os meus restantes dias, tenho um para levar: esse”. Com essa frase o autor deixa bem nítida a importância desses momentos em sua vida.

Both dá continuidade a sua narrativa expressando que “os grandes propósitos têm seus dias, mas a sustentação diária da promessa é só para os valentes. As palavras são fáceis, mas a felicidade custa um pouco mais”, dessa forma continua dizendo que, “tinha se acendido um lume que estava nas mãos de todos. Houve um aplauso, de pé, à bondade eleita e ao ato feito. Alguém se lembrou de uma luz que vem do alto” (BOTH, 1990, p. 276). Assim, conforme o autor,

começou o erguimento da obra na confrontação das necessidades. Das Prefeituras, consistente apoio de Corrente e Cristalândia. O curso de Pós-Graduação iniciou e avançou coeso, lanudo e a turma de professores tomou sincero apreço pelo sonho que se alevantava. Cada dia que passava, se tornava mais real o que fora considerado possível.

Percebe-se o envolvimento emocional do autor com essa implantação ao afirmar que “[...] sobre as dificuldades e os méritos da Fundação criada um pouco por minhas mãos” (BOTH, 1990, p. 278), concretiza-se a implantação da Fundação de Ensino Superior do Sul

do Piauí. Depois de implantada a Fundação, o autor diz que “no final de abril deixei Corrente, pois nada mais podia fazer no escritório e nos apoios da Instituição” (BOTH, p. 284). Este fato ocorreu já no ano de 1987.

Assim, certifica-se a importância do Professor Agostinho Both nesse enredo. Como ele próprio diz em seu livro: “Também vou ter uma pequena parte nesta história. Me orgulhava (sic) por estar aprendendo a encontrar uma verdade para as terras do sul do Piauí” (BOTH, 1990, p. 294).

Tem-se a construção da história na visão de um de seus principais protagonistas: Agostinho Both, idealizador do sonho, e, como ele mesmo escreve em seu livro sobre a Universidade de Passo Fundo:

Nesse contexto de idéias, pode-se afirmar que o homem regional superou o limite social imposto pela construção histórica, que determinava que regiões periféricas se ausentassem do saber e, desta forma, fossem afastadas do poder e de melhores oportunidades na construção do crescimento humano (BOTH, 1993, p. 8)

A idéia de uma Universidade Comunitária em Corrente tinha como modelo a UPF, que nasceu de uma Fundação, mas diferentemente de Corrente, em Passo Fundo já existiam seis estabelecimentos de ensino superior, que reuniam 1800 alunos, uma realidade bem diferente de Corrente.

Portanto, de acordo com Both (1993, p. 27), as entidades mantenedoras do ensino superior de Passo Fundo, a SPU, e o Consórcio Universitário Católico, em 1967, aprovam a sua transformação numa única Fundação Educacional para a criação da Universidade de Passo Fundo: “[...] foi aprovada a criação da Universidade de Passo Fundo em 06 de janeiro de 1968”, seguindo a prática comum no Brasil, onde, da união de faculdades, constitui-se uma universidade.

O sonho de Corrente partiu de um ideal comum entre dois povos (gaúchos e nordestinos) com lutas e anseios de certa forma parecidos, e realidades, que, mesmo diferentes, possibilitaram o início e a concretização dessa idéia comum a ambos: a Educação Superior.

A universidade comunitária não aconteceu, pois Corrente só tinha a estrutura física, mas nenhuma experiência anterior de ensino superior, nem atendia as exigências federais. Mas as idéias de Passo Fundo foram suficientes para reavivar o desejo de implantar essa semente do ensino superior e possibilitar a busca de verbas para a realização de uma estrutura na qual se pode perceber a influência da arquitetura do sul do país. Seguem as fotos

do Campus da UPF e o Campus da Universidade Comunitária (hoje UESPI, que mantém a mesma estrutura de sua fundação, página seguinte).



ILUSTRAÇÃO 22: Campus da Universidade de Passo Fundo – UPF.  
Fonte: Arquivo Pessoal da autora.

Percebe-se que o campus da cidade de Corrente apresenta influências do estilo arquitetônico dos prédios do sul do país, construídos para um clima frio, com o telhado, segundo os alunos, muito quente para a região do Piauí. Mas o que esses campi realmente têm em comum é o fato, de ambos nasceram “[...] do esforço e da coragem de um grupo de pioneiros da interiorização do ensino superior” (CARTÃO POSTAL DA UPF).



ILUSTRAÇÃO 23: Campus da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – estrutura construída com o ideário de uma universidade comunitária.  
Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2005.

Concordando com as palavras de Both (1993, p. 7), “os acontecimentos de uma determinada região estão impregnados das tradições culturais, das idéias da época e dos eventos vinculados às tensões nas fontes do poder”. De forma que se percebe toda uma teia de inter-relações para a concretização dessa Universidade Comunitária, que apesar de várias ações, não foi possível de ser concluída, já que não houve vontade política por parte do Governo Federal.

Partiu-se então de uma idéia de Universidade Comunitária, em Corrente para o “CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA que entre si celebraram a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI e a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI”, no ano de 1989, que será tratado posteriormente.

#### 4.3.2 A criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI e os Convênios realizados: início da implantação de uma universidade em Corrente

Diante de toda uma luta pelo ideal de implantação de uma universidade comunitária aos moldes da Universidade de Passo Fundo, procurou-se organizar uma Fundação de Ensino Superior que possibilitasse esse sonho. De acordo com as memórias de João Rocha, “com o decorrer do tempo, toda a população se mobilizou para a criação da nossa universidade. As igrejas (batistas e católicas), os colégios (IBC e São José), agricultores, pecuaristas, comerciantes, prefeituras, escritórios, enfim houve uma mobilização geral”.

No dia 26 de fevereiro de 1988, de acordo com a ata da reunião, na Casa da Cultura, reuniram-se, entre outras pessoas e instituições, o Dr. João Rocha Mascarenhas, coordenador da Comissão, o qual narra o ocorrido naquele dia: “passamos para a população o relatório da viagem a Passo Fundo e discutimos o aspecto jurídico da instituição a ser criada”.

A ata da sessão extraordinária para criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI confirma o fato acima, bem como a versão do Prof. Dr. Agostinho Both. Na leitura das atas podem-se comprovar as diversas informações colhidas nos depoimentos.

Dessa forma, foi possível confirmar a ida da comissão a Passo Fundo, para conhecer o trabalho realizado por lá e também analisar as possibilidades de implantação do mesmo trabalho em Corrente. Tal comissão constituía-se por Dr. João Rocha Mascarenhas,

Pe. Raimundo Dias de Negreiros, Dr. Hamilton Pacheco Cavalcante Júnior, Silvia Paranaguá Oliver e Misael Cavalcante Guerra. Foram a convite do ministro da Educação. Segundo as informações, voltaram encantados e convencidos da necessidade de realizarem aquele trabalho também em Corrente, de forma que cada um expressou sua opinião durante a reunião supracitada.

Confirmam-se também os depoimentos e os escritos do livro do professor Agostinho Both na ata de instituição da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESP. Segundo a mesma, todos se manifestam a favor da Fundação. O prefeito da cidade coloca-se à disposição de colaborar não só com os 5% obrigatórios por lei.

Na oportunidade, as pessoas presentes iniciam um debate e se propõem a fazer doações para a construção da universidade. Segundo os participantes, esse momento foi de grande emoção. Segue um trecho transcrito da ata de instituição da Fundação (29/03/88):

Dr. Hélio Fonseca Nogueira Paranaguá, emocionado deu seu apoio e fez a seguinte doação: dez (10) bezerros PO durante 10(dez) anos, podendo ser acrescido de mais um (01), bezerro por ano somando assim mais dez bezerros, e que como diretor do Instituto a referida Instituição estaria presente ajudando com o prédio, oficina e que após uma reunião [...] teria certeza do que o Instituto daria a FESPI (TRANSCRIÇÃO DA ATA DE SESSÃO EXTRAORDINARIA PARA CRIAÇÃO DA FESPI).

A reunião prossegue com muitas doações por parte das pessoas, finalizando com “uma salva de palmas para a FESPI”. Assim, continua-se buscando nos documentos a confirmação dos depoimentos para a reconstituição dessa história. Observando-se a documentação existente, como, por exemplo, a certidão emitida pela Prefeitura Municipal de Corrente, de 07 de abril de 1988, nela se declara ser de “[...] utilidade pública Municipal a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ (FESPI)” (LEI Nº 093, 1988), juntamente com a lei Estadual Lei nº. 4.418 /810/1991 em seu art. 1º.

Conforme documentação da implantação da FESPI, como ata e o próprio estatuto, a FESPI tem por objetivo manter o Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim (CESPARAIM), com sede na cidade de Corrente, compreendendo uma Instituição de Ensino Superior, pesquisa e extensão de caráter comunitário voltada para a solução de problemas regionais de natureza técnico-científica, econômica, social e cultural.

Com a Fundação já organizada, foi providenciada, junto ao Ministério, a viabilização da construção de uma estrutura física. Com dois filhos do Piauí à frente do poder federal, tornou-se possível liberar verbas que propiciaram a construção de prédios, compra de material para laboratório agrícola (considerado até hoje um dos melhores do Piauí), acervo de

livros, o que se pode constatar na fala do Dr. Jesualdo Cavalcante Barros, na época deputado federal:

[...] nós já estávamos com tudo estruturado, isto é, o prédio construído com uma área de três mil metros e devidamente mobiliado e também todo o corpo docente, o futuro corpo docente já qualificado com o curso de Especialização em Ensino Superior, Metodologia do Ensino Superior. Avançamos muito, o azar que nós tivemos foi justamente a preocupação do governo de evitar a proliferação de escolas no interior, então o Itamar Franco... houve uma suspeição da concessão de novas autorizações e nós ficamos com tudo pronto, bibliotecas estruturadas, laboratórios instalados sem condições de obter autorização para realizarmos o primeiro vestibular (DR. JESUALDO CAVALCANTI).

De acordo com os depoimentos, foi realizado um convênio para viabilizar a implantação de uma universidade pública em Corrente, visto que não havia mais a possibilidade de uma universidade comunitária. Percebem-se as teias de relações que propiciam os acontecimentos, ficando, de certa forma, a comunidade dependendo da vontade política para que seus direitos sejam concretizados.

Como todo processo, a Educação Superior em Corrente, vai aos poucos ganhando seu espaço, constituindo-se de fato. Dando continuidade ao processo, realizou-se um convênio que foi chamado de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA.

Esse convênio foi celebrado entre a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI e a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI, no ano de 1989. A FUFPI foi, nesse ato, representada pelo seu reitor, Prof. Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, sendo a FESPI representada no ato pelo seu presidente, Prof. João Rocha Mascarenhas, residente em Corrente-PI.

De acordo com a cópia do convênio, este obteve o apoio da Secretaria Educação Superior do MEC, da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí, instituição de caráter comunitário implantada na cidade de Corrente, do Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim, com o objetivo de oferecer cursos de graduação nas áreas de Agronomia, Pedagogia e Administração “[...] considerando a recomendação que a Secretaria da Educação Superior MEC fez à Fundação Universidade Federal do Piauí, no sentido de apoiar a iniciativa”. Resolvem firmar esse convênio, cuja cláusula primeira tem por objetivo a cooperação técnico-científica entre a FUFPI e a FESPI, com vistas a implantar e fazer funcionar o Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim na cidade de Corrente-PI.

O Convênio foi aprovado pelo Conselho Diretor da Fundação, em reunião no dia 09/08/89, segundo a Resolução nº. 076/89, de 17 de agosto de 1989, que “Aprova o termo de Convênio entre a FUFPI e a FESPI”. Assim, foi dado o primeiro passo para a concretização

de uma Educação Superior em Corrente. Percebe-se que quanto à vigência, “Este convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 03 (três) anos”.

Desta forma tem-se a FUFPI, o Governo do Estado, SEE, FADEP e FESPI, representados pelos seus titulares, Professor Charles Carvalho Camillo da Silveira, Governador Antonio de Almendra Freitas Neto, Secretário Átila Freitas Lira, Professor Almir Bittencourt da Silva e Professor João Rocha Mascarenhas, que celebram entre si o convênio nos termos da legislação pertinente, consoante com suas atribuições e encargos.

Em 1991, é realizado um novo convênio entre Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Piauí – FADEP; o Governo do Estado do Piauí - Secretaria Estadual de Educação- SEE; Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI, para a realização de Concurso Vestibular e oferecimento dos cursos de Pedagogia e Agronomia, no município de Corrente-PI, realizado em janeiro de 1992, na mesma data do campus de Teresina.

Observa-se que a FADEP, cumprindo com o que foi acordado em Convênio SEED-FADEP/FUFPI/FESPI, promove o primeiro concurso público, de acordo com o Edital nº 001/93, tornando públicas as condições para a seleção de professor auxiliar, por tempo determinado, para ministrar aulas nos cursos de Agronomia e Pedagogia da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI, em Corrente-PI (CONVÊNIO: SEED-FADEPFUFPI/FESPI).

Conforme o convênio, realizou-se o primeiro Vestibular no município de Corrente, em janeiro de 1992, na mesma data do realizado no campus de Teresina. Os candidatos que fossem selecionados no vestibular teriam seu ingresso a partir de março de 1992 e agosto do mesmo ano, de acordo com o parâmetro classificatório, de maneira que as 60 vagas oferecidas para o curso de Pedagogia seriam divididas entre março e agosto (30 para cada semestre). Da mesma forma, o Curso de Agronomia, com 50 vagas, preencheria 25 em março de 1992 e 25 em agosto.

Cinquenta por cento (50%) das vagas destinadas ao curso de Pedagogia seriam preferencialmente para professores da Rede Pública Estadual e Municipal. Quanto à gratuidade dos cursos, conforme a cláusula quarta, “serão públicos e gratuitos, de acordo com os da FUFPI”.

Para coordenar os cursos superiores, a Universidade Federal do Piauí, na pessoa do vice-reitor, no exercício da reitoria, nomeia o Prof. João Rocha Mascarenhas, no dia 20 de janeiro de 1992, de acordo com o Ato/1992.

Sob a coordenação do Prof. João Rocha, é realizado o primeiro vestibular de Corrente. Posteriormente, em 1993, ele é nomeado para exercer o Cargo de diretor do campus avançado “Deputado Jesualdo Cavalcanti”, da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, em Corrente – PI. Sua nomeação ocorreu em 08 de outubro de 1993, assumindo ele a direção da ESPI e da UESPI.

Assim, percebe-se que, em 1993, há um afastamento total da UFPI do processo, por não ter ocorrido uma renovação do convênio. Os motivos pelos quais não houve continuidade por parte da Universidade Federal foram os mais diversos possíveis. Segundo o atual Diretor do Campus de Corrente, professor Carlos Omar havia na época um descontentamento por parte dos alunos da UFPI em relação a esse convênio, pois eles acreditavam que haveria um prejuízo para o campus de Teresina, como se pode perceber na fala do professor:

[...] com o convenio feito com a Universidade Federal para a realização dos dois primeiros cursos de ensino superior aqui em Corrente, que foram os cursos de Agronomia e o curso de Pedagogia. Depois desse convênio foi uma pressão da comunidade universitária da FUFPI em Teresina, que enxergava com maus olhos esse convênio, pelo fato da Universidade Federal não estar se dando bem em Teresina, quer dizer, tem muitas deficiências, então eles enxergavam isso como você tirar um pouco de quem não tem nada. Então eu participei como líder estudantil da UESPI, acompanhei a mobilização dos estudantes e dos professores em Teresina contra esse processo de convênio da Universidade Federal com a FESPI aqui em Corrente (a viabilização desses cursos). Posteriormente, isso foi feito com o convênio entre Universidade Estadual, FESPI e Universidade Federal, que viabilizou a conclusão dessas duas turmas (PROF. CARLOS OMAR).

Assim, tem-se uma visão mais externa do processo, o olhar da comunidade estudantil da época quanto a esse convênio, percebeu-se que a administração da FUFPI recebeu pressão para que ele não tivesse continuidade. Na visão do professor Charles Camilo da Silveira (Magnífico reitor da UFPI na época do convênio),

O convênio foi objeto de uma ação que anteriormente dirigia a criação de um Campus em Corrente. Nós tivemos várias ações de reitores anteriores a mim, que buscavam implantar ao expandir as ações da Universidade Federal do Piauí um processo de interiorização. Especificamente com relação a Corrente, houve uma ação do agente político Jesualdo Cavalcante no sentido de que fosse levado para aquela cidade um curso superior. Foi criada uma Fundação comunitária visando a administração de ensino de terceiro grau, foram feitos os contatos com o Ministério da Educação governo do Estado e Universidade Federal do Piauí. A forma de atuação da Universidade Federal do Piauí se restringia, no caso específico, ofertar as vagas para que os cursos fossem ministrados, dois: que houvesse a intermediação também do governo do Estado e três: os recursos existentes como espaços e instrumental para ministração dos cursos pela FESPI.

Esse convênio foi efetivado, os cursos aconteceram. Ao final da primeira turma de Pedagogia e Agronomia, houve uma tentativa de continuação do convênio e o Conselho Universitário da Universidade deliberou pela maioria de seus membros de que não deveria haver a renovação, uma vez que se caracterizava naquele momento a impossibilidade da administração de um Ensino

Superior de qualidade, por falta principalmente de professores qualificados para administrarem as aulas.

A Universidade Federal... o papel dela era de ofertar as vagas, possibilitar a chancela de um diploma. E se verificou, na execução do projeto, a impossibilidade de que nós mantivéssemos por tempo indeterminado. Essa foi a grande discussão: nós vamos renovar os programas ou não vamos renovar? O Conselho da Universidade deliberou pela não renovação dos programas pela impossibilidade de um ensino de qualidade (DR. CHARLES CAMILO DA SILVEIRA).

Percebe-se na fala do professor Dr. Charles Camilo da Silveira que foram vários os fatores internos e externos que levaram a Universidade Federal a não manter o convênio, inclusive algumas dificuldades administrativas que poderiam comprometer a qualidade desejada, levando o colegiado a optar pela não renovação do convênio.

Percebe-se que a Universidade Estadual vem participando do processo desde o início, como Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Piauí – FADEP, ao assinar convênio com a FUFPI, o Governo do Estado, a SEE e a FESPI, para a realização do Concurso Vestibular e o oferecimento dos Cursos de Pedagogia e Agronomia, surgindo novamente, já como UESPI – Universidade Estadual do Piauí, no intuito de suprir a ausência da FUFPI no processo. Assim, no ano de 1993, é celebrado um convênio entre o Governo de Estado do Piauí, a Secretaria da Educação e a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, de um lado, e, do outro lado a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI, para funcionamento do Campus Avançado de Corrente, nas instalações físicas da FESPI. A partir desse ato, tem-se a UESPI assumindo efetivamente aquele campus.

O Governo do Estado do Piauí, a Secretaria da Educação e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, de um lado, e, de outro lado a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI, os três primeiros com sede em Teresina – Piauí, representados pelos seus titulares – Governador Antonio de Almendra Freitas Neto, Secretário Átila Freitas Lira, Reitor Almir Bittencourt da Silva e Presidente João Rocha Mascarenhas, celebram entre si o presente convênio [...] (CONVÊNIO, 1993)

Portanto, com o objetivo de fazer funcionar o Campus Avançado de Corrente, a UESPI firma o convênio, cujo prazo é de dois anos, com competência para ministrar os cursos de Pedagogia e de Agronomia em caráter público e gratuito e outros cursos que julgar adequados. Na cláusula quinta, foram mantidos todos os termos do convênio anterior, com a Universidade Federal do Piauí. Consolida-se a Educação Superior em Corrente. Finalmente uma certeza de uma Educação Superior! Nesse momento tem-se o campus da Universidade Estadual dando início ao processo de interiorização, com esse “pontapé inicial”, que foi o

convênio com Corrente (palavras do reitor, Prof. Almir Bittencourt em entrevista). Procura-se uma abordagem sobre o Campus da UESPI em Corrente no próximo item.

#### **4.4 O Campus da UESPI em Corrente: efetivação da Educação Pública Superior**

Quando a UESPI entrou em Corrente já existia toda uma estrutura física montada para uma universidade, como já foi demonstrado anteriormente. Assim, observa-se que não houve investimentos significativos na estrutura física da UESPI durante esse período, talvez pelo impasse existente quanto ao fato dessa estrutura ser apenas cedida para esse campus, como se pode observar em documentos e depoimentos.

Observa-se também que, nesse período de 1993, o Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP (autorizado pelo Decreto Federal nº. 91.851, de 30 de outubro de 1985), que tinha como entidade mantenedora a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pelo Decreto Estadual nº. 6.096, de 22 de novembro de 1984, foi transformado em Universidade Estadual do Piauí-UESPI, através do Decreto Estadual de nº. 8.788, de 29 de novembro de 1992. Dessa forma, quando aconteceu o primeiro vestibular da UESPI em Corrente, essa universidade ainda encontrava-se com seu processo de autorização tramitando no Ministério da Educação (MANUAL DO ALUNO FADEP/UESPI/1993).

O primeiro vestibular da UESPI em Corrente realiza-se de acordo com a RESOLUÇÃO CSEPE Nº. 03/93 que aprova o EDITAL Nº. 001/93. Expõe-se a seguir a visão daqueles que administraram o campus de Corrente, do primeiro diretor ao atual, para uma melhor construção desse processo. O Prof. Dr. João Rocha Mascarenhas (foto abaixo), expõe sua visão:



ILUSTRAÇÃO 24: Foto do primeiro diretor (UFPI e UESPI): Dr. João Rocha Mascarenhas  
 Fonte: acervo Prof. Etelvino, 2005

A Universidade Estadual do Piauí participa do processo desde o início. Primeiro quando a Universidade, ou quando nós oferecemos o primeiro vestibular, este vestibular era para que se formassem alunos da Universidade Federal do Piauí e o convênio estabelecia que a FESPI, a nossa Instituição ou a Instituição recém criada entrasse com toda a sua estrutura, salas de aula prontas, laboratórios prontos, biblioteca pronta, toda uma estrutura para aulas práticas estavam concluídas, ou seja, o campus estava pronto. Então essa era a participação da FESPI. A Universidade Federal entrava como representante, ou emprestando seu nome para os alunos que aqui se formassem fossem alunos da Federal, e a Universidade Estadual, naquela época FADEP, ela participou do processo nos dando os professores, os professores que nós tínhamos em Corrente, que ministravam aulas para os cursos de Agronomia e Pedagogia eram professores da Universidade Estadual do Piauí, então esse foi o primeiro convênio que nós montamos. Assim que foi oferecido o primeiro vestibular em 1992, a Universidade Federal achou por bem que havia dado o toque inicial, havia lançado a idéia, mas que não tinha condição financeira para manter aquela estrutura em Corrente e foi aí que nós partimos para uma segunda fase e que nessa fase a UESPI criava o seu campus, ou seja, o campus 'Jesualdo Cavalcante', e foi criado através de Decreto Federal do dia 25 de fevereiro de 93 e o Campus instalado no dia 21 de setembro do mesmo ano, ou seja, de 93. Com o afastamento da Universidade Federal, a Universidade Estadual assumiu definitivamente os cursos de Pedagogia e Agronomia de Corrente, ficando o convênio apenas FESPI/UESPI, como continua até hoje. Naquela época, quando nós partimos para essa busca do ensino público, que na verdade, a universidade comunitária, nós íamos cobrar, ela teria que cobrar uma taxa do aluno para se manter, então nós sentimos que as dificuldades financeiras das famílias da região para levar seus filhos para universidade era muito difíceis. Hoje nós tiramos pela presença dos Cerrados aqui, que é uma Universidade particular e tem dificuldades de inadimplência. Então foi aí aonde o Ensino Público entrou definitivamente na Região, inicialmente FESPI/FUFPI/FADEP e posteriormente, como até hoje, a FESPI e a UESPI (PROFESSOR JOÃO ROCHA MASCARNHAS).

Dialogam-se lembranças e experiências vividas, ressignificando o passado no espaço/tempo presente (DE JESUS, 2003), percebidos na fala do professor:

Quando foi criado o campus da UESPI em Corrente, eu fui nomeado pelo Governador do Estado o seu Diretor. Nesta época, nós acumulávamos a função de diretor-presidente da FESPI, que somos até hoje e diretor do campus, até para facilitar para nós não termos duas estruturas jurídicas funcionando dentro de uma base física só. Então nós ficamos na direção do campus e facilitava pelo fato de também sermos, como dissemos, presidente da Fundação. Esta Fundação que existia na época, se não me engano, eram 12 salas de aula e eu quero dizer que naquela oportunidade nós tínhamos ociosidade de salas, hoje não, hoje as salas não atendem á demanda, nós temos dificuldade, tem períodos que nós temos que deslocar os alunos de uma determinada sala para atender, ou fazer todo um mecanismo para que não fique um esperando que o outro saia para poder entrar, então hoje a estrutura é pequena para os cursos que são oferecidos. Mas naquela época nós tínhamos uma disponibilidade de salas muito grande. Quando nós adquirimos o nosso acervo bibliográfico, ou quando nós montamos a biblioteca, nós tínhamos naquela época cinco mil volumes para apenas dois cursos, isso era muita coisa, nós tínhamos dois tratores, nós tínhamos plantadeiras, nós tínhamos arado, grade aradora, nós tínhamos toda uma estrutura de mecanização agrícola para atender muito bem o curso de Agronomia. E tínhamos laboratórios, esses laboratórios é que eram "a vedete" deste curso de Agronomia. Porque eu me recordo que, em 1992, quando funcionou a primeira turma de Agronomia [...] mas na época nós tínhamos um equipamento que era um espectrômetro de absorção atômica, entendeu? [...] Nós na época já sabíamos... que isso aqui, o cerrado, porque a última fronteira agrícola do País estava exatamente no sul do Piauí e nós já imaginávamos essa exploração do cerrado aqui na região como está acontecendo hoje. Então nós já preparamos o laboratório de análise de solo para atender a demanda dos cerrados. [...] nós tínhamos naquela época toda uma estrutura de laboratório para funcionar muito bem além de atender a parte

pedagógica, ou seja, o nosso aluno. Atender a demanda de toda essa região de Bom Jesus pra cá. Esse equipamento, que nós dissemos, no Estado, tinha apenas dois, um da Universidade Federal, do laboratório de solos da Universidade Federal, e o outro da FESPI em Corrente, o do curso de Agronomia em Corrente, então uma estrutura muito pesada, essa estrutura hoje continua funcionando. Isso é bom que a gente coloque para que o poder público tenha conhecimento, seja levado ao poder público para que seja feito um melhor aproveitamento do que existe em Corrente e que o poder público se interesse mais por isso aqui, porque é isso que nós precisamos, é isso que nós queremos. É que o nosso ensino se torne de qualidade pela estrutura que nós temos aqui (PROFESSOR JOÃO ROCHA MASCARNHAS).

A UESPI funcionou nesse período na “modalidade de multicampi instalados em Teresina, Floriano, Picos, Parnaíba e Corrente para oferecer cursos de graduação nas áreas fundamentais do conhecimento humano e técnico-profissional” (MANUAL DO ALUNO FADEP/UESPI/1993, 1992, p. 6). Mas, ninguém melhor que o professor João Rocha para contar essa história, vivenciada por ele. Sendo assim, deixou-se na íntegra o seu depoimento, colocando-o para análise direta do leitor, possibilitando se confirmarem as palavras do protagonista com as fontes documentais. Observa-se que o professor fala do excelente acervo que na época era somente para dois cursos. A UESPI até hoje continua com esse mesmo acervo, mas, a área onde ele fica está mais reduzida, podendo ser observada na foto (ILUSTRAÇÃO 15).

Segundo o Prof. Agostinho Both, foi por meio da amizade positiva de João Rocha com o reitor da Universidade que esse convênio foi possível. E quando se trata de ter sido uma universidade pública e não uma comunitária, o Prof. Agostinho, em sua entrevista realizada por telefone, informa que, graças ao carinho e boa vontade do Prof. João Rocha pelo povo de Corrente, ele buscou um ensino público.

Após a mudança de governo, o professor João Rocha deixa o cargo de diretor da UESPI, continuando, no entanto, presidente da FESPI, ficando praticamente duas administrações conjuntas, porém de ideologias diferentes.

Como se pode perceber, a UESPI teve sua primeira eleição para reitor em 2005, sendo seus diretores nomeados pelo grupo político local, de maneira que, mudando o Governo, mudava (e ainda muda) toda a administração da Universidade e de todas as instituições públicas estaduais da cidade.

Assim, em 1995, toma posse o Governador Francisco de Assis Moraes Souza, conhecido como Mão Santa, que, por sua vez, nomeia o Prof. Jônathas de Barros Nunes como reitor da UESPI. Atendendo ao grupo político, a UESPI de Corrente passa para a direção da Profª. Nehandeara Nazira Nogueira Guerra. Expõe-se a foto da ex-diretora do Campus de Corrente e o olhar dessa nova administração:



ILUSTRAÇÃO 25: Foto – Prof<sup>ª</sup>. Nehandeara Nazira N. Guerra 2<sup>a</sup> diretora da UESPI - campus de Corrente.

Fonte: acervo da professora.

Bem, é sabido que havia um convênio entre a UFPI, que era a Universidade Federal. UESPI e FESPI, que seria a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí. Esse convênio nos proporcionou o primeiro vestibular promovido pela Universidade Federal. Ingressaram duas turmas: uma de Pedagogia e uma de Agronomia; depois esse convênio foi rompido e ficou a mantenedora UESPI e ainda uma parceria UESPI/FESPI, sendo que a UESPI seria a responsável pela estrutura física e pagamento de professores. Foi aí que fomos indicada para a direção do campus, nomeada pela portaria n° 0087, de 19 de janeiro de 1995 e ficando no cargo aproximadamente dois anos.

E... apenas as duas turmas primeiras foram diplomadas pela Federal e mantidas pela Estadual. A primeira turma diplomada pela Estadual foi a de 1997 [...] e que também me legaram o privilégio de ser madrinha, oficiando a aula da saudade dessa turma. Então inicialmente sobre esse convênio seria basicamente isso (PROF<sup>ª</sup>. NEHANDEARA).

A professora confirma o que já foi observado nesta pesquisa por meio de documentos e depoimentos orais. Continuando sua fala, ela conta a sua experiência enquanto diretora do campus.

Bem, em primeiro lugar, vamos falar da experiência como diretora e, como todos sabem, nós enfrentamos muitos problemas de ordem administrativa, pelo fato de sermos campus e não termos autonomia, e a distância da sede, tanto geográfica como burocrático-administrativa e também financeira nos dava essa margem difícil de enfrentar.

Quanto à estrutura física do campus é boa... Ainda nos abriga e na época nós fazíamos funcionar os laboratórios que têm uma boa estrutura e funcionava com algumas dificuldades é lógico, quanto a equipamento e quanto à mão de obra qualificada que era mínima e a respeito do corpo docente, ainda contamos com a maioria deles, todos selecionados por concurso e a maioria hoje especialista e mestre e uma grande parte feita pela UESPI, ela é de grande importância na nossa comunidade.

Em um outro olhar da diretora, ela demonstra suas dificuldades em relação aos problemas administrativos, pois o campus universitário estava em seu início, ainda

consolidando-se como tal. A seguir tem-se a visão da professora (não mais como gestora e sim como docente), demonstrando seus sentimentos em relação à instituição:

Nós estamos aí, a UESPI em Corrente tem sido de grande valia não só pra nossa comunidade como também tem atingido uma grande parte da Bahia, Maranhão, todo o Piauí e até o sul do país, haja vista a demanda desses atraídos principalmente pela agricultura. Então pessoas que não tinha perspectiva de ter um curso superior por causa de oportunidades, condições financeiras e outros fatores, estão agora qualificadas graças a UESPI. E, como professora, sinto-me gratificada com isso, pois é a nossa compensação. E às vezes eu costumo dizer até hoje, que sou suspeita pra falar principalmente do curso de Pedagogia em Corrente, pois eu considero um dos melhores cursos que a UESPI tem, não só em nível de campus, mas em nível de universidade.

[...] Eu gostaria de falar em particular minha experiência como professora nessa instituição. Não só nessa instituição, mas já tem algum tempo que a gente ministra aulas ou está no magistério, porque fiz o curso pedagógico aqui mesmo na cidade de Corrente, ou Magistério ou curso Normal como era chamado na época, não que eu seja tão velha, mas (risos), então depois eu me licenci em Pedagogia com habilitação em Magistério, orientação e supervisão escolar porque tinha as cadeiras distintas, em 88 e Bacharelado em Direito em 89 pelo Estado de Pernambuco. Voltamos pra Corrente e ingressamos na UESPI por concurso e mais precisamente na cadeira de Filosofia, em 24 de agosto de 1992, então há quase 13 anos. Ministrando aulas, portanto de Filosofia em toda extensão da disciplina, Psicologia e outras, me especializei em Educação pela UESPI, Metodologia do Ensino Superior e exerci por duas vezes o cargo de assessora técnica desse campus e hoje estou cedida para o curso de Direito onde exerço a função de coordenadora e professora também desse curso (PROF<sup>a</sup>. NEHANDEARA NAZIRA NOGUEIRA GUERRA).

Observa-se que os professores (as) de um modo geral administram aulas em áreas diversas, como consequência da carência de mão de obra (professores qualificados), e também de uma política de governo que abre vagas para professores substitutos sem vínculo com a Universidade. A falta de concursos públicos para seleção de professores efetivos provoca uma situação difícil para os poucos professores que se sobrecarregam em suas atividades. Dando continuidade, a professora fala sobre a importância da UESPI.

Em se tratando da qualidade social que a UESPI tem na comunidade, como já dissemos, não só nossa comunidade, mas em um raio de mais de 2 mil quilômetros, ela é a única que nos serve e... a procura dessa Universidade, nesse campus, mais precisamente que é onde a gente tem a intenção de tá lá, onde a gente trabalha há 13 anos, é grandiosa, pelo fato da necessidade que temos de qualificação de professores, tanto municipal como estadual como comunitária. Ela tem sido assim... a única porta ou a porta mais larga de ingresso dessas pessoas e a gente tem consciência dessa importância, daí não só pelo fato da distância com nossa sede, mas a gente costuma ser bem independente quanto a isso; os professores são comprometidos, sabem dessa consciência, sabem dessa importância, os alunos cada vez mais procuram, pra ter uma idéia, o último vestibular do curso de Direito, que é o que hoje nós estamos coordenando, deu mais de 9 candidatos por uma vaga. É uma pena que esse vestibular não retornou, a gente tem apenas 2 turmas. Mas o curso de Pedagogia com rodízio do Normal Superior não foi tão aceito o Normal Superior como é o de Pedagogia, pela grade curricular, pela oportunidade, pela questão de emprego gerado na comunidade e, essas turmas que ingressaram no Normal Superior hoje fazem complemento em Pedagogia e o vestibular atual foi feito para Pedagogia, não mais o Normal Superior. E nós temos mais de 11 cursos abrigados nesse campus, entre o período especial e o período regular.

No Período Regular, nós temos Direito, nós temos Pedagogia, nós temos Zootecnia, Agronomia e Biologia. E, no Período Especial, nós temos além desses, com exceção de Zootecnia, temos Matemática, temos Ciência Informática, temos Biologia, Química, Física, Pedagogia também,

Historia, Geografia, todos na parte específica e tem funcionado com pessoas daqui da comunidade, já formados pela UESPI, especialistas pela UESPI, campus de Corrente, onde a gente está tendo periodicamente, após terminando as pós-graduações outras especializações, hoje na área e a procura de alunos concludentes de imediato e aqueles que concluíram há algum tempo.

Então nós estamos buscando essa qualificação sempre pra poder concorrer no mercado de trabalho. Como uma das pioneiras nessa casa, nós temos a satisfação de termos como colegas, como coordenadores, como chefes de departamentos os nossos ex-alunos.

E pra finalizar, também não é tudo! A gente sabe que não é tudo às mil maravilhas! E a gente ainda tem ao longo desses anos enfrentado muitas dificuldades, não dá pra gente esconder. Por exemplo: acervos bibliográficos, que é escasso, e já está há muito tempo, desde a fundação dessa escola e precisamos dessa renovação, precisamos de doação e de pessoas qualificadas pra trabalhar em outros departamentos, não só na biblioteca, mas laboratórios. Também o número de salas está reduzido pela quantidade de alunos, como a gente falou anteriormente, são muitos, são muitos os cursos, e por conta da greve existente também nós estamos adentrando período a período e onde a gente vê a parte também do período de férias, do pessoal regular, que deveria ser cedido para o de regime especial e a gente está adentrando esse espaço.

Então as salas estão reduzidas pra quantidade de pessoas. E nós temos tido, ao longo desse tempo, heróis, malabaristas, equilibristas, artistas de todo gênero para mantê-lo por conta da consciência que temos dessa grande importância que o campus da UESPI em Corrente é pra nós. E a nossa esperança é que possa melhorar e que as pessoas que têm a consciência disso também, que têm autonomia, que têm autoridade e que possa lutar junto conosco para melhoria desse Campus. Nós estamos aí, aguardando [...] (PROF<sup>a</sup>..NEHANDEARANAZIRA N. GUERRA).

Percebe-se, na fala da ex-diretora e atual professora e coordenadora do Curso de Direito, que é de relevância que o campus permaneça, com oferta de cursos, mas há uma grande necessidade de que se invista em materiais e em mão de obra, é urgente a necessidade de concursos. Assim, como disse a professora Nehandeara, ela permaneceu somente por dois anos, e, como se percebe em sua fala, os problemas administrativos foram de grande influência para que ela pusesse o cargo à disposição do reitor, pois a UESPI em Corrente tem até hoje praticamente duas administrações. De um modo geral apesar dos conflitos, que são inerentes, elas chegam sempre a um consenso. Portanto, após a gestão da Prof<sup>a</sup>. Nehandeara Nazira Nogueira Guerra, tem-se à frente da UESPI o Prof. Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira (foto abaixo):



ILUSTRAÇÃO 26: Prof. Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira. Diretor Administrativo da UESPI – campi Corrente-PI.

Fonte: acervo do depoente, 2006.

Transcreve-se a entrevista realizada em Corrente (2004), para uma melhor análise desse momento. Inicialmente o professor falou um pouco como ele chegou à Universidade e também, em um segundo momento, abordou a expansão da UESPI, que ocorreu com grande intensidade em sua administração:

Chegamos na Universidade para dar aula em abril de 1996, e, estando dando aula, fomos convidados a participar da direção [...] a Universidade expandiu, havia só essas turmas de Agronomia e Pedagogia, poucas turmas, e depois houve uma expansão muito maior da universidade. Foram criados cursos de Biologia, criado curso de Zootecnia, criado curso de Direito, isso nos períodos regulares. E, nos períodos especiais, vários cursos também foram criados: Laboratório de Informática, no período do Prof. Jonathas, e vários cursos pra atender a necessidade também das prefeituras e da região como um todo (PROF. CARLOS ALBERTO R. DE ARAÚJO NOGUEIRA).

Observa-se que o período da administração do Prof. Carlos Alberto Rocha de Araújo Nogueira foi o de maior crescimento da UESPI, também em número de cursos. O depoente destaca a importância dessa expansão para a cidade:

[...] a expansão foi muito importante, Corrente sempre foi uma cidade muito preocupada com a educação, e muitas pessoas devido à distância não podiam sair de Corrente pra fazer um curso superior. E chegando a Universidade aqui em Corrente, foi muito salutar pra toda a região. Muitas pessoas ingressaram na Universidade e houve com isso a melhoria de vida e também pessoalmente para cada indivíduo que fez o curso superior. Foi uma coisa muito boa [...] melhoria social, econômica para essas pessoas: professores que foram preparados aqui na Universidade. Graças a isso, a chegada da Universidade aqui em Corrente, teve esse privilégio dos professores cursarem aqui na sua própria região.

Observa-se aqui o que Certeau (1995, p. 101) afirma sobre a Universidade diante da cultura de massa. Para ele, a universidade deve solucionar um problema “para o qual sua tradição não a preparou: a relação entre a cultura e a massificação de seu recrutamento. A conjuntura requer que ela produza uma cultura de massa”.

No entanto, as universidades não recebem verbas para investirem em sua estrutura física e humana (qualificação de professores, concursos, melhores salários), apresentando assim essa característica de massificação. Quanto ao desempenho da universidade o professor Carlos Alberto diz:

Eu acho que a Universidade vai regular! Poderia haver melhora nisso, eu não sei aonde! O que nós vamos fazer para melhorar? Talvez um vestibular com a taxa talvez de 30% de índice das provas,

isso deve ser minha opinião; pra que haja uma melhor seleção desse alunado que chega à universidade. Que a dificuldade depois para preparar esses alunos é muito grande, mas a universidade é fundamental para Corrente, para essas circunvizinhanças de Barreiras... E tem gente até de Floriano que vem estudar aqui em Corrente.

O papel da universidade nesse contexto é questionável. Em relação ao atendimento, Certeau (1995, p. 101) afirma que elas acabam se tornando “[...] demasiadamente grande, igualmente incapazes (sejam quais forem os seus motivos) de responder à demanda que leva às suas portas o fluxo incessante dos candidatos e à dos estudantes cuja mentalidade e cujo futuro são estranhos aos objetivos presentes do ensino”.

Na fala do professor, confirmam-se as preocupações em relação ao ensino e ao fato de a instituição não corresponder à necessidade de um ensino voltado para atender à demanda de forma efetiva.

Bom, estudar realmente aqui em Corrente foi uma preocupação aqui da região, mas fazer um curso superior é privilégio para poucas pessoas ainda até hoje. Com a chegada da UESPI, melhorou ainda em alguma coisa. Agora, precisava melhorar mais! Fortalecer mais a educação! Fortalecer! Ter incentivo mais do governo, para atender aos coordenadores nesse sentido, para melhorar o ensino como um todo (PROF. CARLOS ALBERTO ROCHA DE ARAÚJO NOGUEIRA).

O Prof. Carlos Alberto falou um pouco também sobre sua vida como filho de Corrente e sobre a sua situação na UESPI:

[...] estivemos saindo daqui de Corrente em 1970, tivemos o privilégio de um primo nosso nos chamar pra estudar fora e saímos de avião, que era privilégio para poucos naquela época. Muita gente saía de caminhão e passava 5, 6 dias para chegar em Brasília. E fomos estudar em Belém, fizemos científico por lá, servimos o Exército, aí fomos pra Goiânia, lá eu fiz Veterinária na Universidade Federal de Goiás, depois em 88 nós retornamos a Corrente. Somos professor temporário, podia dizer: substituto, desde 96 até a presente data. A cada 2 anos, a gente passa por uma nova seleção, um novo teste [...] Mas estamos dando nossa parcela de contribuição e tentamos fazer o melhor apesar das nossas limitações. Estamos buscando aprender e a Universidade foi muito boa pra isso, porque a gente tem buscado aprender mais e mais para ensinar novas disciplinas aos alunos isso faz bem a todos nós (PROF. CARLOS ALBERTO ROCHA DE ARAÚJO NOGUEIRA).

Dando continuidade ao processo, na dinâmica das relações, ocorre o afastamento do governador Mão Santa, antes de terminar seu último dia de mandato, sendo afastadas, junto com ele pessoas da área estadual que de certa forma compartilhavam a mesma ideologia política. Sendo assim, sai o Prof. Carlos Alberto R. A. Nogueira, antes mesmo de terminar a sua gestão.

Nos diversos momentos em que ocorre mudança de Governo, percebe-se o que Damatta (2000, p. 13) considera em uma de suas “categorias sociológicas”<sup>13</sup>:

Aqui a sociedade é uma entidade que se faz e refaz por meio de um sistema complexo de relações sociais, elos que se impõem aos seus membros, indicando – tal como acontece numa peça de teatro ou num cerimonial – tudo aquilo que é estritamente necessário e tudo que é disponível ou superficial para que se possa criar e sustentar o evento que se deseja construir.

Portanto, no dia 13 de dezembro de 2001, assume a reitoria da UESPI a Prof. Maria do Perpétuo Socorro Rocha Cavalcanti Barros, que como presidente do Conselho Diretor da Fundação e reitora *pro tempore* da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, no uso das atribuições legais, nomeia para o cargo em comissão<sup>14</sup> o professor João Rocha Mascarenhas, símbolo DAS- 4, em 13 de dezembro de 2001, conforme Portaria GR/UESPI Nº. 896/2001.

O professor João Rocha Mascarenhas, um dos idealizadores da UESPI, que foi pioneiro na implantação da FESPI, retoma a gestão da UESPI. Mas, 2001 foi um ano de eleições, sendo que o Governador Hugo Napoleão, em exercício temporário no governo do Estado, perde as eleições e novamente se cumpre o que Damatta (2000, p. 14) coloca como o sistema de ações da sociedade brasileira “[...] o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores”. Logo, assume para ocupar o cargo de governador o então deputado federal Welington Dias, assumindo a Prof.<sup>a</sup> Maria Oneide Fialho Rocha como reitora *pro tempore* da UESPI.

Carlos Eduardo Baldijão, pesquisador e professor da Universidade de São Paulo, coloca a relação estado, sociedade e universidade como algo baseado no princípio da autonomia da universidade, de maneira que esta “[...] não pode estar sujeita às mudanças de governo e, por outro lado, como instituição permanente, o Estado, ocupado por quem quer que seja, tem a obrigação de sustentar financeiramente a universidade” (BALDIJÃO, 1991, p. 306). Mas o que se observa é outra realidade, de maneira que os investimentos são mínimos e há uma tendência da gestão ser indicada de acordo com o consenso político-administrativo, isso não só na UESPI, mas de uma modo geral na política administrativa brasileira.

Desse modo, um novo Governo no Poder, significa mudanças na administração local, sendo então nomeado para a diretoria do campus da UESPI em Corrente o Prof. Carlos Omar Mascarenhas de Araújo.

<sup>13</sup>Segundo Damatta (2000) ‘categoria sociológica’ como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa, seu código de valores e idéias; aquilo que uma sociedade vive e faz concretamente.

<sup>14</sup> Cargo considerado de livre nomeação e exoneração do reitor.

Assim, na entrevista transcrita a seguir, realizada com o diretor do Campus de Corrente, Professor Carlos Omar Mascarenhas de Araújo (foto), se pode perceber como aos poucos a UESPI foi se consolidando em Corrente. O professor apresenta uma visão geral do processo histórico da instituição.



ILUSTRAÇÃO 27: Prof. Carlos Omar Mascarenhas de Araújo, diretor do campus de Corrente - UESPI (janeiro/2005).  
Fonte: arquivo autora, 2005.

[...] Eu quero estender um pouquinho até como um dos orgulhos de minha vida. Conheci muito bem a UESPI, eu acompanhei o surgimento da UESPI, desde a sua aula inaugural em Teresina. Eu fui aprovado no primeiro vestibular do CESPI (Centro de Ensino Superior do Piauí), depois FADEPI e acompanhei todo o processo até a criação da UESPI, eu, como aluno, acompanhei esse processo, participei ativamente porque fui líder estudantil, 1º presidente do centro acadêmico do meu curso, curso de Letras, 1º presidente do DCE da Universidade Estadual e ao retornar a Corrente, comecei trabalhando nos cursos de Regime Especial, porque não havia ainda recebido o certificado de conclusão. Eu participei da primeira turma, então demorou um tempo para o curso ser reconhecido, e por isso eu não pude participar do primeiro processo seletivo de professores aqui para o campus de Corrente. Mas, em 94, eu entrei aqui como professor. Em janeiro de 95, eu assumi a coordenação dos cursos de Regime Especial. A UESPI passou a oferecer nove cursos de Licenciatura em Regime Especial aqui em Corrente. Durante 7 anos, fui coordenador dos cursos de Regime Especial e professor do Regime Regular.

Nesse primeiro momento o depoente contextualiza a UESPI, como Universidade Estadual, ou seja, em nível de Estado e depois como Campus de Corrente e sua trajetória pela UESPI, inicialmente na docência, depois na coordenação e hoje na direção administrativa do campus.

O que eu tenho a dizer é o seguinte: a Uespi aqui em Corrente, ela é assim, eu concebo como a mola propulsora do desenvolvimento dessa região. Ela é talvez hoje, em termos de significância, a instituição pública mais importante que nós temos em todo o centro-sul do Piauí! É a UESPI de Corrente! A princípio, com a expansão aqui para outras cidades vizinhas, a gente ficou um pouco

sentido, porque, quando você pulveriza demais a instituição de ensino superior, ela perde qualidade. E a nossa cidade ficou prejudicada porque recebia uma quantidade significativa de alunos de todas as cidades e deixou de receber esses alunos, mas entendo que esse foi um processo que teve seu período de existência, teve seu valor.

Em sua fala percebe-se a importância de uma universidade para a região, no entanto discorda da implantação de núcleos muito próximos, pensando nesse momento na cidade de Corrente. Reconhece a UESPI como espaço de debates de idéias, mostrando que esta vem se consolidando no decorrer de sua história e passando por um novo momento:

A UESPI passa agora por uma reformulação de princípios de seu norte, de seu rumo. Eu acho que deve realmente existir. Como eu pude, nesse período que fui professor aqui, pude perceber que nós temos muitas deficiências devido à distância que nos separa. Muitas deficiências não, muitas dificuldades devido à distância que nos separa de Teresina, à dificuldade de comunicação. A UESPI é extremamente centralizada, quer dizer, as decisões são todas tomadas em Teresina, nós aqui somos simplesmente o executor das decisões tomadas e nos dá ciência de que, boa parte das pessoas que dirigiram a administração superior e que dirigem atualmente não conhece a realidade da UESPI como todo, por isso terminam prejudicando, privilegiando Teresina e deixando em segundo plano, talvez não intencionalmente, mas por uma questão natural de você atender aqueles que estão mais próximos.

Então nosso Campus que é o mais estruturado fisicamente falando de todos os campi da UESPI, mas, mesmo assim, ele termina sendo prejudicado. Nós temos prejuízo em virtude disso. E também nós sabemos que a questão da política partidária, ela às vezes é benéfica, mas às vezes também é negativa no que diz respeito ao ensino e ao oferecimento de condições de funcionamento de determinados cursos, da forma como foram implantados alguns cursos. Nós tivemos, por exemplo, o curso de Enfermagem, o curso de Direito, que foram criados sem nenhum projeto, foram criados em cima do palanque, numa atitude de desespero de um grupo político que queria a todo custo ganhar uma eleição estadual anunciando no palanque sem nenhuma estrutura. A prova é que o curso de Enfermagem teve de ser transferido, que o curso de direito, pra você ver, que começou com 40 alunos, hoje tem só 19 da turma que começou com 40 no primeiro bloco, hoje está no quinto bloco, aliás, tem só 16 alunos.

[...] um percentual elevadíssimo de mais de 60% dos alunos já evadiram ou já foram transferidos ou deixaram naturalmente a instituição. Então essa falta de um projeto de observar qual é a tendência da região, qual o curso que encaixa melhor na nossa realidade deixou de ser levado em consideração em alguns casos. Eu acho que a UESPI tem que mudar a filosofia de criação de cursos, eu acho que Corrente não cabe uma quantidade significativa de cursos, nós temos que melhorar a qualidade do que temos. A comunidade durante muito tempo se acostumou a: Qual o curso que a Uespi vai trazer esse ano? Nós agora estamos com a política de conscientizar a comunidade que diferentemente de trazer cursos diferentes, ela deve perguntar é: O que é que a Uespi está fazendo pra melhorar os cursos que tem? Quais as providências que estão sendo tomadas? Os laboratórios estão funcionando? A qualificação dos professores está existindo? Está melhorando a qualidade de ensino? A biblioteca está adquirindo livros suficientes para atender aos alunos? Acho que esses é que devem ser os questionamentos.

O professor Carlos Omar faz uma observação semelhante à da reitora Valéria, demonstrando uma preocupação com a criação de cursos, denunciando que esses cursos estão sendo esvaziados no decorrer do processo, ou seja, há uma evasão significativa, principalmente nos cursos recém criados como o de Direito, de maneira que se tornou um

hábito por parte da comunidade a procura de cursos variados, preterindo-se outras características de fundamental importância citadas pelo depoente.

A comunidade, ela fica ansiosa, pela diversidade, pessoas com desejos de cursos existentes por aí, sempre cada um quer um curso diferente, mas a gente não pode atender a todos, então vamos atender bem aqueles que se tem possibilidade de atender. Acho que o caminho está se abrindo nessa direção, a administração superior parece que está tendo essa concepção, da necessidade dessas mudanças. Como diretor dessa instituição que estamos desde 8 de janeiro de 2003, a gente tem enfrentado inúmeras dificuldades, algumas por esses problemas que eu aponte, de cursos que foram criados de forma errônea, outros, pela falta de comunicação, como eu já citei anteriormente também; algumas questões político-partidárias que sempre vão existir, que é de pessoas que às vezes ficam um pouco triste por alguém que está aqui e não eles. Enfim, esses problemas sempre vão existir, mas também nós temos muita felicidade em dizer que acompanhamos evoluções, a vida acadêmica dos alunos, atualmente ela está organizada.

Foi implantado o sistema on-line que facilitou demais a regularização da vida acadêmica dos alunos; nós melhoramos sensivelmente o quadro de professores, hoje nós temos 9 mestres e 1 doutor, o que orgulha a toda a comunidade, quer dizer, nós temos um total de 50 professores, desses cinquenta, dezenove são efetivos. Vai haver um concurso público agora e acho que esse número com certeza irá aumentar e, desse universo todo, nós temos uma boa qualificação. Temos só 1 professor com graduação, só graduação, os outros têm pelo menos uma especialização. Não achamos que isso seja ideal, achamos que as pessoas devem buscar uma melhor qualificação, mas também que a instituição deve procurar uma fórmula de qualificar os professores aqui ou em parceria de forma modulada, oferecer o mestrado porque fica muito difícil a distância que nos separa dos grandes centros, a gente qualificar e prestar o serviço ao mesmo tempo. O percentual que destinam para UESPI que seja liberado com bolsa é muito pequeno, termina não sendo privilegiado o campus de Corrente. Temos a felicidade de ver, depois de 12 anos de implantado e sem funcionar, o laboratório de solos, de vê-lo aberto, funcionando desde segunda-feira da semana passada. Dia 2 de maio, o laboratório de solos, que é a menina dos olhos da instituição, um laboratório riquíssimos, o material foi adquirido, mas nunca funcionou e ele agora está funcionando. Algum complemento para que funcione a todo vapor, está sendo adquirido pela instituição; um compromisso assumido pelo governador, de colocar a serviço da comunidade até o mês de julho, ele já está funcionando, mas falta algum aparelho, o espectrofotômetro falta ser recuperado pra ser posto em funcionamento, que é um aparelho “top de linha”, assim muito eficaz na análise de solo. Pra você ter uma idéia, nem a Embrapa meio norte tem um aparelho desse porte em Teresina. E a UESPI tem esse aparelho aqui, que nunca funcionou e vamos mandá-lo pra São Paulo agora, para que ele seja recuperado; seja dada uma revisada nele [...](PROF. CARLOS OMAR M. ARAÚJO)

Percebe-se, como já foi citado no decorrer do estudo, que os laboratórios implantados desde o início para uma universidade comunitária apresentam até hoje dificuldade em seu funcionamento, por falta de mão de obra, como citou a reitora (depoimento anterior), ou mesmo por problemas administrativos entre as mantenedoras, como se pode perceber na fala do atual diretor:

A FESPI na verdade, a construção dos laboratórios, laboratórios de solos que hoje deve estar avaliado para ser implantado daquele jeito, em mais de 2 milhões de reais. Então a comunidade não tinha condição de implantar. Coincidiu que na época o ministro de Educação era Hugo Napoleão, através do Jesualdo, eles conseguiram fazer com que o Ministério financiasse a implantação do laboratório de solo, laboratório de semente, laboratório de biologia; são os 3 laboratórios bem equipados que nós temos aqui no campus.

Ainda há esse impasse por questões político-partidárias, agora reacenderam essa chama, depois que viram o laboratório funcionando, então a FESPI praticamente nem existia mais, a diretoria estava caduca, eles estavam há mais de 8 anos sem renovar a direção, aí então, na semana passada eles renovaram a direção da FESPI. Houve até um probleminha aqui. Eles quiseram tirar uns tratores daqui e eu recebi autorização da administração superior que não permitisse isso. E a gente prevê que problemas irão acontecer porque há um ciúme realmente e enquanto a instituição UESPI não encampar isso aqui como pertencente ao seu patrimônio, porque até no estatuto da FESPI consta como tal, quer dizer, no dia que ela deixasse de prestar o serviço para o qual ela foi criada, ela teria que transferir para o Estado todo o seu patrimônio. Ela só nasceu, mas nunca existiu de fato. Quando o convênio existiu entre FESPI e UESPI... Quando a UESPI assumiu isso aqui, a FESPI perdeu sua razão de existência e nós não concebemos que hoje isso seja retomado por um grupo de cinco pessoas. Não há mais o intuito inicial, não há mais a mobilização inicial; quem hoje está à frente da FESPI são quatro ou cinco pessoas que politicamente têm uma posição contrária à atual administração, não só da UESPI aqui em Corrente, mas do Governo do Estado e que... querem retomar isso aqui.

A gente percebe isso nas conversas, nas discussões que tivemos acirradas com o prefeito por causa desse problema e a gente percebe que eles estão com o intuito de fazer isso. O que é triste se perceber esse sonho deles. Tomara que isso não se realize.

Eu duvido que eles tenham a coragem, peito, de tomar essa iniciativa, porque eles terão toda a comunidade contra eles... toda, toda, toda, toda! (PROF. CARLOS OMAR).

Assim, observa-se, no decorrer da fala dos gestores da UESPI, que há certa dificuldade em conciliar duas administrações, de certa forma, com ideologias políticas contrárias.

Percebe-se em ambas a intenção do melhor para Corrente, mas é preciso haver um desprendimento por parte delas para que o campus da UESPI em Corrente seja realmente conseqüência do ideal de uma comunidade, daquele início quando diversas pessoas se dispuseram a doar o que tinham e até sua força de trabalho para que essa universidade acontecesse.

A UESPI de Corrente hoje é uma realidade que se apresenta de forma positiva para a comunidade, podendo-se perceber, nos diversos depoimentos realizados, uma grande satisfação por parte dos professores, gestores e alunos. De acordo com os depoimentos a Educação Superior vem atendendo aos interesses sociais da comunidade. A seguir tem-se o depoimento do professor da UESPI, que veio de Teresina ministrar aula na primeira turma do curso de Pedagogia, Prof. Antonio Francisco Soares (foto). Inicialmente, ele fala de sua vida profissional e, posteriormente, narra sua trajetória na UESPI.



ILUSTRAÇÃO 28: Prof. Antônio Francisco Soares. Professor UESPI Campus Corrente  
Fonte: acervo da autora, 2005.

Eu formei em 92 na Universidade Estadual do Piauí, em Pedagogia – Magistério. Em 93, eu fiz a Especialização em Supervisão Escolar. Em 94, surgiu um concurso, por incrível que pareça só tinha uma vaga para Pedagogia na UESPI, que era em Corrente. Eu não sabia nem onde ficava Corrente... E concorri, fui contemplado com a vaga. Vim pra cá sem saber... sabendo apenas onde era no mapa. Cheguei aqui, fui muito bem recebido e comecei a trabalhar no curso de Pedagogia logo em abril de 94, dia 4 de abril de 1994.

Em 95, assumi coordenação do curso de Pedagogia, fui assessor do campus. Eu tenho uma experiência nesses 11 anos de convivência aqui no campus, tenho uma larga experiência e tem enriquecido muito. Depois voltei a fazer uma outra Especialização em Ensino Superior, o Mestrado também em Ensino. Esta foi a forma de como cheguei, foi por concurso, e fui me adaptando aos poucos.

Quando eu cheguei aqui, nós tínhamos apenas o curso de Pedagogia e Agronomia no Período Regular, porque, no Especial, tinha Letras e Biologia e trabalhei também nesses outros cursos no Período Especial. A estrutura física do campus é a mesma: laboratório, biblioteca, mas o campus cresceu muito na época; depois disso já houve concurso novamente, seleção de professor substituto e eu lembro que, quando eu assumi a coordenação do curso de Pedagogia em 95, o curso estava no início, então a cada ano ia entrando novas disciplinas e precisando de novos professores.

Podem-se perceber os reflexos da Educação Superior na qualificação de profissionais na área de educação; observa-se também o valor da História oral, por permitir a percepção dos sentimentos, e a visualização de situações. O professor, em sua fala, transporta-se no tempo, vivenciando situações que lhes parecem nítidas em suas lembranças. Reconstituem-se ainda as transformações proporcionadas pela Educação Superior em Corrente:

Em 95, quando eu assumi a coordenação, houve uma vaga pra professor, professor substituto. Abriu inscrição, não apareceu ninguém. Saímos na cidade, fomos fazer uma pesquisa na cidade: encontramos 3 pedagogas; 2 recém-aposentadas. Uma pela rede estadual, outra tinha aposentado em Brasília e uma outra que tinha criança pequena, não aceitou vir. Ficamos assim numa situação. Aí passou o período de inscrição, reabrimos as inscrições, como era na área de Sociologia, a disciplina que estava precisando, apareceu uma assistente social que tinha Pós-graduação em Metodologia do Ensino e foi esta que veio a assumir. Então naquele tempo a cidade contava com poucos profissionais nessa área e nós percebemos hoje que, quando abre uma seleção de professor substituto ou contrato temporário, a concorrência, ela é imensa, e todos com Pós-graduação porque hoje aqui no Campus nós já oferecemos Pós-graduação na área da Educação pela Uespi. Houve Pós-graduação conveniada com outras instituições, hoje a própria UESPI já oferece Pós-graduação aqui. Então nós temos um quadro de professores, que eu diria, de boa qualidade, porque todos com Pós-graduação e, quando se abre seleção para professor substituto, contrato temporário, o número de inscrição surpreende. Àquele tempo agente saía na casa pedindo: “gente vá se inscrever!” – “Não, tô recém-aposentada e quero descansar”; -“não, tenho criança pequena, não posso ir”. Encontramos na época, como eu já falei, três pedagogas na cidade. [...] (PROF. ANTONIO FRANCISCO SOARES).

Inicialmente, percebe-se que o campus de Corrente passou por grandes dificuldades de adaptação. Na continuidade da fala do professor, são nítidas as transformações que a implantação de um campus em Corrente tem proporcionado à cidade, principalmente no que diz respeito à qualificação profissional. Em seguida, o professor retoma suas experiências como coordenador e seu relacionamento atual com os demais colegas:

Quanto à minha experiência, não só como professor, como falei, também fui coordenador do curso por um bom período e hoje, na Pedagogia, nós temos uma boa relação. Muda de coordenador, mas todo mundo continua numa união. É um curso que a gente não tem nenhuma rivalidade. A casa, no período político como é de costume, muda as coordenações, mas nós continuamos na mesma harmonia, e um ajudando o outro, passando as experiências que já teve...

Minha experiência como coordenador eu posso dizer que foi muito positiva. Muito bom trabalhar com os professores aqui, porque todos têm assim uma contribuição a dar, todo mundo é preocupado na hora de se fazer um horário, que a coisa mais complicada aqui é elaborar um horário de funcionamento do Curso, um horário dos professores, distribuírem a carga-horária ... Mas, todo mundo colabora, um cede daqui, outro cede ali. Quando se precisa de uma atividade extra-classe, uma atividade que exija a interdisciplinaridade, a gente percebe que todos os professores estão juntos.

Agora mesmo nós vamos ter uma nova mudança no curso de Pedagogia, os alunos precisam ter uma quantidade de horas extras, extra-curriculares, como mini-curso, que eles tenham participado, atividade de pesquisa de extensão, então, quando chegou essa proposta aqui, a coordenadora nos convocou, a coordenadora atual, e nós, cada professor, deu uma sugestão e já foi elaborando um projeto, então nós estamos assim... o curso de Pedagogia, sem menosprezar os outros, porque é minha área, mas é um curso que tem crescido muito por conta dessa amizade, dessa cooperação dos professores.

Então hoje eu vejo o campus de Corrente como uma peça indispensável para o desenvolvimento do sul do Estado; vejo o crescimento da UESPI como algo positivo e vejo que a UESPI hoje... A reclamação que nós temos aqui hoje é: porque não vem um mestrado pra UESPI? Então os alunos dizem: nós já atingimos a Pós-graduação, fizemos alguns cursos de Pós-graduação, então nós já estamos querendo o Mestrado. Então já seria algo mais exigente. Mas acredito que, através de convênios (nós hoje no campus temos 7 mestres e 1 doutor, não temos condição de ter um curso de Mestrado) poderíamos atender esse pedido da comunidade. A UESPI só veio ajudar a crescer e pra mim a experiência de sair da capital e vir para o interior foi um aprendizado a mais e estou me dando muito bem (PROF. ANTONIO FRANCISCO SOARES).

Na fala, percebem-se mudanças quanto à coordenação relacionadas à política local, de maneira que, ao mudar a estrutura política do governo, muda toda a administração dos campi. Fica clara a existência desses embates políticos, o que não impede um clima de amizade e colaboração entre professores e gestores. Segue o depoimento da atual coordenadora, Prof.<sup>a</sup> Rita Mônica Fonseca (foto abaixo):



ILUSTRAÇÃO 29: Prof.<sup>a</sup> Ms. Rita Mônica de Andrade Fonseca. Coordenadora Pedagógica da UESPI (2005).

Fonte: acervo pessoal da autora, 2005.

Bom, minha experiência como professora aqui da UESPI começou há mais ou menos 9 anos. Então nós passamos por um teste seletivo em Teresina pra trabalhar primeiramente no Período Especial. Minha primeira experiência foi no Período Especial. E daí em diante nós fomos participando de outros testes e estamos no Período Regular.

Estou trabalhando como professora do Período Regular e também como coordenadora e esta última atividade como coordenadora tem sido gratificante para nós, porque são novas experiências. Nós temos vivido, temos acompanhado mais de perto as dificuldades dos alunos e também do campus de Corrente, em termos de estrutura, em termos do próprio desempenho do professor, nos quesitos metodologia [...] a forma como eles ministram aula, isso tem sido para nós um grande desafio porque nós percebemos que o campus de Corrente como centro do interior, há uma grande diferença com relação aos campi que estão situados nas capitais. Mas, mesmo assim, nós temos visto, que diante destas dificuldades, o campus de Corrente tem se saído muito bem, tem crescido, tem se desenvolvido, especialmente o curso de Pedagogia.

Como coordenadora, nós temos sentido de perto o problema do nosso campus, o nosso campus tem a estrutura física muito boa, mas faltam equipamentos necessários para que ele funcione bem; nós temos biblioteca, nós temos laboratório de informática, de biologia, de solos; temos recursos humanos para trabalharem nesses laboratórios, mas falta o que é de importância também, que são os instrumentos, os equipamentos para que esses departamentos funcionem bem.

A parte financeira é algo que nos deixa muito preocupados porque nós não temos financiamento... e nosso campus não arrecada o suficiente para que se invista nesses departamentos. O que se arrecada mal dá para se tirar cópias de provas, o que é mais fácil para a sobrevivência do Campus (PROFESSORA RITA MÔNICA DE A. FONSECA).

De acordo com esses depoimentos, a UESPI de Corrente tem crescido e um dos fatores que proporcionam esse crescimento é o compromisso dos professores. Na fala dos entrevistados, principalmente a do Prof. Soares, percebeu-se a diferença entre o início do curso com a grande dificuldade de se conseguir professores, e a atualidade, que apresenta uma boa concorrência entre pessoas que se formaram na própria instituição e muitos que fizeram pós-graduação na própria UESPI. Pode-se dizer que a educação superior está transformando vidas?

Um fator preocupante é a falta de critérios definidos quanto ao surgimento de alguns cursos e a suspensão de outros. Em Corrente, teve-se o curso de Direito, cuja oferta de vagas foi suspensa, e novamente está sendo ofertado para o vestibular 2006. Observa-se que não há acervo nessa área e também que há carência de professores, o que dificulta a existência desse curso, sendo ele criticado em entrevista pela própria reitora. O curso de Enfermagem também foi oferecido sem nenhum critério, pois segundo as entrevistas com reitores, esse

curso não tinha estrutura física e humana pra funcionar em Corrente, fato que levou à transferência de campus.

De acordo com o manual Vestibular 2006 (2005, p. 15), a UESPI de Corrente, hoje (2005), apresenta ofertas de vagas em Regime Regular - 2006, para os cursos de:

- Licenciatura Plena em Ciências Biológicas – 30 vagas, para o primeiro semestre, no turno da tarde;
- Licenciatura plena em Pedagogia - 40 vagas para o segundo semestre no turno da noite;
- Direito - 40 vagas para o primeiro semestre, noite;
- Agronomia e Zootecnia - oferta de 30 vagas para cada curso no período da manhã, para o primeiro semestre de 2006.

Mantêm-se em funcionamento os cursos de (dezembro, 2006):

- Licenciatura Plena em Biologia: Bloco 01 - 30 alunos; Bloco 03 - 28 alunos; Bloco 04 - 24 alunos e Bloco 08 - 30 alunos;
- Licenciatura Plena em Pedagogia: Bloco 01 - com 38 alunos; Bloco 04 – 35 alunos; Bloco 06 – 28 alunos; Bloco 08 – 36 alunos; Bloco 10 – 34 alunos;
- Direito; Bloco 04 – 31 alunos; Bloco 06: 16 alunos.
- Agronomia: Bloco 02 - 34 alunos; Bloco 03 – 20 alunos; Bloco 06 – 15 alunos; Bloco 08 – 14 alunos;
- Zootecnia: Bloco 02 – 24 alunos; Bloco 06 – 19 alunos; Bloco 08: 19 alunos; Bloco 09 – 05 alunos; Bloco 10 – 16 alunos.

Percebe-se que, principalmente no curso de Zootecnia e Direito, há um fator citado pela reitora e pelo diretor do campus de Corrente em depoimentos, que se refere à desistência de alunos em alguns cursos, havendo necessidade de um estudo localizado sobre os interesses da região. Mas, mesmo com esse impasse, o curso de Direito retorna com uma turma à noite.

A instituição apresenta um quadro administrativo (dezembro de 2005) formado pelo diretor, o Professor Carlos Omar Mascarenhas de Araújo, os seguintes coordenadores: Nehandeara Nazira Nogueira Guerra – Direito; Rita Mônica de Andrade Fonseca – Pedagogia; Maria Iolanda Leal Lustosa Santana – Biologia; Estácio Alves dos Santos – Zootecnia; Adriano da Silva Almeida – Agronomia.

Em relação a Universidade em geral, percebe-se, segundo o Relatório Atividades 2004, que a UESPI tem um quadro efetivo de apenas 371 docentes, para 1074 docentes

provisórios (professores substitutos). Esses docentes, por titulação, formam um quadro de 14 doutores efetivos e 5 provisórios; especialistas efetivos são 171, para 538 provisórios, havendo 18 docentes efetivos apenas com graduação e 463 provisórios, contando ainda com 168 mestres com vínculo efetivo, para 68 com vínculo provisório. É flagrante um grande número de professores que só tem graduação, os quais normalmente estão nos campi do interior. Percebe-se que esse grande quadro de professores substitutos tornou-se hoje uma realidade presente nas universidades.

Diante desse contexto, indaga-se: Qual a qualidade social da expansão (interiorização) da educação superior? Esse aspecto da qualidade esteve presente em todos os depoimentos. Alguns (poucos entre os entrevistados) questionam essa qualidade, outros (maioria) em sua fala enfatizam a qualidade como algo presente, satisfatória apesar das dificuldades. Observa-se que os que questionam são aqueles que já foram gestores ou que fazem parte da comunidade em geral, mas, na amostra entre coordenadores, professores e principalmente alunos, tem-se uma resposta bastante positiva. Muitos atribuem à UESPI uma função redentora, ou seja, de fundamental importância em suas vidas.

Observa-se que essa problemática surgiu na dinâmica das relações entrevistador e entrevistado, levando a pesquisadora a realizar a história oral de vida de ex-alunos (1ª turma UFPI e UESPI), que serão contadas no próximo subitem. Segue, portanto, dando prosseguimento a essa reconstituição histórica, a abordagem de um dos aspectos sociopolíticos da educação: a qualidade.

#### **4.5 A qualidade social da educação superior em Corrente: “a história vista de baixo”**

Busca-se nesse momento uma reflexão entre a memória e a história dos sujeitos que participaram de forma direta do processo histórico investigado. Adota-se uma visão de que, “[...] para se fazer história, ou para se ler o mundo como um dispositivo historiador, parte-se, antes de mais nada, de uma disposição radical para ler, ver, ouvir e contar... o outro” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 16).

É nesta tentativa de ler no olhar, de ver na expressão de cada sujeito pesquisado, de ouvir todos os detalhes, que se procura contar “o outro”, representado na pessoa de cada ex-aluno e professor que vivenciou esse processo. Acredita-se, que a partir dessas memórias, se resgatam os diversos aspectos da história, tendo-se, neste capítulo, uma visão histórica dos aspectos sócio-políticos da educação.

Considerando-se que “tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 2003, p. 49). Assim, procurou-se a memória como objeto desse momento para a reconstrução da importância da educação superior nas vidas de seus protagonistas sociais, entendendo-se, segundo Ferro (2000, p. 22), que

a memória é sempre uma interpretação influenciada pela experiência do presente. Todo o trabalho do historiador é uma representação do passado. Mas, é além disso, uma seleção do que é considerado importante. A memória constrói, reconstrói, reelabora e ressignifica o passado.

Por meio da história oral tem-se um compromisso de extrair a vivência da oralidade, para se estabelecer um “juízo crítico”, que, na visão de Meihy e Lang (2004), é fundamental para se coletarem elementos. Assim, tenta-se sistematizar os critérios ao se transcreverem as falas de acordo com o que foi dito pelo depoente, possibilitando, à pesquisadora e ao leitor, uma análise crítica das entrevistas e histórias de vida de cada protagonista desse processo.

Procura-se não apenas buscar respostas teóricas por meio da história oral, pois os encaminhamentos e soluções serão encontrados na área da teoria, reconhecendo nela a fundamentação para se pensar as questões oriundas da prática, tendo-se a metodologia como uma mediadora que possibilita fazer a inter-relação entre teoria e prática.

Portanto, apresenta-se nesse momento a importância social da educação superior no que se pode chamar de “qualidade social” dessa expansão, na visão desses sujeitos ao darem seus depoimentos, ao narrarem suas histórias de vida, consideradas por Barros e Lehfeld (2003, p. 84) como uma “importante fonte de dados qualitativos”.

Questiona-se essa “qualidade social”, pois, na década de 1990, percebeu-se um período em que a Universidade Estadual teve uma grande expansão quantitativa, gerando questionamentos sobre a qualidade dessa educação, também por esse crescimento não ter sido acompanhado de outros fatores essenciais à qualidade (infra-estrutura, quadro de professores, acervos bibliográficos etc.).

Percebe-se que devido ao momento histórico-político em que foi implantado o ensino superior em Corrente e em que ocorreu a interiorização da educação em todo o estado, é natural haver preocupações quanto à qualidade desse processo, tendo-se em vista que, na “[...] década de 1990, a demanda por vagas no ensino superior continuava sendo fator de pressão sobre o governo [...]” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 93). Ocorre

dessa forma uma política de expansão preocupada com a quantidade, ou seja, em atender à demanda.

Questionamentos estão nos discursos dos gestores que iniciaram o processo, como se pode observar nos depoimentos do professor Dr. Luís Soares de Araújo Filho e também no depoimento do Professor Almir Bittencourt, respectivamente:

A forma onde ela mais cresceu foi na administração do Prof. Jonathas de Barros Nunes, parece-me que a sua vocação era levar a UESPI a todos os municípios existentes no Estado. De um lado, há um aspecto positivo, a democratização; do outro lado, há a questão da qualidade, do comprometimento da qualidade, agora mais recentemente [...] a UESPI parece que ganha um novo percurso, uma nova tendência, sofreu um certo freiamto nessa sua vocação expansionista (PROF. LUÍS SOARES).

Em relação à questão da qualidade, a discussão da qualidade/quantidade, nós tínhamos uma compreensão exata das demandas do Estado, que eram extremamente grandes, mas nós não podíamos expandir de forma desordenada, porque nós não tínhamos como, não tínhamos meios, não tínhamos professores, não tínhamos como atender essas condições e nem podíamos cobrar. Posteriormente quando a gente saiu e a história mostra que se verificou um crescimento absurdo da universidade, inclusive recentemente eu ouvi um relatório do Ministério da Educação, dramático, informando, por exemplo, que a Universidade Estadual do Piauí, cerca de 75% dos professores da Universidade são professores substitutos, o que é uma coisa inconcebível, porque, se uma grande maioria dos professores é substituto, isso demonstra uma certa fragilidade na estrutura administrativa. Eu reconheço que houve, depois que nós saímos, grandes avanços, mas o crescimento foi desordenado, tanto é que se implantaram na Universidade cursos de discutíveis objetivos, de atuação completamente discutível, inclusive atuando em outros estados, com cobrança de mensalidades de taxas elevadíssimas o que não era efetivamente o projeto original (PROF. ALMIR BITTENCOURT).

O professor destaca em seu depoimento uns dos eixos da reforma preconizada pelo Governo na época, que “faculta às Universidades uma ampla elasticidade em sua organização interna [...] inclusive, implementar cursos pagos, vender serviços, firmar concorrência com setores privados além de outras providências lucrativas” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 94-95).

Essa questão da autonomia é tratada no artigo 53 da LDBEN, o que faz com se torne legal essa forma como a UESPI e outras universidades vêm crescendo. O professor Almir Bittencourt expressa os pontos discordantes em relação à expansão realizada e os propósitos idealizados pelos fundadores:

Além disso, a universidade passou a procurar reproduzir, houve o que eu considero de desvirtuamento porque ela passou a reproduzir o que a Universidade Federal vinha fazendo, com competição de cursos, uma superposição de recursos em atividades que o Estado do Piauí poderia ter destinado para outros tipos de atuação e não simplesmente competir com a Universidade Federal, com cursos tradicionais, cursos que, em grande parte, a qualidade é discutível, com professores substitutos, enfim, eu considero que esse aspecto deve ser avaliado melhor. No entanto, de um modo geral Universidade teve um papel importante para a sociedade, porque se passou a discutir a necessidade de olhar com mais atenção o interior do Estado, que estava completamente abandonado em termos de educação, era uma situação tão grave que não se encontrava professor de Física, Matemática em cidades grandes, imagine em uma cidade pequena do Estado, e a

Universidade lá de Corrente foi ao meu modo de ver uma decisão acertada, pois grande parte dos alunos dirigia-se a outros estados para poder ter acesso ao ensino superior e com a UESPI instalada lá eles passaram então a ter condições de freqüentar uma universidade, pólo importante no sul do Piauí, que tem um potencial muito grande de investimentos no futuro. É uma região rica próximo da Bahia.

Observa-se no depoimento acima uma crítica à interiorização da Educação superior, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento da sua importância social. Destaca-se a necessidade de uma educação superior de qualidade, mas o que vem a ser essa qualidade?

Ao tratar dessa questão, observa-se que ela também decorre do paradigma escolhido para dirigir ações educacionais, pois não se pode considerar qualidade apenas como um conjunto de critérios, sendo percebida por Gracindo (1994, p. 253) como “[...] reflexo de uma concepção de mundo e de sociedade, retratada na busca da formação de um tipo de indivíduo que seja compatível com aquela concepção”. Assim, a autora considera que serão desenvolvidos conhecimentos, habilidades e atitudes que deverão encaminhar a maneira como os indivíduos se relacionarão com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo.

Ao se fazer uma análise histórica da qualidade social da Educação Superior, tem-se que partir de um estudo profundo desses aspectos, o qual não é o objetivo desta pesquisa. A qualidade social da educação está aqui tratada como mais uma problemática concreta da educação, que surgiu a partir do processo investigativo, ou seja, dos depoimentos, das histórias de vida narradas pelos sujeitos investigados.

Ao se olhar a história, não se pode contestar que a UESPI expandiu-se até para outros estados, de forma que, no contexto geral da história da educação superior, a expansão e interiorização da UESPI apresentou um vertiginoso crescimento, sendo considerado por alguns como a democratização do ensino e por outros como a massificação do mesmo, visto que tal crescimento não foi acompanhado de melhores condições de trabalho, estrutura física e profissional, entre outras. Mas, o que se entende por massificação?

Para Chauí (2001, p. 50-51), costuma-se dizer que ocorre massificação do ensino universitário quando há um aumento no número de estudantes e um rebaixamento no nível dos cursos. Para autora o que caracteriza esse processo é

o fato de que o elemento quantitativo predomine sob todos os aspectos (desde a proporção inteiramente arbitrária que se estabelece entre o número de alunos por professor, sem nenhuma consideração sobre a natureza do curso a ser ministrado, até o sistema de créditos por horas-aula) é suficiente para aquilatarmos a massificação. Porém há um ponto que nossas análises costumam deixar na sombra, a saber, que a idéia de massificação tem como pressuposto uma concepção elitista do saber, [mas] se com a entrada das “massas” na universidade não houve crescimento proporcional da infra-estrutura (bibliotecas, laboratórios), nem do corpo docente, é porque está implícita a idéia de que para “massa”, qualquer saber é

suficiente, não sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer que o aumento da quantidade não implicasse diminuição da qualidade.

Considerando a complexidade que envolve a qualidade, não se pode deixar de lado a dinâmica desse conceito, sua múltipla dimensão e se partir da análise linear, de um discurso sobre quantidade versus qualidade. Torna-se necessário reconhecer os diversos aspectos que abrangem esse processo, considerando-se que, pela polissemia da palavra, pode-se mobilizar em torno da qualidade toda uma noção de perspectiva crítica e dialética relativa ao trabalho educativo.

Considerando, pois, a famosa carta-resposta dos índios, divulgada por Benjamin Franklin, na parte onde diz que “[...] diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e [...] vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 8), e concordando que a educação tem que estar voltada para atender à necessidade de seus verdadeiros sujeitos, se reconhece a necessidade de um olhar sobre a história desses sujeitos.

A resposta sobre estar ou não a UESPI promovendo uma educação que possibilite inclusão de seus alunos na sociedade em que vivem e se está apresentando qualidade social só é possível após uma análise do olhar de alunos, professores, coordenadores, enfim, dos atores desse processo, por meio das experiências de cada um, conforme sua concepção de educação e suas vivências.

Escolheu-se seguir uma das tendências atuais da história, “[...] a que se ocupa de uma história do vivido” (LE GOFF, 2003, p. 57), assim, tem-se as respostas aos questionamentos realizados, ao se iniciar o processo investigativo (janeiro de 2004). Realizou-se questionário aberto, que foi aplicado para os ex-alunos da UFPI e UESPI em Corrente (a população era constituída por 22 alunos da primeira turma UFPI e 16 da 2ª turma UESPI, um total de 38 alunos, em uma amostra abaixo representada por sete desses alunos). As respostas quanto à importância da interiorização segundo o olhar desses alunos foram as seguintes:

Foi importante porque introduziu na nossa cidade bastante conhecimento para a comunidade em que esta (UESPI) está inserida (2º VESTIBULAR - UESPI – ENTREVISTA 01);

Foi importante, pois se abriram portas para conquista de conhecimento na sua complexidade. Resgate cultural no sentido de fortalecer desenvolvimento cognitivo, político, econômico, artístico, social, e acima de tudo o crescimento profissional de cada ser humano não só da cidade de Corrente(PI), mas de outras localidades (2º VESTIBULAR - UESPI – ENTREVISTA 02);

Para a minha vida essa interiorização abriu caminhos para o meu aperfeiçoamento profissional e possibilitou a comunidade a beneficiar-se, principalmente no campo da educação, através dos professores e alunos da UESPI. Já participei de concurso, sendo aprovada. Depois da UESPI, abriu-se um “leque” de oportunidades na minha vida, possibilitando-me ampliar os meus conhecimentos

sobre educação e ensinou-me a questionar conscientemente o sistema educacional vigente e a sociedade em geral (2º VESTIBULAR - UESPI – ENTREVISTA 03);

Eu era uma profissional com 2º Grau Magistério. Depois da UESPI, sou uma profissional em Educação com duas graduações: Pedagogia e Letras/ Português e Especialização em Docência Superior. Já participei de concurso e fui aprovada (1º VESTIBULAR - UFPI – ENTREVISTA 04);

A “cara” da educação no sul do Piauí e em Corrente mudou consideravelmente. A formação profissional e a realização pessoal ajudam a melhorar a qualidade do ensino. Antes da UESPI, tinha apenas o curso Normal e era professora e ganhava apenas um salário mínimo. Depois da UESPI, passei, após 6 meses, na seleção de professores da UESPI, um ano depois me tornei coordenadora do curso de Pedagogia, fiz pós-graduação em Filosofia, trabalhei no programa Alfabetização Solidária e no Proformação. Fiz Mestrado em Educação na UCB (Universidade Católica de Brasília), sou professora efetiva da UESPI, inclusive na pós-graduação, da Secretaria Estadual e da Prefeitura (todos empregos concursados) (1º VESTIBULAR - UFPI – ENTREVISTA 05);

Os caminhos percorridos pela educação superior têm proporcionado oportunidades a estudantes de diversas classes sociais que queiram alcançar um grau melhor dentro da educação. Há de se lembrar que essa interiorização deve ser feita de forma organizada e consciente dos problemas futuros [...] (1º VESTIBULAR – UFPI – ENTREVISTA 06);

Excelente, pois proporcionou novos horizontes para minha vida e a comunidade em geral. “Louvado seja o Deus de poder” (2º VESTIBULAR – UESPI – ENTREVISTA 07).

Perguntou-se aos sujeitos supracitados se eles teriam condições de fazer um curso de graduação caso a interiorização não tivesse ocorrido, e se obtiveram as seguintes respostas:

Entrevistado nº. 1 – “Não, pois teria que deixar o meu trabalho e não teria condições financeiras de manter um curso de nível superior [...]”;

Entrevistado nº. 2 – “Teria, apesar de algumas dificuldades, pois não é tarefa fácil fazer uma graduação na capital”;

Entrevistado nº. 3- “Não, porque para quem tem um baixo poder aquisitivo é difícil somente estudar fora”;

Entrevistado nº. 04 – “Sim, com muitas dificuldades, na capital”;

Entrevistada nº. 5- “Provavelmente não, certo que depois sai para fazer mestrado, só que nesta ocasião já trabalhava e, portanto, foi possível sair apesar das inúmeras dificuldades”;

Entrevistado nº. 06 – “Teria”;

Entrevistado nº. 07- “Não, pela situação econômica e por já possuir família”.

Percebe-se nas respostas que, em grande maioria, os egressos das primeiras turmas (UFPI e UESPI) são pessoas simples da região e que não tinham como sair para realizar uma educação de nível superior.

A seguir tem-se a visão de um professor, funcionário da rede estadual de Corrente, ex-aluno da UESPI, sobre a importância da Educação Superior nessa cidade, voltando-se para seus reflexos na educação básica, por meio da qualificação dos profissionais da educação:

Nós temos de agradecer a todas as universidades, nós temos de agradecer às pessoas, eu não posso deixar de citar o nome dessas pessoas que se interessaram por essas duas universidades. Nós temos o deputado e ex-conselheiro Jesualdo Cavalcanti, que sem dúvida foi quem conseguiu trazer essa Universidade Estadual, mas nós temos também o ex-deputado, Dr. Flávio, juntamente com seu irmão, Dr. João Madison, que é deputado atual, que trouxe a Faculdade dos Cerrados, que está trazendo para Corrente uma contribuição muito grande para a nossa cidade.

Hoje a nossa cidade, ela é vista em um ângulo bem diferente. Todos quando estão lá fora conversam com o pessoal que está viajando, e uma vez eu estava em Salvador, quando estava em Salvador conversando com algumas pessoas, eles ficavam admirados. Tem uma universidade estadual de qualidade e uma universidade particular de qualidade. Então essas universidades, a importância delas aqui é assim de uma grande relevância. Nós só temos a agradecer essas pessoas que sempre se interessaram em trazer o bem pra Corrente (PROF. ALEIXO).

Percebe-se nos depoimentos a importância social da Educação Superior em Corrente, confirmada no depoimento do Professor Carlos Omar, atual diretor do campus da UESPI nessa cidade, quando se empolga para falar da importância dessa instituição, não só para Corrente, mas para todo o extremo sul do estado.

Nós poderíamos fazer uma comparação. Seria bom se nós tivéssemos só cidades superdesenvolvidas, com saneamento básico, com casas bem construídas, com tudo organizado. Agora, nós até temos isso, mas as pessoas que têm acesso a isso são em número pequeno, uma pequena quantidade de pessoas no total da população do nosso país; que é um país que, queiramos ou não, é um país que deve muito ao seu povo. Eu tive discussões com alguns colegas em Teresina, professores da UESPI, quando iniciou o processo de expansão através da criação dos cursos de licenciatura de Regime Especial. Quando eu defendi esses cursos e apresentava argumento pra isso, os meus colegas de Teresina se contrapunham a essa minha idéia, dizendo que ia perder na qualidade. Fernando pessoa tem até um trecho de um poema que diz assim: “O Tejo”, que é o rio mais importante de Portugal; “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia; porque o Tejo não corre pela minha aldeia”. O que eu quero dizer com isso? O que a gente pode trazer pra essa realidade? Uma universidade com bons laboratórios, com uma boa estrutura, com um bom quadro de professores, com pesquisas de qualidade sendo feitas, é o ideal. Agora, quantas pessoas têm acesso a essa universidade de qualidade, de primeiro mundo? Quantas pessoas têm acesso a uma USP? Quantas pessoas têm acesso a uma UNICAMP? Quantas pessoas têm acesso a uma UnB? É uma pequena parte da elite.

A meu ver, a UESPI prestou e tem prestado um dos mais belos trabalhos de socialização do ensino, de democratização do ensino que uma instituição do país fez. Era inconcebível imaginar há 15 anos atrás que, daquela data, 15 anos depois, uma cidade como Riacho Frio, como Cristalândia tivesse 80% dos seus professores com nível superior. E se a universidade ficasse enclausurada na capital como era sonho, e às vezes sonho de pessoas que fazem parte dessa instituição, nós teríamos a maioria das cidades do Piauí sem formar seus professores. Porque quem tem condição de sair para estudar em Teresina? Quem tem? E hoje você vê, aqui na nossa realidade, a UESPI abastecendo o estado de Tocantins com profissionais formados; a UESPI abastecendo o Distrito Federal com significativo número de profissionais na área de educação, na área de agropecuária. Nós temos hoje na Embrapa, em Teresina, na Embrapa em Palmas, na Embrapa em Goiânia, na Embrapa em Brasília, alunos já saídos do curso de Zootecnia daqui, então isso é a prova de que, mesmo não tendo a qualidade sonhada por nós, porque nós queremos qualidade, mas a gente não pode abrir mão de uma instituição aqui no sul do Piauí, pelo fato de ser longe, não ter os professores dos sonhos de todos nós, simplesmente pensando em qualidade.

Quando eu assumi aqui, eu coloquei para as pessoas o seguinte: às vezes uma nota “E” de um aluno aqui de Corrente, ela tem muito mais valor pra sociedade, para aquela pessoa, do que uma nota “A” de um aluno que estudou na USP ou na UFRJ. Porque lá foram dadas todas as condições e você não pode avaliar um aluno da USP com aluno da UESPI; quer dizer, eles têm que ter um nível mínimo. Agora teríamos que dar as condições pra eles do mesmo jeito, mas não dando as condições eu sou favorável que se democratize a princípio e que se ofereça qualidade à medida do possível.

Porque se formos esperar só construir uma casa quando nós tivermos todo o material adquirido, boa parte da comunidade não constrói sua casa.

A gente pode ir construindo aos poucos. Uma instituição de ensino pode ser construída aos poucos. A UESPI não está feita, a UESPI não está pronta, a UESPI não está acabada, ela é um constante construir. Nós estamos em processo inicial ainda. Em 97 nós colocamos no mercado de trabalho os primeiros profissionais e 1997 está bem aí! Estamos completando 7 anos agora, colocando profissionais. É necessário que se faça uma pesquisa desses pós-graduados, quer dizer, do egresso, do aluno que saiu daqui, para ver em que condição ele está. Se realmente ele é um profissional que não tem qualidade ou se, com as dificuldades naturais de uma instituição que tem suas dificuldades, se ele conseguiu superá-las e hoje está bem no mercado de trabalho.

Eu convoco aqui os professores que estão querendo desenvolver pesquisas; está aí um filão de pesquisa interessante pra se fazer. Saber do aluno egresso da Agronomia, da Pedagogia, dos outros cursos de licenciatura. Como ele está hoje? Em que aspecto ele imputa a Uespi? Se ele está bem. De que forma ele acha que a Uespi contribuiu pra ele está bem? Se ele está mal, ele culpa a UESPI em que aspecto, pelo fato de estar mal? De não ter progredido profissionalmente? Mesmo empiricamente imaginando aqui, o resultado seria positivo, quer dizer, nós teríamos muito mais ganhos do que prejuízo pelo fato de uns iluminados, pessoas de boa visão, terem trazido e expandido a UESPI no interior do Piauí. O Piauí tem que se orgulhar da expansão da UESPI. Se hoje nós não somos obscuros em termos de educação como éramos há pouco tempo, nós devemos muito a UESPI, muito mesmo. Ela prestou um trabalho maravilhoso nesse aspecto aí.

O professor Carlos Omar enfatiza o que Gentili e Silva (Orgs.) (1996) consideram a “qualidade como um direito das maiorias”. Necessita-se de qualidade como direito e não como mercadoria. Enguita (1990), por outro lado, mostra que esse discurso de “excelência” e “qualidade” simboliza um discurso cuja preocupação é a seleção dos melhores, efetivando a aceitação de uma educação dual.

O Prof. Edilson A. Nogueira também mostra seu entusiasmo, sua confiança na qualidade da educação superior em Corrente, posição expressa durante a entrevista oral aqui transcrita:



ILUSTRAÇÃO 30: Prof. Edilson Nogueira -  
Professor da UESPI- campus Corrente-PI  
Fonte: acervo pessoal da autora, 2005.

[...] essa universidade foi a transformação cultural, intelectual no Piauí. Anteriormente só tinha acesso à educação as elites dominantes. Com a introdução das universidades, a classe assalariada

ou a camada chamada baixa teve a oportunidade de capacitar, qualificar. Essas pessoas voltaram também para ser professores no interior e nas comunidades interioranas. Com essa conscientização, com essa capacitação, com a qualificação, eles estão transformando a sociedade para uma sociedade mais progressista, mais democrática e mais consciente. Então o papel da universidade e do campus de Corrente nada mais é de que o centro transformador da sociedade piauiense, mostrando que a sociedade piauiense é capaz de buscar conhecimento para esse mundo chamado globalizado.

Observa-se também que, apesar de haver um consenso em relação à importância e à qualidade da educação proporcionada pela forma como a UESPI vem se expandindo, há preocupação no sentido de se melhorarem essas condições, como se pode perceber na fala (transcrição da gravação) do Dr. Hélio Paranaguá:



ILUSTRAÇÃO 31: Dr. Hélio Paranaguá  
(ex-diretor do IBC)

Fonte: arquivo da autora.

[...] a UESPI encampou, desenvolveu, procurou ampliar, com uma preocupação assim muito de ampliar, de grandeza sem preocupar muito com a qualidade. Isso nos preocupou e preocupa, eu acho que primeiro nós temos que ter um pequeno curso com grande qualidade, com qualidade, do que uma expansão assim, generalizada, massificada e sem a preocupação de uma qualidade, porque o mercado de hoje exige uma qualidade, e é uma questão agora de parar pensar e conduzir pra esse prisma da qualidade do ensino.

Na fala do Dr. Hélio (“um pequeno curso com grande qualidade”), pode-se ter uma idéia de uma qualidade para poucos, considerada por Gentilli como privilégio. Percebe-se que a preocupação com a qualidade profissional está presente nos discursos em relação à expansão da UESPI, o que não se verifica na fala de pessoas mais simples da comunidade e também daqueles que se beneficiaram com o processo, como ex-alunos (as), professores, coordenadores. É o caso da ex-coordenadora do curso de Pedagogia, ex-aluna da primeira turma da UESPI, Prof<sup>a</sup>. Raimundinha.



ILUSTRAÇÃO 32: Prof.ª Raimunda Maria da C. Ribeiro -  
Mestre em Educação. Ex-aluna UFPI - campus Corrente.  
Fonte: arquivo da autora, 2005.

Percebe-se na fala desses sujeitos que a educação superior em Corrente vem proporcionando uma qualidade de vida para os seus egressos e também para a comunidade, pois essa educação se reflete no ensino básico, melhorando a qualificação de seus professores, a visão do conhecimento, enfim, proporcionando também a transformação desse ensino.

Para a professora, a educação superior vem não apenas como privilégio de poucos, possibilitando melhoria na qualidade social, como se pode perceber no depoimento:

A UESPI enquanto instituição de ensino superior teve sua primeira turma iniciando em 1993, com o primeiro vestibular. Daí então, mesmo contando com a primeira turma da Universidade Federal, nós já podemos ver que mudanças vêm ocorrendo e elas são notórias, porque até então quem podia estudar em Corrente era quem tinha condições de ir pra Teresina ou pra Brasília, ou Salvador, Recife com muita dificuldade. Hoje nós podemos ver que esse quadro, ele tem mudado significativamente, isso é importância social porque, quando nós temos o maior número de pessoas graduadas numa comunidade, nós podemos ver a qualidade dos serviços prestados por esses profissionais a essa comunidade. Eles são de uma qualificação bem mais nítida.

E a educação em Corrente, pegando mais especificamente pessoas das áreas de licenciatura, a educação, ela mudou, ela tem mostrado uma nova cara. O quadro de professores da Secretaria Estadual, da Secretaria Municipal de Educação, mudou de perfil, por quê? Quem era professor antes da UESPI chegar em Corrente? Eram pessoas que tinham o Curso Normal ou que não tinham nem o 2º grau, hoje Ensino Médio, tornava-se professor, por indicação política. Com a nova LDB, que já não é tão nova assim, o professor não é mais admitido de forma imposta, mas em concurso e, para passar num concurso, precisa ser digno, de certa forma, de conhecimento; e não é só uma questão do conhecimento para passar num concurso, porque o professor, hoje, é um professor que tem consciência do seu trabalho, ele tem compromisso, ele conhece a estrutura, o sistema da educação de nosso país, de nosso estado e de nosso município. E a gente vê qu, sem a UESPI ter chegado aqui, o perfil dos profissionais da nossa região, que não é só Corrente, ele seria de outra forma, porque hoje a maioria das pessoas tem curso superior, nós temos um número muito reduzido de professores que não tem curso superior e isso não é ruim, e a UESPI está aí para qualificar os professores que faltam. Nós temos profissionais da área de Agronomia, preparados que têm prestado serviço a nossa comunidade e a outras comunidades, é uma universidade respeitada, a gente sabe que a UESPI se expandiu muito e que se reclama da qualidade do ensino, mas nós temos procurado melhorar, e nossa tendência é melhorar ainda mais.

A gente conta hoje, na UESPI, especificamente, com 4 mestres na área de Educação, 2 na área de Agronomia, 1 na área de Zootecnia e um doutor na área de Zootecnia, então é um quadro

privilegiado. Isto mostra que é uma instituição importante e tem impactado nas transformações em busca da melhor qualidade de vida desse povo. Então a UESPI realmente tem se preocupado com a quantidade, mas os profissionais dessa instituição também têm se preocupado com a qualidade, de forma que isso tem se refletido no contexto profissional destas pessoas e na construção de uma sociedade. E podemos assim dizer que mostramos o serviço com uma preocupação na qualidade, não só na quantidade. A gente vê como uma mudança, como algo positivo (DEPOIMENTO PROF<sup>a</sup>. RAIMUNDINHA).

Também na fala do Prof. Ibanês Rocha Barros, entre outros depoimentos citados no decorrer da pesquisa, há a demonstração de que, em maioria, se concorda com a qualidade social da UESPI para Corrente:

Daí então nos só tivemos que agradecer o empenho de todo o Governo do Estado do Piauí, no sentido de ampliar e de dinamizar, veja bem, nós temos hoje uma universidade centrada em Corrente, que dista dos grandes pólos e das grandes universidades em torno de 1000 Km de distância, que seria no mínimo a de Salvador, Brasília ou de Teresina. À distância que nós estamos, nesse raio, não existia nenhum curso superior. E há vantagem de ter um curso superior numa região como Corrente. Trata-se de uma região extremamente produtiva, porta de entrada para o cerrado, a nova fronteira agrícola do Brasil e grande produtora de gado de corte, o maior rebanho de gado de corte do Piauí está centrado aqui na região de Corrente, polarizado por Corrente, então havia uma grande necessidade. Poucas pessoas tinham condições de mandar seus filhos para os grandes centros, porque é difícil a manutenção de um aluno estudando em uma universidade, custeado por pessoas de um nível de poder econômico pobre, veja bem, o Piauí já é o último estado em renda per capita, é o mais atrasado, imagine o interior do Piauí, então nós estávamos aqui quase sem perspectiva. Com a vinda da universidade, isso foi uma grande alavanca para o progresso da região, hoje para você ter uma idéia nós já formamos aqui mais de mil professores, pode-se chamar uma leva bastante significativa, que tem acentuado o progresso da região, tanto a educação, como a pecuária, como a agricultura têm sentido o efeito do benefício trazido pela universidade, realmente é sem precedentes. Você vê hoje a filha da empregada doméstica, do vaqueiro recebendo seu diploma de agrônomo, zootecnista, de biólogo, pedagogo, enfim, dos diversos cursos mantidos pela universidade que já chegou a atingir até 18 cursos. Isso é de um alcance social que não tem nem como se medir, eu já fiz algumas experiências dos benefícios trazidos pela formação de cinco turmas de Agronomia e cinco de Pedagogia, e confirmo hoje cientificamente que os benefícios foram os maiores possíveis que se poderia esperar para essa região, trouxe realmente um benefício muito grande. A UESPI mantém ainda os cursos e continua mantendo, a tendência é regionalizar porque nós terminamos expandindo demais a universidade, eu não digo que houve algum erro nisso porque nós ocupamos os espaços vazios e, como dizia o professor Jônathas, então reitor na época, e depois que a gente expandir, vamos qualificar, colocar biblioteca, colocar laboratório e dispor a Universidade da infra-estrutura necessária. Isso não foi feito ao longo desse tempo todo e hoje nós estamos nos recolhendo a alguns campi, A alguns pólos, Corrente tende a ser hoje um dos onze pólos que se quer criar na universidade e não mais os 60 como temos hoje, se reduzir de 60 para 11 e dermos um suporte a esses campi, pois todos os cursos são reconhecidos ou estão em fase de reconhecimento, e teremos a estrutura necessária para manutenção e ampliação dos cursos.

Hoje nós já estamos trabalhando muito na área de pesquisa, Corrente hoje já formou quase que trezentos pós-graduados na área de Docência Superior, Gestão Escolar, concluímos agora uma turma de mais 80 alunos em Gestão Escolar, estamos agora com uma turma aberta para mais 80, estamos sendo convidado para dar curso de pós-graduação em Tocantins, Riachão das Neves, Barreiras, enfim, hoje nós já somos referência em termos de pós-graduação, portanto eu acredito que é possível que se siga o caminho e o grande tripé da universidade que é ensino, pesquisa e extensão. Na área de pesquisa, só eu mesmo já tenho 96 pesquisas realizadas em conjunto com os alunos e eu próprio, então os demais colegas, já temos aqui 5 mestres, doutores e todos os professores são especialistas em nível de pós-graduação, então você veja o efeito que surgiu com o advento dessa Universidade. Eu acredito que essa expansão foi válida, parabéns para quem pensou como estadista em implantar a Universidade e dar prosseguimento ao seu trabalho (PROF. IBANÊS ROCHA BARROS).

Conforme se observa, o papel da universidade em Corrente é fundamental na formação docente, pois “a responsabilidade da universidade na formação social desse profissional cresce diante da precariedade da rede escolar de 1º e 2º Graus [educação básica]” (GADOTTI, 2001, p 150). Torna-se, portanto, necessário “[...] orientar os jovens universitários para a convivência com os deserdados da educação, formar profissionais do ensino, atentos às necessidades educacionais da população esquecida” (GADOTTI, 2001, p 150). Observa-se que uma maioria dos egressos da educação superior de Corrente faz parte dessa população esquecida, tornando-se conhecedores da realidade por sua própria experiência de vida.

Tem-se a seguir a visão do Sr. Raimundo Dias Reis, que trabalhou na construção do prédio (da FESPI), que funciona como campus da UESPI em Corrente:

Eu vejo como... é uma esperança para o sul do estado, porque é muito difícil de alguns estudantes que queira alcançar alguma coisa na vida sair daqui pra Teresina, São Paulo, Rio de Janeiro porque a condição é muito pouca aqui no sul do estado, a gente vive isolado. Quando falaram isso, eu fiquei muito satisfeito e quando trabalhava lá, eu fui o pedreiro dos banheiros e trabalhava com muito prazer porque eu já tinha filho e esperava que um dia meus filhos precisassem daquela instituição e se servisse dela [...] Peço a Deus que os políticos, algumas pessoas, os dirigentes de lá procure uma maneira de crescer, e melhorar a situação de lá porque é um grande valor pra nossa cidade Corrente.[...]

Sempre a gente, naqueles horários que a gente tinha aquele descanso, uns comentava “olha aqui, isso aqui é feito pra nós, pra nossos filho, isto aqui a gente ainda vai ver alguém da gente formado doutores, tudo aqui, através disso aqui, nós devemos fazer força até algumas reunião que convocava a gente, a gente ia, dava a colaboração da gente pra que naquelas reuniões se concretizasse o melhor pra nossa cidade.

Já tem muitos filhos de amigos meu, inclusive dessa época que nós trabalhamos na construção lá, já tem deles formado [...] encontro eles muito satisfeito. Ela decaiu um pouco, não tá como no início, mas eu espero que há de chegar alguém para recuperar e crescer cada vez mais. [...] Se mora aqui no sul do estado a coisa aqui só vem mais devagar do que nos grandes centros (SR. RAIMUNDO DIAS - PEDREIRO DE CORRENTE).

Ao se analisar o depoimento do Sr. Raimundo, têm-se as considerações, os sentimentos e os valores desses novos sujeitos da nova história cultural, das pessoas que contribuíram de forma efetiva para o sucesso da implantação do ensino superior em Corrente, pois, graças a elas, hoje se tem uma estrutura que permanece firme, como foi construída. Por meio desse depoimento pode-se perceber a opinião dos outros trabalhadores, que junto com ele compartilhavam o sonho de ver seus filhos formando-se nessa universidade. Trata-se, portanto, “de buscar a história dos vencidos” (LOPES, 1989, p. 30).

Esse mergulho no passado (na construção do prédio onde hoje funciona a UESPI) possibilitou olhar o presente com uma nova perspectiva, pois, ao se trabalhar com a memória de um tempo vivido por pedreiros, ex-alunos, professores, coordenadores, enfim com os

verdadeiros atores da educação superior em Corrente, pode-se desvelar o passado e refletir sobre o presente pensando-se em um outro futuro (FREITAS, 2000).

Percebe-se que essa “[...] abordagem alternativa, a história vista de baixo, abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história” (BURKE, 1992, p. 54).

Outro depoimento, do Prof. Antônio Soares, leva a se perceber o importante papel da universidade nessa comunidade.

[...] hoje na cidade, eu acredito que a UESPI teve assim um papel importante, ou seja, aqui no extremo sul, especialmente em Corrente. Na época, ainda não havia sido criado outros pólos em outros municípios, então Corrente concentrava alunos desde Bom Jesus até Alto Parnaíba no Maranhão, tudo vinha estudar aqui.

Ainda hoje tem alunos de outros municípios, então nós temos assim, alunos de boa qualidade, eu posso dizer por que há sempre uma concorrência no vestibular. Não é aquele vestibular sem concorrência; o vestibular tem sempre concorrência, então a gente acredita que aqueles que entram realmente foram os melhores e sabe-se disso pelo desempenho que os alunos têm tido. Nós temos hoje, aqui na casa, a professora Raimunda Maria, que foi aluna nossa na primeira turma, já fez mestrado e hoje é professora concursada.

Então tudo isso a gente pode contar como uma melhoria do nível de formação desse pessoal e também se esse aluno que saiu daqui conseguiu se destacar fazer uma pós-graduação lá fora, porque eu dei esse exemplo, mas nós temos outros alunos na área de Agronomia que já fizeram mestrado lá em Brasília e lá mesmo acharam emprego e estão bem colocados, então isso é prova que os alunos aqui têm uma qualidade, diríamos até superior, de muitos outros por aí.

[...] os que fazem licenciatura aqui e a gente às vezes acha um desperdício de não ser aproveitado aqui. Muitos, quando terminam aqui e faz concurso na Fundação Educacional lá em Brasília, no Tocantins, todos se destacam nos concursos. Então eu acredito que nós temos dado uma contribuição nesse sentido, nessa melhoria da educação.

Percebe-se na fala do professor grande convicção quanto à qualidade da educação de Corrente. Isso se comprova no bom desempenho dos egressos em cursos de pós-graduação e em concursos públicos.

Tem-se também na fala da Prof<sup>a</sup>. Rita Mônica, coordenadora de curso, uma visão desse processo;

Eu vejo a Universidade Estadual do Piauí, campus de Corrente, campus de Teresina e muitos outros lugares onde ela está espalhada como grande referencial da educação. A UESPI tem crescido, tem desenvolvido, a UESPI tem encontrado diretrizes, caminhos, para a qualidade do ensino, da extensão e da pesquisa.

O vestibular da UESPI é muito concorrido. Nós temos percebido que ingressar na Universidade Estadual do Piauí tem sido o sonho de muitos jovens, isto por causa da credibilidade dos vestibulares, a credibilidade do ensino, da estrutura da UESPI. Então nós vemos que, a cada ano que passa, independente de gestores, independente de reitores que estão assumindo e saindo dos seus cargos nós temos percebido que a Universidade não tem perdido seu caminho, a UESPI não tem fugido do seu

propósito primeiro, que é formar estudantes em todos os aspectos: aspecto técnico, aspecto ético e o aspecto profissional.

A tendência dela é estar enriquecendo, cada vez mais, estes aspectos, investindo na qualificação de professores, mestres, doutores, e nós temos observado que a UESPI tem encontrado este caminho, tem atendido aos objetivos e também à demanda da sociedade, quer na capital, quer nas cidades interioranas (PROF<sup>a</sup>. RITA MÔNICA).

Durante a pesquisa constatou-se estar sempre presente nos depoimentos a questão da qualidade da educação promovida pelo crescimento quantitativo de campi e núcleos da UESPI nas diversas regiões do estado e até em outros, como Bahia e Maranhão.

Expõe-se a seguir o olhar daqueles que estiveram à frente desse processo expansionista. Assim coloca-se a fala de Sandra Lima de Vasconcelos, chefe da Assessoria de Comunicação da UESPI em 2001, considerado como o período em que a instituição apresentou um vertiginoso crescimento rumo à interiorização:

Quando estava à frente da Assessoria de Comunicação da UESPI (ASCOM), tive a oportunidade de coordenar os eventos de formatura de inúmeros municípios do Estado. Aprendi a amar o Piauí exatamente por ocasião dessas viagens. Estive em municípios onde ninguém possuía formação universitária até a chegada da UESPI. Após a formatura das primeiras turmas, de uma hora para outra, aquela cidade ganhava dezenas de profissionais graduados... Além disso, era lindo de se ver como toda a dinâmica da cidade mudava durante as aulas da UESPI (em período de férias). No período de aulas, com o fluxo de alunos (vindos de municípios vizinhos) e de professores, a cidade ganhava uma nova vida. Ganhava ares de cidade universitária! As pensões cheias, o comércio revitalizado, novas opções de entretenimento! Jamais esquecerei o que pude presenciar durante o cerimonial das formações: semblantes transbordantes de satisfação e alegria, dos formandos, dos familiares, dos professores. Uma alegria que somente a realização de um sonho realizado é capaz de provocar. Daqueles que nunca se imaginariam formados, por total falta de condições de se deslocar para as grandes cidades em busca de uma formação profissional. E que agora...não precisavam sair de suas cidades, ou percorrer grandes distâncias, para ingressar na universidade. Jamais esquecerei aqueles rostos! Me apaixonei pelo Piauí (sou cearense) e pelos piauienses! Por sua garra, coragem e, principalmente, pelo seu espírito empreendedor! De quem acredita que “sonho que se sonha junto, não é sonho, é realidade” (SANDRA LIMA DE VASCONCELOS).

Há controvérsias, mas os fatos falam por si mesmos, assim, a realidade de cada um mostra as transformações da vida após a educação superior. Alguns estudantes ficaram em suas cidades, abandonaram o curso, até mesmo porque a falta de preparo, impossibilitava o acompanhamento, mas o importante é que foi dada a oportunidade para aqueles que queriam criar asas e voar, fazerem graduação, pós-graduação, enfim, estendeu-se a oportunidade para todos.

Desta forma, busca-se saber se e como a interiorização está promovendo qualidade social para seus egressos. A partir dessa indagação, fez-se relevante uma análise da vivência de cada sujeito convidado a contar sua história. Procura-se nessas histórias de vida

“[...] aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior” (CERTEAU 1996, p. 31). Intenta-se uma análise de mais uma problemática que emergiu do processo histórico da interiorização: qual a qualidade da educação superior proporcionada por tal processo? Estabelece-se, portanto, uma resposta no diálogo entre a teoria e as histórias de vida de ex-estudantes egressos das primeiras turmas do campus de Corrente (UFPI e UESPI).

#### 4.5.1 Histórias de vida transformadas pela Educação Superior

Busca-se neste item a visão dos sujeitos sociais acerca das questões que emergiram com a investigação, procurando levar essa visão aos leitores, através das transcrições das falas a fim de que possam fazer sua própria análise.

A história de vida é considerada como uma estratégia que, de acordo com Laville e Dione (1999, p. 158), caiu em desuso, mas que vem se revitalizando há alguns anos. Sua relevância está em extrair dos indivíduos a sua vivência. De acordo com os autores supracitadas, “batizada de *história ou narrativa de vida*, pode ser definida como a narração, por uma pessoa de sua experiência vivida. Esta narração é autobiográfica, uma vez que é a própria personagem que constrói e a produz [...]”. Essa produção parte do cotidiano de cada personagem. Certeau (2003, p. 31) entende por cotidiano tudo aquilo que se recebe a cada dia, que se assume, ao despertar: “É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”.

Assim, para se obter a história de vida dessas pessoas, foi feita a proposta de que falassem um pouco do seu cotidiano antes e depois da expansão da educação até a cidade de Corrente e do que mudou após a educação superior. As histórias de vida foram gravadas em fitas e transcritas para este estudo.

Isso possibilitou uma visão geral da importância da Educação Superior para a região, pois, conforme Pollak (s.d, p. 200), “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, mas é também entendida por estudiosos como Maurice Halbwachs (1990) como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a constantes flutuações, transformações e mudanças. Reconhece-se aqui a importância da memória individual desses sujeitos para uma análise do conjunto, pois “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Percebe-se que a memória faz-se presente “quando o olhar pode atravessar a espessura do tempo, distingue vestígios reconhecíveis de sua história” (SOUZA, 2004, p. 7). Assim, por meio desse olhar que cada ex-aluno lança ao seu passado, relacionando-o ao presente, foi possível a análise da qualidade social da educação superior na cidade de Corrente, sendo que, por meio da fala desses sujeitos, percebe-se a importância da educação, observada na relação entre a memória e a vida prática.

Foram escolhidas seis entrevistas, pois se reconhece que, por mais parecidas que sejam, todas as vezes reditas, as narrativas carregam diferenças significativas. Observam-se pontos comuns nessas narrativas, mas se percebe a confirmação de Meihy (2002), que há significativas diferenças entre as experiências vividas no cotidiano de cada um dos sujeitos dessas histórias.

Durante a investigação, procurou-se inicialmente ouvir as histórias, numa escuta sensível das falas dos depoentes, percebendo-se que a realidade apresenta-se através de situações que se impõem como momentos jamais vistos. Lançaram-se novos olhares para antigas questões, como:

- Qual a qualidade social da educação superior no extremo sul piauiense?
- O que tem sido a interiorização da Educação Superior para a vida dessas pessoas?

Nas narrativas dos sujeitos, selecionaram-se frases consideradas pela autora como caracterizadoras da visão de cada depoente, a fim de compor os subtítulos aqui apresentados. Como critério de escolha dessa amostra optou-se pelo fato de serem ex-alunos da primeira turma, escolhidos aqueles que se colocaram à disposição para contar sua história, entre os quais tem-se apenas uma aluna da primeira turma (UFPI/1992).

Transcreveu-se também a narrativa de um ex-aluno da turma de Letras com habilitação em Português, pois, durante a pesquisa, ao narrar sua história de vida, ele inspirou a autora a buscar outras histórias. Apesar de o depoente não fazer parte das primeiras turmas, seu depoimento tornou-se fundamental para a análise da qualidade social focalizada nesse capítulo. Os (as) demais ex-alunos (as) são da segunda turma (UESPI).

Para Souza (2004, p. 15), “a memória cria um imaginário histórico, definido pela apropriação pessoal e pela doação de um sentido peculiar a uma determinada trajetória de contato e de construção de um patrimônio cultural comum”. Obtem-se então por meio da história de vida de cada ex-aluno, uma visão coletiva que proporciona respostas a diversas questões.

A Expansão da Educação Superior: marco importante para o Piauí.

Busca-se o cotidiano do entrevistado, de forma que essa construção da realidade estabeleceu-se a partir dos vínculos mantidos entre pesquisador, protagonista e essa mesma realidade. Confirma-se assim com Minayo (1986, p. 18) que, para que algo seja considerado um problema, tem que estar relacionado à vida prática: “As questões de investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionados. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”.

*História de vida do professor Etelvino: amante das Letras:* o Prof. Etelvino é ex-aluno da UESPI e fez também uma especialização na própria Instituição em Ensino Superior. Alcançou vários cargos administrativos em Corrente, entre estes, o de Chefe de Ensino Regional de Educação. Ex-vereador trabalhou como professor na UESPI no Período Especial e atualmente, atua como professor estadual e municipal.

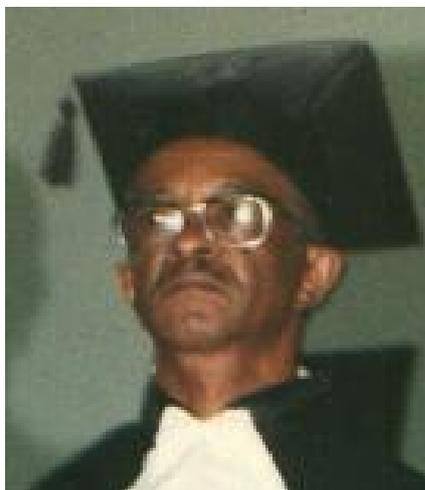


ILUSTRAÇÃO 33: Professor Etelvino, ex-aluno da UESPI-PI, em sua formatura.

Fonte: arquivo pessoal do professor, 2005.

Apresenta-se uma breve história de vida de Etelvino, representando “um elemento de um grupo” de ex-estudantes da Educação Superior em Corrente, considerando-se aqui grupo não somente como um conjunto de indivíduos definidos, cuja realidade não se esgota em imagens que são enumeradas e a partir das quais são reconstituídas, e sim na idéia de que, “Pelo contrário, o que o constitui essencialmente, é um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações, que sem dúvida se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 121-122). Busca-se, portanto, por meio das

histórias de vida um conhecimento dessas idéias, preocupações e sentimentos do grupo de ex-alunos em relação à Educação Superior em Corrente.

Eu entrei na UESPI em 1994 e passei dois anos e meio estudando porque eu fiz naquele Período Especial. Então eram 2 turnos que equivaliam a 5 anos. O curso que eu fiz foi Letras, Letras com habilitação em Português. Eu já era professor, só que não tinha qualificação. Aqui a gente fazia 2º grau e dava aula no próprio 2º grau. Não tinha professor especializado, os professores quase todos eram de classe média baixa e não podiam sair daqui para ir se qualificar fora. Então tinha que ver se a lei abria um parágrafo e dizia que quem tinha feito o 3º ano do 2º grau podia ensinar pro próprio 3º ano, porque não tinha qualificação no momento, naquela época.

Eu residia aqui mesmo em Corrente, no município, primeiro no interior, e depois passei pra cidade. Comecei a estudar na universidade e foi um passo muito importante, nem só para mim, mas para todos aqueles que não tinham condição de se qualificar porque até então era muito difícil, só quem tinha condição saía daqui e ia pra outra cidade pra se qualificar.

Foi um marco muito importante a expansão da Universidade Estadual do Piauí, tanto dentro como fora do estado que ela passou até para algumas cidades circunvizinhas nossa. Aqui é muito importante. Deu um passo muito importante pra vida educacional da nossa região. Então pra mim foi muito importante.

Antes de entrar na Universidade, a gente, é como diz, empurrando com a barriga, fazendo da fraqueza força, mas não tinha tanto... Não tinha conhecimento. Só passava, dava aula, por força do destino o menino ainda passava porque não tinha como melhorar. Depois, eu acho que foi muito mais importante. Por quê? Porque a gente já fazia as coisas sabendo o que tava fazendo, tinha conhecimento do que tava fazendo. Antes, não! Você fazia assim... como sendo uma...um instinto, você faz a coisa porque vê o outro fazer, passa de tradição pra tradição. Agora, não! Com a universidade, a gente desenvolveu a personalidade, a criatividade. Foi muito mais importante, embora critiquem. Algumas pessoas criticam o nosso curso; que o nosso ensino aqui seja vazio de conhecimentos. Mas foi muito importante! E outra coisa: que quando vem professor de outra cidade achando que a gente aqui é lá embaixo... fraco! Não! Chega aqui, surpreende. Tem surpreendido aqui alguns professores que vieram, até na época mesmo que eu cursava, vieram alguns professores de Teresina achando que aqui a gente não era nada. Quando chegou aqui, se surpreendeu! A gente tinha conhecimento! É como diz: que não tem escola ruim quando o aluno é bom.

Nossa região aqui é falada de capital da cultura e os alunos são muito inteligentes! Por isso nós não nos sentimos mais fracos do que os das outras capitais, não, de outros lugares, não!

Ao ter concluído o terceiro grau, como acrescentou! Aumentou os conhecimentos, eu me senti, sinto hoje capaz. Naquele tempo a gente não podia nem conversar no meio de quem sabia porque não sabia de nada. Hoje já me sinto capaz de conversar numa roda de amigos que tenha formatura que tenha, como diz, aquela formação culta.

Fui beneficiado porque o primeiro concurso que eu fiz, depois da universidade, tirei o primeiro lugar aqui da região. Em primeiro lugar fiz para a cadeira de Letras e habilitação em Português e tirei o primeiro lugar no concurso do Estado, então, daí pra cá, todo curso que eu faço, graças a Deus, tenho passado bem. Fiz um curso em Teresina, após a conclusão do meu curso, e saí muito bem, que foi aquele curso do Projeto Vida, que veio de São Paulo e daqui só eu que fui beneficiado, pois fizeram uma pesquisa aqui, e nesse tempo eu tinha concluído a faculdade e houve assim um primeiro lugar e eu que fui pra lá chamado e fiz o curso durante um ano, capacitação do professor para o 2º grau, para o ensino médio.

Aí, depois desse curso, eu fiz a pós-graduação na área de Metodologia do Ensino Superior. Era primeiro uma monografia, mas, depois foi transformado em artigo. Meu artigo eu fiz... o tema era evasão escolar. E aqui o professor que era pra orientar não veio na época. Então quem pôde, quem teve dinheiro, procurou um professor particular para orientar, mas o professor cobrou um salário mínimo. Eu, como não tinha um salário mínimo, fiz o meu por conta própria e os outros tiraram

dez, quem teve ajuda do professor, eu não tive ajuda do professor tirei 8,6, mas me sinto honrado com isso porque 8,6 é meu! E foi o que eu aprendi na universidade.

Trabalhei com o que hoje chamam de coordenador de ensino e aprendizagem, naquele tempo era chefe de ensino. Eu fui chefe de ensino no período do governo Mão Santa durante 8 anos. Desenvolvi um bom trabalho no que diz respeito a oficinas pedagógicas: reunia os professores todo mês e a gente trabalhava. Não eu ensinando a eles porque eles não soubessem, não. Mas nós trabalhando para melhorar o ensino e foi proveitoso porque naquela época os meninos terminaram o ginásio, depois foram pro ensino médio. Passaram 18 naquela época, naquele ano, na rede estadual. Depois isso foi deixado de mão e hoje tá mais fraco. E pra passar primeiro a gente tem que fazer uma base bem feita do aluno. Trabalhei como chefe de Ensino Regional e deixei um trabalho implantado nas outras cidades e todo mundo gostou do trabalho. Desenvolveu bastante naquela época que a superintendente, ou seja, a diretora regional era a professora Céres Paranaguá.

A interiorização da educação superior foi um passo muito importante no desenvolvimento tanto para mim quanto das outras pessoas que não tinham condições de ir fazer um curso superior fora, não podiam se qualificar fora. E da própria região em termos econômicos foi proveitoso porque veio para cá muita gente e que consumia muita coisa aqui, então eu acho que em termos de comércio foi bom, no termo econômico e educacional, melhor ainda. Porque a gente pode desenvolver nossa personalidade, criar e ajudar a desenvolver nossa região e a nossa cidade.

A minha turma era de 44 alunos e eu olhando assim o perfil deles, eu posso dizer que 12 tinham condição de fazer fora, mas a maior parte da turma, se não tem criado a interiorização da universidade, ainda hoje estava sem a graduação. Amanhã tava sendo encostado ou tava sendo vigia. Porque agora não pode mais sem curso superior, né? E a gente foi, estudou e melhorou e procuramos desenvolver, e hoje a gente está na ativa, trabalhando com todo o vapor.

Sonhava toda vida com os estudos, antes eu tinha vontade de estudar. Mas, sabe, naquele tempo o pai da gente dizia: não, esse ano você não vai porque eu vou botar uma roça, então a gente vai trabalhar. Quando eu vim me alfabetizar, eu tinha 16 anos... fiz alfabetização e ainda fiz um curso superior. Então isso aí prova que a gente tinha vontade, né? Fiz o curso de ensino médio três vezes aqui, porque não tinha condições de sair para ir estudar fora. Então fiz primeiro no colégio São José, depois fiz no Instituto Batista, estava parado demais! Fiz um curso por correspondência, depois veio o 4º ano adicional no Instituto Antonino Freire de Teresina realizado aqui em Corrente e toda a vida a gente sonhava em desenvolver mais a vida estudantil. Mas não tinha condição, nunca tive condição de pagar. Aí foi quando chegou a Universidade, isso foi feito graças ao bom senso do governador Francisco de Assis Moraes Sousa, que, andando, percorrendo todo Piauí, naquele tempo, na campanha, sentiu a necessidade que tinha principalmente aqui no sul, que fica afastado lá do centro, de criar a universidade no interior do estado. Isso foi feito e foi muito importante, nem só para mim, mas eu sei que pra muita gente dessa região. Foi muito importante!

Um dia desses, a gente estava num encontro, ali de alfabetização de adultos, numa turminha lá do interior. Aí quando disse: “desenhe o que você mais se identifique e diga por que você desenhou isto”. Eu falei... eu peguei, desenhei um livro e uma caneta, aí eu fui lá pro centro.

- Por que você desenhou?

- Desenhei um livro porque, embora eu tenha começado minha vida estudantil muito tarde, é ... fiz um curso superior e me considero que sou um amante das letras! (sorriso).

Ao se analisar a história de vida de Etelvino, percebe-se sua luta por uma vida melhor, pois ele cresceu na zona rural e procurou estudar. Conforme sua narrativa, o estudo sempre foi algo importante em sua vida. Assim, ao fazer o 3º ano do segundo grau (hoje médio) tornou-se professor, mas sempre procurando se qualificar.

Quanto à educação superior, ele considera que ela mudou muito sua vida, já que, anteriormente, ele afirma, não sabia nem falar. Assim, se percebe a importância daquele ensino em vários momentos de sua narrativa.

Percebe-se também em sua fala a importância dessa educação na qualificação dos profissionais que já estão em sala de aula e que estão, de forma assistemática, copiando um do outro, sem realmente ter uma compreensão do processo de ensino-aprendizagem.

Etelvino hoje faz parte de uma elite intelectual e política da cidade de Corrente. Graças à Educação Superior, aconteceu sua inserção em diversos cargos públicos, como vereador e aprovação em concursos no Estado, Prefeitura e, em Brasília, para professor classe “C”. Pode-se considerar que a interiorização vem possibilitando a construção de novas histórias?

#### Expansão da Educação Superior: qualidade profissional

Resgatar a memória ganha uma nova significação de fundamental importância, pois transparecem sentimentos, valores, levando-se a pensar com Galeano (1994, p. 96) quando diz ser a memória “[...] um ponto de partida”.

Logo, partindo da memória da Profª. Raimundinha, têm-se representados “[...] indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51). A professora Raimundinha, representa o grupo de ex-alunos da primeira turma do vestibular realizado pela UFPI.

Percebe-se que através de relatos pode-se desvendar o contexto em que os ex-alunos vivem suas experiências e seus anseios. A investigação proporcionou entrecruzar histórias de vida com a história da educação em Corrente e sua importância na vida dessas pessoas. Portanto, por meio da fala dos depoentes, tornou-se possível “[...] surpreender uma história pessoal se entrecruzando com a coletiva, deixando aflorar importantes questões que nos ajudaram a melhor compreender a história da educação [em Corrente]” (FREITAS, 2000, p.5).

Confirma-se nas palavras de Thompson (1992, p. 198), o valor histórico do passado, que quando lembrado, proporciona “[...] informações significativas e, por vezes, única sobre o passado. [...] pode também transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado”.

Assim, a história de vida da Prof<sup>a</sup>. Raimunda Maria da C. Ribeiro expõe sentimentos e valores da turma, problemas e anseios que se tornaram comuns durante o processo de educação compartilhado pelo grupo. Abaixo a foto dos formandos da primeira turma de Licenciatura em Pedagogia – UFPI- Corrente-PI, que colou grau no dia 24 de agosto de 1996.



ILUSTRAÇÃO 34: formandos da FESPI/UFPIUESPI – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA. TURMA: CORRENTE PEDAGÓGICA: Carmeni Batista Lima da Silva, Cleonice Moreira Lino, Edilene da Cunha de Souza, Elizabete Marques Cardoso de Souza, Enilde Vieira da Luz Silva, Evancy F. dos Santos Nascimento, Florenice Nascimento da Silva, Francimar Soares Diógenes, Galdoana da Silva Vieira Bispo, Ianê Mascarenhas Ribeiro, Inácia Maria Nery da S. Lira, Izanei Guerra Lustosa, Luiz Damasceno Marques, Maria Aurora D. Mascarenhas, Maria do Carmo N. Pinheiro, Maria Elzair da S. G. Araújo, Maria Lúcia B. Aguiar, Maria Rodrigues B. Silva, Nivaldo França, Guedes, Raimunda Maria da C. Ribeiro, Rosymar Lustosa L. Rodrigues, Ruberam Santana Lacerda, Sueli Gomes Aguiar.

Fonte: Convite de Formatura - Acervo da Professora Maria do Carmo N. Pinheiro – primeira à esquerda.

*História de Vida da Professora Raimundinha:* professora da UESPI, coordenadora da Faculdade do Cerrado Piauiense, ex-aluna da 1ª turma da FESPI/UFPI/UESPI, especialista e mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Observa-se que ela tem realizado diversos trabalhos na cidade, tendo participado como sócia fundadora do Colégio Alternativo de Corrente. Desta forma transcreve-se essa breve história:

Estudei em uma escola particular em Corrente, Educandário Lustosa Sobrinho, que hoje não existe mais. Depois que eu fiz a 4ª série, eu fui para o Colégio São José, que é uma escola católica, fiz até a 8ª série, depois eu fui para o Instituto Batista Correntino, que também é uma escola evangélica e eu fiz, naquela época, o 2º grau, modalidade Normal, que é o Magistério hoje. E aí eu terminei em 88, e passei algum tempo sem estudar.

Em 1992, eu passei no vestibular para Pedagogia, naquela época, na Universidade Federal do Piauí, primeira turma que funcionou no Campus na época das instalações da FESPI e em seguida deu-se continuidade aos cursos superiores, mas não mais da Universidade Federal. Depois da minha turma veio a Universidade Estadual – 1ª turma. Então, quando eu estudei, minha turma de Pedagogia era da Universidade Federal do Piauí, sou formada pela Universidade Federal do Piauí. Nesse tempo eu já era professora, já trabalhava como professora e fui paralelamente trabalhando e estudando.

Quando terminei o meu curso de Pedagogia em 96, eu também passei um tempo sem estudar, depois eu fiz uma especialização em nível de *lato-sensu* na Universidade Católica de Brasília; era um curso semi-presencial onde fazia todas as atividades aqui, tinha os encontros e era modulado e eu fiz o curso Filosofia e Existência. Então nesse momento eu fiz o concurso pra Secretaria Estadual de Educação, fui aprovada.

No ano de 1996, quando eu terminei o curso de Pedagogia, em julho, em março de 97, eu fiz a seleção para professor da UESPI e já fui aprovada como professora. Então eu comecei a trabalhar na UESPI como professora em 1997. Neste mesmo ano, eu me tornei coordenadora do curso de Pedagogia e professora. Então fiz o curso de Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília, terminando no ano de 2000. Em 2001, eu fiz seleção para o mestrado na Universidade Católica de Brasília também. Passei a morar em Brasília nos anos de 2002 e 2003 e lá fiz meu mestrado. Nesse tempo de mestrado, eu fiz minha pesquisa em Corrente. Foi no momento em que eu me desvinculei da UESPI, não por vontade, mas por outras questões e eu tive que arcar com as despesas do mestrado sem a ajuda das instituições que eu trabalhava. Eu fiquei com licença sem vencimento da Prefeitura e tive um período com vencimento da Secretaria, mas só pelo período de um ano, no ano seguinte eu fiquei com licença sem vencimento.

Então, em 2003, eu terminei o mestrado na Universidade Católica de Brasília, aí eu voltei pra Corrente e trabalhei o ano de 2003, aqui. O segundo semestre, o ano de 2004 e agora em 2005 continuo trabalhando como professora. Em 2003 eu passei no concurso da UESPI e já trabalhava na Faculdade dos Cerrados Piauiense, então como experiência de docência superior eu tenho nas duas instituições, a pública, que é a Universidade Estadual, e a particular, Faculdade dos Cerrados Piauiense. Hoje eu trabalho nessas duas instituições, faço pesquisas, orientando alguns alunos das duas instituições.

Sem uma instituição de ensino superior em Corrente, o sul do estado teria um número reduzido de profissionais formados, no sentido de cursos superiores e com esta equipe nós percebemos que o oeste da Bahia, o sul do estado do Piauí, pessoas de outros estados têm se preparado. Isso realmente vem sendo mostrado pela qualidade dos serviços prestados, pela postura dos profissionais, pelo incentivo ao crescimento e desenvolvimento do município.[...]

Bom, inicialmente eu fiz a colocação de que sou formada pela Universidade Federal do Piauí, mas como a UFPI realizou um trabalho apenas com uma turma na área de Pedagogia, em seguida a UESPI deu continuidade a esse trabalho; e eu considero a UESPI como sendo a minha instituição no sentido onde eu tenha me formado, porque eu me formei pela Federal, mas o que existe na verdade hoje é a UESPI em Corrente. E a instituição, podemos assim dizer, sem especificar a UESPI ou a Universidade Federal, ela contribuiu especificamente pra mim, a minha formação enquanto profissional e a minha realização enquanto pessoa, porque, se eu não tivesse feito um curso superior, eu seria uma professora de ensino fundamental com um curso de Magistério em nível de 2º grau, e não teria me expandido, talvez por não ter a condição de ir para Teresina ou de ir pra Brasília, ou a um centro mais desenvolvido e mais próximo de Corrente. Bom, como eu me formei aqui, eu comecei a ver que outras janelas e outras portas se abriam em decorrência dessa formação em nível superior. Eu procurei utilizar essas portas e rever esses caminhos que se abriram. Então, com a oportunidade de um curso superior, eu pude expandir, eu pude fazer especialização, pude fazer mestrado, pretendo cursar meu doutorado.

E especificamente enquanto profissional, eu posso dizer que esta instituição de ensino superior, ela modificou a minha vida como modificou tantas outras vidas, não no sentido de uma preparação profissional, mas numa realização enquanto pessoa, desenvolvimento enquanto cidadão, porque eu vejo que como professora ser mais do que a opção de dar aulas. Agente sabe que a educação tem que ter um compromisso social, tem que ter uma responsabilidade com a comunidade e isso nós já abrimos a cabeça. Quando nós estudamos, quando nós lemos, quando nós buscamos, e essa instituição me fez perceber desde o seu início, que nós temos que estar sempre aprendendo, sempre buscando... sempre procurando conhecer e atualizar-se.

Nós vivemos na era do conhecimento, portanto é assim: posso dizer que sem essa instituição de ensino superior certamente não seria a professora que eu sou hoje. Eu sou uma professora que trabalho com curso superior, trabalho com pós-graduação em nível de *lato-sensu* e em decorrência da minha formação na educação superior eu procurei abrir novos horizontes para trabalhar com aquilo que realmente eu tenho feito melhor, que é fazer pesquisa, que é o que eu mais gosto. E, em segundo lugar, orientar pesquisa com alunos e outras pessoas que necessitam e dar aula no curso superior, com alunos do curso superior e alunos de pós-graduação; portanto eu me sinto realizada enquanto profissional, por fazer construção de conhecimento. Quem me possibilitou isso? A Educação Superior em Corrente. Sem ela talvez eu não teria chegado aonde cheguei, não teria produzido o que eu tenho produzido hoje, não só eu, enquanto profissional, mas tantos outros profissionais dessa região que têm procurado se aperfeiçoar, buscado fazer uma pós-graduação a nível de *lato sensu* é... estudar, fazer concurso, mostrar realmente que valeu a pena..

Fazer um curso superior valeu a pena! Buscar novos conhecimentos, isso é reflexo e é algo positivo que tem ocorrido e que advém sobre a existência da educação superior em Corrente, que tem construído essa consciência de uma busca de construção de conhecimento em tantas pessoas, em tantos profissionais. Quando nós passamos por um curso superior, nós aprendemos que conhecimento é construção e que ser um profissional é buscar essa construção a cada dia. Isso a educação superior nos possibilita, nos faz ver que nós temos muito que buscar, nos possibilita ver o contexto profissional também como uma construção e como um aperfeiçoamento.

[...] Eu tentei fazer o vestibular, alias, eu fiz vestibular em Teresina, tentei na Universidade Federal do Piauí, não consegui passar, depois fui para Brasília, fazer na Universidade de Brasília, também não consegui. Então voltei pra Corrente sem nenhuma perspectiva, então quando eu percebi que aqui eu poderia construir uma profissão, me construir como profissional, aproveitei essa oportunidade. Fiz vestibular para Pedagogia. Talvez hoje se eu fizesse vestibular seria para Pedagogia, porque é um curso que eu me vejo realizada, portanto, sem essa Educação Superior em Corrente, a Universidade Federal que iniciou, e a UESPI já se instalou enquanto campus, então eu não teria condições, provavelmente não teria essa condição de ser essa profissional que eu sou hoje.

As subjetividades são construídas social e culturalmente. A professora foi construindo sua identidade ao participar de situações diversas na comunidade, na universidade, enfim transitando por uma diversidade de grupos. A educação Superior lhe possibilitou uma construção singular que proporciona perceber as diversidades e a possibilidade de formação da identidade profissional.

Pode-se sentir na fala da professora o desenvolvimento do que Gadotti (2001, p. 149-150) considera como “visão social e política”, uma formação de profissionais enquanto “agentes culturais”. Percebe-se na fala da depoente essa visão.

A história de vida de Raimundinha possibilitou uma percepção das diversas dimensões oferecidas pela educação em Corrente: introdução no mercado de trabalho, qualificação proporcional, conhecimentos técnicos científicos (proporciona aos alunos

passarem em concursos, em Corrente e em outros Estados), qualidade de vida (melhorando a moradia, carros, etc.), formação da identidade profissional e individual (possibilita a autonomia).

Conclui-se que a educação superior na cidade fez com que a prof<sup>a</sup>. Raimundinha construísse uma nova história, que, segundo ela, não seria possível sem a interiorização da educação superior.

### Histórias de vida dos ex-alunos da primeira turma da UESPI- Corrente-PI: novas perspectivas

Expõe-se a seguir as histórias de vida de ex-alunos (as) da primeira turma da UESPI – campus de Corrente- PI.



ILUSTRAÇÃO 35: FORMANDOS 1997.2: PRIMEIRA TURMA DE PEDAGOGIA DA UESPI- CORRENTE. Da esquerda para direita – em cima estão: José Aleixo Alves Xavier, Geraldo Corado da Silva, Mário Renan Gomes de Souza, Rogério Vieira da Silva, Cantídio Paulo Barros Rocha, Osmar Modesto Nogueira Júnior, Gesy Fonseca da Silva Filho, Geilton Fonseca Mendes; As mulheres da direita para esquerda – em baixo: Cerise Amélia Sousa de O. Danta, Regina Célia Rocha Modesto, Marilu Pereira de Oliveira, Diana de Souza Cunha, Loyde Leia Mendes de C. e Silva, Ivanilde Barbosa Avelino P. Cavalcanti. Ana Alice Souza Aguiar. M<sup>a</sup> do Socorro M. de C. Oliveira. Alunos e alunas que tem suas histórias vida acadêmica, de certa forma representadas pelas memórias aqui narradas. Fonte: arquivo do Prof. Gesy (2<sup>o</sup> da esquerda para direita), 2005.

Essa primeira turma recebeu o nome de TURMA PROF. IBANÊS ROCHA BARROS. É cabível a afirmação de Frigotto (2000), no prefácio da obra: *Histórias de vida, História de escola* de Moll (2000, p. 10): “A escola produz na trama de relações sociais que compreende o microuniverso dos sujeitos sociais na produção social de sua existência, articulados por mediações mais amplas e globais”. Pode-se dizer da mesma forma quanto a universidade que o educativo nem começa nela, nem acaba nela. “O educativo começa na complexidade das ações humanas no *mundo da vida* e na produção de suas vidas totais e, por isso, vai além da escola” (FRIGOTTO, 2000, p. 10).

Percebe-se, nas histórias de vidas desses protagonistas da Educação Superior em Corrente, a presença de um passado compartilhado, cujas diferenças não estão mais nas categorias comumente estabelecidas como raça, cor etnia, entre outras, mas na área do simbólico, da valorização, dos sentimentos da autonomia, da qualidade de vida. Coloca-se abaixo a placa, da primeira turma da UESPI, que em sua simbologia representa o registro histórico dessa vitória, consequência de um passado compartilhado.

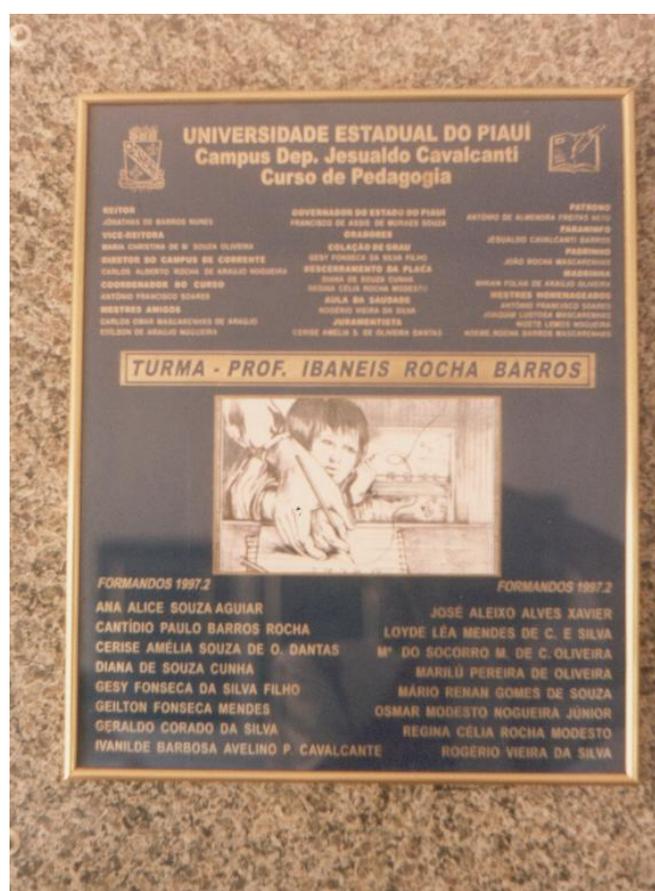


ILUSTRAÇÃO 36: Placa da primeira turma da UESPI campus de Corrente-PI

Fonte: acervo da autora, 2005.

## Expansão da Educação Superior: oportunidades para as pessoas

Halbwachs (1990) mostra que a memória coletiva tem a função de reforçar ou constituir um sentimento de pertinência a grupos e classes que participem de um passado comum. De acordo com Lefebvre (1991, p.37), a produção do ser humano está diretamente ligada à criação de obras, e nestas estão incluídos o tempo e o espaço social, o que o autor chama de produção “espiritual”, que funciona como base da produção material para fabricação das coisas no cotidiano da produção das inter-relações sociais. Assim, apresentam-se essas histórias:

*História de vida da professora Ivanilde Avelino - agradecimentos de Coração:* É nesse cotidiano que Ivanilde constrói sua história de vida. Como ex-aluna da primeira turma da UESPI, atualmente professora da Instituição, especialista em Ensino Superior, também supervisora pedagógica do Ensino Municipal. A depoente, por meio da memória, fala um pouco de sua vida:

A minha história de vida é muito parecida com a história de muitas pessoas que fazem parte da UESPI hoje. Eu nasci no interior estudei em escolas do interior, em seguida vim pra cidade, morei em casa de família pra estudar. Estudei na escola pública, só na 5ª série fui para escola particular, no Instituto Batista Correntino. Fiz o Ginásio, como era chamado na época, e, em seguida, fiz o Magistério, Escola Normal, fiz o 4º ano adicional e em seguida fiquei parada sem oportunidade de estudo. Depois veio o casamento, filho, e fiquei parada.

A UESPI foi uma mudança muito grande na minha vida e na vida de muitas pessoas de nossa cidade que estavam sem oportunidade de estudo, sem expectativa de conhecimentos, de melhoria de qualidade de vida, e a UESPI nos proporcionou essa mudança. Eu fiz o vestibular na segunda vez, fiz na primeira turma da UESPI e hoje me sinto assim, muito feliz, porque posso colaborar com a instituição, com minha cidade, com o meu estado... Assim, hoje eu sou fruto dessa instituição, então eu sou muito feliz pela UESPI existir no nosso município.

No momento eu estou ministrando na UESPI História e conteúdo em Metodologia e Educação em Movimentos Sociais. Mas já ministrei muitas outras disciplinas aqui na instituição, tanto no Período Regular quanto no Regime Normal. No módulo passado, eu ministrei Sociologia da Educação e Teoria de Currículo, então essas foram as disciplinas do Período Normal.

A UESPI nos proporcionou muitas outras oportunidades. Em seguida, fiz o concurso, já concluído o curso de graduação e fui aprovada no concurso do Município e hoje trabalho como supervisora pedagógica do ensino municipal. Então essa oportunidade também é um fruto pelo estudo aqui da Universidade Estadual do Piauí, campus de Corrente. Bom, um outro aspecto muito positivo da universidade foi a criação dos cursos de pós-graduação. Eu fiz Docência Superior e hoje já estou me inscrevendo pra fazer a Supervisão Pedagógica, que vai ser também implantado aqui na UESPI.

Bom, falando da qualidade social da UESPI, muitas críticas, muitas vezes, existem, mas eu acredito muito na qualidade da instituição, porque eu estudei aqui e acredito que a qualidade da UESPI é muito boa, e isso depende não só da instituição. Se você observa alunos que estudam muitas vezes em escolas particulares, que tem a qualidade lá em cima e não conseguem se destacar. Isso depende muito também da qualidade, do interesse e do compromisso do aluno com a instituição e com os cursos que fazem.

Olha, a UESPI aqui em Corrente mudou a vida de muitas pessoas, inclusive a minha, porque sem a UESPI eu não teria oportunidade de fazer uma graduação. Então eu já estava casada, já tinha o primeiro filho e não tinha como deslocar daqui para Teresina, eu não tinha condições financeiras para me manter numa cidade maior pra fazer a graduação. Então, eu agradeço assim, de coração, a expansão da UESPI para o sul do estado, que deu oportunidade, não a mim, mas a muitas pessoas.

Tem-se novamente a educação superior como propulsora de oportunidades de vida para seus egressos. Encontram-se na fala da Prof<sup>a</sup>. Ivanilde oportunidades consideradas comuns na vida dos ex-alunos como ingresso no mercado de trabalho, aprovação em vários concursos, qualificação profissional (pós-graduação na própria UESPI). Observa-se que as pessoas relatam que não seria possível sair de Corrente para cursarem uma graduação; outro fator é a qualificação de professores da educação básica. Ivanilde, como outros depoentes, já dava aula em escola particular antes da graduação, pois fez o Magistério de segundo grau no IBC.

Segundo a depoente, a educação superior tem mudado sua vida e a de outras pessoas. Assim, “a educação é, ainda, um espaço decisivo para a transmissão intergeracional de valores e de bens simbólicos; e espaço potencial de autoconsciência e de reflexividade social não facilmente substituível” (FOLLARI, 2001, p. 73).

### Expansão da Educação Superior: mudança na qualidade de vida

Procura-se aqui a práxis, na qual o ser humano se produz em suas inter-relações consigo mesmo e com a natureza, de forma que, ao transformar a natureza com seu trabalho, ele se transforma. Assim, ao se buscar a história de vida dos protagonistas dessa história, focaliza-se o cotidiano, para o entendimento de como a educação, em seu contexto social, é percebida e vivida pelos agentes envolvidos, buscando-se as transformações por ela causadas.

*História de Vida do Professor Aleixo:* tem-se aqui a história contada a partir da memória de mais um ex-estudante da 1ª turma da UESPI-Campus de Corrente. Especialista em ensino superior, ex- diretor regional de Educação, professor do Estado e do Município,

atualmente supervisor da Rede Municipal de Ensino, o Prof. José Aleixo Alves Xavier narra sua história:

Eu nasci em um lugar chamado Caxingó, município de Corrente, sou filho de um vaqueiro e uma doméstica. Lá eu iniciei os meus estudos indo para o Paraím, Paraím de Cima, na fazenda do seu Zuzinha, com uma professora chamada Maria Benedita, estudei desde as primeiras séries até a terceira série. Como lá não havia as outras séries, em 1974, fui convidado pela família Cunha para vir morar e estudar em Corrente, meu pai aceitou o convite. Eu vim para o Colégio das Irmãs em 1974, fiz o teste para entrar na 4ª série e fui aprovado. Concluí a 4ª série em 74. Em 1975, eu fui para o São José. Chegando lá também como aluno pobre e humilde, o padre me doou uma bolsa, ela era uma bolsa especial, quando ela vinha além de me ajudar a comprar o material, comprava também minha roupa para estudar. E morava na casa dos Cunha, junto com a professora, que hoje é professora em São Paulo, [...] Morei lá 17, anos estudando. Concluí o Ginásio no Colégio São José em 79, foi em 78, em 79 fiz o primeiro ano básico. Em 81 concluí o Ensino Médio, antigo Escola Técnica de Contabilidade.

Mas, eu não me senti satisfeito com esse curso e fiz o teste de seleção do Instituto Batista Correntino. Naquela época, para entrar no Instituto Batista, teria que fazer um teste de seleção para que você cursasse a Escola Normal. Fiz o teste, lembro que eu tirei na minha prova 9,5 e ingressei lá na Escola Normal no 2º ano Normal e também pagava algumas disciplinas do 1º ano, porque no São José eu paguei foi matéria mais direcionada a Contabilidade. Aí estudei em 84. Quando foi em 85, concluí a Escola Normal.

Em 86, maio, eu fiz o concurso para ser professor do Estado, e passei no concurso, no dia 12 de maio fui convidado a ser professor concluinte, e iniciei minha carreira como professor aqui em Corrente, no Coronel Justino. Naquela época, substituí professores, o professor Hamiltim que dava matemática; professor Rosaldo que hoje é aposentado; a professora D. Florenice [...] E depois eu passei a ter minha cadeira própria como professor de matemática e de ciências no Coronel Justino. Consegui minhas 40 horas e comecei trabalhar. Um dia, eu ia no 7 de setembro, uma pessoa pegou no meu ombro e falou comigo: você é que é o professor Aleixo? Eu disse: sim. Nós estamos com problema lá no nosso colégio e nós gostaríamos de que você fosse lá segunda-feira pra gente conversar. Tá Bem! Segunda-feira eu me apresentei no colégio. Era uma freira chamada Irmã Benedita, do Colégio Imaculada Conceição, e ela me convidou para que eu fizesse parte daquele quadro docente. Me contou o problema que estava acontecendo e eu passei a ser professor daquela escola. Trabalhei 6 anos nessa escola.

Depois, no governo Freitas Neto, eu fui convidado para ser diretor no Marquês, quando eu fui convidado para ser diretor no Marquês não dava para eu assimilar as duas escolas, daí eu tive que deixar o Colégio das Irmãs e passei a trabalhar só no Coronel e trabalhar também no Marquês como diretor. Logo em seguida eu passo no vestibular para Pedagogia, quando eu passei para Pedagogia a faculdade era à tarde e eu dirigia À tarde também no Marquês. Também dirigi só 6 meses e entreguei a direção e optei por fazer a faculdade.

Terminei a faculdade, nesse período houve uma greve... não me lembro qual foi o ano, sei que houve uma greve e nós atrasamos um semestre. Mas eu terminei no 2º semestre de 97, curso de Pedagogia. Mas, antes de terminar o curso de Pedagogia, houve vestibular para Licenciatura de Curta Duração, eu fiz o vestibular. Eu gostaria de fazer Matemática, naquela época. Passei no vestibular para Matemática, para fazer o curso de 5ª a 8ª série na área de Ciência e Matemática. Depois o governo do Mão Santa, ele transformou esse curso em Licenciatura Plena em Biologia e eu passei a cursar também o curso. Levando 2 faculdades, continuei com Pedagogia e levando também o curso de Biologia.

Terminei um em fevereiro e o outro eu concluí em maio, a formatura de Biologia. Terminando o curso, logo em seguida que eu terminei o curso, houve um concurso aqui em Corrente para professor de 1ª a 4ª série e eu me inscrevi no concurso e também houve o concurso em Brasília, eu me inscrevi nos dois concursos, em Corrente e inscrevi também para o concurso em Brasília para a classe C, que é o 3º nível. Eu fiz as duas provas, fiz aqui em Corrente e logo em seguida, (fiz aqui em Corrente em agosto) e fiz em Brasília em dezembro; e logrei êxito, passei nos dois concursos. Passei em Corrente e passei também em Brasília. Fui classificado nos dois. O de Corrente, logo em

98, março de 98 eu fui chamado. O prefeito da época que era o prefeito Terto Viana, ele me convidou para ser professor e até logo diretor ali no Bairro Vermelhão, no turno da tarde e eu aceitei. Logo em seguida, ele me deu as 40 horas também. Aceitei. Lecionava um período lá e outro aqui no Firmino, em Brasília, um ano após eu fui chamado também. Fui lá, assinei o contrato em Brasília para ser professor em Brasília, mas depois eu fiz uma análise. Eu já era professor do Estado e também do Município, aí eu optei para ficar em Corrente e desisti do concurso em Brasília, mas cheguei a assumir lá em Brasília.

Depois no governo de Mão Santa também veio a 1ª turma pós-graduação em Docência Superior e eu fiz parte também dessa primeira turma e conclui o meu curso de Pós-graduação em Docência Superior. Pretendo dar continuidade, estudar mais ainda, ir mais longe, fazer mestrado na área tanto de Biologia como na área de Pedagogia. Não sei quando porque nós não temos condições, meu pai é pobre eu também sou pobre, não tem assim essa condição, mas eu tenho essa esperança e essa confiança em Deus que um dia eu vou fazer.

Lá no Vermelhão fiquei sendo diretor da escola Vermelhão 7 anos, quando foi em 2001, novembro de 2001, na época em que o governo Mão Santa, teve um problema no governo Mão Santa, e o Hugo participou, entrou como governador, eu fazia parte do grupo de Hugo Napoleão, fui convidado pra ser diretor regional da Educação, substituindo a ex-professora, minha professora Ceris Paranaguá, que tenho uma grande admiração, respeito e carinho. Fiquei até um pouco constrangido quando fui convidado para substituir dona Ceris, mas depois eu vi que não estava prejudicando ninguém, como ela também entendeu, eu fui assumir o cargo... ela foi muito boa, me entregou o cargo, fiquei 1 ano e 2 meses na direção da Diretoria Regional de educação.

Procurei fazer um trabalho sem perseguir meus colegas, me coloquei como professor, apenas estava ocupando um cargo, mas eu era igual a todos os outros professores, não tinha direito mais do que eles; sabia da realidade daqui, e procurei trabalhar sem usar a política, mas mostrando, meus colegas tão aí, que não deixam eu mentir, que eu procurei fazer um trabalho... me dou muito bem com as duas famílias, com as duas facções políticas, do PMDB como a facção política do PFL, eu procurei fazer esse trabalho, embora eu sou do PFL mas procuro fazer um trabalho voltado para agradar às duas facções políticas, que nós temos que trabalhar em favor do povo e a favor da comunidade, não é a favor de partidos, eu acho que isso não leva a nada.

[...] Deixando a Diretoria Regional de Educação eu fui convidado para ser diretor do Ensino Médio no Caxingó. O prefeito Tertuliano me convidou, queria criar a 1ª turma de Ensino Médio no Caxingó, no lugar onde eu nasci, minha terra natal, uma terra que eu muito amo, que eu tenho um amor muito grande, onde até hoje meus pais residem, minha família mora toda lá... e eu por ser do lugar, aceitei ser o primeiro diretor do Ensino Médio no Caxingó; fiquei lá em 2003, no final do ano eu entreguei a direção, estava cansado, entreguei a direção e disse pra o prefeito que não ia continuar, que ia pra sala de aula, mas de imediato, surge a necessidade de uma substituição de diretor no Vermelhão onde eu havia sido diretor já há 6 anos atrás. Sou convidado novamente pra ser diretor do turno à tarde no Vermelhão. Aceito a direção, volto em 2004 – dirijo.

No final de 2004, como havia a transição de governo, de um prefeito pra outro, então eu aproveitei que era o prefeito Terto que ia entregar pra o João, João Barros, eu pego e entrego a direção. Entregando a direção, eu viajo pra Brasília, quando eu chego de Brasília tem um memorando me convidando pra que eu participasse de uma reunião, e eu fui pra reunião. Chegando lá, o Dr. João Barros me convidou pra que eu assumisse o cargo de gerente de ensino. Como eu tinha mais habilidade com a área de estatística e tinha a gerência de estatística, eu optei pela Gerência de Estatística, mas aí depois, observando a lei fiscal, viu-se que eu não poderia continuar sendo gerente por causa do acúmulo de cargos, eu sou demitido imediatamente, mas logo em seguida eu sou convidado para ser supervisor, na mesma área, porque, como supervisor sim, a lei me permitia, tanto na área de estatística como também na área administrativa.

Estou sendo supervisor nessa área, estou procurando fazer um trabalho a-político onde eu possa agradar não só aqueles que votaram ou deixaram de votar no prefeito, mas sim todas as pessoas da cidade de Corrente, todos os professores, funcionários. [...] fazer um trabalho sem usar essa história de política, fazer um trabalho voltado para o bem estar de Corrente. Estou procurando fazer o trabalho, não está sendo fácil de fazer [...] hoje em qualquer área, você faz parte de um órgão, não é fácil, porque você tem que ter domínio, você tem que ter coragem para que você saiba dizer sim ou

não, não é muito fácil, mas estou fazendo o trabalho, estou tentando agradar a todo mundo, não sei se estou agradando porque nem Cristo agradou a todos, mas estou procurando fazer um trabalho de qualidade. Queremos uma educação de qualidade, é o que o prefeito quer, que eu também tenho interesse de fazer uma educação de qualidade e lutar pelo bem de nossa cidade. Continuo fazendo essa educação.

Eu acho que a expansão da universidade, não só na cidade de Corrente, da Estadual para Corrente, ela foi de grande importância para o ensino de Corrente, para a vida social dos Correntinos. Houve uma mudança de vida, do pessoal aqui de Corrente, eu mesmo sou um dos exemplos, eu já falei pra vocês, a nossa vida mudou. Eu acho que nós não tínhamos uma casa pra morar, nós não tínhamos um emprego, não tinha alguma coisa, e hoje eu consegui ter uma qualidade de vida melhor, devido ao estudo que eu consegui através dessa universidade. Como eu já falei pra você, eu fiz pós-graduação nela também, eu devo tudo à Universidade Estadual de Corrente, sou muito grato a essa universidade.

Mais uma vez se tem uma história de reconhecimento da importância da educação superior para o crescimento pessoal dos sujeitos o que vai possibilitando que eles construam sua história, sua identidade, concordando-se com Nóvoa (1995, p. 16) que “[...] a identidade não é um dado adquirido, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”. As histórias, mesmo singulares, têm características comuns: pessoas simples, sem perspectivas de uma educação superior, mas que desde cedo sonham com esse propósito, participando da educação local. Com a implantação de um campus universitário transformaram suas vidas. A seguir continua o olhar sobre a vida desses alunos egressos da educação superior em Corrente.

### Expansão da Educação Superior: avanço para a região

No entrelaçamento das histórias dos sujeitos envolvidos nesse processo de educação superior na cidade de Corrente, ao repensar sua história de vida, torna-se possível fazer com que coloquem em diálogo suas narrativas, fazendo-se entender cada significado dessas experiências. Procura-se, portanto, esses significados na vivência do professor Gesy Fonseca da Silva Filho.

*História de vida do professor Gesy: grandes avanços:* Prof. Gesy Fonseca, especialista em Ensino Superior, graduado em Pedagogia (todos os cursos realizados em Corrente), coordenador pedagógico do IBC, professor da UESPI, da Faculdade do Cerrado, do Estado e do Município, aciona suas memórias na construção dessas experiências vividas:

Sou correntino, moro aqui desde o meu nascimento, estudei sempre aqui, graças a Deus numa escola particular. Como falamos anteriormente, tive a felicidade de estudar no IBC, lá desde as séries iniciais, e terminei o Ensino Médio profissionalizante. Na época, existia como técnico agropecuário. Em seguida fiz o curso Normal a nível médio e depois disto tivemos um período sem estudar, praticamente dois anos, exatamente porque na época a nossa cidade não dispunha de

nenhuma universidade nem um campus e nós tivemos que dar uma saída; um tio meu patrocinou a minha ida até Goiânia, lá tentei o vestibular uma vez, não consegui.

Voltei para Corrente, e, como sempre de família simples, eu consegui um emprego não na minha cidade, mas em outro estado, da Paraíba, pra lá eu fui e não tive mais oportunidade de estudar, exatamente porque o emprego não me permitia e, diante disto, foi um período que a gente conseguiu alguns avanços, não na área de educação, mas na agropecuária e chegou o período da gente procurar alguém pra estar junto, e lá mesmo na Paraíba eu me casei e, infelizmente no mesmo ano que eu me casei, o projeto se encerrou, porque eu trabalhava num projeto.

Voltei pra Corrente, a minha esposa ainda estudante também, e aqui nós passamos por muita dificuldade nesse período, já tínhamos uma filhinha, fomos morar de favor, e a gente dá graças a Deus a Igreja Batista e juntamente com o IBC, que nos acolheu; a minha esposa também já tinha formatura a nível médio, era professora e ali ela passou a dar aulas de Gramática na língua portuguesa e eu consegui um programa de rádio patrocinado pela Igreja onde tinha uma gratificação. E aqui ficamos um bom período dessa forma.

Quando foi no início dos anos 90, abriram o campus da UESPI aqui em Corrente. A princípio era pra ser uma universidade comunitária, mas infelizmente o projeto não deu e tentando parceria com a Universidade Federal, aqui fundaram um núcleo da UFPI e após 2 anos também a UFPI desistiu dessa parceria, mas logo em seguida entrou a Universidade Estadual. E esse campus foi aberto aqui em Corrente com as turmas de Pedagogia e Agronomia, e nós tivemos a felicidade de ser alunos da primeira turma de Pedagogia, já na direção da UESPI, da Universidade Estadual do Piauí. Na época passamos os três, eu e mais dois irmãos.

E, cursando com muita dificuldade, já sendo pai de família, tínhamos que trabalhar primeiramente, depois estudar, como a nossa entrevistadora é testemunha disso, a dificuldade que a gente enfrentou pra conseguir esse curso, mas, graças a Deus, nós chegamos ao fim, e foi um curso de grande valia, porque hoje nós temos os resultados.

Já fomos diretor da Escola Estadual, hoje nós somos coordenadores. Sou coordenador do Instituto Batista Correntino, escola que me formou até o Ensino Médio. Temos essa grata satisfação. Sou professor também da UESPI e também sou professor da Faculdade do Cerrado Piauiense e ainda também faço parte do corpo docente da Rede Estadual de Ensino. Continuamos como professor.

E o que a gente tem que dizer é que essa expansão da UESPI por todo o estado do Piauí e até por estados vizinhos tem sido algo de grande avanço pra região, na formação social; que a gente tem conversado com pessoas, com ex-alunos, é... a expectativa de que se não fosse esse campus nunca eles teriam a oportunidade de concluir um curso superior. Então a gente vê que muitas vezes algo que é criticado, algo que foi questionado, hoje vê-se os frutos, e se vê que realmente tudo aquilo que se faz da vida tem os pontos negativos e, mais do que isso, tem os pontos positivos, e principalmente no que se refere à educação. Porque qualquer iniciativa que se faz em melhoria, em expansão, em transformação dessa educação para uma educação democrática ao alcance de todos, tudo que se faz ainda é pouco.

Então o que a gente vê é que a região de Corrente hoje tomou novos ares, inclusive, através de pesquisas recentes, é um dos municípios que tem o menor índice de analfabetismos do Estado do Piauí, e um dos índices de maior número de alunos freqüentando a escola, não pelo fato das iniciativas das políticas educacionais promovidas em nível de Governo Federal e Estadual, mas eu creio e tenho certeza que é um grande prazer, um grande valor que o pessoal da região de Corrente tem dado à educação e principalmente pela participação da UESPI através do campus aqui em Corrente. E eu acredito e tenho visto que, após isto, como falei anteriormente, o campus da UESPI aqui em Corrente deu um grande impulso na educação no extremo sul do Piauí em um modo geral.

Tem-se mais um depoimento sobre a importância da educação superior na vida desses sujeitos, confirmando-se também que a identidade de cada sujeito não é única nem se

construirá plenamente, pois se trata de um processo, “realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um sente [...]” (NÓVOA, 1995, p. 16).

As histórias de vida possibilitam informações da história da implantação do campus, de sua importância, enfim, promovem um diálogo entre essas e outras fontes, como entrevistas, questionários abertos, etc. e os diversos textos que fundamentaram o estudo. Pode-se então afirmar que a educação superior nessa região está promovendo a transformação de vidas?

### A Educação Superior acessível às classes sociais menos favorecidas

Segundo Saguissard, (2000, p. 13), a educação superior “[...] ainda não conta com a totalidade da população em idade de ingresso na escola, a educação superior apenas inclui em torno de 10% da perspectiva faixa etária<sup>15</sup> ou 1,3% da população”. O Brasil ainda está “[...] entre os de pior desempenho educacional no terceiro grau entre os países desse continente”.

Se essa é a realidade do Brasil, pode-se imaginar a realidade do Piauí. Torna-se assim de fundamental importância pensar em se “[...] construir uma universidade plantada numa realidade concreta, na qual terá suas raízes, para que possa criticamente identificar e estudar seus reais e significativos problemas e desafios” (LUCKESI et. al. 200, p. 42). Situados nessa realidade concreta estão os problemas de ex-estudantes da UESPI, consubstanciados nos que são apresentados pelo Prof. Geraldo Corado da Silva.

*História de vida do Professor Geraldo: a UESPI pra mim é tudo.* Essa história inicia com a visão de um estudante brasileiro cujos pais são filhos de Corrente. Geraldo, como os demais, é ex-aluno da UESPI, estudante da 1ª turma, professor e também tem uma história que vai se delineando de acordo com os sucessos alcançados pela educação superior.

Minha vida, eu sou brasileiro, mas minhas raízes são aqui de Corrente e hoje Sebastião Barros, então minha família é daqui. Estudei em Brasília durante 14 anos, vindo sempre aqui nas férias, após terminar o Ensino Médio e acabei trabalhando na zona rural como professor, mas sempre querendo retornar a Brasília para fazer um vestibular. Foi aí justamente que surgiu a Universidade Estadual do Piauí e me candidatei até num curso de Licenciatura Curta de Letras e posteriormente fiz um outro vestibular também para Pedagogia, acabei sendo aprovado nos dois, então estudei em épocas paralelas, tanto no curso de Letras como no curso de Pedagogia. O Ensino Médio eu fiz em Brasília e realmente após ter erradicado aqui nessa região estudando na Universidade, eu tive uma visão totalmente diferente, aquela espontaneidade, aquela ansia de entrar no nível superior e realmente não vim a me arrepender, até porque os conteúdos que foram ensinados aqui na região de Corrente, quando nós chegamos aos Congressos, realmente era a mesma coisa. Porque vem

---

<sup>15</sup> O percentual de jovens frequentando o terceiro grau tem como faixa etária os 19 anos.

sempre aquele medo, aquela questão: será que nós estamos em desvantagens em relação às pessoas do Centro-Oeste, do Sul? Então é claro que o que foi visto aqui realmente também estava sendo visto pelos outros colegas. E o mais interessante a partir disso aí é que nós fizemos o debate a título de estarmos no mesmo patamar de informações, com isto eu fiquei bastante feliz.

Bom, mas a importância da UESPI, na minha opinião, a UESPI pra mim é tudo, estudei na UESPI, sou filho da UESPI e graças a Deus venho me dedicando e cheguei agora na função de professor e estou dando uma continuidade ao meu trabalho e fico feliz porque sou testemunha ocular desse processo. Além de estar como aluno, estou como professor e é primordial esse papel da universidade, da UESPI, para a comunidade, porque a universidade ela é formada como um verdadeiro tripé ensino, pesquisa e extensão e a Universidade de Corrente está atendendo à demanda da população, está qualificando professores, então fico feliz porque a parcela a população correntina está usufruindo dessa universidade, está fazendo curso de extensão porque a universidade não é só para universitários, tem que atender à população. São vários cursos que estamos oferecendo, seja um curso na parte de ofidismo, seja um curso na parte de alfabetização e isso aí é muito importante nessa ligação entre comunidade e a UESPI, né?

Hoje eu estou ministrando aula no curso de Biologia e também no curso de Pedagogia, recém-contratado, concursado. E fico muito feliz porque o que eu aprendi estou colocando em prática, certo... E a educação superior com esses profissionais e com outros que estão se qualificando fazendo mestrado e até doutorado, isso é muito bom. Quem tem a ganhar é a população correntina. É a universidade, certo? E a universidade ela realmente está se expandindo, é um fator benéfico, um fator que realmente nos deixa satisfeito porque o que nós devemos averiguar é que a educação hoje, principalmente a educação superior, está sendo acessível, a questão das classes sociais menos favorecidas. Em Corrente, a Universidade Estadual do Piauí está dando oportunidades, isso é mais importante, que todos venham a ter o nível superior, ter um conhecimento, ter uma visão de mundo diferente, não ser encabrestado, por exemplo ter uma consciência crítica dos fatos e isso é mais importante, e a Universidade acima de tudo deve desenvolver no educando essa desenvoltura pelo senso crítico.

Percebe-se que a maioria das histórias de vida dos estudantes filhos de Corrente estão voltadas para as dificuldades de busca por educação. Subentende-se na fala dos depoentes que eles alcançaram certa autonomia, com “desenvoltura pelo senso crítico”, considerada pelo Prof. Geraldo, proporcionada pela educação superior.

Estão presentes na narrativa do Prof. Geraldo os mesmos aspectos comuns aos demais depoentes, que destacam a educação superior nessa região como propulsora da qualidade de vida. Conforme Saguissard, (2000, p. 13), é imperativo reafirmar que “a educação superior continua elitista e cada vez mais privatizada”, no entanto, percebe-se nos depoimentos e nas histórias de vida que a educação superior em Corrente tem possibilitado que pessoas do interior, esquecidas e empobrecidas, possam frequentar um curso superior, historicamente voltado para atender às elites locais.

A universidade traz elementos construtivos e desafiadores, apresenta uma multifuncionalidade, ou seja, apresenta diversas missões em seu interior (docência, pesquisa e extensão), regendo-se:

[...] por complexos processos de interação entre o estatuto da ciência as profissões e as disciplinas, a expansão ou a contração do mercado de trabalho, as diferenças entre classes sociais, as minorias étnicas, o poder, os gêneros ou a respectiva localização do trabalho manual e intelectual na escala de valores sociais. Neste sentido, a universidade se constrói como uma instância de produção, de controle de legitimação, em um contexto de tensão constante entre o que a sociedade, o Estado e o mercado produtivo delegam e suas tradicionais funções de produção e de difusão do saber (MOLLIS, 2001, p. 138).

A partir dessas histórias de vidas que se transformam em função da educação superior em Corrente, pode-se considerar que essa educação tem proporcionado mudanças na qualidade de vida dessas pessoas, possibilitando que os egressos construam novas histórias.

Oportunas se fazem aqui as palavras de Gentilli e Silva (1996, p. 172), no sentido de que:

[...] trata-se de conquistar e impor um novo sentido aos critérios de qualidade empregados no campo educacional por (neo)conservadores e (neo)liberais. [...] não existe um critério universal de qualidade [...] Existem diversos critérios históricos que respondem a diversos critérios e intencionalidades políticas. Um é o que pretendem impor os setores hegemônicos: o critério de qualidade como mecanismo de diferenciação e dualização social. Outro [...] o da qualidade como fator indissolúvelmente unido a uma democratização radical da educação e a um fortalecimento progressivo da escola pública. [...].

Assim, não se pode confundir a qualidade social que se deseja com a existente nos “modernos processos produtivos”, já que, na terminologia do mercado mundial, “qualidade” significa “excelência”, “privilégio”, nunca “direito” (GENTILLI; SILVA, 1996, p. 174-176). Torna-se, portanto necessário avaliar processos e não produtos, pois “um novo discurso da qualidade deve inserir-se na democratização radical do direito à educação”. Esse direito consiste em uma educação igual para todos, quanto ao acesso e quanto à qualidade recebida por todo cidadão. “Qualidade para poucos não é ‘qualidade’ é privilégio”. [...] “Não existe ‘qualidade’ com dualização social” (GENTILLI; SILVA, 1996, p. 176- 177). Deve-se conceber qualidade como um direito da maioria:

Dado que não pode existir quantidade sem qualidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), qualquer contraposição dos termos é, racionalmente, um contra-senso. E realmente, quando se contrapõe a qualidade à quantidade, [...] o que em realidade se faz é certa qualidade a outra qualidade, certa quantidade a outra quantidade, isto é, faz-se uma determinada política e não uma afirmação filosófica (GRAMSCI, 1975, p. 46 apud GENTILLI; SILVA, 1996, p. 171).

Diante do exposto percebe-se a importância do auto-olhar da comunidade, expresso nas palavras, nos gestos, nos suspiros, na determinação de lutar por uma

universidade melhor, mas reconhecendo a importância dessa interiorização em sua qualidade, que é correspondente à força da dialética que transforma o discurso sobre a expansão da educação superior, além da dicotomia do discurso sobre quantidade/qualidade, possibilitando o crescimento que vem do esforço de cada um de melhorar, de buscar novos caminhos, novos horizontes.

Neste estudo interessa é a concepção de que os fenômenos se distinguem por sua qualidade, ou seja, pelo conjunto de suas propriedades características, a qualidade representando dessa forma, o que o objeto é. Segundo Triviños (1995, p. 67-68),

a quantidade e a qualidade estão unidas e são interdependentes. [...] A passagem das mudanças quantitativas às qualitativas é uma lei geral do desenvolvimento do mundo material. [...] estas mudanças se realizam quando se rompem os limites da medida Mas as mudanças qualitativas, por sua vez, produzem mudanças quantitativas. [...] Temos falado das mudanças quantitativas que originam as mudanças qualitativas e vice-versa. Temos expressado também que estas mudanças quantitativas não produzem mudanças qualitativas se não rompem os limites da medida.

Considerando-se essa relação dialética entre os fenômenos, procura-se, portanto, como ocorre o romper esse ponto de medida, como dar esse “salto” para a transformação, para uma melhor qualidade. Está a interiorização da universidade alcançando uma efetiva qualidade social? Qual o impacto dessa interiorização na educação básica de Corrente e nos outros municípios circunvizinhos? Qual o verdadeiro papel da educação superior em sua expansão?

Essas e outras questões ainda estão sem respostas. Sabe-se que os processos que envolvem os fenômenos sociais dependem das condições concretas em que tais processos se realizam e ocorrem, de forma gradual, no decorrer do tempo.

Como disse o professor Carlos Omar, a primeira turma da UESPI em Corrente formou-se em 1997, podendo-se considerar ainda como algo recente, sendo a primeira turma da implantação do ensino superior (primeiro vestibular de Corrente realizado pela UFPI) de 1996. Apropria-se aqui das palavras de Luckesi (et. al.2001, p. 43), no sentido de que

queremos uma universidade em contínuo fazer-se. Não imaginamos um modelo definitivo de universidade, mas pretendemos achar, inventar, conquistar nosso modelo, na medida em que a estivermos construindo. [...] queremos criar um inter-relacionamento [entre os que compõem a universidade], fundamentado no princípio do incentivo à criatividade, à crítica, ao debate, ao estudo e, com isso, marcando a co-responsabilidade na produção do próprio processo.

As histórias de vida e depoimentos apontam para uma qualidade social dos atores desse processo, proporcionada pela educação superior. No entanto, a intenção desta pesquisa não é de uma análise política da qualidade, tendo-se esta como uma problemática concreta da educação que emergiu no decorrer dessa história.

O debate da qualidade requer uma análise muito mais profunda, o que foge ao objetivo deste estudo, que é o de uma reconstituição histórica, assim como a construção de uma nova história da educação em Corrente escrita por esses novos sujeitos hoje reconhecidos como protagonistas na construção desse processo.

#### **4.6 A expansão da rede privada de ensino superior no extremo sul do Piauí: Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP**

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), “o ensino superior se insere no contexto social global que determina e é determinado também pela ação dos sujeitos que aí atuam”. Assim, percebe-se, desde o início, no ideal daqueles que lutaram pela educação superior em Corrente, ações voltadas para uma intenção de uma universidade comunitária, que, de certa forma, apesar de não ter fins lucrativos, seria uma universidade particular, pois teria que ter verbas para funcionar.

O contexto social global em que está inserida a educação superior no Brasil, faz parte de uma realidade que tem gerado um processo de

[...] inserção dependente ou de exclusão tecnológica de países e regiões que não interessam ao sistema produtor de mercadorias do capitalismo mundializado, isso sem falar do crescimento da valorização do capital por meio da esfera financeira [...] trata-se de dinheiro gerando mais dinheiro [...] A concentração de capital têm levado as grandes corporações e outros investidores uma ação autodestrutiva na medida em que, não produzem valor por meio do emprego da força humana de trabalho. O capital produtivo já não se contenta com a exploração da força humana de trabalho na obtenção de mais-valia. Esse cenário de minimização do papel do Estado, no que se refere às políticas públicas, resultantes desses arranjos macro-econômico, redimensiona as políticas, especialmente no campo educativo (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p. 19).

Assim, o cenário é de intensa preocupação com a ampliação da demanda e a expansão e interiorização da educação superior. Os autores supracitados, em uma análise geral no campo da educação superior no Brasil, percebem a ocorrência de movimentos

voltados para um “[...] processo de democratização, privatização e massificação da educação superior, tendo por bases a relação entre as esferas pública e privada [...]”.

Na tentativa de se fazer uma breve historiografia desses movimentos, percebe-se, segundo Cunha (2000), Dourado (2001), entre outros, que eles se intensificam a partir do período populista, principalmente por meio da federalização de instituições de ensino superior nas décadas de 1940 e 1950. Mas é na fase após a Reforma Universitária de 1968, que

[...] o processo expansionista assumiu feições predominantemente privatista, consubstanciada pelas políticas de liberação adotadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A década de 1980 [...] não resultou numa expansão significativa da educação superior pública no país. Pelo contrário, estabeleceu-se certa estagnação na oferta de vagas no final dos anos de 1980 e primeira metade dos anos de 1990, apesar da criação de IES vinculadas ao Poder Público estadual e ao municipal. A “era” FHC (1995-2002), no entanto, constitui-se período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada. [...] O resultado de oito anos desse governo foi a expansão acelerada do sistema levando as IES privadas a responderem por mais de 70% das matrículas [...] (DOURADO, 2001 apud DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 23-24).

Tem-se, portanto a expansão da educação superior como uma demanda legítima da sociedade brasileira, sendo esta implementada a partir da década de 1990. No entanto observa-se que o Governo de FHC facilitou a expansão de vagas no setor privado de ensino superior.

Assim, a expansão do ensino privado, representado pela Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, de acordo com seus fundadores, é resultado de um projeto que objetiva levar o ensino superior e o desenvolvimento educacional à microrregião de Corrente, bem como à região do cerrado piauiense, visto que essa região é uma área em desenvolvimento.

A FCP é um estabelecimento isolado particular de ensino superior, sendo mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Sul do Piauí, pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, conforme ata de fundação da mantenedora do dia 02.06.1999, registrada no Cartório de Registro Civil do 2º ofício, sob o nº. 145 do Livro A, nº. 01, folhas 411 a 420, com foro na cidade de Corrente.

A Faculdade do Cerrado Piauiense funciona em um prédio locado, nas mesmas instalações do Instituto Batista Correntino, no Sítio IBC, na cidade de Corrente, dispondo dos seguintes espaços físicos que foram reformados para funcionamento da Faculdade, como se pode observar nas fotos:



ILUSTRAÇÃO 37: área externa (à esquerda); prédio principal (à esquerda)  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, 2005.



ILUSTRAÇÃO 38: prédio II (direita); cantina (à esquerda)  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense - FCP



ILUSTRAÇÃO 39: área em frente à cantina (à esquerda); pátio interno (à esquerda)  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, 2005



ILUSTRAÇÃO 40: Sala de Aula (à esquerda); Corredor (à esquerda).  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, 2005.



ILUSTRAÇÃO 41: Biblioteca (à esquerda); laboratório de Informática o (à esquerda)  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, 2005.



ILUSTRAÇÃO 42: FCP - sala multimeios (à esquerda); auditório (direita)  
 Fonte: Internet, site da Faculdade do Cerrado Piauiense – FCP, 2005.

Algumas das instalações acima são também utilizadas pelo IBC durante o período da manhã, como as salas de aula, corredores, pátios, entre outras, conforme ficou combinado no contrato realizado entre as instituições.

Observa-se que a parte física da Faculdade está disposta em Prédio I: diretoria geral, diretoria administrativo-financeira; diretoria acadêmica; secretaria acadêmica; tesouraria; auditório com 427,60 m; Área de Circulação. Há jardins; cantina, WC masculino - professores e funcionários; WC masculino – alunos; WC feminino – alunas; depósito; 06 salas de aula; 01 sala de multimeios; laboratório de informática com 100 m<sup>2</sup>, 01 sala de professores; 01 sala para coordenação, xérox.

O Prédio II tem a seguinte estrutura: 05 salas de aula, WC masculino - professores e funcionários; WC masculino – alunos; WC feminino – alunas, área de circulação, jardim, 01 sala empresa júnior, 01 sala de vídeo. A Instituição dispõe também de duas quadras de esporte. Funciona também na área (Prédio III) o “Juizado Especial Cível e Criminal Senador

Mão Santa – JECC”. Percebe-se que toda a área é privilegiada, situando-se em um espaço com características rurais e o conforto urbano.

Procuram-se, por meio da entrevista oral, as visões acerca desse processo de implantação do ensino superior privado em Corrente. Como surgiu essa idéia? Quais as intenções daqueles que possibilitaram que tudo isso se consolidasse? Assim, segue-se a fala da professora Sandra M. K. Penno, na época, diretora do Instituto Batista Correntino.

Quando assumimos a direção do Instituto Batista de Corrente, assumimos a continuidade de uma história marcada por uma influência cristã e acadêmica que tinha marcado e feito diferença na vida de muitas pessoas, na comunidade e em outros estados, inclusive na vida de pessoas que hoje vivem no exterior.

No entanto, o período que assumimos precisamos lutar tanto pela renovação pedagógica da escola, como pela reestruturação do prédio, que, sendo antigo, necessitava constantemente de muitos reparos.

A visita do atual deputado João Madison em nossa escola começou a mudar o rumo desta história. Inicialmente ele nos procurou com a intenção de comprar uma área do terreno do IBC, ao lado da UESPI, para construir os prédios da faculdade que desejava implantar em Corrente. Ao longo da conversa, fomos expondo motivos pelos quais víamos mais possibilidades de sucesso se houvesse um contrato de aluguel dos prédios do IBC (nos turnos da tarde e noite, que estavam desocupados) do que a construção de uma nova sede, sendo que para, a escola, era muito difícil levantar a verba necessária para as reformas, e o estado dos prédios estava colocando em risco seu funcionamento, especialmente, a parte elétrica. No contrato de aluguel, pensamos que poderíamos também solicitar que a nova faculdade assumisse o pagamento dos gastos do telefone, taxas de água e luz, bem como o pagamento da zeladoria.

Reconhecemos que iniciar uma nova construção em um novo espaço, sem o compromisso que o Instituto, por sua própria história, já impunha à comunidade seria mais fácil, entretanto, era necessário que pessoas como o João Madison, da própria comunidade, apresentasse possíveis soluções para que a instituição se adequasse aos novos tempos e continuasse marcando e colaborando na formação de tantas pessoas da comunidade (PROF<sup>a</sup>.SANDRA M. K. PENNO).

A professora expõe aqui o seu olhar como diretora do IBC, em busca de soluções para os problemas daquela instituição. Segundo ela, a implantação da FCP nas instalações do IBC, favoreceu o crescimento e a modernização do prédio, possibilitando que o IBC pudesse dar continuidade às suas atividades. Pode ser observado por meio das fotos (páginas anteriores) o investimento da FCP nas instalações do IBC. Tem-se também o depoimento de um dos seus fundadores, o Dr. João Madison, deputado estadual e filho de Corrente:

Bem, a nossa intenção de uma Faculdade em Corrente foi a de levar um maior desenvolvimento para a região, visto que Corrente está a uma distância de quase 900 Km de qualquer capital, distante das decisões político-administrativas, do que acontece no estado e no país, fica numa região rica, porém esquecida e, como filho da cidade, procuramos trazer aquilo que está ao nosso alcance para região. Às vezes me perguntam por que eu não levei a Faculdade para Bom Jesus ou mesmo Teresina, que lá eu teria mais lucro, por ser uma faculdade particular, mas eu coloco que a nossa intenção foi principalmente a de levar o desenvolvimento para Corrente, para o sul do estado, pois nós sabemos que o ensino superior proporciona qualidade de vida, dando mais uma opção. [...]

Ao se implantar uma faculdade em Corrente, proporcionamos qualidade de ensino. A FCP tem um bom acervo bibliográfico, laboratório de informática e também possibilitou investir nos prédios do Instituto, atendendo a pedidos da Prof. Sandra, então diretora, e outras pessoas da comunidade, como uma forma de ajudar também o ensino básico (JOÃO MADISON NOGUEIRA).

Observa-se que pessoas de todas as regiões procuram hoje a cidade de Corrente em busca de uma educação superior, tanto na rede Pública – UESPI como na rede privada -FCP. Assim, com a educação superior proporcionada por essas instituições, podem-se perceber transformações diversas na região, evidentes no depoimento de um ex-aluno da UESPI sobre a qualidade da educação em Corrente.

[...] eu digo pra você, não só a Universidade Estadual, como também a Faculdade do Cerrado também tem contribuído bastante, nós já sentimos os reflexos embora ainda não tenha saído nem uma turma concluída, que ainda concluiu, mas já dá pra se perceber a contribuição. Nós temos como exemplo uma creche que atende as pessoas, ela também é voltada para a solidariedade das pessoas necessitadas, as pessoas que realmente precisam do ensino. Se você fizer uma pesquisa hoje em Corrente, para ver como é que está o corpo docente, o grau de instrução do corpo docente de Corrente, vai perceber que quase todos os professores de Corrente têm curso superior, em todos os níveis de ensino, tanto ensino privado como ensino particular; público municipal e público estadual (PROF. ALEIXO).

Assim, percebe-se a importância da educação superior nesse município. Quando se questiona ser Corrente um pólo cultural, essa questão remete a pesquisadora para uma outra que vem sendo colocada pela comunidade de Corrente desde o início de sua história, pois esta cidade tem recebido, de seu povo e de alguns alunos e profissionais que por lá passaram, a denominação de “capital da cultura”.

Este nome, segundo depoimentos já transcritos, decorreu do fato de o Corrente ter atraído inúmeros estudantes de todo o Brasil para estudar no Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino. No entanto, Corrente havia perdido um pouco desse caráter cultural, já que não havia a mesma efervescência, talvez pelo fato do Instituto Batista vir passando por diversos problemas. Hoje se observa que, com a chegada da educação superior, retorna essa imagem. A cidade tem uma universidade pública e uma faculdade particular, o que, como se percebe, tem trazido sensíveis contribuições em todos os setores (político, socioeconômico e cultural).

Em diversos aspectos, a cultura de Corrente vem se desenvolvendo, com intensificação no artesanato, no folclore e no que diz respeito à educação. Percebem-se vários eventos promovidos tanto pela Universidade Estadual como pela Faculdade do Cerrado, as quais têm trazido cursos de pós-graduação, entre outros. Alunos de todo o estado e de outras regiões se deslocam para cursar o ensino superior em Corrente.

A cidade apresentou, no período de 1991 a 2000, um IDHM (Índice de Desenvolvimento do Município) com crescimento significativo de 13,55%, e, de acordo com os órgãos de pesquisa já citados, quem mais contribuiu em termos dimensionais para esse crescimento foi a educação, com 48,0%. Corrente ocupa, assim, a 8ª posição em nível estadual.

Corrente tem se constituído também em palco de eventos culturais, como os Encontros Interdisciplinares de Pesquisa (foto abaixo), iniciativa do Prof. Ribamar Tôres Rodrigues (coordenador do núcleo de pesquisa NIEPSEF<sup>16</sup>), que, juntamente com a UFPI, vem proporcionando esses encontros, com o apoio da Faculdade do Cerrado Piauiense.



ILUSTRAÇÃO 43: II Encontro Interdisciplinar de Pesquisa do Extremo Sul do Piauí. Palestra Professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Bêrdad (acima à esquerda); palestra Prof. Dr. Ribamar Torres Rodrigues, coordenador NIEPSEF (acima à direita) e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lídia Noronha (auditório, após palestra/ 3ª à esquerda). Professores e mestrandos da UFPI e UESPI/2004 (foto à direita).  
Fonte: Arquivo do Núcleo - NIEPSEF-PI, 2004.

<sup>16</sup> Núcleo Interinstitucional e Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Saberes, Escola e Formação, núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

Assim, o I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa do Extremo Sul do Piauí contou com a participação de professores-doutores da UFPI, como a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria D'Alva Macedo Ferreira, Prof. Dr. Valdemar Rodrigues, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria do Carmo Bérdad, Prof. Dr. José Ribamar Tôrres Rodrigues, participando também como palestrante o Dr. Joaquim Almeida, na época secretário do Governo, que proferiu palestra na área de Direito Constitucional. Estavam também presentes alunas do mestrado em educação da UFPI, a Prof<sup>ª</sup> Ms. Leda Maria da S. Barbosa e a artista plástica Prof<sup>ª</sup>. Iolanda C. Carvalho (UESPI).

No II Encontro Interdisciplinar de Pesquisa do Extremo Sul do Piauí, participaram: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lídia Noronha – UFPI; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Carmo Bérdad (professora aposentada da UFPI, palestrante e ministrante de oficina); Prof. Dr. José Ribamar Tôrres Rodrigues (professor aposentado da UFPI, coordenador NIEPSEF - palestrante). Participaram também alunas do mestrado em Educação: Prof<sup>ª</sup>. Julinete Vieira Castelo Branco (mestrado História – ministrante de oficina); Patrícia Melo (psicóloga – palestrante e ministrante de oficina); Prof<sup>ª</sup>. Mestre Ana Célia O. de Sousa – FSA (palestrante); mestre e doutoranda Prof<sup>ª</sup>. Beate Hüttl – Universidade Carl Von Ossietzky – Alemanha - cidade Oldenburg (palestrante); professora e artista plástica Iolanda Carvalho (palestrante e ministrante de oficina); Prof<sup>ª</sup>. Jovina Silva (professora FSA, ministrante de oficina), professora mestranda Teresinha Nogueira (coordenadora adjunta do NIEPSEF); professora Sandra Lima (palestrante e ministrante de oficina); professor Jacques Douglas Ribeiro - FSA (ministrante de oficina), entre outros participantes da UESPI de Corrente e da Faculdade do Cerrado Piauiense.

Os Encontros Interdisciplinares de Pesquisa proporcionam aos alunos e profissionais da educação dessa região um espaço de construção do conhecimento, possibilitando discussões nas diversas áreas e a socialização das produções científicas dos alunos e profissionais da região, por meio de comunicações. Como citado, já foram realizados dois encontros com diversos profissionais da educação (doutores da Universidade Federal do Piauí e alunos do mestrado dessa instituição), entre outros. Assim, historicamente, Corrente vem, por meio da educação, tornando-se um pólo cultural da Microrregião do Extremo Sul Piauiense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca da reconstituição do processo histórico da educação superior da microrregião do extremo sul piauiense, iniciado pela cidade de Corrente-PI, durante o período de 1986 a 2005, partiu-se de uma nova concepção na qual a história permite que se vejam outros lugares, culturas e épocas mais próximas da realidade cotidiana de cada um, em uma análise do objeto à luz das teorias existentes.

Aos poucos, no decorrer da pesquisa, foi se reconstituindo a história a partir das informações obtidas em fontes orais e escritas. Reconhece-se aqui a importância da História cultural como referencial teórico-metodológico que possibilitou a reconstituição histórica por meio de uma análise do olhar dos próprios sujeitos protagonistas do processo.

A pesquisadora foi levada à percepção e utilização das diversas fontes para reconstituição dos fatos na compreensão de que essa história não foi construída em sua totalidade e de que aqui se apresenta o resultado de um olhar a partir dos questionamentos propostos e das problemáticas que emergiram, inerentes ao processo.

Ao se tentar responder aos questionamentos, isto é, mostrar como aconteceu esse processo, partiu-se de uma visão acerca das primeiras universidades ao atual panorama universitário piauiense, com a UESPI, destacando-se que a educação superior está historicamente condicionada ao modelo político, cultural e econômico da sociedade em que está inserida. A universidade constitui-se em uma instituição produzida pela sociedade, que, por sua vez a reproduz.

Esta pesquisa possibilitou um desvelamento sobre a forma como a educação superior tem sido desenvolvida no interior do estado do Piauí, inserida nas inter-relações sociais constituídas a partir do entrelaçamento das exigências postas pela sociedade às instituições de educação superior, num contexto de pressão e mudanças, uma vez que essa educação é responsável pela reprodução dos homens e mulheres de que a sociedade contemporânea necessita para constituir-se como tal.

Como toda história, essa também se apresenta de maneira singular, mas com características bem distintas da forma de educação superior no Brasil, no que diz respeito ao aspecto da expansão, cada vez mais elitista e mais privatizada. As políticas empreendidas no processo expansionista da educação superior caracterizam-se por seu caráter excludente, flexível e instituidor de espaços diferenciados, efetivando-se historicamente por meio da privatização. No entanto, no Piauí, na região do extremo sul, precisamente na cidade de Corrente, diferentemente do que vem ocorrendo historicamente, tem-se a educação superior atendendo à população mais carente por meio do ensino público estadual.

A expansão da educação superior, se tornou uma demanda legítima da sociedade brasileira, implementada precisamente na década de 1990, como parte das prioridades das ações estatais que vem se apresentando com novos padrões de regulação e gestão, de forma mais intensa após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº. 9394 de 1996, que apresenta como eixos articuladores a flexibilidade e a avaliação.

Ao se voltar para a microrregião das chapadas do extremo sul do Piauí, percebe-se a luta da comunidade em busca da escolarização, não diferentemente das demais regiões. Ali também há um reconhecimento histórico da necessidade da educação, sendo essa visão construída no decorrer desse processo, a partir do ideal daqueles que se propõem a lutar em prol da educação.

Deve-se destacar que, naquela região, mais precisamente em Corrente, as distâncias em relação às demais capitais se constituíram em um fator preponderante de luta do seu povo pela educação, luta que se iniciou com os irmãos gêmeos Joaquim Nogueira Paranaguá e o coronel Benjamim José Nogueira, com a implantação das sementes da educação básica (primeiro Jardim da Infância do Estado), possibilitando o caminhar para uma educação superior.

Essa educação, naquela cidade, foi feita a partir da integração de ideais de culturas diferentes, que têm em comum o esforço e a coragem de um grupo de pioneiros na interiorização do ensino superior. Uniram-se os esforços do “homem da região do Rio Grande do Sul”, que se integrou ao “homem nordestino”, ambos compartilhando uma luta pela terra, pela sobrevivência, representados pelo Prof. Agostinho Both (Passo Fundo-RS) e o Prof. João Rocha (Corrente-PI), os quais, entre outros, sonhando juntos, alcançaram a implantação de uma universidade naquela região.

A figura do professor Agostinho Both emergiu na problemática da pesquisa possibilitando a construção da história de acordo com seu olhar, registrado na obra “Para onde vão nossas casas”. Assim, por meio dos registros do professor Both, dialogando com a teoria

e as entrevistas, tornou-se possível perceber as teias de relações e o desenrolar do processo de implantação da educação superior em Corrente-PI.

São muitos os que fizeram parte dessa teia, que proporcionaram, a partir do ideal de uma universidade comunitária, a implantação de um campus da Universidade Estadual do Piauí na cidade de Corrente.

Como enfatizado anteriormente, ao se buscar responder como aconteceu o processo de educação superior na microrregião do extremo sul piauiense, fez-se uma reconstituição histórica desse processo. Assim, percebe-se a educação superior em Corrente como originária do processo de expansão da educação superior realizada inicialmente pela UFPI e posteriormente possibilitando a expansão da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, naquela e em outras regiões.

Nesse retorno ao passado, no cenário dos anos de 1980, com a chegada do Professor Agostinho Both (1986), reencontram-se os ideais comuns por uma universidade em Corrente, pois a comunidade correntina, desde os tempos mais remotos, luta em busca da educação. Dessa forma, a sensibilidade do Prof. Agostinho leva-o a perceber a singularidade do povo e sua garra em prol da educação, desenvolvendo-se inter-relações e ações que possibilitaram a implantação da Fundação de Ensino Superior, dando-se início ao processo de educação na cidade.

Houve a mobilização da população para a criação dessa universidade. As igrejas (Batista e Católica), os colégios (IBC e São José), agricultores, pecuaristas, comerciantes, prefeituras, escritórios, participando de reuniões comunitárias, manifestaram-se com doações, aprovando a idéia de uma Fundação. Assim, após sucessivas reuniões, criou-se a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI, com o objetivo de manter o Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim (CESPARAIM), com sede na cidade de Corrente, compreendendo uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão, de caráter comunitário, voltada para a solução de problemas regionais de natureza técnico-científica, econômica, social e cultural. Essa Fundação possibilitaria a construção de toda uma estrutura para uma universidade no modelo da Universidade de Passo Fundo (Rio Grande do Sul).

Percebem-se, no decorrer do processo, características que indicam a existência de um sistema dotado de múltiplas esferas de ação e de significação social, que se concretiza por meio de compromissos políticos.

Portanto, a construção da sede do Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim – CESPARAIM, foi possível graças às pessoas da comunidade local que, demonstrando grande capacidade de relacionar-se com o Governo Estadual e Federal (representados na época por

um deputado federal filho de Corrente – Jesualdo Cavalcante Barros, e um ministro piauiense – Hugo Napoleão), criaram uma posição intermediária, que assumiu a perspectiva da relação e que se traduz numa linguagem de conciliação, negociação e gradação, reconhecida por Damatta (2000), como uma linguagem que se constitui em atitudes consideradas comuns na sociedade brasileira, conseguindo, assim, a liberação de verbas para a construção do prédio do CESPAREIM.

No entanto, não havendo vontade política por parte de todos os envolvidos, não foi possível a implantação de uma universidade comunitária por impedimento de uma Lei Federal. Desta forma, realizaram-se novas conciliações e negociações que levaram à realização de um convênio para viabilizar a implantação de uma universidade pública em Corrente. Esse convênio recebe a denominação de “Convênio de Cooperação Técnico-Científica”, sendo celebrado entre a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI e a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI, no ano de 1989. A FUFPI foi, nesse ato, representada pelo seu reitor, Prof. Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, e a FESPI, representada pelo seu presidente, Prof. João Rocha Mascarenhas, residente em Corrente-PI.

Assim, com os esforços da comunidade e de um grupo político representante de Corrente, se criou a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI, com verbas federais conseguidas pelo então ministro Hugo Napoleão e doações da comunidade, como o terreno doado pelo Instituto Batista Correntino – IBC, onde se fez a construção de toda a estrutura que é hoje o campus de Corrente.

Posteriormente, no ano de 1991, é realizado um novo convênio entre a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Piauí – FADEP, o Governo do Estado do Piauí - Secretaria Estadual de Educação – SEE, Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI, cujo termo celebrado teve por objetivo a realização de Concurso Vestibular e oferecimento dos cursos de Pedagogia e Agronomia no município de Corrente. Desse modo foi implantada a educação superior na cidade, a qual representa a educação na microrregião das chapadas do extremo sul do Piauí. As duas primeiras turmas tiveram os seus diplomas emitidos pela Universidade Federal do Piauí.

A Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI fez com que esse sonho fosse possível, pois mesmo temporariamente participando dessa teia de inter-relações, emprestou seu nome, deu seu apoio, juntamente com a FADEP, atualmente UESPI, que desde o início esteve presente, possibilitando a efetivação desse processo.

Considera-se que a interiorização da educação superior, na microrregião do extremo sul do Piauí iniciou-se por Corrente, em 1992, com a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, intensificando-se a partir de 1995 com o processo de expansão denominado interiorização da educação superior pública estadual, efetivado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, a qual, em 2001-2002, ampliou e diversificou a oferta de cursos de Graduação Plena, assim como instituiu Cursos Superiores Sequenciais de Formação Específica, ações que representaram, dentre outras, significativo aumento quantitativo no número de alunos, expandindo-se também para outros estados.

Esse processo de expansão, como se pode perceber, tem seu início na década de 1990, e, a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 1998, são implementadas políticas e um conjunto de medidas que configuraram a existência de uma reestruturação da educação superior no país, incluindo um padrão de modernização e uma nova forma de gerenciar a educação superior, de acordo com o novo paradigma de produção capitalista, na reforma da administração pública do Estado.

O governo vem defendendo e empreendendo ações, no sentido de tornar o ensino superior no Brasil flexível e competitivo, seguindo a lógica do mercado, possibilitando ao Estado exercer controle e avaliação sobre essa forma de ensino, condicionando a educação superior aos reflexos dessa política.

Diante da complexidade da pesquisa histórica, surgiram problemáticas quanto aos motivos que impulsionaram a interiorização e qual a qualidade social da expansão da educação superior, aqui denominada de interiorização, neste contexto histórico-social e político. Procuraram-se as respostas para essas questões com base na percepção de que nenhuma análise pode ser realizada sem partir da visão de que o projeto de uma universidade tem que ser realizado dentro de uma realidade concreta, sob a orientação de uma política cultural e educacional coerente com o projeto político do país, acompanhando a dinâmica das inter-relações entre a sociedade e a universidade, sendo, portanto, necessária uma análise do contexto histórico-social em que essa realidade está inserida.

Partindo-se desse pressuposto, buscaram-se repostas a partir do olhar dos protagonistas dessa história, por meio de entrevistas e da história oral de vida desses sujeitos. Tendo-se inicialmente a visão de que são inúmeros os motivos que levaram à implantação da educação superior nessa região, iniciadas no desejo e na luta da própria comunidade

engajados com os ideais políticos sociais e econômicos, mediados por ações e inter-relações sociais (em uma “sociedade relacional”<sup>17</sup>).

Nesse universo de relações, tem-se a visão expansionista de gestores da UFPI/UESPI, inicialmente aqueles que viram em Corrente o “pontapé” inicial para a expansão e, a partir daí, deram prosseguimento ao processo para, posteriormente, com a coragem audaciosa daqueles que dirigiram a UESPI, fazer essa instituição chegar a lugares inusitados, proporcionando a educação superior aos que até então estavam excluídos do sonho de um dia cursar uma graduação.

Questiona-se o fato da expansão quantitativa constituir-se em detrimento da qualidade. Mas mesmo aqueles que questionam a qualidade reconhecem a importância social da educação superior em Corrente e na região, já que os sujeitos investigados reconhecem que a educação tem proporcionado mudanças na qualidade de vida dos egressos da Universidade e também para a comunidade, refletindo-se no ensino básico, melhorando a qualificação de seus professores, a visão de conhecimento, enfim, proporcionando a formação social desse profissional. Todos consideram que a educação superior transformou suas vidas.

Assim, resta uma questão acerca da qualidade que se busca. Qualidade para poucos? A questão da qualidade na educação também decorre do paradigma escolhido para dirigir ações educacionais, pois não se pode considerar qualidade apenas como um conjunto de critérios, sendo percebida por Gracindo (1994) dentro dos reflexos de uma concepção de mundo e de sociedade que, se retratada na busca da formação identitária do indivíduo, seja compatível com aquela concepção, ou seja, voltada para questionamentos e reflexões que devem ser realizados por aqueles que estão à frente das decisões, mas, principalmente, pelos docentes, discentes, gestores, entre outros.

Esses questionamentos são: Que cidadão se quer formar? Que educação? Que saberes? Que escola? Trata-se de buscar a educação no sentido de ser (humano) e a cidadania que promova a autonomia; não preparar para o exercício da cidadania e, sim, promover a construção dessa cidadania. Assim, a educação deve desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que deverão encaminhar a maneira como os indivíduos se relacionarão com a sociedade, com a natureza e com eles mesmos.

Observam-se, entretanto, característica de massificação no processo de expansão da educação superior, pois a estrutura física e humana (professores qualificados), entre outras, não está acompanhando o crescimento que o próprio contexto histórico, sociocultural, político

---

<sup>17</sup> Termo usado por Damatta, em suas considerações sobre a sociedade brasileira. Tornando-se de fundamental importância compreender a força dessas relações na mediação das decisões.

e econômico em que a Universidade está inserida exige. Sem contar que essa educação tem que atender também às demandas da dinâmica das políticas globais.

Portanto, a partir do olhar que direcionou esta investigação, percebeu-se que a educação superior na cidade de Corrente tem possibilitado melhoria da qualidade de vida das pessoas, transformando a cidade de Corrente, segundo a visão das pessoas da comunidade, em um pólo cultural da região do extremo sul do Piauí, proporcionando também desenvolvimento socioeconômico e cultural.

A educação, por ser inerente à sociedade humana, origina-se do mesmo processo que deu origem ao homem, pois ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação, possibilitando a construção do seu próprio conhecimento, ao mesmo tempo em que constrói sua história, sua identidade.

Reconhece-se que esse “ser homem” é produto de uma constante construção, a qual é perpassada pelas reflexões do passado e por uma análise do presente, de suas inter-relações, em uma interação entre seres e deles com a natureza, possibilitando-lhes a construção de sua história, a qual lhe dá condições de transformar seu entorno, ao mesmo tempo em que constrói e transforma sua própria identidade. Observa-se isso nos campi do interior, onde docentes e discentes mesmo precariamente, a partir da iniciativa de lhes dá a oportunidade de também participar, conseguem construir suas próprias condições para uma melhor qualidade.

Com base nos resultados desta pesquisa, percebe-se que um dos aspectos que surgiu no decorrer do processo investigativo da história da educação superior, foi o fato de a educação estar promovendo melhora na qualidade de vida da região investigada.

No entanto, a interiorização, embora tenha provocado impacto na qualidade de vida, tem por trás interesses políticos como fachada de uma pseudo-concepção de auto-realização, preterindo-se as verdadeiras necessidades da região.

As evidências desses interesses se comprovam pelos cursos implantados nessa expansão (licenciaturas), que servem ao ajustamento de expectativas de ascensão social e profissional, atendendo à demanda das políticas da educação superior, limitando as expectativas profissionais e sociais dos jovens das regiões do interior. Outra questão que deve ser discutida é quanto aos critérios de implantação de cursos, que são ofertados mesmo após serem considerados inviáveis para a região.

De um modo geral, não se pode garantir uma efetiva expansão com qualidade social diante desse novo cenário para a educação superior, que preconiza a garantia do acesso a essa modalidade de educação a 30% da população com idade de 18 a 24 anos de forma

imediate. Essa situação requer que se desenvolva um processo expansionista desse nível de ensino, configurado por políticas que proporcionem uma efetiva expansão com qualidade social, principalmente a expansão pública, o que ainda não se percebe na realidade em que essa expansão vem se realizando. Portanto, deve-se buscar a implementação de mecanismos de acesso e permanência da população historicamente excluída, proporcionando-lhes condições para construção da cidadania.

Percebe-se, portanto a necessidade de mudanças na educação superior, sabendo-se que é fundamental e necessária sua expansão, contanto que aconteça por meio de políticas e mecanismos criteriosos de reestruturação desse nível de ensino, partindo-se da busca pela qualidade social da educação superior, pautada na indissociabilidade entre ensino/pesquisa e extensão e no compromisso com a função social da universidade.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a construção da história da educação superior no estado do Piauí, possibilitando uma visão dos sujeitos da Nova História Cultural. Considera-se que este estudo, além de uma reconstituição histórica do processo de educação superior, proporcione reflexões sobre a complexidade do processo e dos diversos aspectos políticos, sociais e econômicos que envolvem a educação superior e as políticas que a conduz.

Quanto à educação superior estar proporcionando a qualidade social por meio de sua interiorização isso, requer uma pesquisa profunda, ficando aqui o desafio para essa análise. No entanto, torna-se necessário não apenas discussões, mas ações no que diz respeito à educação superior, por meio de políticas de educação superior voltadas para atenderem aos interesses sociais de cada região, percebendo suas diferenças.

A educação superior em Corrente possibilitou a construção de uma nova história por parte de seus protagonistas, uma história vista por outros sujeitos que antes não eram considerados como parte do processo. A história da educação superior se constrói assim por um novo olhar...

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Anchieta de. **Rastros de uma vida**. Autobiografia. [s.l.]: [s.n.], [2003?].

ALVES, R. **O que é religião**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALMANAQUE ABRIL [BRASIL 2005]. São Paulo: Abril, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Moraes (Org.). **Uso & abuso da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. 3ª. Parte da 5. ed.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Memórias dos confins**: a saga dos vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí. Teresina-PI: Gráfica do Povo, 2005.

BARROS, Socorro Rocha Cavalcanti. **O Cavalcanti do Corrente**. Timon-Maranhão Grafiset, 2002.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930. 5. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975-76.

BELONI, Isaura; OBINO NETO, Artur. Autonomia ou Âncora? Perspectiva da autonomia universitária. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Magia e Técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BOIS, Guy. Marxismo e história nova. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOTH, Agostinho. **Criação da Universidade de Passo Fundo**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Para onde vão nossas casas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAN DÃO, Carlos Oliveira. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 31/2000 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nº. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria.

BRASIL. Governo do Estado do Piauí. **Atlas de Desenvolvimento Humano**: Perfil dos municípios. Teresina: [s.n], 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: Inep, 2003.

BRASIL. Fundação CEPRO de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Piauí: visão global**. 2. ed. Teresina: CEPRO, 2003.

BRITO, Itamar Sousa. **História dos batistas no Piauí**: um século de lutas e vitórias da educação no Piauí. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BUFFA, Éster; NOSELLA, Paolo. **Schola mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos – 1911-1933. São Carlos-SP: EDUFSCar, 1996.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales**: 1929-1989 – a revolução francesa da História Geográfica. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. 2. ed. São Paulo: UNESPI, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas Universidades Públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Cultura no plural**. Campinas - São Paulo: PAPIRUS, 1995.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIEFEL, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, L A. Ensino Superior e a universidade no Brasil In: LOPES, E. M. T.: Faria Filho, L. In: VEIGA, C .G. (Orgs). **Brasil 500**. Belo Horizonte: Autêntica 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica**: o ensino superior na República populista. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1980.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DE DECCA, Edgar Salvador. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João F. de (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **Universidade Pública**: Políticas e Identidade Institucional. Campinas, SP: Autores Associados, GO: Editora da UFG, 1999.

DUARTE, Regina Horta. Os vivos e os mortos: uma alegoria sobre a história. **Revista Resgate**. N. 2. Campinas: Papyrus/Unicampi, 1991.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

ENGUITA, Mariano F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo. A. A. SILVA, Tomaz T. (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade & poder**: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. **A universidade Brasileira**: em busca de sua identidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDUFPI, 1998.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omêga, 1975.

FERNANDEZ ENGUITA, M. **Juntos pero no reueltos: Ensayos em torno de la reforma de la educación.** Madrid: Visor, 1990.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação de História Oral**, n. 7, jun. 2004. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. V. 7, 2004.

FERRO, Maria do Amparo. **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas.** 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, SP, 2000.

FOLLARI, Roberto. A Universidade frente a inquietação cultural. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Xamã, 2000.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo (Org.). **Política educacional: impasses e alternativas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). **Memória de professoras: história e histórias.** Juiz de Fora: UFJF, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e inclusão social: emprego ou empregabilidade. In. VIII Congresso Sul Brasileiro da Qualidade na Educação. Educação: solidariedade planetária. 8., 2001, Joinville- SC. **Anais.** Joinville, SC: UNIVILLE, 2001, p. 34-39.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: MOLL, Jaqueline. **História de vida, história de escola: elementos para uma pedagogia da escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO CEPRO (Brasil). **Piauí Visão Global.** 2.ed. Teresina, Piauí: CEPRO, 2003.

FUNDAÇÃO CEPRO (Brasil). **Perfil dos municípios piauienses**. Teresina, Piauí: CEPRO, 2002.

FUNDAÇÃO CEPRO (Brasil). **Perfil dos Municípios**. Teresina: CEPRO, 1992.

FUNDAÇÃO de Ensino Superior do Sul do Piauí (FESPI) – Extrato do Estatuto. **O Dia**, Teresina, p. 3, 5 abril. 1988.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: introdução à pedagogia do conflito. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Rio de Janeiro: L & PM, 1994.

GARCIA, Marcos Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: **O direito à memória**. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio histórico. SMC. Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

GENTILI, Pablo (org.). **Universidade na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: CORTEZ, 2001.

GENTILLI, Pablo A. SILVA, Tomás Tadeu da (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 4. ed. Petrópolis\_RJ: Vozes, 1996.

GRACINDO, Regina. **O escrito, o dito e o feito**: educação e partidos políticos. Campinas: Papyrus, 1994.

GRACINI, Maria Stela Santos. **O Ensino Superior no Brasil**: a estrutura de poder na universidade em questão. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1984.

GUERRA, Cândido Carvalho. **Enxurrada do Gurguéia**. 2. ed. Corrente, PI: Gráfica Expansão, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Michael. O século da Barbárie. Resenha do Livro *A era dos extremos: o breve século XX*. de Eric Hobsbawm. In: *Jornal de Resenhas*. **Folha de São Paulo**. 7 de agosto, 1995.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Palavras da editora. In: **HISTÓRIA ORAL**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 7, jun. v. 7. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, SP: Ed. Ática, 1991.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo, 2003.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália, 1938

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas**: entre a memória e o arquivo. Braga-Portugal: Universidade do Minho, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo; Revista História Oral: um auto olhar. In: **HISTÓRIA ORAL**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 7, jun. v. 7. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4.ed. São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília (Org.) **Pesquisa Social**. : teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOLLIS, Marcela. A americanização das reformas universitárias: o caso argentino. In:

GENTILLI, Pablo (Org.). **Universidade na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Xamã, 2001.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: contos & de\$encontro\$. Ceilândia – DF: Idea, 1997.

MORIN, Edgar. **Sociologia**: a sociologia do microssocial ao macroplanetário. Mira-Sintra: Europa-América, [19--?].

MOVIMENTO: Universidade em reforma. São Paulo: Editora Três, nº 10, março. 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade**: na Primeira República. 2. ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAJMANOVICH, D. **O Sujeito encarnado**: questões para pesquisas no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Edy Guerra. **Maravilhosa e abençoada história**: Igreja Batista de corrente 100 anos a serviço do Senhor da Seara. Teresin-PI: Halley, 2003.

NOGUEIRA, Edilson de Araújo Nogueira. **Raízes da minha terra**. Teresina, PI: Gráfica do Povo, 2002.

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 1995.

OLIVEIRA, Romualdo Portela (Org.). **Política educacional**: impasses e alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PARANAGUÁ, Correntino. **Terra de um Paladino**. [s.l],[s.n], 1980.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença**: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. 2003. Tese (doutorado) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PENNO, Sandra Mara Kindlein. **A trajetória da instituição educativa evangélica mais antiga no Estado do Piauí**: Instituto Batista Correntino. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Graça Camargo. **Docência do ensino superior**. São Paulo: CORTEZ, 2002.

PIMENTEL, Marília Araújo Lima; LEAL Maria Cristina (Org.). **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: LOYOLA, 2003.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. [s.n], [19--].

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da História pela reconstrução do tempo histórico. IN: SANFELICE, José Luis. **História e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Geografia e História do Piauí**. Teresina, Halley, 2004.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. Historiografia, a riqueza dos piauienses. In: NUNES, Odilon. **Depoimentos históricos**. Teresina: Comepi, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da educação no Brasil**. 26ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

SALMITO, Maria do Amparo. **Saúde e desenvolvimento no Estado do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 2ª. ed. Rev. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11ª. Ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Os embates da cidadania: embates de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. In: BRZEZINSKI (Org.). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Cecília Marcondes de; EVANGELISTA Olinda. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Rogério Forastiere. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SILVEIRA, Alejo Lertzundi. Projeto de combate à pobreza rural: características e histórico de sua formação. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **CARTA CEPRO**. Teresina, v. 21, n. 1, p. 16-30, jan./jun. 2002

SOUZA, Maria Cecília Cortez Chistiano de. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional. 1976.

TEIXEIRA, Anísio. Reforma Universitária na década de 60. In: \_\_\_\_\_. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 161-187.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986.

TRINDADE, Helgio (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. 3 ed. Petrópolis: Vozes/Cipedes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 2006: UESPI – Presente nos Pólos de Desenvolvimento do Piauí**. Teresina: NUCEPE, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular UESPI 2005**. Teresina: NUCEPE, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Relatório Ações/ Atividades 2004**. Teresina: UESPI, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular UESPI 2004**. Teresina: NUCEPE, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **UESPI Vestibular 2003**. Teresina: NUCEPE, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **UESPI Vestibular 2003: Edital Curso Regime Especial**. Teresina: NUCEPE, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular UESPI Processo Seletivo 2002: UESPI – Uma avenida para o futuro**. Teresina: NUCEPE, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 2001: “UESPI.. Uma avenida para o futuro”**. Manual do Candidato. Teresina: NUCEPE, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 2000 Manual do Candidato: UESPI: ao seu alcance onde quer que você esteja**. Teresina: NUCEPE, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular UESPI 1999: Manual do Candidato**. Teresina: NUCEPE, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 1998: Manual do Candidato**. Teresina: NUCEPE, 1997.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular/97**: Manual do Candidato. Teresina: NUCEPE, 1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 96**: Manual do Candidato. Teresina: COPERVE, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 95**: Manual do Candidato. Teresina: COPERVE, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 94**: Manual do Candidato. Teresina: COPERVE, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 93.3**: Manual do Candidato. Teresina: COPERVE, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. FADEP/UESPI. **Vestibular 93.2**: Manual do Aluno. Teresina: COPERVE, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Vestibular 93**: Interiorização. Manual do Candidato. Teresina: COPERVE, 1993.

VAZ, H. C.de L. **Escritos de uma Filosofia I**. Problemas de Fronteira. São, Loyola, 1988.

VIEIRA, Evaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo... **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 12, p. 110-112, set. 1982.

VIEIRA, Sofia Lerche. Políticas Internacionais e Educação – cooperação ou intervenção? In. DOURADO, Fernandes Luiz; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

## INTERNET

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Galeria De reitores**. Disponível em: <<http://www.uespi.br.index.php?>>. Acesso em: 15 de abril 2006.

## E-mail

BOTH, Agostinho. Envio de respostas da entrevista. Mensagem recebida por <[Teresinha.nogueira@uol.com.br](mailto:Teresinha.nogueira@uol.com.br)> em 13 de maio 2005.

## DOCUMENTOS

ESTADO DO PIAUÍ. PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE. **Certidão de Utilidade Pública Municipal a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí**. Corrente, PI, 1988.

FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ. **Ata de Sessão Extraordinária**. Corrente, PI, 26.02.1988.

FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ. **Ata de Instituição da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí - FESPI**. Corrente, PI, 29.03.1988.

FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ. **Estatuto FESPI**. Corrente, PI, 1988.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Convênio de Cooperação técnico-científica**. Teresina, PI, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Edital nº. 001/93**. Convênio SEE – FADEP/FUFPI/FESPI. Teresina, PI, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Lei nº 4.418/1991**: reconhece de utilidade pública a FESPI. Teresina, PI, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Resolução**: nomeação diretor campus avançado Deputado Jesualdo Cavalcanti em Corrente, PI. Teresina, PI, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ **Convênio**. Teresina, PI, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Convênio**: FUFPI/FADEP/FESPI. Teresina, PI, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇOS. **Atestado de Registro da FESPI**. Brasília, DF, 1988.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. **Atestado de Registro**. Brasília, DF, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ato da Reitoria**; nomeação do coordenador dos cursos de 3º Grau do convênio FUFPI/FADEP/FESPI. Teresina, PI, 1992.

## ENTREVISTAS

ARAÚJO, Carlos Omar Mascarenhas de. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, junho 2005.

BARROS, Ibanêis Rocha **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, junho 2004.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, março, 2005.

BITTENCOURT, Almir. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, janeiro 2006.

BOHT, Agostinho. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira.. Teresina, maio 2005.

CAVALCANTI, Ivanilde Barbosa Avelino P. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004.

FONSECA FILHO, Gesy da Silva. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004.

FONSECA, Rita Mônica A. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira.. Teresina, julho 2005.

GUERRA, Candido Carvalho. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira.. Teresina, dezembro 2004.

GUERRA, Nehandeara Nazira N. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira.. Teresina, dezembro 2004.

HUBNER, Rosaly Dias. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004

MASCARNHAS, João Rocha. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004

NOGUEIRA, Carlos Alberto R. de A. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina julho 2005.

NOGUEIRA, Edilson de A. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina julho 2005.

NOGUEIRA, Edy Guerra. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2004.

NOGUEIRA, Flávio Aurélio. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2004

NOGUEIRA, Hildete Araújo. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro2005.

NOGUEIRA, João Madison. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2005.

NUNES, Jônathas de Barros. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, agosto 2004.

OLIVEIRA, Maria Conceição Avelino. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, agosto 2004.

OLIVEIRA, Mirian Folha de Araújo. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

PARANÁGUA, Hélio Fonseca. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

PENNO, Sandra Mara K. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

REIS, Raimundo Dias. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2005.

RIBEIRO, Raimunda Maria da C. **Entrevista oral** concedida a Teresinha ~ Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004.

RIBEIRO, Valéria Madeira Martins. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, setembro 2005.

SILVA, Geraldo C. da. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2005.

SILVEIRA, Charles Camilo da. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina fevereiro 2006.

SOARES, Antonio Francisco. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina julho 2005.

SOARES, Filho Luís A. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

SOUZA, Etelvino Viana. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2004.

VASCONCELOS, Sandra Lima. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro 2005.

XAVIER, José Aleixo Alves Geraldo Corado da Silva. **Entrevista oral** concedida a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, dezembro, 2004.

## DEPOIMENTOS ESCRITOS

AGUIAR, Ana Alice Souza. **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

BARROS, Noemi Rocha. **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2005.

CUSTÓDIO, Elyene Nogueira Rocha. **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, agosto 2005.

MASCARNHAS, João Rocha **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2004.

NOGUEIRA, Edy Guerra. **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, julho 2004.

NOGUEIRA, Keila Rosane Rocha. **Depoimento** concedido a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira. Teresina, agosto 2005.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ABERTO PARA COLETA DE DADOS

Você que participou da primeira turma da UESPI em Corrente, é um protagonista da história da educação superior dessa região, sendo assim escolhido (a) para responder este questionário. Agradecemos sua colaboração que é fundamental para realização desta pesquisa. Pedimos que responda de maneira sincera as perguntas abaixo e caso desconheça o assunto deixe em branco. Peço que assine a autorização para o uso destas respostas na pesquisa de mestrado. Muito obrigada!.

NOME: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO ATUAL: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA ATUALMENTE: \_\_\_\_\_

LECIONA OU JÁ LECIONOU NA UESPI: \_\_\_\_\_ PERÍODO: \_\_\_\_\_

IDADE EM QUE INGRESSOU NA UNIVERSIDADE: \_\_\_\_\_

1. Antes de você ingressar na universidade você morava:
  - ( ) na zona urbana    ( ) na zona rural    ( ) em outra cidade – nome: \_\_\_\_\_
2. O que você fazia antes de ingressar na universidade?
3. Qual a importância da interiorização da educação superior até Corrente em sua vida e para a comunidade em geral?
4. Se o ensino superior não chegasse até Corrente, você teria como sair para fazer em outra cidade?
5. Conte sobre o que você sabe da interiorização da UESPI.
6. Fale um pouco da sua vida:
  - a) antes da UESPI:
  - b) depois da UESPI:
7. você já participou de concursos? Foi aprovado?
8. Quais as perspectivas que você teria para seu futuro se não tivesse ocorrido a interiorização da educação superior até esta cidade?
9. Ao terminar seu curso de graduação você se sentia:
  - ( ) preparado (a) para o mercado de trabalho ( ) despreparado (a) para o mercado de trabalho ( ) pouco preparado (a) para o mercado de trabalho.
10. O que levou Corrente a ser chamado de “capital da cultura” em épocas atrás?
11. Você considera que Corrente ainda é a capital da cultura?

## APÊNDICE B - ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – 01

Este é um roteiro de entrevista, que objetiva garantir a validade da pesquisa qualitativa com a obtenção de informações detalhadas sobre a história da Educação Superior no Piauí, sua expansão e importância para os sujeitos protagonistas desse processo.

1. Tendo em vista sua participação como estudante do Campus de Corrente (UFPI/UESPI), gostaria que falasse sobre:
  1. Um pouco de sua vida, onde morava, quando começou a estudar, quando e onde fez o ensino médio, quando fez o vestibular, enfim sobre sua vida antes e depois da educação superior.
  2. Qual a importância da universidade em sua opinião para a comunidade e particularmente para sua vida?
  3. Um pouco da sua vida hoje, o que faz, o que a Educação Superior até Corrente possibilitou você realizar?
  4. Sua opinião sobre a expansão da UESPI quanto à qualidade social.

Essa entrevista faz parte de um projeto de pesquisa para Pós-graduação em Mestrado de educação da UFPI, gostaria que assinasse este papel autorizando o uso dessa entrevista em nossa pesquisa. Caso, não queira ser identificado coloque um nome fictício para nossa identificação.

(  ) identificação normal      (  ) identificação por um nome fictício(\_\_\_\_\_)

---

ASSINATURA DO DEPOENTE

## ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – 02

Este é um roteiro de entrevista oral, que objetiva coletar informações que garanta a validade desta pesquisa qualitativa sobre a Educação Superior no Piauí, sua expansão e importância para os sujeitos protagonistas desse processo.

A - Tendo em vista sua participação, como diretor da FADEP, gostaria que falasse sobre esse processo de implantação da Educação Superior no Piauí, contemplando os seguintes aspectos:

1. Fale um pouco de sua relação com a UESPI.
2. Como ocorreu a implantação da educação superior estadual no Piauí e em Corrente?
3. Qual a importância da UESPI em sua opinião para a comunidade (qualidade social) e particularmente para sua vida;
4. Como vê a UESPI hoje.

## ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – 03

Este é um roteiro de entrevista oral, que objetiva garantir a validade da pesquisa qualitativa com a obtenção de informações detalhadas sobre a Educação Superior no Piauí, sua expansão e importância para os sujeitos protagonistas desse processo.

A - Tendo em vista sua participação como Diretor da UESPI Campus de Corrente, gostaria que falasse sobre esse processo de implantação da Educação Superior em Corrente, contemplando os seguintes aspectos:

1. O que você sabe sobre a implantação de uma Universidade Comunitária em Corrente e essa passagem de Comunitária para Pública;
5. Fale um pouco de suas experiências enquanto diretor desse Campus de Corrente. A estrutura física do prédio; o corpo docente, enfim o que você lembrar desse período.
6. Qual a importância da UESPI em sua opinião para a comunidade (qualidade social) e particularmente para sua vida;
7. Como vê a UESPI hoje.

## ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – 04

Este é um roteiro de entrevista, que objetiva garantir a validade da pesquisa qualitativa com a obtenção de informações detalhadas sobre a Educação Superior no Piauí, sua expansão e importância para os sujeitos protagonistas desse processo.

I - Tendo em vista sua participação como Professor (a) da UESPI Campus de Corrente, gostaria que falasse sobre esse processo de implantação da Educação Superior em Corrente, contemplando os seguintes aspectos:

1. Quando que como você chegou a ser professor (a) dessa Instituição tendo em vista que morava fora de Corrente (o que motivou a ir para esta cidade, quando iniciou seu trabalho nessa IES, ou seja, tudo que você lembre sobre esse período).
2. Fale um pouco de suas experiências enquanto professor desse Campus de Corrente. A estrutura física do prédio; o corpo docente, os alunos (se havia muita diferença em termo de nível dos alunos de Corrente em relação aos alunos da Capital, se havia ou há diferença quanto à qualidade do ensino de Corrente em relação a outras cidades, principalmente quanto à Capital).
3. Qual a importância da UESPI em sua opinião para a comunidade (qualidade social) e particularmente para sua vida;
4. Se já ocupou outros cargos nessa IES, fale sobre essas experiências;
5. Como vê a UESPI hoje.

# ANEXOS

## ANEXO A – VESTIBULAR 2000 E VESTIBULAR 2001: MANUAL DO CANDIDATO

## “UESPI: AO ALCANCE ONDE QUER QUE VOCÊ ESTEJA”

*Apresentação (EDITAL, Nº 01/99) .*

O vestibular UESPI/2000 consolida o Vestibular adotado de forma pioneira em nossa Universidade.

Os cursos de Direito, Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Psicologia, Português, Pedagogia, Ciências Biológicas e Formação de Oficiais tiveram demanda surpreendente em 99. Para o ano 2000 estão sendo oferecidos os Cursos de Odontologia e Agronomia em Parnaíba.[...]

A grande novidade porém no Vestibular UESPI/2000 é a oferta dos Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica, que ampliam de forma considerável as oportunidades de acesso ao Ensino Superior Público.

Somos hoje, em número de alunos e Campi, a maior Universidade do Estado do Piauí. Preocupamo-nos para que o crescimento horizontal seja simultâneo ao vertical. Qualidade e Quantidade.

Candidato!

Você está se inscrevendo na Universidade Estadual do Piauí, provavelmente a que teve o mais elevado índice de crescimento no Brasil. Esperamos que você se identifique com um dos cursos ofertados pela UESPI.

Jonathas de Barros Nunes  
Reitor da UESPI

## “UESPI... UMA AVENIDA PARA O FUTURO”

*Apresentação (EDITAL Nº 2/2000)*

Nos últimos quatro anos, a Universidade Estadual do Piauí desencadeou um vigoroso processo de democratização das oportunidades educacionais.

Os números são estonteantes!

Vestibular específico, diversificação de cursos, ampliação considerável do espaço físico, interiorização arrojada, turnos diferenciados, pré-matutino, noturno, o avanço da Pós graduação, os cursos superiores seqüenciais, os cursos normais superiores, tudo isso justifica a verdadeira paixão que a UESPI desperta na juventude e na sociedade em geral.

Ano passado, oito mil novecentos e vinte vagas fora disputadas entre quarenta e hum mil, cento e trinta escritos.

Centenas de convênios firmados entre Prefeituras e o Governo do Estado, via UESPI, evidenciam o êxito de uma das maiores parcerias já feitas pela Educação em prol da qualificação humana.

Como disse o veterano professor José Nunes “a UESPI é uma avenida para o futuro por onde circularão as gerações de homens e mulheres do século XXI”.

Tenho certeza de que essa avenida estará dentro em pouco sendo percorrida por você.

Até lá, então

Jonathas Barros Nunes  
Reitor da  
UESPI

## ANEXO B – VESTIBULAR: PROCESSO SELETIVO 2002

## UESPI- UMA AVENIDA PARA O FUTURO

## UNIVERSIDADE CAMINHANTE (EDITAL Nº 1/2001)

“... Prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.”

Raul Seixas

Assim é a UESPI, a Universidade caminhanTE, essa metamorfose ambulante”.

X X X X

“...Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”...

Geraldo Vandré

Vandré precisa conhecer o Piauí e a UESPI de hoje, para viver e sentir de perto a beleza impar da verdade que brota de suas palavras.

X X X X

“Os lugares mais quentes do inferno estão reservados para aqueles que nos momentos de crise são omissos”

Dante Alighieri

A consciência me diz ter acertado e errado na vida, mas sempre por ação. Nunca por omissão. Os desafios não foram suficientemente pesados para impedir a caminhada.

X X X X

“Um quadro vale por dez mil palavras”

Confúcio

A UESPI com seus trinta mil alunos e essas quatorze mil seiscientos e setenta e uma vagas para o vestibular 2002, transformou-se na estrada do futuro, que, como sabem, não é feita com asfalto, e sim com Educação.

Prof. Jônathas Nunes

Reitor da UESPI

ANEXO C – VESTIBULAR 2003: EDITAL N° 01/2002 E EDITAL N° 02/2002:  
CURSO REGIME ESPECIAL

APRESENTAÇÃO (EDITAL N° 01/2002)

A Universidade Estadual do Piauí tem passado por grandes mudanças neste ano de 2002.

Mudanças no modelo administrativo, informação do controle acadêmico, rigorosa observância de suas próprias normas internas, enfim, a busca por uma relação mais democrática e transparente entre os diversos segmentos que compõem, condições indispensável para a busca de melhor qualidade no seu ensino.

Na proposta do Edital do Vestibular /2003, para os cursos de Graduação e Seqüenciais em regime Regular, um compromisso, entretanto continua intacto o compromisso em oferecer cada vez mais oportunidades aos jovens piauienses, particularmente aqueles do interior do Piauí, de fazer um curso universitário.

Os Cursos seqüenciais, moderna e ágil modalidade de cursos superior, voltada para uma clientela especial, mereceu particular atenção. A oferta contempla setores em desenvolvimento no estado, onde é exigida uma resposta rápida em termos de profissionais qualificados.

Professora Socorro Cavalcanti  
Reitora Pro Tempore da UESPI

APRESENTAÇÃO (EDITAL N° 02/2002)

A Universidade Estadual do Piauí tem passado por grandes mudanças neste ano de 2002.

Mudanças no modelo administrativo, informação do controle acadêmico, rigorosa observância de suas próprias normas internas, enfim, a busca por uma relação mais democrática e transparente entre os diversos segmentos que compõem, condições indispensável para a busca de melhor qualidade no seu ensino.

Na proposta do Edital do Vestibular /2003, para os cursos de Graduação e Seqüenciais em regime Regular, um compromisso, entretanto continua intacto o compromisso em oferecer cada vez mais oportunidades aos jovens piauienses, particularmente aqueles do interior do Piauí, de fazer um curso universitário.

Procuramos priorizar, em nossa oferta de curso de graduação aqueles que atendam a demanda de jovens egressos do ensino médio, em busca da qualificação adequada a um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Por outro lado, levamos em conta o suporte necessário às áreas de grande potencial econômico do Estado, como o turismo e a prestação de serviços educacionais e de saúde, em franca expansão.

Os Cursos seqüenciais, moderna e ágil modalidade de cursos superior, voltada para uma clientela especial, mereceu particular atenção. A oferta contempla setores em desenvolvimento no estado, onde é exigida uma resposta rápida em termos de profissionais qualificados.

Professora Socorro Cavalcanti  
Reitora Pro Tempore da UESPI

## ANEXO D – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ: VESTIBULAR 2004 E VESTIBULAR UESPI 2005

### APRESENTAÇÃO (EDITAL Nº 01/2003)

Apresentamos a sociedade piauiense o Edital do Vestibular 2004, tarefa importante por marcar uma das principais iniciativas no sentido de qualificar a vida institucional da Universidade Estadual do Piauí.

Administrar é sobretudo decidir. Em um governo popular, muitos são os compromissos que, ao longo de nossa história, construímos na luta cotidiana por inclusão social, garantia e acesso a direitos, conquista de saberes e qualidade de vida, aspectos fundamentais quando se está falando do sistema público de educação. Neste sentido publicar este Edital é um exercício de afirmação de compromissos.

A UESPI é hoje uma universidade que possui 43.635 alunos, estando presente no Piauí, Maranhão e Bahia; portanto é uma Universidade grande, sendo o principal desafio para a afirmação de sua grandeza a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Lutamos por uma UESPI grande em quantidade, maior ainda em qualidade.

Para o Vestibular 2004, serão oferecidas 3.300 vagas nos Cursos de graduação em Regime Regular e 2.795 vagas nos Cursos de Licenciatura em Regime Especial, oportunizando aos jovens e ao povo piauiense acesso ao saber socialmente construído pela humanidade, a profissionalização e, como consequência, a elevação da nossa auto-estima, conquista que a formação superior pode proporcionar.

Como parte do processo de enfrentamento das muitas dificuldades vividas pela UESPI, estamos construindo o primeiro Plano Estratégico que se norteia na **TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA** e **PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA**. Diante disso, afirmo nosso compromisso, que se expressa na missão da UESPI de “produção e socialização do conhecimento que favoreça o desenvolvimento sustentável do Piauí”.

Prof. Maria Oneide Filho Rocha  
Reitora Pro Tempore

### HÁ 18 ANOS NOSSO COMPROMISSO É COM VOCÊ

#### APRESENTAÇÃO (EDITAL Nº 01/2004)

Muitas têm sido as mudanças pelas quais a UESPI vem passando, a partir da análise de sua realidade, quanto aos serviços por ela ofertados. Na verdade, são inúmeras as necessidades de implementação nas suas vertentes de ensino, pesquisa e graduação. [...] Atualmente, a UESPI tem uma estrutura que conta com 18 Campi, 48 Núcleos, dos quais, 25 no Piauí, 17 no Maranhão, e 06 na Bahia, totalizando 66 unidades de atendimento, que por sua vez, em 2004, atendem a um total de 28.2665 alunos. Respeitando os critérios de qualificação, a UESPI decidiu não mais ofertar vagas para os Estados da Bahia e do Maranhão.

Diante da necessidade de ampliar a discussão sobre os cursos ofertados, a UESPI propôs e realizou, em 2004-1, Seminários Regionais, objetivando fortalecer as potencialidades das regiões piauienses, que subsidiaram a oferta de cursos e vagas, conforme as aptidões de cada região. [...]

Dessa forma, objetivamos a construção de uma Universidade no seu sentido amplo, com oferta de educação superior pautada na democracia do ensino no aspecto quantitativo, assegurando qualidade, não privilegiando o primeiro aspecto, em detrimento do segundo, para que se garanta uma Universidade que cumpra seu papel social.

Assim, podemos definir os critérios que norteiam o concurso Vestibular 2005, presente neste Edital.

Valéria Madeira Martins Ribeiro  
Reitora Pro Tempore da UESPI

## ANEXO E – UESPI PRESENTE EM TODOS OS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUI/ VESTIBULAR 2006

### APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, muitos têm sido os avanços da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, nos aspectos administrativo e acadêmico. Do ponto de vista institucional, a UESPI tem conquistado espaço, cabendo-nos destacar a aprovação do seu Estatuto, em 2005 e o encaminhamento da primeira eleição para Reitor, que acontecerá em novembro próximo.

Quanto ao aspecto acadêmico no nível de ensino, esta IES, vislumbrando em Educação Superior de qualidade, vem priorizando a elevação do seu quadro efetivo de professores mestre e doutores, viabilizando a atualização das propostas curriculares dos cursos ofertados, seguidas de seus respectivos reconhecimentos; em nível de pesquisa vêm-se implementando melhoria na infra-estrutura das bibliotecas, com ampliação de seus acervos bibliográficos; equipamento de laboratório e reestruturação do espaço físico desta IES; em nível de extensão, temos possibilitado a execução de projetos que são imprescindíveis tanto à comunidade da IES quanto à comunidade em geral e em nível administrativo temos o aumento do quadro efetivo de serviços técnico-administrativo através de Concurso Público.

Neste contexto, esta Universidade apresenta à sociedade em geral o Edital do Concurso Vestibular Regime Regular/2006, prosseguindo seu compromisso de melhoria dos Cursos ofertados, aliado à elevação do número de vagas, de 2.800, em 2005, para 4.535, em 2006, contemplando 29 Cursos, em 18 *Campis* 7 Núcleos.

Esses avanços ocorridos ratificam a nossa crença e que quantidade não se sobrepõe à qualidade em se tratando de educação. Entretanto, ambos os aspectos devem se apresentar em um sistema educacional público, comprometido com seu papel social de promover o desenvolvimento do homem e da sociedade.

Valéria Madeira Martins Ribeiro  
Reitora *Pro Tempore* da UESPI

## ANEXO F – JORNAL “O DIA”, EM 05 DE ABRIL DE 1988

JORNAL O DIA – TERESINA-PI, TERÇA FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1988. CADERNO POLÍTICA -3.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ (FESPI) – EXTRATO DO ESTATUTO

A Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (FESPI), com sede e foro na cidade de Corrente-PI, e duração indeterminado (sic), objetiva manter o Centro de Ensino Superior do Vale do Paraím (CESPARAIM), instituição de ensino superior, pesquisa e extensão de caráter Comunitário, dotado de autonomia didática, administrativa e disciplinar e, voltada para a solução de problemas regionais de natureza técnico científica, econômica, social e cultural. No regimento, a ser elaborado pelo Conselho Diretor e aprovado pelo conselho Federal de Educação, será estabelecido a estrutura do centro e suas unidades. A FESPI não tem fins lucrativos empregando seus bens direitos e resultados na consecução de seus objetivos não recebendo os diretores, conselheiros, instituidores ou mantenedores, qualquer retribuição e nem fará distribuição de lucro, bonificações ou vantagens. São órgãos da FESPI: a) Conselho diretor, órgão de administração e supervisão, constituído de 5 membros efetivos e respectivos suplentes, pessoas de ilibata (sic) reputação e notória competência, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, elegendo bienalmente seu presidente, que representa a FESPI em juízo ou fora dele, e o vice-presidente que o substitui; b) Conselho de Curadores, órgão fiscalizador da administração financeira constituído de representantes das Prefeituras Municipais que estejam contribuindo financeiramente para manter a FESPI, do Ministério Público, do Colégio São José e do Instituto Batista Correntino, com mandato de dois anos, elegendo seu presidente e vice-presidente; c) Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação constituída do corpo docente e instituidores presidida pelo presidente da FESPI, reunindo-se ordinariamente uma vez por ano, até 30 de abril para apreciar o relatório das atividades da FESPI e do Centro e extraordinariamente quando convocada por seu presidente, por três membros do Conselho Diretor ou por um terço de seus membros. O patrimônio inicial da FESPI é constituído dos bens e direitos oferecidos por seus instituidores, os quais em caso de extinção serão destinados a entidade congêneres registrada no Conselho Nacional de Serviço Social ou ao Poder Público, para utilizá-los com mesmos objetivos. Os recursos para manutenção e desenvolvimento do Centro de Ensino e suas unidades advirão de bolsas de estudo, subvenções e auxílios. Os poderes públicos, doações, ilegados (sic), rendimento de capital e serviços, anuidades escolares, taxas e emolumentos, concedidos, exercício financeiro com o ano civil. O Estatuto só poderá ser reformado por proposta do Conselho Diretor, parecer do Conselho de Curadores e aprovação da assembléia geral convocada para esse fim e com quorum de dois terços de seus membros, deliberando pela metade mais um dos volantes, com ratificação do Ministério Público. O Estatuto tem 27 artigos.

Corrente, 29 de março de 1988.  
Professor João Rocha Mascarenhas.  
Presidente

Obs: Publicado neste jornal em virtude de atraso na circulação do Diário oficial (JORNAL O DIA, 1988, p. 3)

ANEXO G – POEMA DO SR. CÂNDIDO CARVALHO GUERRA –  
 CARACTERIZANDO O ESQUECIMENTO DA REGIÃO DO SUL DO PIAUÍ.

“O Sul do Piauí”:

Da Costa e Silva e outros já cantaram  
 O norte deste Estado ameno e puro,  
 Porém o pobre Sul sempre deixaram  
 Do esquecimento envolto em manto escuro;  
 Por mais alto que foram não miraram  
 Estas plagas – celeiro do futuro,  
 Que apesar de banidas da lembrança.  
 Do Estado são reservas de esperança. [...]  
 Corrente no extremo Sul  
 Surge em plena renascença,  
 Difundindo à luz da crença  
 A santa luz da instrução! [...]  
 Curimatá santo ninho  
 De belezas naturais,  
 Com seus bois, carnaubais,  
 Preparam um belo porvir.  
     Gilbués – o Crespo augusto  
     De montanhas imponentes, tem derramado em torrentes  
     Diamantes pelas” malhadas”; [...]  
 O Sul don Piauí quer já crescer,  
 Quer subir, dilatar os horizontes,  
 Explorar as riquezas de mil fontes  
 À luz pura e sagrada do saber.  
     Quer escolas e amparo à mocidade  
     - Futuro alvissareiro do Brasil –  
     E fazendo da pena o seu fuzil,  
     Hastear o pendão da liberdade. [...]

Cândido Carvalho Guerra

## ANEXO H – E-MAIL PROFESSOR AGOSTINHO BOTH

Aqui vão, em breves palavras, um équeno relato de um grande esforço de integração entre a Universidade de Passo Fundo e a Fespi, do qual surgiu a experiência do ensino Superior do Sul do Piauí. É, verdade as palavras não respeitam, nem contém, as preocupações, a atenção, as tensões, todos os movimentos, todos trabalhos, os sonhos postos nas terras de Corrente para que os jovens daquela região pudessem tornar-se seres humanos excelentes e, por sua vez, pudessem tornar melhores as esperanças e as realidades da sua gente. Não são contados os profundos sentimentos de solidariedade, pois as lembranças nem sempre são fiéis a tudo e a todos. De uma coisa, porém garanto, o que foi feito, foi feito com desprendimento de lucros ou qualquer outro dem material. A vida humana e sua grandeza podem ser medidas, em pequena proporção, por aquilo que foi feito, reunindo-se o respeito de Passo Fundo e de educadores verdadeiros de Corrente pelos jovens do Sul do Piauí.

Carinhosamente  
Agostinho Both

----- Original Message -----

**From:** [teresinha.nogueira](mailto:teresinha.nogueira)

**To:** [agoboth](mailto:agoboth)

**Sent:** Monday, May 09, 2005 9:41 PM

**Subject:** implantação de uma Universidade em Corrente

Prezado Prof. Agostinho,

Tentei entrar em contato novamente por telefone, mas não completava a ligação. Estou pedindo-lhe que se possível envie por escrito um memorial ou algo parecido sobre algumas informações a respeito da Tentativa de implantação de uma Universidade Comunitária em Corrente. Estou indo para Corrente amanhã e ao retornar lhe telefonarei. Gostaria que falasse livremente (sua opinião e vivência) sobre:

- os motivos que lhe levaram até Corrente;

Diversos são os motivos que me levaram até Corrente. Primeiro foi ver as terras tão faladas por meu co-cunhado, Ricardo Bortolin. Tinha meu sobrinho Ricardo Both que se formava pela universidade de Passo Fundo. Pensava também em ir até aquelas terras. Como Vice-reitor Acadêmico fui até Brasília e tomei um fim de semana para ver as terras e as gentes de Corrente. Acredito que isto tenha ocorrido em 88.

Até Barreiras foi uma viagem razoável, mas depois um sofrimento só, mas entre solavancos, fui conhecendo pessoas interessantes.

Me agradou, em tudo, as gentes de lá. A simplicidade, a pobreza e os sonhos tem sua atração. Os amigos do Ricardo Bortolin me levaram domingo para ver gente importante que chegava. Este me apresentaram ao deputado Gesualdo Cavalcanti. Falei-lhe que era vice-reitor de uma Universidade Comunitária. Houve imediata consonância de idéias e surgiu um propósito conjunto. À noite tomei a liberdade de pronunciar em nome das gentes que vinham do Sul. Nesta noite ficou combinado sobre uma reunião com o Ministro Hugo Napoleão.

\*como surgiu a ideia de uma Universidade Comunitária;

Nas conversas com Gesualdo, expliquei-lhe sobre a natureza pública das instituições universitárias comunitárias e de como funcionavam. As possibilidades de implantação de uma instituição semelhante animaram a Gesualdo. Ao retornar à Brasília, acompanhado por Gesualdo, fui ter com o Ministro Napoleão. Disso surgiu uma disposição para a implantação de uma fundação para uma Universidade Comunitária.

\*a experiência em Corrente proporcionada pelas reuniões comunitárias para implantação de uma universidade (como foram essas reuniões, momentos que lhe marcaram);  
Após a saída de Brasília, o ministério da educação providenciou a vinda de integrantes de Corrente. Lembro de João Rocha quem liderava, o Pe. Raimundo, mais outro integrante de Corrente e um

representante do ministro. Esta reunião possibilitou a organização de um curso de especialização em ensino Superior, o que garantiria a preparação inicial de um grupo de professores para implantação de dois cursos: Pedagogia e Agronomia.

A Universidade de Passo Fundo organizou o Curso de Especialização, o qual foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, sendo o parecer dado pela Conselheira Leda. Foi a seguir organizada a proposta de infraestrutura física para o funcionamento. O projeto foi elaborado pela Universidade de Passo Fundo. O terreno foi doado pela Igreja Batista.

Ao iniciar-se o curso de Especialização, houve uma reunião com a comunidade, explicando a intenção e os passos que estavam sendo dados. Os processos completos para implantação dos cursos de Pedagogia e de Agronomia foram organizados pela Professora Salete Bona e encaminhados ao Ministério da Educação, em audiência com... juntamente com Pe. Raimundo, João Rocha, e o vive-reitor da UPF, Agostinho Both.

*\*fatores que determinaram a não implantação de uma Universidade comunitária e como essa idéia de comunitária transformou-se em pública;*

Na implantação dos cursos os UPF, foi aos poucos se distanciando, cabendo os maiores esforços a João Rocha. Face às dificuldades financeiras e outras dificuldades, foram envidados esforços para tornar público o financiamento da FESPI. Tais esforços foram liderados por João Rocha. Por não participar desta trajetória, me sinto incapacitado de dizer de tudo o que ocorreu neste processo de passagem dos esforços iniciais de implantação de uma instituição de ensino superior de manutenção comunitária para uma instituição pública. Acredito, porém, que tais esforços foram realizados em favor dos jovens da região, por saber de toda a dedicação de quem liderava.

*\*momento em que os professores foram qualificados por Passo Fundo;*

Um significativo grupo de professores receberam o certificado de Especialização em metodologia do Ensino Superior(?). Houve uma maratona de professores credenciados pela UPF para que tal iniciativa fosse concluída. Sei que os esforços foram grandes, e cada um deles guarda com satisfação lembranças de sua contribuição para que a comunidade de Corrente estivesse bem servida.

*\*um pouco da Universidade de Passo Fundo naquela época (se possível mandasse fotos sua e do Campus da Universidade).*

Breve enviarei as fotos, via email.

O livro da UPF também será encaminhado por correio.

Caso tenha alguma informação que considere importante gostaria que acrescentasse. Procurarei seu livro lá na biblioteca da UESPI-Corrente-PI, caso não encontre lhe comunicarei e pedirei mais um favor (enviar os livros). Ficarei eternamente grata por sua colaboração, sem a qual essa pesquisa não será satisfatória. Agradeço sua atenção.

Meu muito obrigado e minhas desculpas!!!!!!!

Teresinha de Jesus Araujo Magalhães Nogueira (Mestranda em Educação -UFPI - Universidade Federal do Piauí) Fone: (0xx86) 2310447.